

ADRIANO ROBERTO FRANQUELINO

**PRÁTICAS ESPACIAIS E COTIDIANO DOS MORADORES DA OCUPAÇÃO
SÃO JOÃO E DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS NOVO OESTE E
ORESTINHO EM TRÊS LAGOAS-MS, SOB A LÓGICA FRAGMENTÁRIA**



ADRIANO ROBERTO FRANQUELINO

**PRÁTICAS ESPACIAIS E COTIDIANO DOS MORADORES DA OCUPAÇÃO
SÃO JOÃO E DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS NOVO OESTE E
ORESTINHO EM TRÊS LAGOAS-MS, SOB A LÓGICA FRAGMENTÁRIA**

Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Presidente Prudente/SP.

Orientação: Prof. Dr. Everaldo Santos Melazzo.

Presidente Prudente – SP

2025

F835p

Franquelino, Adriano Roberto

Práticas espaciais e cotidiano dos moradores da Ocupação São João e dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho em Três Lagoas-MS, sob a lógica fragmentária / Adriano Roberto Franquelino. -- , 2025

259 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente,

Orientador: Everaldo Santos Melazzo

1. Fragmentação socioespacial. 2. Ocupação São João e Conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho. 3. Práticas espaciais cotidianas. 4. Políticas públicas habitacionais. 5. Três Lagoas-MS. I. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE ADRIANO ROBERTO FRANQUELINO, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA - CÂMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE.

Aos 10 dias do mês de junho do ano de 2025, às 14h, no(a) Anfiteatro VII, realizou-se a defesa de TESE DE DOUTORADO de ADRIANO ROBERTO FRANQUELINO, intitulada "**Práticas espaciais e cotidiano dos moradores da ocupação São João e dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho em Três Lagoas-MS, sob a lógica fragmentária**". A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. EVERALDO SANTOS MELAZZO (Orientador(a) - Participação Presencial) do(a) Departamento de Planejamento Urbanismo e Ambiente / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/Unesp, Prof. Dr. LUCIANO ANTONIO FURINI (Participação Presencial) do(a) Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/Unesp, Prof. Dr. ARTHUR MAGON WHITACKER (Participação Presencial) do(a) Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/Unesp, Profa. Dra. MARIA ANGELICA DE OLIVEIRA MAGRINI (Participação Virtual) do(a) Faculdade de Ciências Integradas do Pontal / Universidade Federal de Uberlândia - UFU, Profa. Dra. PATRICIA HELENA MILANI (Participação Virtual) do(a) Departamento de Geografia / Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - Campus de Três Lagoas. Após a exposição pelo doutorando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final: _ _ _ _ _ . Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Prof. Dr. EVERALDO SANTOS MELAZZO



Documento assinado digitalmente

EVERALDO SANTOS MELAZZO

Data: 24/07/2025 10:58:47-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

AGRADECIMENTOS

Este é, sem dúvida, o momento mais delicado para me expressar. Todos que estiveram ao meu lado nesta jornada são — e sempre serão — de suma importância em minha vida. A ordem dos agradecimentos que se seguem não reflete maior ou menor relevância, mas serve apenas para organizar as palavras que vêm a seguir.

Meus primeiros agradecimentos vão a Deus, que sempre me guiou e iluminou, mostrando-me o verdadeiro valor e sentido da vida. Sua presença me aconselha, me fortalece e me exorta, e tenho absoluta certeza de que Ele esteve — e sempre estará — ao meu lado, tanto nos momentos mais difíceis quanto nas horas de alegria. Sou profundamente grato por Ele nunca ter desistido de mim, sempre me incentivando a persistir e a lutar pelos meus propósitos, especialmente nos estudos.

Com todo o meu coração, agradeço à minha mãe, Cida, e ao meu padrasto, Pedro. Como poderia expressar em palavras a gratidão que sinto por vocês? São sentimentos que transcendem qualquer linguagem. Vocês não apenas me apoiaram, mas foram pilares inabaláveis nessa longa caminhada—não só geográfica, mas também emocional e intelectual. Nunca, em nenhum momento, me disseram para desistir. Pelo contrário, foram minha força quando eu duvidava de mim mesmo, minha motivação quando o cansaço batia à porta. Acreditaram, incansavelmente, que a educação é a chave para transformar vidas—e, por isso, me incentivaram a seguir em frente, mesmo quando o caminho parecia difícil. Minha gratidão se estende também à minha família, que sempre me acolheu com amor e apoio, minha tia Márcia, meu tio Clodoaldo, meus primos, Jhonatan, Tainara, Jeferson, Diego e Anderson. Cada um de vocês, à sua maneira, contribuiu para minha história. Seja com um conselho, um abraço apertado ou simplesmente estando presente, vocês me mostraram o valor da união e da consideração que mantemos uns pelos outros. Saber que posso contar com pessoas como vocês é um dos maiores tesouros que carrego na vida. E por isso, hoje e sempre, muito obrigado. Não apenas pelo que fizeram, mas por serem quem são, peças essenciais na construção do meu caminho e da pessoa que me tornei.

Aos Irmãos da Rep60, uma casa que virou família, aos meus amigos, Gabriel, Filipe, Vinicius, Ramon, Luan, Enzo, Vigor, Matheus, Isaque, Gustavo - e aos que já passaram por essas paredes, mas deixaram marcas eternas: Matheus Matias, Walter, Guilherme, Gustavo Marasse, Kadu, Djalma, Lucas Ganzaroli, Ahmed. Aos que não moravam na república, mas que contribuíram de forma ímpar e linda, para minha

trajetória, Mel, Chay, Lebron, Leticia, Gabriel Pivoto, Valentina, o pessoal do grupo dos amigos da Rep60 que são muitos e aqui não caberia todos, entre outros nomes. Como expressar o que a Rep60 significa para mim? Vocês não foram simples colegas de república - foram a família que o destino me deu quando eu mais precisei. Em Presidente Prudente, longe de tudo o que me era familiar, vocês me receberam não como um hóspede, mas como um irmão. Lembro de cada gesto de solidariedade que fez a diferença: o prato de comida compartilhado quando o dinheiro estava curto, as conversas até altas horas que curavam a saudade de casa, o apoio incondicional nos momentos de dúvida sobre permanecer na cidade. A Rep60 foi meu porto seguro, meu ponto de equilíbrio nessa jornada acadêmica. Vocês me ensinaram que a verdadeira amizade se mede não nos grandes gestos, mas na constância do apoio. Uma república vai muito além de um endereço - é um espaço de afetos. É possível criar laços tão fortes que resistem ao tempo e à distância. Aos que ainda estão lá e aos que seguiram seus caminhos, saibam que carrego um pedaço de cada um de vocês na minha história. A gratidão que sinto não cabe em palavras - se materializa em cada memória que construímos juntos, desde as festas mais animadas até os silêncios mais confortáveis. Que a vida nos permita manter viva essa conexão, independentemente de onde nossos caminhos nos levem. Porque a Rep60 não foi um endereço temporário - foi o lugar onde descobri que mesmo longe de casa, é possível encontrar um lar. Com todo o meu coração, muito obrigado. P.S.: Quando a saudade apertar, sei que sempre haverá um lugar para mim na mesa da cozinha, uma cadeira na varanda e um copo de café (ou algo mais forte) para reviver nossas histórias. Até lá, levem o legado da Rep60 por onde forem!

Aos amigos que tornaram minha jornada mais leve e significativa: Otávio, Cristóvão, Ricardo, Leonardo, Saulo, Eduardo, Weslen, Jorge Anderson, Marcos, Juliana (irmãos/ãs de coração) — vocês são guerreiros. Em meio às batalhas da vida, vocês nunca se renderam. Pelo contrário, enfrentaram cada desafio com determinação e, mesmo assim, ainda encontraram forças para me apoiar. Em momentos de dúvida, cansaço ou insegurança, vocês estiveram lá, como faróis iluminando meu caminho acadêmico. Seja com um conselho, uma palavra de incentivo ou até mesmo com ajuda prática — como me orientar na escrita de artigos, na elaboração de mapas ou na construção de projetos de pesquisa, cada gesto de vocês fez diferença. Tenho orgulho de dizer que são parte fundamental da minha história. Alguns me ensinaram lições técnicas, outros me deram lições de resiliência, e todos, sem exceção, me mostraram o valor da amizade verdadeira. Por isso, hoje, só me resta dizer, muito obrigado. Obrigado por estarem presentes, por

acreditarem em mim e por transformarem essa trajetória em algo mais que um simples caminho — em uma experiência coletiva, repleta de aprendizado e cumplicidade. Que a vida nos mantenha unidos, pois vocês não são apenas amigos, são família. Obrigado pelo apoio, ajuda em meio a tantas dificuldades.

Aos amigos que conquistei no Gasperr – Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais, Felipe, Gustavo, Nathaly, Rebeca, Ana, vocês ocupam um lugar único na minha trajetória. Não foram apenas colegas de pesquisa, mas amigos/companheiros que me conquistaram com sua sinceridade, apoio incondicional e laços que transcendem o acadêmico. Em cada discussão, em cada dia de trabalho intenso, em cada desafio enfrentado juntos, vocês me mostraram o verdadeiro significado de colaboração e amizade. Estiveram – e continuam – sempre dispostos a ajudar, seja com um conselho técnico, uma palavra de motivação ou simplesmente com presença e escuta atenta. Nos momentos de dúvida, vocês foram meu porto seguro; nas conquistas, minha maior celebração. Obrigado por transformarem o Gasperr em mais que um grupo de pesquisa – em uma família acadêmica. Cada um de vocês deixou uma marca profunda na minha vida, e tenho certeza de que, independentemente dos caminhos que seguirmos, essa conexão permanecerá viva. Que continuemos a produzir conhecimento, mas, acima de tudo, que continuemos a construir memórias e amizades tão significativas quanto as que vocês me proporcionaram. Com gratidão e carinho a todos vocês, muito obrigado.

Aos companheiros de jornada na pós-graduação, Rodrigo, Samarane, Ana Caroline, Jeferson, Rayan, Magno, Elvis, Taís, Pablo, Jean (pós-doc), e o pessoal da minha turma de 2021. Vocês foram muito mais que simples colegas de pós graduação - foram aliados intelectuais, parceiros de descobertas e pilares de apoio nessa desafiadora etapa acadêmica. Cada discussão, cada momento de dúvida, cada almoço, bate papo, foram fundamentais para me fortalecer, não apenas minha formação, mas também minha convicção de que o conhecimento se constrói coletivamente.

À professora Eda, meus agradecimentos por ter sido a primeira a acreditar neste projeto e por ter aceitado me orientar no início desta caminhada. Sua disponibilidade inicial foi fundamental para que eu desse os primeiros passos nesta empreitada acadêmica. Ao professor Everaldo, minha eterna gratidão por ter assumido com tanta dedicação a orientação do meu doutorado. Sei que não foi uma tarefa fácil, mas sua paciência, sabedoria e apoio incondicional foram essenciais nestes um ano e meio de trabalho conjunto. Com o senhor aprendi que podemos ir além de nossos próprios limites quando temos coragem, determinação e fé em nosso potencial. O senhor é, sem dúvida, um dos

grandes ícones da Geografia. Sua trajetória acadêmica é verdadeiramente inspiradora - quantos alunos formou, quantas monografias orientou, quantos mestres e doutores ajudou a formar! Tenho certeza de que guarda na memória cada uma dessas histórias, pois essa é a marca de um verdadeiro educador: a capacidade de se doar por completo a cada orientando. Com sua competência ímpar, humildade exemplar, carisma contagiante e solidariedade sem medidas, o senhor me mostrou que a Geografia vai muito além de simples informações estáticas sobre o mundo.

Agradeço a banca que compõem essa defesa de tese, a professora Patrícia Helena Milani, Arthur Magon Whitacker, Maria Angélica Magrini, Luciano Antonio Furini e aos suplentes Márcio José Catelan, Maria Encarnação Beltrão Sposito, Maria José Martinelli Silva Calixto e Cláudio Smalley Soares Pereira, ter a oportunidade de defender este trabalho perante pesquisadores de tão elevada qualificação é não apenas uma honra, mas sobretudo uma rara oportunidade de aprendizagem. Cada observação, crítica e sugestão que receberei certamente representará valiosa contribuição para o aprimoramento contínuo deste estudo e de minhas futuras investigações.

Agradeço a Professora Edima, minha eterna gratidão por ter aceitado, desde os primeiros passos da minha graduação na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), o desafio de me orientar na iniciação científica – jornada que se estendeu por três anos transformadores. Do fundo do meu coração, agradeço o apoio incondicional que a senhora me tem dedicado ao longo desta caminhada. Foi a senhora quem construiu as pontes que me permitiram navegar pelo universo da Geografia na universidade, ensinando-me a enfrentar desafios que, outrora, eu jamais imaginaria ser capaz de superar. Sua dedicação vai muito além da orientação acadêmica. Em cada encontro, a senhora me recebeu não com indiferença, mas com respeito, paciência e um carinho que transcende a relação professor-aluno. Por isso, hoje, não vejo a senhora apenas como minha orientadora, mas como uma inspiração de mulher, mãe, amiga e educadora.

Aos ilustres professores do curso de Geografia da Unesp-FCT. Minha profunda gratidão por terem sido fundamentais em minha formação acadêmica e intelectual. Cada aula, orientação e discussão contribuiu significativamente para meu aprendizado não apenas sobre os conteúdos geográficos, mas principalmente sobre o processo de pensar e fazer Geografia de forma crítica e transformadora. O conhecimento que compartilharam ultrapassa os limites da sala de aula e permanece como base sólida em minha trajetória profissional.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Meus sinceros agradecimentos pelo apoio financeiro concedido em 2021-2024, por meio da bolsa que possibilitou meu ingresso no programa de pós-graduação da Unesp-FCT. Esse suporte foi essencial para o desenvolvimento inicial de minha pesquisa, garantindo as condições necessárias para dedicar-me integralmente aos estudos e investigações acadêmicas. À Unesp-FCT e seu programa de pós-graduação em Geografia, agradeço por proporcionar um ambiente fértil para a produção do conhecimento geográfico, com infraestrutura adequada e corpo docente qualificado que sempre incentivou a excelência acadêmica. A instituição foi mais que um local de estudo - foi o espaço onde pude amadurecer minhas ideias e desenvolver minhas capacidades como pesquisador.

Aos que se foram, mas permanecem em meu coração. Dedico estas palavras àqueles que, embora não estejam mais fisicamente presentes, foram pilares fundamentais em minha jornada e me ensinaram a perseverar nos caminhos que escolhi para minha vida. À minha tia Divina, mulher de força inabalável e coragem inspiradora. Que me acolheu como um filho e me ensinou, com seu exemplo, a firmeza nas decisões. Cuja resiliência diante das adversidades me mostrou que a verdadeira força está na persistência. Que me criou com amor e disciplina, moldando o homem que sou hoje. Aos meus queridos tio Gilberto e tio Armando, que mesmo nas dificuldades, me ensinaram o poder transformador do sorriso. Mostraram que a alegria pode ser encontrada mesmo nos momentos mais desafiadores. Deixaram como legado a importância de enfrentar a vida com leveza e bom humor. Ao Villas, o verdadeiro membro peludo da Rep60 - muito mais que um simples cachorro, foste meu confidente nos momentos de solidão e meu guia afetoso nos passeios no parque do povo em Presidente Prudente. Quantas noites de estudo foram amenizadas por tua companhia silenciosa? Quantos passeios contigo me guiava nos cantos e encantos desta cidade que talvez eu nunca tivesse descoberto sozinho? Tu não apenas dividiste o espaço da república, mas ocupaste um lugar especial em meu coração. Villas, obrigado por seres meu companheiro nas horas difíceis, por transformares a república num lar verdadeiro, e por me apresentares Prudente com teu peculiar “tour canino”. Esta cidade - e minha vida - foram mais ricas por tua presença.

Hoje, com lágrimas de saudade, mas também de gratidão, digo: muito obrigado. Obrigado por cada lição, por cada momento compartilhado, por todo o amor que dedicaram a mim. Sei que, de alguma forma, continuam a me acompanhar e guiar. E

prometo honrar tudo o que me ensinaram, levando adiante os valores que plantaram em meu coração.

À minha tia, um exemplo de força e sabedoria. Hoje, dirijo minhas palavras à minha querida tia Neura, que mesmo enfrentando o desafio do câncer, continua sendo um farol de inspiração em minha vida. Sua inteligência afiada e sua incrível capacidade de organização sempre me impressionaram, mas é diante desta prova que sua verdadeira grandeza se revela. Observar como a senhora mantém sua serenidade, sua lucidez e sua força de espírito mesmo nestas circunstâncias difíceis, me ensina lições profundas sobre resiliência e dignidade. A forma como enfrenta cada dia com coragem, sem se deixar abalar, transformou-se para mim em um poderoso exemplo de como viver com sabedoria e graça mesmo nos momentos mais desafiadores. Sua postura diante da vida continua a me mostrar que as verdadeiras fortalezas são construídas no interior de cada um de nós. Tia Neura, a senhora é muito mais do que uma paciente em tratamento - é uma guerreira que nos dá diariamente aulas de vida. E por isso, hoje, quero expressar minha mais profunda admiração e gratidão por ter o privilégio de aprender com a senhora. Que saiba que, assim como tem sido forte por todos nós, estamos todos aqui para ser sua fortaleza também. Com todo meu amor e respeito.

Agradecimento especial aos entrevistados que generosamente contribuíram para esta pesquisa. Sua disponibilidade e receptividade foram verdadeiramente essenciais para o desenvolvimento deste trabalho. Mais do que simples colaboradores, vocês foram os protagonistas deste estudo. Cada relato, cada experiência compartilhada e cada momento dedicado às entrevistas representam a base fundamental sobre a qual esta pesquisa foi construída. Reconheço que sem sua valiosa participação, este trabalho não teria sido possível. Suas vozes e perspectivas não apenas enriqueceram academicamente esta investigação, mas sobretudo garantiram sua relevância e conexão com a realidade estudada. Este trabalho é, em grande medida, um reflexo de suas histórias e contribuições. Por isso, meu sincero obrigado por terem aberto suas portas, seu tempo e suas experiências para tornar possível esta importante etapa da minha jornada acadêmica.

Por fim, agradeço a todos que tiveram participação nessa trajetória geográfica e no meu avanço pessoal, eu só tenho que agradecer-lhes e dizer que valeu cada momento vivido com vocês. Obrigado sempre!

Resumo

Este trabalho analisa as dinâmicas socioespaciais em Três Lagoas-MS a partir das práticas cotidianas dos moradores de áreas marcadas por políticas habitacionais e ocupações informais. Trata-se de uma pesquisa aplicada, com abordagem qualitativa, que combina estudo de caso e análise empírica. O objeto de investigação são as práticas espaciais dos moradores da Ocupação São João e dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho, analisadas no contexto das transformações urbanas e habitacionais na cidade. O objetivo geral é verificar marcas de lógica socioespacial fragmentária em Três Lagoas-MS, com base nas práticas e no cotidiano dessas pessoas. Os procedimentos metodológicos utilizados envolveram entrevistas semiestruturadas, observação de campo e análise documental, estruturadas para explorar as dimensões de habitat, trabalho, mobilidade e consumo. Os principais resultados apontam a presença de uma lógica fragmentária evidenciada pela segregação socioespacial, precariedade da infraestrutura e exclusão no acesso a serviços e oportunidades, embora também revelem estratégias de resistência e organização comunitária que desafiam essa lógica. Assim, a pesquisa confirma que as práticas cotidianas refletem e, ao mesmo tempo, resistem à fragmentação socioespacial em Três Lagoas-MS, destacando a necessidade de políticas públicas mais inclusivas.

Palavras-chave: Fragmentação socioespacial, Ocupação São João, Conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho, Práticas espaciais cotidianas, Políticas públicas habitacionais, Três Lagoas-MS.

Abstract

This study analyzes the socio-spatial dynamics in Três Lagoas-MS based on the daily practices of residents of areas marked by housing policies and informal occupations. This is an applied research, with a qualitative approach, that combines case study and empirical analysis. The object of investigation is the spatial practices of residents of Ocupação São João and the Novo Oeste and Orestinho housing complexes, analyzed in the context of urban and housing transformations in the city. The general objective is to verify signs of a fragmentary socio-spatial logic in Três Lagoas-MS, based on the practices and daily lives of these people. The methodological procedures used involved semi-structured interviews, field observation and documentary analysis, structured to explore the dimensions of habitat, work, mobility and consumption. The main results point to the presence of a fragmentary logic evidenced by socio-spatial segregation, precarious infrastructure and exclusion in access to services and opportunities, although they also reveal strategies of resistance and community organization that challenge this logic. Thus, the research confirms that everyday practices reflect and, at the same time, resist socio-spatial fragmentation in Três Lagoas-MS, highlighting the need for more inclusive public policies.

Keywords: Socio-spatial fragmentation, São João Occupation, Novo Oeste and Orestinho housing complexes, Everyday spatial practices, Public housing policies, Três Lagoas-MS.

Resumem

Este trabajo analiza la dinámica socioespacial en Três Lagoas-MS a partir de las prácticas cotidianas de los residentes de áreas marcadas por políticas habitacionales y ocupaciones informales. Se trata de una investigación aplicada, con un enfoque cualitativo, que combina el estudio de casos y el análisis empírico. El objeto de investigación son las prácticas espaciales de los residentes de la Ocupação São João y de los conjuntos habitacionales Novo Oeste y Orestinho, analizadas en el contexto de las transformaciones urbanas y habitacionales de la ciudad. El objetivo general es verificar signos de lógica socioespacial fragmentaria en Três Lagoas-MS, a partir de las prácticas y el cotidiano de estas personas. Los procedimientos metodológicos utilizados involucraron entrevistas semiestructuradas, observación de campo y análisis de documentos, estructurados para explorar las dimensiones de hábitat, trabajo, movilidad y consumo. Los principales resultados apuntan a la presencia de una lógica fragmentaria evidenciada por la segregación socioespacial, la precariedad de la infraestructura y la exclusión del acceso a servicios y oportunidades, aunque también revelan estrategias de resistencia y organización comunitaria que cuestionan esta lógica. Así, la investigación confirma que las prácticas cotidianas reflejan y, al mismo tiempo, resisten la fragmentación socioespacial en Três Lagoas-MS, destacando la necesidad de políticas públicas más inclusivas.

Palabras clave: Fragmentación socioespacial, Ocupación de São João, Conjuntos habitacionales Novo Oeste y Orestinho, Prácticas espaciales cotidianas, Políticas públicas de vivienda, Três Lagoas-MS.

Lista de siglas

AGEHAB - Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

FJP - Fundação João Pinheiro

FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MC - Ministério das Cidades

PIB - Produto Interno Bruto

PlanHab - Plano Nacional de Habitação

PMCMV- Programa Minha Casa Minha Vida

PCVA- Programa Casa Verde e Amarela

SEMAGRO - Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar

SISHAB - Sistema Integrado de Seleção Habitacional

SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

Lista de Figuras

Figura 1: Faixa, renda, modalidade e características do PMCMV, 2017.	78
Figura 2: Faixa, renda, modalidade e características do PCVA, 2021.	86
Figura 3: Ocupação São Joao em Três Lagoas-MS.	103
Figura 4: Moradores da Ocupação São João reunidos esperando a distribuição de cestas básicas.....	104
Figura 5: Conjunto Habitacional Novo Oeste e os muros construídos.	105
Figura 6: Muros construídos no Novo Oeste..	106
Figura 7: Conjunto Habitacional Orestinho..	106
Figura 8: Ocupação São João, casas construídas de alvenaria.	109
Figura 9: Barracões da ocupação São João..	109
Figura 10: Depósito de lixo coletivo no conjunto Habitacional Novo Oeste.....	111
Figura 11: Terreno vazio entre o Conjuntos Habitacionais.	111
Figura 12: Barracos da Ocupação São João em Três Lagoas-MS.	120
Figura 16: Conjuntos habitacionais Orestinho e Novo Oeste, Três Lagoas (MS).	137
Figura 18: Conjuntos Habitacionais Novo Oeste e Orestinho..	157
Figura 19: Representação esquemática (dimensão do habitat) das condições habitacionais nos conjuntos Novo Oeste e Orestinho, destacando os problemas estruturais (rachaduras, infiltrações, falta de água).....	163
Figura 20: Representação do habitat na Ocupação São João: precariedade, construção das moradias e organização comunitária..	171
Figura 21: Programação dos ônibus que circulam nos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho.....	185

Lista de Mapas

Mapa 1: Localização de Três Lagoas/MS.	72
Mapa 2: Redução do déficit habitacional no Brasil (2010-2014).....	88
Mapa 3: Localização dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho e da Ocupação São João, 2024.....	99
Mapa 4: Mapa de Três Lagoas-MS, do bairro São João e da Ocupação São João: destaque para a distância até o centro de 3,9 km.....	122
Mapa 5: Bairro São João (Três Lagoas – MS), Ocupação São João: equipamentos urbanos, comércio e serviços.	123
Mapa 6: Zonas Especiais de Interesse Social em Três Lagoas-MS.....	129
Mapa 7: Localização dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho, Três Lagoas (MS).....	138
Mapa 8: Fluxo dos espaços de consumo frequentados pelos moradores dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho.....	202
Mapa 9: Fluxo dos espaços de consumo dos moradores da Ocupação São João.....	208
Mapa 10: Comparação do fluxo espacial das práticas de consumo entre os moradores dos conjuntos habitacionais e da Ocupação São João.....	213

Lista de Quadros

Quadro 1: <i>Déficit</i> habitacional em Três Lagoas por componentes em 2010..	90
Quadro 2: <i>Déficit</i> Habitacional em Três Lagoas em 2023.	91
Quadro 3: Perfil dos entrevistados na Ocupação São João em 2021.	103
Quadro 4: Perfil dos entrevistados nos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho em 2021..	105
Quadro 5: Perfil dos entrevistados na Ocupação São João em 2024.	106
Quadro 6: Perfil Socioeconômico dos moradores entrevistados na Ocupação São João.	108
Quadro 7: Perfil Socioeconômico dos agentes bem informados e apoiadores entrevistados da Ocupação São João..	108
Quadro 8: Perfil dos entrevistados nos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho em 2024..	110
Quadro 9: Perfil Socioeconômico de todos os moradores entrevistados nos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho.....	112
Quadro 10: Cidade, estado ou país de onde os moradores vieram.	118
Quadro 11: Total de moradias construídas pelo PMCMV e PCVA em Três Lagoas. .	136
Quadro 12: Dimensão do trabalho dos moradores dos conjuntos habitacionais.....	194
Quadro 13: Dimensão do trabalho dos moradores da Ocupação São João.....	197

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Números de empregos 2010, 2015 e 2020.....	74
Gráfico 2: População de Três Lagoas 1990 a 2022..	75
Gráfico 3: Empregos gerados na construção civil pelos programas habitacionais MCMV e CVA (2008-2021).....	79
Gráfico 4: PIB construção civil e PIB nacional.....	80
Gráfico 5: Renda das famílias da Ocupação São João, 2021.	118
Gráfico 6: Perfil socioeconômico dos moradores do Bairro São João em Três Lagoas (MS) de 2019, cadastrados no CadÚnico, 2022.	124

Lista de Tabelas

Tabela 1: Contratação e entregas de unidades habitacionais do PMCMV em bilhões nos de 2009 a 2020.....	81
Tabela 2: <i>Déficit</i> Habitacional 2015 a 2019.	89

Sumário

Lista de siglas.....	12
Lista de Figuras.....	13
Lista de Quadros.....	15
Lista de Gráficos.....	16
Lista de Tabelas.....	17
Introdução.....	20
CAPÍTULO 1.....	29
PRODUÇÃO DA CIDADE: COTIDIANO, PRÁTICAS ESPACIAIS, SEGREGAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL.....	29
1.1 Cidade, direito a cidade, cotidiano e práticas espaciais.....	31
1.2 Segregação e fragmentação socioespacial.....	48
CAPÍTULO 2.....	66
PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM TRÊS LAGOAS-MS: IMPACTOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA/PROGRAMA CASA VERDE AMARELA E OS DESAFIOS DO DÉFICIT HABITACIONAL.....	66
2.1 Notas sobre o contexto urbano e industrial de Três Lagoas-MS: mudanças econômicas e socioespaciais.....	69
2.2 Avaliação e efeitos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e Programa Casa Verde Amarela (PCVA).....	76
2.3 Desafios habitacionais: uma análise do <i>déficit</i> habitacional.....	88
CAPÍTULO 3.....	96
OCUPAÇÃO SÃO JOÃO E CONJUNTOS HABITACIONAIS NOVO OESTE E ORESTINHO EM TRÊS LAGOAS: UMA ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS E DO COTIDIANO.....	96
3.1 As entrevistas nos conjuntos habitacionais Novo Oeste, Orestinho e Ocupação São João: os desafios, roteiro e perfil dos moradores.....	98
3.2 Ocupação São João: notas sobre sua formação e cotidiano dos moradores.....	114
3.3 Habitação popular em Três Lagoas: uma análise a partir do cotidiano dos moradores dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho.....	136
CAPÍTULO 4.....	155
PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS COTIDIANAS E A LÓGICA FRAGMENTÁRIA:	

ANÁLISE A PARTIR DAS NARRATIVAS DOS MORADORES DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS NOVO OESTE E ORESTINHO E DA OCUPAÇÃO SÃO JOÃO ..	155
4.1 Práticas Espaciais Cotidianas sob a Lógica Fragmentária: Organização da análise e a narrativa dos moradores dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho e da Ocupação São João	156
4.1.1 Habitat.....	157
4.1.2 Trabalho e Mobilidade.....	179
4.1.3 Consumo e acesso a bens e serviços	200
CONCLUSÃO	215
REFERÊNCIAS	222

INTRODUÇÃO

Este trabalho, tem como objetivo central explorar a produção da cidade a partir de uma perspectiva que privilegia o cotidiano e as práticas espaciais como elementos centrais para compreender as dinâmicas de segregação e fragmentação socioespacial. A cidade, enquanto espaço dinâmico e multifacetado, reflete e condiciona as complexas interações sociais, econômicas, políticas e culturais que nelas ocorrem e não se resume a um conjunto de ruas, prédios e infraestruturas. Ela é um produto social, moldada por relações de poder, desigualdades estruturais e pelas práticas cotidianas de seus habitantes.

A escolha das áreas de estudo, a Ocupação São João e os conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho em Três Lagoas-MS, está intrinsecamente ligada aos objetivos da pesquisa e à hipótese central que busca investigar a presença de uma lógica fragmentária na estruturação urbana da cidade. Essas áreas foram selecionadas por representarem contextos distintos, porém complementares, que permitem uma análise comparativa das dinâmicas socioespaciais e das práticas cotidianas dos moradores em diferentes condições de habitação e inserção urbana.

A Ocupação São João é um exemplo emblemático de luta pelo direito à moradia em um contexto de precariedade e exclusão social. Iniciada durante a pandemia de COVID-19, essa ocupação reflete a insuficiência das políticas habitacionais formais e a emergência de estratégias de resistência e organização coletiva. Por outro lado, os conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho, construídos no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), representam a face formal das políticas habitacionais voltadas para a população de baixa renda. Esses conjuntos, no entanto, são marcados por contradições que revelam os limites dessas políticas: localização periférica, padronização excessiva das moradias, falta de integração com o tecido urbano e dificuldades de acesso a serviços básicos.

A comparação entre essas áreas é fundamental para compreender as diferentes formas de segregação e fragmentação socioespacial em Três Lagoas. Enquanto a Ocupação São João ilustra a exclusão e a resistência em um contexto de informalidade, os conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho evidenciam as limitações das políticas habitacionais formais e seus impactos na vida cotidiana dos moradores. Essa dualidade permite capturar as nuances da fragmentação socioespacial, identificando tanto os processos de exclusão quanto as estratégias de adaptação e resistência dos moradores.

Além disso, a escolha dessas áreas se justifica pela representatividade que possuem no contexto urbano de Três Lagoas. A cidade, marcada por um intenso processo de industrialização e crescimento populacional nas últimas décadas, enfrenta desafios significativos em termos de habitação e infraestrutura. A Ocupação São João e os conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho são exemplos concretos de como essas dinâmicas se materializam no espaço urbano, refletindo as desigualdades e contradições que caracterizam a cidade.

O objetivo geral é verificar marcas de uma lógica fragmentária em Três Lagoas-MS, com base nas práticas espaciais e no cotidiano dos moradores da Ocupação São João e dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho. Para isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) Analisar as transformações econômicas e socioespaciais em Três Lagoas-MS, com ênfase nos impactos dos programas Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e Casa Verde Amarela (PCVA) na configuração urbana e no *déficit* habitacional, especialmente na Ocupação São João e nos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho; b) Examinar as estratégias de luta pelo direito à moradia na Ocupação São João, identificando as formas de organização, mobilização e resistência dos moradores; c) Analisar a produção de moradias populares em Três Lagoas-MS, com foco na formação socioespacial e sua relação com a segregação socioespacial na cidade; d) Comparar as narrativas dos moradores da Ocupação São João e dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho, identificando semelhanças e diferenças em suas práticas espaciais cotidianas; e) Analisar, a partir de entrevistas, as dimensões do habitat, consumo, trabalho e mobilidade nas áreas estudadas, buscando identificar possíveis tendências de fragmentação socioespacial em Três Lagoas-MS.

Esses objetivos buscam compreender como as dinâmicas urbanas e as políticas habitacionais influenciam a organização socioespacial da cidade, destacando as práticas cotidianas como elementos-chave para a análise.

Levando em conta esses objetivos, a hipótese central deste trabalho é que há indícios de uma lógica fragmentária presente em Três Lagoas-MS, tomando como base empírica as práticas espaciais cotidianas dos moradores da Ocupação São João e dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho. Uma análise detalhada dessas práticas permitirá verificar se, além dos desafios habitacionais imediatos, existem indícios de uma lógica fragmentária em suas vivências e experiências do espaço urbano. A pesquisa, portanto, busca responder à seguinte questão: como as práticas cotidianas dos moradores desses locais produzem (ou não) o processo de fragmentação socioespacial? Para isso, a

análise está voltada para investigar o cotidiano desses moradores suas condições de vida, suas formas de organização, demandas e interações com o poder público e as dinâmicas de uso e apropriação do espaço urbano.

Para alcançar esses objetivos e testar a hipótese, essa pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e multiescalar, fundamentada em diferentes campos do conhecimento, com ênfase na Geografia Urbana, mas também dialogando com a Sociologia, a Arquitetura, o Planejamento Urbano, entre outros. Para isso, a metodologia foi estruturada em quatro eixos principais: a) análise documental e revisão bibliográfica para contextualizar as transformações urbanas e habitacionais da cidade; b) trabalho de campo, reconhecimento das áreas de estudo, com visitas iniciais para mapeamento dos locais e identificação de padrões urbanísticos; c) entrevistas para captar, através de seus depoimentos, sua vivência cotidiana, suas práticas espaciais e suas estratégias de resistência; d) observação direta para interpretar a organização do espaço e as formas de apropriação e segregação socioespacial.

O delineamento da pesquisa foi dividido em quatro etapas interdependentes. A primeira etapa consistiu na revisão bibliográfica e análise documental, com levantamento teórico sobre a produção do espaço urbano, segregação e fragmentação socioespacial, a partir de autores como Lefebvre (2000), Harvey (2014), Carlos (2020), Sposito e Sposito (2020), Caldeira (1997) e Rolnik (2019). Além disso, foram analisadas as políticas habitacionais e seus impactos socioespaciais, com base em estudos de Maricato (2011) e Fix (2019). Paralelamente, foram consultadas bases de dados institucionais, como os Censos Demográficos do IBGE, o Plano Diretor e legislações urbanas de Três Lagoas-MS, bem como relatórios e avaliações do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e do Programa Casa Verde Amarela (PCVA). Essa etapa foi essencial para compreender as transformações socioespaciais da cidade e os efeitos das políticas habitacionais na configuração urbana.

A segunda etapa envolveu o trabalho de campo e a observação direta, realizada em duas fases. Primeiramente, foi feito um reconhecimento da área de estudo, por meio de visitas iniciais para mapeamento dos locais, identificação de padrões urbanísticos e conversas informais com os moradores. Posteriormente ocorreu a observação sistemática, com registro das práticas espaciais e das condições infraestruturais da Ocupação São João e dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho. A observação foi guiada por três critérios principais: infraestrutura urbana, considerando qualidade das moradias, acesso a serviços básicos (como abastecimento de água, coleta de lixo, esgotamento sanitário,

energia elétrica e acesso à saúde e educação) e condições de mobilidade e transporte; práticas espaciais, analisando o uso do espaço público, trajetórias diárias dos moradores, interações sociais e dinâmicas de consumo; segregação e fragmentação socioespacial, identificando barreiras físicas e simbólicas e dificuldades de integração com outras áreas da cidade. Os dados produzidos foram registrados por meio de notas de campo, fotografias e mapas.

A terceira etapa consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas, que possibilitaram uma análise aprofundada das práticas e percepções dos moradores. Foram entrevistados moradores da Ocupação São João e dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho, além de apoiadores da ocupação (agentes bem informados). As entrevistas foram organizadas em torno de eixos principais: histórico de moradia e trajetórias de deslocamento para as moradias atuais, buscando compreender os processos de ocupação dos espaços e suas consequências na rotina dos moradores; condições habitacionais e acesso a serviços urbanos, analisando infraestrutura, transporte e equipamentos públicos disponíveis; trabalho e mobilidade urbana, avaliando tempo de deslocamento e os impactos no cotidiano; apropriação do espaço e sociabilidade, verificando o uso de comércios e áreas de lazer; consumo e acesso a bens e serviços, para compreender as desigualdades socioespaciais e percepção sobre segregação e fragmentação socioespacial, identificando a sensação de pertencimento e as dificuldades de integração na cidade.

Na quarta etapa, foi realizada a análise das informações coletadas nas entrevistas. Para isso, foi aplicada a análise de conteúdo (Goes, et al, 2022; Milani e Goes, 2022), visando categorizar os discursos dos entrevistados e identificar padrões e recorrências nas falas. Também foi utilizado o mapeamento, cruzando as percepções dos moradores com dados cartográficos para capturar tendências da fragmentação socioespacial. Além disso, foi feita uma análise comparativa entre os diferentes locais estudados, permitindo a identificação de semelhanças e diferenças nas práticas espaciais e nas condições socioeconômicas dos moradores. Essa combinação metodológica, entre, análise documental, entrevistas, observação direta e cartográfica, possibilitou uma interpretação aprofundada dos indícios da lógica fragmentária da cidade, articulando experiências individuais com estruturas socioespaciais mais amplas.

A abordagem qualitativa utilizada foi essencial para compreender as vivências, estratégias e resistências dos moradores diante da fragmentação socioespacial. No entanto, alguns desafios foram enfrentados durante a pesquisa, como dificuldades no acesso a fontes institucionais e na obtenção de dados atualizados sobre infraestrutura e

políticas públicas. Além disso, foi necessário estabelecer uma relação de confiança com os moradores para conseguir relatos aprofundados sobre suas condições de vida e percepções sobre a cidade. Apesar desses desafios, a metodologia adotada trouxe resultados significativos. A riqueza das entrevistas permitiu capturar nuances do cotidiano dos moradores e das estratégias de adaptação ao espaço urbano, enquanto a cartografia possibilitou visualizar as formas de apropriação e segregação socioespacial a partir das perspectivas dos próprios sujeitos pesquisados.

O capítulo 1 se apoia nas contribuições teóricas de autores como Henri Lefebvre, Ana Fani Carlos e Roberto Lobato Corrêa, entre outros, construindo um arcabouço conceitual que permite analisar como o espaço urbano é produzido e reproduzido. A segregação socioespacial, entendida como a separação e hierarquização dos grupos sociais no espaço urbano, e a fragmentação socioespacial, que aprofunda essa lógica ao criar espaços isolados e desarticulados, são fenômenos centrais para compreender as desigualdades urbanas e as dinâmicas de exclusão que caracterizam as cidades contemporâneas.

O cotidiano abordado no capítulo 1, emerge como um campo fértil para desvendar as estratégias de sobrevivência, adaptação e resistência dos moradores, especialmente em áreas periféricas e segregadas. As práticas espaciais, desde os trajetos diários até as formas de organização coletiva, revelam como os indivíduos se apropriam do espaço urbano e, ao mesmo tempo, são condicionados por ele. Essas práticas não são neutras: refletem relações de dominação, mas também abrem espaço para a construção de novas formas de viver e existir na cidade.

Ainda no capítulo 1, são abordados conceitos-chave como a produção social do espaço, as práticas espaciais, a segregação socioespacial, a fragmentação socioespacial e a autoss segregação. Esses conceitos serão articulados para compreender como as dinâmicas urbanas contemporâneas, socialmente construídas e marcadas pela lógica do mercado e pela especulação imobiliária, produzem cidades desiguais e fragmentadas. A análise do cotidiano e das práticas espaciais permitirá desvendar as contradições e as lutas que permeiam a produção do espaço urbano, evidenciando como a cidade é simultaneamente um produto das relações sociais e um espaço de agenciamentos.

Assim, o capítulo 1 está organizado em dois subcapítulos principais. O primeiro (1.1), “Cidade, cotidiano e práticas espaciais”, explora a cidade como um espaço dinâmico e socialmente produzido, analisando o papel do cotidiano e das práticas espaciais na organização e vivência urbana. O segundo (1.2), “Segregação e fragmentação

socioespacial”, discute a segregação como um processo de diferenciação e desigualdade no espaço urbano, avançando para a fragmentação socioespacial, que amplia e complexifica essa dinâmica.

No capítulo 2, o foco recai sobre a cidade de Três Lagoas, localizada no estado de Mato Grosso do Sul, que tem passado por transformações significativas nas últimas décadas, impulsionadas por um intenso processo de industrialização e pela implementação de políticas públicas habitacionais como o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e o Programa Casa Verde e Amarela (PCVA). Essas mudanças impactaram profundamente a estrutura urbana, a dinâmica socioespacial e as condições de vida da população, especialmente no que diz respeito ao acesso à moradia. O objetivo deste capítulo é analisar as transformações urbanas em Três Lagoas, com foco nos impactos da industrialização, das políticas habitacionais e do *déficit* habitacional, destacando as contradições e os desafios enfrentados pela cidade.

A urbanização e a industrialização, processos interligados que moldam as cidades, influenciando não apenas a infraestrutura física, mas também as relações sociais e econômicas. Em Três Lagoas, a instalação de grandes indústrias, principalmente do setor de papel e celulose, a partir dos anos 1990, trouxe consigo um crescimento populacional expressivo e uma reestruturação econômica que alterou a conformação urbana da cidade. Esse processo, no entanto, não ocorreu de forma homogênea, gerando novas desigualdades e desafios, especialmente no que se refere à habitação.

Além disso, o PMCMV e o PCVA, foram implementados com o objetivo de reduzir o *déficit* habitacional e proporcionar moradia digna para a população de baixa renda. No entanto, apesar dos avanços quantitativos, essas políticas têm sido alvo de críticas por reforçarem a segregação socioespacial, priorizarem a lógica de mercado e não atenderem adequadamente às necessidades urbanas e sociais. A localização periférica dos empreendimentos, a padronização excessiva dos projetos e a falta de integração com políticas urbanas mais amplas são alguns dos problemas que persistem, perpetuando desigualdades e dificultando o acesso a serviços essenciais.

O conceito de *déficit* habitacional, foi amplamente utilizado para justificar a construção de novas moradias, também é questionado por sua abordagem quantitativa, que muitas vezes ignora questões como a qualidade das habitações, a localização dos empreendimentos e o acesso a serviços básicos. A análise do *déficit* habitacional em Três Lagoas revela que, apesar dos esforços para aumentar o estoque de moradias, os problemas habitacionais não foram solucionados, especialmente para as camadas mais

vulneráveis da população. Movimentos sociais, como a Ocupação São João, emergem como resposta a essas lacunas, reivindicando o direito à moradia digna e a uma cidade mais justa e inclusiva.

Neste sentido, o capítulo 2 está organizado em três subcapítulos. O primeiro (2.1) apresenta o contexto urbano e industrial de Três Lagoas, abordando os processos de crescimento econômico e suas implicações na organização do espaço urbano. O segundo (2.2) discute os efeitos dos programas habitacionais, com foco no PMCMV e no PCVA, analisando suas contradições e impactos na segregação socioespacial. O terceiro subcapítulo (2.3) examina os desafios habitacionais da cidade sob a perspectiva do *déficit* habitacional, considerando os fatores que limitam o acesso à moradia digna e os entraves estruturais que persistem na política habitacional.

No capítulo 3, abordam-se as transformações socioespaciais e o cotidiano dos moradores da Ocupação São João e dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho, localizados em Três Lagoas, Mato Grosso do Sul. A análise concentra-se nas dinâmicas locais, nas práticas socioespaciais e nas estratégias de resistência e apropriação do espaço urbano desenvolvidas pelos moradores, evidenciando as desigualdades socioespaciais que caracterizam essas áreas.

Nesse contexto, o capítulo 3 dedica-se a compreender as desigualdades socioespaciais enfrentadas por esses moradores e as formas como eles lidam com tais desafios em seu cotidiano, valendo-se de estratégias como a organização comunitária, a adaptação dos deslocamentos e a construção de redes de sociabilidade. Essas práticas revelam, simultaneamente, a precariedade da estrutura urbana e as possibilidades de resistência e transformação em um espaço urbano fragmentado.

O capítulo 3 organiza-se em três seções principais. A primeira (3.1) detalha os procedimentos metodológicos das entrevistas e traça o perfil dos moradores da Ocupação São João e dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho. A segunda (3.2) concentra-se na formação da Ocupação São João e no cotidiano de seus moradores. A terceira (3.3) examina a formação dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho, analisando as condições de vida dos moradores e destacando os desafios cotidianos e as práticas socioespaciais que os caracterizam. Por meio dessa análise, busca-se ampliar a compreensão das complexas relações que estruturam o espaço urbano em Três Lagoas, considerando tanto as desigualdades socioespaciais quanto as práticas cotidianas que, ao mesmo tempo, contestam e reproduzem essas dinâmicas.

O capítulo 4 propõe-se a examinar as práticas espaciais cotidianas dos moradores dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho, bem como da Ocupação São João, em Três Lagoas, sob a ótica da fragmentação socioespacial. Este termo, central à presente tese, sobretudo nesse capítulo em específico, refere-se ao processo pelo qual o espaço urbano se divide de maneira desigual e desarticulada, gerando áreas isoladas e desconectadas que refletem e intensificam desigualdades sociais, econômicas e culturais. Tal dinâmica manifesta-se nas condições de moradia, no acesso restrito a serviços essenciais, nas barreiras à mobilidade e nas práticas de consumo, evidenciando as clivagens ou divisões que estruturam a vida dos moradores desses locais. Assim, com base nas narrativas dos moradores, esta pesquisa analisou, por meio de quatro dimensões empíricas — habitat, trabalho, mobilidade e consumo —, a estruturação de seu cotidiano e a eventual segmentação que nele se manifesta.

No que tange ao habitat, investigam-se as condições residenciais e a interação dos moradores com o local de moradia, destacando a sensação de distanciamento e a precariedade da infraestrutura urbana como fatores distintivos. No âmbito do trabalho e da mobilidade, explora-se como os entraves ao deslocamento e a distância entre residência e locais de emprego acentuam a segregação socioespacial. No que concerne ao consumo, avalia-se o acesso a bens e serviços, revelando tanto as disparidades no acesso a recursos quanto as estratégias de resiliência desenvolvidas por essas populações.

A análise das narrativas dos moradores, apresentada no capítulo 4, permitiu compreender como a lógica fragmentária se expressa em suas vidas cotidianas, não apenas por fatores estruturais, mas também por comportamentos e estratégias que reforçam o isolamento e a limitação das interações com outras áreas da cidade. Essa dinâmica influencia suas condições materiais, suas redes sociais e suas percepções sobre o espaço urbano. Enquanto os moradores da Ocupação São João enfrentam desafios relacionados à informalidade e à ausência de infraestrutura básica, os residentes dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho lidam com problemas como a baixa qualidade construtiva e o isolamento social. Essas distinções evidenciam que a fragmentação socioespacial assume formas variadas em cada território, mas também apontam para a urgência de políticas públicas articuladas e integradoras, que não se limitem ao fornecimento de moradia, mas que assegurem mobilidade, acesso a serviços, qualidade urbana e o efetivo direito à cidade para todos os cidadãos.

O capítulo 4, portanto, aponta uma perspectiva crítica sobre as condições de vida e os desafios enfrentados pelos moradores dessas localidades, destacando a importância

de compreender as práticas cotidianas como elementos-chave para a superação das desigualdades urbanas. A partir dos relatos e experiências dos moradores, a pesquisa não apenas evidencia indícios de uma lógica fragmentária e os impactos da fragmentação socioespacial, mas também revela as possibilidades de transformação e resistência que emergem dos moradores desses locais.

CAPÍTULO 1

PRODUÇÃO DA CIDADE: COTIDIANO, PRÁTICAS ESPACIAIS, SEGREGAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL

Este capítulo se propõe a apresentar um arcabouço teórico para a análise da produção da cidade, tendo como foco principal a compreensão do cotidiano e das práticas espaciais como elementos-chave para desvendar as dinâmicas de segregação e fragmentação socioespacial.

Conforme Lefebvre (2000), a cidade se revela em seus espaços e práticas, materializados em elementos do cotidiano como a esquina, a praça, o centro. Esses termos, além de nomear, expressam o uso e a vivência do espaço urbano, articulando uma prática espacial que dá sentido à cidade. Portanto, o cotidiano se torna o ponto de partida para a análise da produção social do espaço.

A cidade contemporânea, marcada por intensas transformações, apresenta-se como um espaço heterogêneo, onde as relações sociais se materializam em diferentes formas de apropriação e uso do espaço urbano. No entanto, essa heterogeneidade não é neutra, ela reflete desigualdades históricas e processos de segregação socioespacial — entendida como a separação e hierarquização de classes sociais no espaço urbano, que limita o acesso de determinadas populações a serviços, infraestrutura e oportunidades. Esse fenômeno, presente desde a Revolução Industrial no século XIX, intensificou-se ao longo do século XX com a rápida urbanização e a ausência de planejamento adequado, sobretudo em países periféricos como o Brasil. Na contemporaneidade, a segregação socioespacial se agrava, impulsionada pela lógica de mercado que orienta as políticas urbanas e habitacionais, resultando em uma cidade cada vez mais fragmentada — ou seja, compreendida aqui como um processo que desconecta diferentes áreas urbanas, tanto no acesso a serviços e infraestrutura quanto nas relações sociais e simbólicas entre seus habitantes.

Autores como Carlos (2020) e Rodrigues (2000) apontam para os mecanismos de controle espacial que operam na produção da cidade, resultando em desigualdades no acesso a moradia, transporte e espaços públicos. A fragmentação socioespacial, por sua vez, aprofunda essa lógica, gerando espaços relativamente desconectados e seletivamente articulados, nos quais a circulação, o acesso e as oportunidades são desiguais e desproporcionalmente distribuídos. Isso dificulta a construção de uma cidade comprometida com a equidade urbana, o direito à moradia e à inclusão social.

A análise do cotidiano e das práticas espaciais, especialmente em áreas periféricas e segregadas, permite desvendar as contradições e as lutas que permeiam a produção do espaço urbano. As práticas espaciais dos moradores, desde os trajetos diários até as formas de organização e resistência, revelam as estratégias de sobrevivência e adaptação às condições desiguais da cidade.

Neste capítulo, serão abordados os seguintes conceitos-chave:

Produção social do espaço (Lefebvre, 2000): A cidade como resultado das relações sociais, das práticas cotidianas e das lógicas de poder que se materializam no espaço urbano.

Práticas espaciais (Corrêa, 2007): Ações espacialmente localizadas, engendradas por agentes sociais, que se transformam em processos espaciais.

Segregação socioespacial (Carlos, 2020; Rodrigues, 2000): Separação e hierarquização dos grupos sociais no espaço urbano, com base em fatores como classe, renda, raça e etnia.

Direito à cidade (Lefebvre, 2010; Frota, 2019; Abate, 2020; Alcantara, 2018; Mares, 2022): Reivindicação por uma cidade justa e inclusiva, que supere as lógicas excludentes do planejamento urbano. Apesar de sua atemporalidade, a concretização desse direito enfrenta tensões e contradições, especialmente em contextos urbanos marcados pela segregação e pela diversidade de percepções sobre o espaço. Enquanto alguns grupos usufruem plenamente da cidade, outros veem seu acesso a bens, serviços e sociabilidades restringido, evidenciando a urgência de repensar a produção do espaço urbano de forma democrática e equitativa.

Fragmentação socioespacial (Sposito e Sposito, 2020; Legroux, 2021; Morcuende, 2021): Diferenciação e ampliação da segregação, caracterizada pela criação de espaços isolados e desarticulados dentro da cidade. Esse processo não se resume à intensificação da segregação residencial, mas abrange desigualdades que se manifestam em diferentes usos do espaço urbano, refletindo a complexidade das dinâmicas urbanas contemporâneas.

A partir da articulação desses conceitos, o capítulo busca construir uma base teórica sólida para a análise da produção da cidade, revelando como o cotidiano e as práticas espaciais se entrelaçam na produção e reprodução das desigualdades socioespaciais. O subcapítulo 1.1 explora a cidade como espaço dinâmico produzido socialmente, analisando o papel do cotidiano e das práticas espaciais na organização e vivência urbana. Já o subcapítulo 1.2 discute a segregação como um processo de

diferenciação e desigualdade no espaço urbano, avançando para a fragmentação socioespacial, que amplia e complexifica essa dinâmica, resultando em espaços isolados e desarticulados dentro da cidade.

1.1 Cidade, direito a cidade, cotidiano e práticas espaciais

De acordo com Sposito (1996, p. 12) para entender a cidade “[...] é preciso verificar a sua dinâmica, a sua geografia e a sua história, ou seja, observar as movimentações das pessoas em suas ruas, as relações comerciais, onde estão localizados os estabelecimentos industriais, onde moram e estudam seus habitantes, etc.” Essa abordagem multidimensional e pluriescalar parte do princípio de que a cidade não é estática, mas está em constante transformação. As movimentações nas ruas, por exemplo, revelam padrões de comportamento, circulação e uso do espaço que mudam ao longo do tempo, influenciados por fatores econômicos, culturais e políticos. As relações comerciais indicam como a cidade está inserida em processos de produção e consumo, com implicações na distribuição de riqueza e oportunidades.

Rolnik (2003, p. 13) destaca que “a cidade é antes de mais nada um imã, antes mesmo de se tornar local permanente de trabalho e moradia”. Assim, a cidade é como um espaço em constante mudança, que atrai pessoas e atividades, moldando-se a partir das interações e fluxos que nela ocorrem. Essa característica de atração destaca a cidade como um espaço dinâmico e central na vida das pessoas. Amorim (2022, p.29), complementa e escreve que a cidade pode ser vista como um “caleidoscópio teórico infinito, polissêmico e bastante complexo, destacando sua natureza multifacetada. Produto das interações entre diferentes classes sociais, a cidade manifesta transformações em escalas espaciais e sociais, marcadas por tensões e desigualdades.

Compreender a cidade, sob a perspectiva da geografia, transcende a mera observação de sua morfologia e trajetória histórica. É imprescindível analisar as práticas cotidianas, as políticas públicas, as resistências e os movimentos sociais que configuram a apropriação e o uso do espaço urbano. Esses elementos evidenciam a natureza dinâmica do espaço citadino, constantemente reconfigurado por interações humanas e por processos políticos, sociais, culturais e econômicos. Assim, a cidade se revela como um constructo em contínua produção e reprodução, refletindo as relações de poder, as desigualdades espaciais e as dinâmicas socioespaciais que a caracterizam.

As formas e funções da cidade estão intrinsecamente vinculadas às relações socioespaciais que a configuram. Transformações na organização social, impulsionadas

por dinâmicas econômicas, culturais e políticas, refletem-se no espaço urbano e, ao mesmo tempo, são por ele influenciadas, em um processo dialético contínuo. Nesse sentido, pode ser entendida como um *locus* da vida urbana (Amorim, 2022), no qual experiências sociais, econômicas e culturais ganham forma e se concretizam. Ao mesmo tempo, ela expõe desigualdades e contradições geradas pelas relações de poder e pela estrutura socioeconômica, sendo moldada pelas ações humanas que nela se desenvolvem.

É na cidade que ocorrem conflitos e desigualdades inerentes ao capitalismo, manifestando-se de forma desigual no espaço urbano. Tornando-se um local de disputas e resistências, no qual diferentes grupos sociais reivindicam e lutam por melhores condições de vida e pela efetivação de seus direitos. Essa dinâmica evidencia que ela vai além de uma simples estrutura física composta por prédios e ruas, ela é um espaço onde práticas sociais se desenvolvem e o cotidiano¹ se constrói, refletindo mudanças sociais, culturais e econômicas ao longo do tempo.

Carlos (2007) reforça que é na cidade que o capitalismo se reproduz, moldando o espaço e as relações sociais. Ao mesmo tempo, ela é um espaço de vivência, de construção de identidades e de luta por melhores condições de vida. Nesse movimento entre a lógica do capital, que busca maximizar a valorização do espaço urbano e as demandas sociais que reivindicam direitos por moradia, infraestrutura e qualidade de vida, a cidade é constantemente redefinida por essas tensões. Tal dinâmica revela a natureza conflituosa e mutável do espaço urbano, moldado por processos econômicos, sociais e políticos.

Essa produção do espaço urbano é resultado de um processo histórico e social que reflete as condições de vida e as lógicas econômicas vigentes. Divisões como a separação entre áreas residenciais, industriais e comerciais são influenciadas pelas relações de poder e pelas necessidades de diferentes classes sociais. Essa complexidade evidencia como a cidade, longe de ser um espaço plenamente acessível a todos, é um campo de disputas e contradições que moldam sua forma e função.

Desde o século XX, a produção do espaço urbano no Brasil tem sido caracterizada pela ocupação de áreas periféricas sem planejamento adequado, enquanto a distribuição de serviços públicos não ocorre de forma homogênea, levando parte da população a se concentrar em áreas com melhores infraestruturas e oportunidades, enquanto outra parcela é relegada a áreas desprovidas de serviços e infraestrutura básica.

¹ Esse termo será discutido mais adiante.

A abordagem de Lefebvre (2010) propõe uma compreensão mais abrangente, destacando como o espaço urbano é configurado por práticas sociais e dinâmicas de poder que se revelam nas vivências diárias da população. Um exemplo disso é a ocupação de praças e espaços públicos para manifestações culturais, feiras de economia solidária ou encontros comunitários, práticas que não apenas ressignificam esses locais — inicialmente projetados como áreas de circulação ou lazer —, mas também evidenciam disputas e apropriações que expressam o exercício do direito à cidade e a reivindicação de novos usos e significados para o espaço urbano.

Esse contraste do espaço urbano evidencia a importância de compreender a cidade não apenas em termos estruturais, mas também como um local de práticas, disputas e vivências que transformam continuamente seu significado e suas funções. Ao buscar compreender e analisar as cidades em toda sua complexidade, reconhecemos que os espaços e as relações que neles se desenvolvem dão origem a múltiplas representações — ou seja, interpretações simbólicas e sociais que atribuem diferentes significados à vida cotidiana. Essas representações influenciam a forma como a cidade é percebida, concebida e vivida (Lefebvre, 2000), conferindo dinamicidade e diversidade à experiência urbana.

Segundo Lefebvre (2000), a análise da cidade e do seu significado pode ser feita através de três categorias principais, que segundo ele fazem parte da teoria da produção do espaço, um deles é : o espaço percebido – refere-se às práticas espaciais² cotidianas e à forma como o espaço é utilizado e experimentado pelos indivíduos. É o espaço da ação e da rotina, onde as interações práticas e sensoriais com o espaço urbano ocorrem. Ele representa como as pessoas se movem, trabalham, residem e interagem no espaço da cidade. Nesse sentido, o autor observa que:

[...] no espaço percebido, a realidade cotidiana (o emprego do tempo) e a realidade urbana (os percursos e redes ligando os lugares do trabalho, da vida “privada”, dos lazeres). Associação surpreendente, pois ela inclui em si {pressupõe} a separação exacerbada entre esses lugares que ela religa. A competência e a performance espaciais próprias a cada membro dessa sociedade só se examinam empiricamente. Assim, a prática espacial “moderna” se define pela vida cotidiana de um habitante de moradia social na periferia – caso limite, mas sem dúvida significativo – sem que isso nos autorize a deixar de lado as autoestradas ou a política de transporte aéreo. Uma prática espacial deve ter certa coesão, sem que isso implique coerência (no sentido de intelectualmente elaborada, concebida logicamente). (Lefebvre, 2000, p.66).

² Este conceito, será explorado com mais profundidade adiante.

Já o espaço concebido - que corresponde às representações formais do espaço, como as concebidas por planejadores urbanos, arquitetos e engenheiros. É o espaço das políticas, dos planos e dos projetos que buscam estruturar a cidade de acordo com uma lógica racional e instrumental. Esse é o espaço da representação técnica e das normas, onde o planejamento formal se manifesta. Nas palavras de Lefebvre (2000):

As representações do espaço, ou seja, o espaço concebido, aquele dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas “retalhadores” e “agenciadores”, de certos artistas próximos da cientificidade, identificando o vivido e o percebido ao concebido (o que perpetua as sábias especulações sobre os Números: o número de ouro, os módulos e “canhões”). É o espaço dominante numa sociedade (um modo de produção). As concepções do espaço tenderiam (com algumas reservas sobre as quais será preciso retornar) para um sistema de signos verbais, portanto, elaborados intelectualmente. (Lefebvre, 2000, p.66).

E o espaço vivido - é a dimensão subjetiva e simbólica do espaço urbano, carregada de significados, memórias e experiências pessoais. Este espaço é onde as interações sociais e a apropriação simbólica ocorrem, influenciando a forma como os habitantes percebem e atribuem sentidos aos locais. É uma combinação entre a realidade física e as emoções, ideias e representações dos indivíduos. Lefebvre (2000) descreve que:

Os espaços de representação, ou seja, o espaço vivido através das imagens e símbolos que o acompanham, portanto, espaço dos “habitantes”, dos “usuários”, mas também de certos artistas e talvez dos que descrevem e acreditam somente descrever: os escritores, os filósofos. Trata-se do espaço dominado, portanto, suportado, que a imaginação tenta modificar e apropriar. De modo que esses espaços de representação tenderiam (feitas as mesmas reservas precedentes) para sistemas mais ou menos coerentes de símbolos e signos não verbais. (Lefebvre, 2000, p.66).

Estas categorias proporcionam uma compreensão mais profunda das cidades, revelando as muitas camadas e significados de como as cidades são produzidas e vivenciadas. Lefebvre (2000) acredita que é na interação dessas dimensões do percebido, do concebido e vivido que observa as contradições e mudanças que transformam a vida urbana.

Nos conjuntos habitacionais que serão analisados posteriormente (Novo Oeste e Orestinho), por exemplo, o espaço concebido pelos planejadores (como blocos residenciais padronizados) frequentemente entra em tensão com o espaço percebido pelos moradores, cujas práticas cotidianas de deslocamento e acesso precário a serviços evidenciam as limitações do projeto. Simultaneamente, o espaço vivido surge como uma resposta criativa, com iniciativas que ressignificam o ambiente, como a ocupação de áreas comuns para atividades coletivas. Da mesma forma, as ocupações urbanas — e, no caso desta tese, a Ocupação São João — representam movimentos de luta por moradia que

transformam terrenos vazios em comunidades organizadas. Essas ações exemplificam a reapropriação de espaços concebidos pela lógica do capital, atribuindo-lhes novos significados no espaço vivido.

A tríade lefebvriana — espaço percebido, concebido e vivido — revela as tensões inerentes à produção do urbano e, ao mesmo tempo, fundamenta a luta pelo direito à cidade. Para Lefebvre (2010), esse direito se configura como uma reivindicação coletiva por uma cidade mais justa e inclusiva, na qual todos possam participar ativamente da produção, transformação e usufruto do espaço urbano. Trata-se de um projeto político que confronta a lógica dominante do planejamento urbano, frequentemente subordinado a interesses econômicos de uma minoria – e exige uma reestruturação radical das dinâmicas espaciais, capaz de promover inclusão social e equidade na distribuição dos recursos urbanos.

Lefebvre (2010) aponta que o direito à cidade, expõe as contradições de uma urbanização que segrega e marginaliza, transformando a cidade em um espaço fragmentado onde a cidadania plena é privilégio de poucos. Como destaca o autor “o direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou retorno as cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito a vida urbana, transformada, renovada” (Lefebvre, 2010, p. 117 e 118). Nesse sentido, o direito à cidade não se limita ao acesso físico do espaço urbano, mas envolve a possibilidade real de apropriação e participação ativa na construção da cidade. Trata-se de um direito que transcende a mera presença no espaço urbano e se estende à capacidade de influenciar seus rumos, suas políticas e sua organização. A cidade, ao longo da história, tem sido local de intensas disputas entre diferentes grupos sociais, evidenciando como sua produção e estruturação refletem relações de poder e interesses econômicos. Segundo Frota (2019, p.163):

O direito à cidade, portanto, não se confunde com uma política urbana estatal, com um projeto urbanístico ou com um marco legal específico, ainda que possa influenciar e estar parcialmente refletido nessas estruturas institucionais. Da maneira como foi concebido e proclamado, está mais para uma utopia orientadora da luta social do que como um direito propriamente jurídico.

Dessa forma, o direito à cidade deve ser compreendido como um conceito que ultrapassa a mera regulamentação estatal ou a implementação de políticas públicas pontuais. Como aponta Frota (2019), ele se insere no campo das lutas sociais e das reivindicações coletivas por uma cidade mais inclusiva, justa e acessível. Ao ser concebido como uma utopia orientadora, o direito à cidade se configura como uma ferramenta de contestação às formas dominantes de organização urbana, muitas vezes

baseadas na lógica do capital e na segregação socioespacial, esse último será discutido no subcapítulo 1.2.

A luta pelo direito à cidade requer não apenas políticas públicas que promovam moradia e serviços de qualidade, mas também uma mudança na forma como a cidade é pensada e governada, reconhecendo todos os seus habitantes como participantes legítimos na construção e apropriação do espaço urbano. Essa é uma perspectiva crítica, que provoca as políticas urbanas tradicionais e propõe uma abordagem mais inclusiva e participativa. Portanto, o direito à cidade representa não apenas o acesso ao espaço urbano, mas a possibilidade de moldá-lo e usufruí-lo de maneira justa e coletiva. Esse conceito é sustentado por dimensões fundamentais, como o acesso equitativo aos serviços públicos, a participação democrática na gestão urbana e o direito à moradia digna, assegurando que todos possam habitar, circular e vivenciar a cidade plenamente.

Como destaca Alcantara (2018, p. 56):

As representações que cada grupo social constrói da cidade como um todo e de suas partes são diversas, compreendem fatores de ordem material e simbólica, objetiva e subjetiva, reiterando a complexidade da produção da cidade no período contemporâneo, no qual é extremamente difícil a construção de uma representação coletiva do que deveria ser o direito à cidade.

Essa diversidade de percepções evidencia os desafios para se alcançar uma visão unificada sobre o que significa o direito à cidade na prática. No entanto, longe de ser um obstáculo em si, essa diversidade pode ser vista como um aspecto positivo, pois expressa a pluralidade de experiências urbanas e de formas de viver, ocupar e reivindicar a cidade. Entre as barreiras contemporâneas, destacam-se as desigualdades socioespaciais, a fragilidade da participação cidadã e a insustentabilidade ambiental. Tais entraves tornam a efetivação do direito à cidade uma tarefa ainda mais complexa, pois as múltiplas vivências e condições de acesso aos bens urbanos produzem demandas distintas e, por vezes, contraditórias entre os diferentes grupos sociais. Enquanto alguns reivindicam melhorias em infraestrutura e serviços básicos, outros defendem a preservação de espaços privilegiados de consumo e exclusividade, revelando as tensões latentes na disputa pelo espaço urbano.

Mares (2022, p. 86) aponta que muitas cidades são produzidas:

[...] em atendimento às necessidades de consumo e deslocamento de um seletivo grupo social, uma diferenciação acentuada que coloca em crise a acessibilidade ao espaço citadino, aos bens e serviços urbanos, a sociabilidade, ao direito à cidade de modo ampliado a uma maior parte da população.

Essa realidade exige reformas urbanísticas inclusivas, que redefinem o planejamento urbano e priorizem a convivência democrática nos espaços públicos. Como ressalta Abate (2020, p. 113), “a ideia ‘direito à cidade’ é atemporal e a luta pela sua

materialização permanece viva, ainda que árduos embates e vários campos de tensão se configurem, nas cidades contemporâneas, em torno dessa possibilidade”. Esse conceito, articulado por Lefebvre (2010), enfatiza a necessidade de garantir o acesso equitativo ao espaço urbano, transformando a cidade em um lugar de participação e apropriação coletiva.

Nesse sentido, o direito à cidade não se limita à mera permanência no espaço urbano, mas implica a possibilidade de influenciar ativamente os processos que moldam sua organização, seus usos e seus significados. Trata-se da reivindicação de uma cidade que seja construída pelas práticas cotidianas de seus habitantes e que se oponha às dinâmicas excludentes impostas pela lógica mercantil.

Harvey (2014) retoma essa ideia ao argumentar que o direito à cidade é, ao mesmo tempo, um direito individual e coletivo, configurando-se como o direito de transformar a cidade de acordo com as necessidades e aspirações sociais. Assim, a luta pela efetivação do direito à cidade deve considerar não apenas o acesso físico aos espaços urbanos, mas também a democratização das decisões sobre seu planejamento, uso e gestão.

O conceito de “direito à cidade” é uma ferramenta analítica fundamental para compreender as dinâmicas socioespaciais em Três Lagoas-MS, especialmente nos conjuntos habitacionais Novo Oeste, Orestinho e na Ocupação São João. Ele permite enxergar esses espaços não apenas como locais de moradia, mas como campos de luta pela apropriação do espaço urbano, onde os moradores enfrentam a precariedade, a segregação e a ausência de serviços públicos. Ao utilizar esse conceito, pretendo analisar como as práticas cotidianas dos moradores — como a organização comunitária na Ocupação São João ou o acesso limitado a bens e serviços nos conjuntos habitacionais — refletem demandas pelo direito de habitar, participar e transformar a cidade. Essa abordagem contribuirá para essa tese ao revelar as tensões entre o planejamento urbano excludente e as estratégias de resistência dos moradores.

A transformação do espaço urbano em um local de convivência democrática só se concretiza quando o planejamento considera as práticas cotidianas das pessoas, que constituem a base da vida urbana. O cotidiano, enquanto esfera das interações socioespaciais, revela as necessidades, resistências e aspirações dos diferentes grupos sociais, sendo essencial para materializar o “direito à cidade” e consolidar espaços públicos como arenas de inclusão e democracia. Sobre o cotidiano, Carlos (2007) destaca que:

São os lugares que o homem habita dentro da cidade que dizem respeito a seu cotidiano e a seu modo de vida onde se locomove, trabalha, passeia, flana, isto é, pelas formas através das quais o homem se apropria e que vão ganhando o significado dado pelo uso. Trata-se de um espaço palpável — a extensão exterior, o que é exterior a nós, no meio do qual nos deslocamos. Nada também de espaços infinitos. São a rua, a praça, o bairro, — espaços do vivido, apropriados através do corpo — espaço públicos, divididos entre zonas de veículos e a calçada de pedestres dizem respeito ao passo e a um ritmo que é humano e que pode fugir aquele do tempo da técnica (ou que pode revelá-la em sua amplitude). É também o espaço da casa e dos circuitos de compras dos passeios, etc. (p. 18).

Essa análise nos leva a pensar que o espaço urbano não é apenas um reflexo da vida social e das práticas cotidianas, mas também um elemento que as condiciona e influencia. A apropriação e o uso dos lugares definem a experiência urbana, enquanto o próprio espaço, por sua vez, impacta as interações e comportamentos dos indivíduos. Essa relação bidirecional revela um ritmo humano que coexiste com as pressões e dinâmicas do tempo contemporâneo, destacando como a cidade é simultaneamente influenciada pelas práticas sociais e condiciona a maneira como essas práticas se desenvolvem.

Portanto, a cidade é, ao mesmo tempo, um produto das práticas cotidianas e um espaço dinâmico em que essas práticas são continuamente transformadas e renovadas. Ela não apenas reflete as rotinas e interações de seus habitantes, mas também se constitui como um local onde novas experiências, significados e relações são criados e ressignificados. Seu dinamismo não pode ser reduzido a uma mera evolução estrutural, pois ela é atravessada por diferentes grupos, conflitos e interesses que a moldam.

Deste modo:

O caminho que se abre à análise é pensar o cotidiano [...] que é um tecido pelas maneiras de ser, conjunto de afetos, as modalidades do vivido, próprios a cada habitante produzindo uma multiplicidade de sentidos. Podemos buscar o entendimento do lugar nas práticas mais banais e familiares o que incita pensar a vida cotidiana segundo a lógica que lhe é própria e que se instala no insignificante, no parcelar, no plural (Carlos, 2007, p.20).

Tal reflexão sobre a natureza do cotidiano e sua relação com o espaço, apresenta uma imagem complexa, onde as diversas formas de existir se entrelaçam, formando um padrão único e particular para cada indivíduo. Em perspectiva complementar, Santana (2013) nos convida a olhar para o espaço urbano como um produto das relações sociais e um campo de produção de significados. Assim, descreve que:

[...] a cidade é vista como a materialização das relações e práticas sociais, sendo assim construída para se tornar eficiente à produção, circulação e consumo de fluxos e mercadorias, enquanto o urbano, conectado a determinados sentimentos, valores, emoções, ideologias e imaterializações, fornece um significado, uma representação do que é percebido, concebido e vivido na/da realidade e de como o concebido e o vivido são percebidos no cotidiano (Santana, 2013, p. 31).

A integração dessas perspectivas sublinha que o cotidiano é o *locus* onde o percebido, o concebido e o vivido se entrecruzam, produzindo a complexidade do espaço urbano. Enquanto o espaço percebido estrutura as rotinas práticas, o concebido impõe uma ordem planejada, e o vivido confere significação, o cotidiano sintetiza essas dimensões, revelando tanto as contradições do sistema capitalista quanto as possibilidades de agenciamentos.

Compreender a cidade em sua multiplicidade, enquanto produto das relações sociais e campo de produção de significados, permite desvendar essas dinâmicas. Nesse sentido, Oliveira destaca que:

É no desenrolar do cotidiano que se estabelece a apropriação de diferentes espaços para a realização das atividades que baseiam a reprodução da vida social, como moradia, trabalho, consumo, lazer; são instituídas as relações de sociabilidade entre os cidadãos; desenvolvidas as representações acerca dos distintos espaços e de seus moradores. Enfim, é no cotidiano que se tornam possíveis as experiências urbanas como, por exemplo, a elaboração de trajetos, a identificação com determinados espaços e/ou segmentos sociais, a estigmatização de outros, a realização de encontros e o evitamento de certos contatos etc., que pautam a construção diária dos modos de vida nas cidades e das memórias e impressões tidas sobre elas. (p.365).

Nessa direção, o cotidiano é onde ocorrem as experiências urbanas mais básicas, como o uso do meio de transporte, a identificação com diferentes lugares e grupos sociais, e a construção de memórias e impressões sobre a cidade, por exemplo. Essas experiências diárias permitem que os cidadãos reconheçam o espaço urbano como algo em constante transformação, a partir da qual as interações reforçam ou contestam as normas e expectativas sociais. Os trajetos, os locais de lazer e trabalho e as interações espontâneas nos espaços públicos não são apenas ações isoladas; elas representam a materialização de relações de poder, identidades culturais e, muitas vezes, práticas de resistência. Assim, a análise do cotidiano se torna uma ferramenta poderosa para compreender como a cidade é vivida e apropriada, revelando camadas de significados que ultrapassam as análises focadas apenas na estrutura física ou no planejamento formal do espaço urbano.

Para tanto, é importante destacar que.

No cotidiano urbano se desenvolvem diferentes práticas espaciais de cidadãos que conferem sentidos e representações à cidade. A soma desses elementos, quando analisados no âmbito das narrativas e discursos oriundos dos cidadãos, pode revelar diferentes processos espaciais que tonificam a impossibilidade de tomar para si a cidade enquanto direito. Deste modo, reconhece-se que a ocorrência de mudanças na forma de realização deste cotidiano resulta em alterações tanto no âmbito social quanto no espacial (Amorim, 2022, p. 41).

As práticas cotidianas e suas modificações não podem ser analisadas separadamente do espaço urbano, pois as transformações sociais se refletem diretamente na organização do espaço e vice-versa. Por exemplo, mudanças nas práticas de

mobilidade, lazer e trabalho não apenas impactam a estrutura urbana, como também revelam novas formas de sociabilidade e apropriação do espaço. Da mesma forma, transformações no desenho da cidade – como o surgimento de novas centralidades, a reorganização de áreas de moradia e a privatização de espaços públicos – reconfiguram os modos de vida e as interações sociais dos cidadãos.

Dessa maneira, o espaço urbano e as relações sociais não podem ser tratados como dimensões separadas, mas sim como elementos interdependentes, em um processo contínuo de construção mútua, no qual as dinâmicas do cotidiano refletem e produzem mudanças simultaneamente espaciais e sociais.

De tal modo, o cotidiano urbano é um campo de disputas e significados, onde diferentes práticas espaciais não apenas transformam a cidade, mas também revelam as limitações e possibilidades de acesso como escreve Lefebvre (2010) o direito à cidade. Essas práticas são fundamentais para compreender os processos que ocorrem no espaço urbano. Sendo assim, Carlos (2007, p. 81) aponta que “o cotidiano não se restringe às atividades de rotina, nem tão pouco a atos isolados, isto porque no cotidiano se realizam as coações e se gestam as possibilidades”.

Nesse processo, o cotidiano atua como um fio condutor que articula práticas, significados e interações sociais. É por meio dessas práticas que os indivíduos constroem laços com determinados lugares, atribuem significados às áreas que frequentam e estabelecem fronteiras simbólicas que distinguem espaços de pertença daqueles vistos como alheios. Essa dinâmica também evidencia as desigualdades sociais, ao tornar visível a disparidade no acesso a serviços, infraestrutura e oportunidades.

Além disso, o cotidiano reflete as estratégias de adaptação e resistência dos moradores, que reorganizam suas rotinas para lidar com os desafios urbanos e criar espaços de convivência e solidariedade. As escolhas de trajetos, os locais de encontro e as práticas de lazer revelam não apenas preferências individuais, mas também padrões coletivos que informam a estrutura social da cidade. Assim, a análise do cotidiano permite compreender como os modos de vida se entrelaçam com a organização espacial e com as políticas urbanas, influenciando a percepção e o uso da cidade.

A cidade é um espaço onde a vida cotidiana acontece, se renova e se reinventa. Nesse sentido, Lefebvre (2000) ressalta a importância de analisar a cidade a partir de suas práticas cotidianas e das interações sociais que nela se desenvolvem. O autor descreve que:

Cada um sabe do que se trata quando se fala de uma “peça” num apartamento, da “esquina” da rua, da “praça”, do mercado, do “centro” comercial ou cultural, de um “lugar” público etc. Essas palavras do discurso cotidiano discernem, sem os isolar, espaços e descrevem um espaço social. Elas correspondem a um uso desse espaço, portanto, a uma prática espacial que elas designam e compõem. (Lefebvre, 200, p. 36).

Assim, as práticas cotidianas se configuram como um campo dinâmico de experiências e disputas, onde diferentes grupos sociais criam, modificam e ressignificam os espaços que habitam. Esses processos não são neutros, pois refletem tanto relações de dominação quanto formas de resistência, evidenciando como o espaço urbano é constantemente reinventado pelos seus próprios habitantes.

Ao se concentrar nas práticas cotidianas, busca-se compreender como os indivíduos experienciam a cidade, seus usos e apropriações do espaço urbano. Essa perspectiva permite uma análise mais profunda e complexa da cidade. No cotidiano urbano, os habitantes praticam e experimentam diferentes formas de interação com o espaço, atribuindo significados e construindo representações da cidade. A análise dessas práticas, especialmente quando observadas por meio das histórias e discursos dos moradores, pode evidenciar processos espaciais que ressaltam a dificuldade de exercer plenamente o direito à cidade. Assim, percebe-se que mudanças na forma como esse cotidiano se desenrola impactam tanto as relações sociais quanto a organização espacial da cidade.

Nesse contexto, Carlos (2017, p.16 e 17) afirma que “a noção de cotidiano liga-se àquele de reprodução (a um momento histórico deste processo) que compreende uma multiplicidade de aspectos, sentidos, valores”. Amorim (2022, p 42) aponta “[...] que a vida cotidiana contemporânea incute em uma produção fragmentada da cidade em termos de possibilidades”. As práticas cotidianas dos habitantes devem ser investigadas de forma articulada às estruturas macroeconômicas e políticas que condicionam o uso do espaço. Como Lefebvre (2000) sugere, é fundamental compreender o espaço não apenas como um elemento físico, mas como um produto das relações sociais que refletem e reproduzem desigualdades.

É na cidade que o cotidiano se desenrola e ganha forma, onde conflitos e contradições sociais se manifestam e se transformam, influenciando e sendo influenciados pelo próprio espaço urbano. Com seus elementos e processos em constante tensão, o espaço configura-se como um produto concreto da vida cotidiana, refletindo não apenas as alienações e limitações impostas às camadas populares e aos grupos marginalizados — sejam elas visíveis ou sutis —, mas também as transgressões e

possibilidades que o permeiam. Nesse contexto, práticas cotidianas de resistência e inovação emergem, desafiando as imposições e criando novas formas de viver e se apropriar do espaço urbano (Santana, 2013).

As formas e estruturas preexistentes na cidade, assim como os significados e representações que carrega, influenciam diretamente as interações físicas e sociais dos indivíduos. Esses sujeitos que ocupam e vivenciam esses espaços, não apenas atribuem sentido ao cotidiano, mas também são capazes de transformá-lo, redefinindo continuamente o significado da existência (Santana, 2013). Essa relação entre o espaço e os habitantes revela como o cotidiano é um processo dinâmico, onde a cidade é simultaneamente vivida e recriada.

As práticas cotidianas, desde o simples ato de caminhar até as complexas relações de trabalho e lazer, conformam o espaço urbano e são influenciadas por ele. A cidade se apresenta como um local onde a cultura, a história, a economia e a política se entrelaçam. O espaço urbano é também um local onde encontros, conflitos e oportunidades se interligam, revelando toda sua complexidade. Essa interação contínua entre o espaço urbano e as práticas cotidianas evidencia como as cidades são construídas e reconstruídas de forma incessante, refletindo as influências e transformações sociais que nelas acontecem.

Lindón (2006) destaca que a incorporação da dimensão do cotidiano como categoria de análise no campo das Ciências Sociais permite compreender as relações entre espaço e práticas cotidianas de maneira mais detalhada e sensível às experiências dos sujeitos urbanos. Essa abordagem amplia as leituras tradicionais sobre a cidade, que frequentemente priorizam aspectos estruturais e macroeconômicos, e possibilita uma visão mais próxima das dinâmicas vivenciadas no dia a dia pelos cidadãos. Ela enfatiza que essa abordagem proporciona uma compreensão mais profunda dos microespaços sociais e das redes de interações que ali se estabelecem.

Todavia, é importante discernir entre abordagens que tangenciam diversos aspectos do cotidiano, como família, trabalho, educação, lazer, consumo, práticas religiosas e moradia e perspectivas que são especificamente construídas a partir dessa realidade diária. Além disso, vale ressaltar que uma análise com foco na vida cotidiana deve contemplar tanto o indivíduo quanto seu contexto espacial, demandando uma visão que seja imersa nessa experiência cotidiana.

Como ressalta Lindón (2006), esse tipo de análise centrada na vida cotidiana requer que se leve em consideração o indivíduo e seu espaço, exigindo uma perspectiva

que se origine dessa experiência diária. Portanto, nem toda referência ao cotidiano reflete necessariamente uma compreensão verdadeira e profunda da sua espacialidade e das dinâmicas que a permeiam. Para tanto, incorporar o cotidiano nos estudos enquanto categoria de análise, como é o caso desta pesquisa, é fundamental levar em conta sua espacialidade. Ter um olhar para o cotidiano e sua espacialidade é compreender que há uma construção baseada no cruzamento entre as esferas políticas, culturais, históricas, econômicas e pessoais, que permitem aos sujeitos construir sua subjetividade e identidade social.

Santana (2013, p.33) escreve que é “no e pelo espaço da cidade que o urbano se torna indissociável do cotidiano, sendo a um só tempo produto e produtor das práticas espaciais”. Essa relação dialética entre espaço e práticas revela como o urbano é construído pelas ações cotidianas dos habitantes, que produzem, se apropriam e transformam o espaço urbano. Dessa maneira, a cidade não é apenas um local onde a vida cotidiana acontece, é também influenciado pelas interações sociais e pelos usos que seus moradores fazem dela.

Neste contexto, a prática espacial emerge como elemento fundamental na produção do espaço uma vez que os sujeitos, através de suas rotinas, trajetos, encontros e desencontros, constroem uma teia de significados e relações que dão vida à cidade. São estas práticas que materializam as relações sociais no espaço urbano, criando territorialidades específicas e formas particulares de uso e apropriação dos lugares.

Essas práticas podem ser observadas nas mais diversas escalas do cotidiano urbano, desde o percurso diário casa-trabalho, passando pelas formas de lazer e socialização em espaços públicos, até as manifestações culturais e políticas que ocupam ruas e praças. Além disso, o consumo desempenha um papel central, seja no uso de shoppings e mercados, seja na frequência a bares, restaurantes e feiras, que se tornam pontos de encontro e sociabilidade. Cada uma dessas ações – incluindo as práticas de consumo – contribui para a construção social do espaço urbano, ao mesmo tempo em que é condicionada por ele, numa relação de mútua influência.

A indissociabilidade entre o urbano e o cotidiano se expressa justamente através dessas práticas espaciais, que são simultaneamente resultado e processo da vida urbana. O espaço deixa de ser apenas um local passivo e torna-se um elemento ativo na produção das relações sociais, influenciando comportamentos e sendo modificado por eles.

No que tange à prática espacial, segundo Pereira (2024, p.1 e 2) ela “[...] não se refere apenas à dimensão espacial, mas à dimensão espaço-temporal da sociedade que,

por meio das práticas, produz e reproduz o espaço e a própria vida”. Nessa concepção, as práticas espaciais podem ser entendidas como uma forma específica de práticas sociais, caracterizadas por uma dimensão espacial mais complexa e direta.

Segundo Souza (2013), o conceito de prática espacial convida a uma reflexão sobre a relação inseparável entre o espaço e as práticas sociais. Ao afirmar que toda prática espacial é, ao mesmo tempo, social, ele nos leva a repensar como interpretamos nossas interações diárias com o espaço urbano. O espaço não atua apenas como um cenário neutro para as atividades humanas, mas sim como um elemento ativo que influencia e é influenciado por essas atividades.

Complementando, Pereira (2024, p.5) aponta que:

Não é ao simples deslocamento no espaço que se refere a prática espacial; ela está ligada a um conjunto de determinações que influenciam os deslocamentos a maiores ou menores distâncias, produtos que serão comprados e os lugares onde eles serão consumidos, o lazer e a renda que (im)possibilita a aquisição de certos bens, o meio de transporte que condiciona as práticas espaciais (auto)segregadoras, os lugares de moradia etc.[...] O conceito de prática espacial, na maior parte das vezes em que é operacionalizado, diz respeito aos aspectos ligados ao cotidiano, que produzem o espaço e o reproduzem enquanto momento de produção do mundo e reprodução da vida humana (Pereira, 2024, p.5).

Portanto, a prática espacial é reflexo das condições sociais e econômicas que configuram o uso e o acesso aos diferentes espaços urbanos. Essas condições geram dinâmicas que afetam como o espaço é vivenciado e apropriado por diferentes grupos. A prática espacial vai além do simples deslocamento físico no espaço, englobando um conjunto de fatores que determinam como e por onde as pessoas se movem na cidade. Essas práticas são influenciadas por diversas condições socioeconômicas, como a renda, o acesso a bens e serviços, as opções de lazer, local de moradia que afetam as escolhas e os comportamentos espaciais dos indivíduos.

O fator renda (im)possibilita o acesso a determinados bens e serviços demonstrando como as desigualdades econômicas influenciam diretamente as práticas espaciais. Pessoas com maior poder aquisitivo podem ter mais opções de lazer, morar em áreas mais bem localizadas ou utilizar meios de transporte mais confortáveis, enquanto aqueles com menor renda enfrentam restrições significativas em seus deslocamentos e no acesso a serviços urbanos. Isso reflete o processo de segregação socioespacial, no qual as práticas cotidianas e a mobilidade urbana são determinadas pelas disparidades econômicas que permeiam a cidade.

Neste sentido, os meios de transporte condicionam práticas espaciais e corroboram com esse processo. Por exemplo, quem depende de transporte público pode

ter menos acesso a certas áreas da cidade, limitando suas opções de consumo, lazer e moradia. As práticas espaciais são uma interseção entre o cotidiano e as condições estruturais da sociedade, em que o espaço é continuamente produzido e reproduzido por meio das ações e interações dos indivíduos, refletindo as desigualdades e dinâmicas sociais da vida urbana.

As práticas espaciais cotidianas permitem que os indivíduos percebam o espaço, o qual é influenciado por representações simbólicas resultantes da experiência vivida (Lefebvre, 2000). Dessa forma, a espacialidade dos sujeitos é caracterizada tanto por elementos objetivos quanto subjetivos, que refletem a forma como os espaços urbanos são apropriados e as relações estabelecidas com os diversos lugares da cidade, baseando-se no processo de produção social do espaço (Lefebvre, 2000).

Contudo, como destaca Souza (2013, p.240):

Definitivamente, a especificidade da prática espacial não se traduz à maneira de como se poderia expressar a diferença entre dois fenômenos absolutamente distintos - o que poderia induzir à inferência equivocada que existem práticas espaciais que não são sociais. E talvez tampouco seja muito adequado dizer que práticas espaciais representam um “subconjunto” do conjunto maior das práticas sociais – o que poderia sugerir a ideia de que podem existir práticas sociais independentes do espaço. A prática espacial se nos aparece com algo dotado de uma certa particularidade, em grande parte com uma questão de perspectiva. É bem verdade que nem todas as práticas sociais são diretas, densas ou complexamente espaciais ou espacializadas; as vezes, há mediações de tal monta entre uma prática espacial e sua dimensão espacial (para além, obviamente, do aspecto básico e banal de que não há sociedade e mesmo vida humana sem espaço) que, por isso, se justifica falarmos das práticas espaciais como práticas sociais de um tipo particular. Comparecer a uma zona eleitoral para sufragar um voto é uma ação que, por mais que, obviamente, o processo se desenrole em um espaço específico e sob diversos condicionantes sócio-espaciais (por exemplo o padrão de segregação residencial pode, de diversas maneiras e mesclado com outros tantos fatores atinentes a diversas escalas, interferir nas preferências setoriais dos residentes de um determinado lugar), dificilmente merecia ser chamada de “prática espacial”. Por outro lado, alterar e mesmo manipular os limites de distritos eleitorais (artifício chamado de *gerrymandering* nos Estados Unidos) é claramente uma prática espacial.

Essa distinção implica que a espacialidade dos sujeitos vai além da simples presença física, manifestando-se na interação dinâmica com as estruturas espaciais. A prática espacial, portanto, não pode ser reduzida a um conceito estanque ou secundário, pois ela estrutura a vida social de forma complexa, evidenciando como o espaço não é apenas cenário, mas agente ativo na constituição das relações sociais.

Souza (2013) aponta que as práticas espaciais envolvem mais do que o simples deslocamento físico e são influenciadas por vários fatores, como condições socioeconômicas e acesso a serviços. Essa abordagem destaca a complexidade das interações no espaço urbano e como elas são moldadas por fatores externos que afetam

as decisões diárias das pessoas. O papel das práticas espaciais na produção do mundo e na reprodução da vida humana é um ponto importante, pois reforça a ideia de que as práticas cotidianas não são apenas respostas passivas às condições existentes, mas também atuam como forças ativas que moldam e transformam o espaço urbano continuamente. Esse processo dinâmico sugere que o espaço urbano é recorrente da formação das práticas sociais, econômicas e culturais em constante evolução.

Em uma via distinta, Corrêa (2007):

As práticas espaciais constituem ações espacialmente localizadas, engendradas por agentes sociais concretos, visando a objetivar seus projetos específicos. Constituem ações individuais, não necessariamente sistemáticas e regulares, caracterizadas por uma escala temporal limitada. A natureza pontual no espaço e no tempo estabelece a distinção entre prática espacial e processo espacial. Por intermédio dessa noção, é possível estudos de casos, envolvendo a ação de um agente individual sobre uma pequena área. A singularidade da prática espacial transforma-se, pela ação sistemática, regular e de maior escala temporal, envolvendo uma ampla porção do espaço, em processo espacial. (p.68 e 69).

Por outro lado, os processos espaciais se distinguem pela transformação dessas práticas pontuais em algo mais abrangente e duradouro. Quando as práticas espaciais passam a ser realizadas de forma sistemática, regular e em uma escala temporal maior, envolvendo uma área geográfica mais extensa, elas se configuram como processos espaciais. Esse desenvolvimento implica que o acúmulo e a repetição das práticas individuais podem gerar mudanças mais amplas no espaço urbano ao longo do tempo.

Por exemplo, a gentrificação é um processo espacial que surge a partir de práticas pontuais, como a valorização de determinados bairros por cidadãos de maior poder aquisitivo, levando à expulsão de moradores de baixa renda e à transformação da paisagem urbana. Outro exemplo é a expansão urbana, que resulta da repetição de práticas de ocupação do solo em áreas periféricas, muitas vezes impulsionadas por políticas públicas ou dinâmicas de mercado. Além disso, a formação de centralidades – como polos comerciais ou culturais – também é um processo espacial que emerge da consolidação de práticas cotidianas, como o comércio e o lazer, em determinadas áreas da cidade. Esses processos resultam da repetição e sistematização de práticas espaciais, como a escolha de locais para moradia, trabalho ou lazer, e têm impactos profundos na organização e dinâmica das cidades.

Ao discernir diferentes locais, ajudam a compor um entendimento coletivo do espaço urbano. Eles não apenas nomeiam partes da cidade, mas articulam uma prática espacial que envolve o uso desses lugares. Portanto, o discurso cotidiano é fundamental para a construção e a comunicação do espaço social, mostrando que os lugares adquirem

significados através das práticas espaciais que neles ocorrem e dos usos que lhes são atribuídos. Essa análise revela que o espaço urbano não é apenas uma realidade física, mas também um produto social que se constitui por meio das práticas espaciais cotidianas, refletindo as vivências e interações dos indivíduos na cidade.

É importante chamar atenção:

[...] para o fato de que as práticas espaciais não são rotinas e compõem o cotidiano, porque se repetem sempre, embora isso ocorra. Fazem parte do cotidiano, porque também são capazes de conter o novo e, assim, podem ser compreendidas dialeticamente, ou seja, por meio do movimento entre os contrários que são capazes de gerar sua superação e revelar suas contradições, embora isso seja apenas uma possibilidade, entre muitas outras. Para a apreensão das práticas espaciais a perspectiva analítica mais adequada é, assim, a do cotidiano, embora sempre compreendido em sua multiescalaridade. (Sposito e Góes, p. 93, 2022).

A interpretação é de que as práticas espaciais operam na interseção entre o cotidiano e as condições estruturais, o que é uma observação valiosa. Isso sugere que, para entender as dinâmicas urbanas, é necessário considerar tanto o cotidiano dos cidadãos quanto os fatores estruturais que limitam ou expandem suas opções. Assim, as práticas espaciais operam na interseção entre o cotidiano dos cidadãos e as dinâmicas estruturais, como a desigualdade, que leva à ou se reflete no espaço urbano através de fenômenos como a segregação.

Essa abordagem é particularmente relevante para compreender habitats urbanos distintos, como é o caso desta pesquisa que trata da Ocupação São João e dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho. Na Ocupação São João, as práticas espaciais refletem a luta por moradia e a apropriação coletiva do espaço, marcadas por ações como a construção autônoma de casas de lona, a organização de assembleias comunitárias e a criação de espaços de sociabilidade. Essas práticas, inicialmente pontuais, evoluem para processos espaciais quando sistematizadas, como na consolidação da ocupação como um local reconhecido, desafiando a lógica do planejamento formal e materializando a luta pelo “direito à cidade” (Lefebvre, 2010). Já nos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho, as práticas espaciais são condicionadas pelo desenho urbano rígido, que segrega os moradores em periferias com acesso limitado a serviços. Aqui, o cotidiano revela práticas de adaptação, como a ressignificação de áreas comuns para atividades culturais ou a criação de redes de solidariedade, que contrastam com a lógica concebida do espaço (Lefebvre, 2000). Essas dinâmicas evidenciam como o cotidiano, mediado por práticas espaciais, expressa tanto as limitações impostas pela segregação e fragmentação socioespacial quanto os agenciamentos que transformam o espaço vivido.

Portanto, relacionar as práticas espaciais ao cotidiano permite compreender que os diferentes ritmos de vida da população são fruto de um longo processo histórico, marcado por processos como a segregação e a fragmentação socioespacial, processos que serão discutidos no subcapítulo 1.2.

1.2 Segregação e fragmentação socioespacial

A compreensão das transformações urbanas, conforme assinalado por Lefebvre (2000) e Harvey (2014), exige reconhecer o espaço como produto e produtor de processos históricos, refletindo e influenciando as dinâmicas sociais que nele se desdobram. Nesse contexto, a cidade contemporânea distingue-se por lógicas complexas de organização espacial, entre as quais a fragmentação socioespacial assume particular relevância. Este fenômeno transcende a noção clássica de segregação, marcada por uma separação mais rígida entre grupos sociais, manifestando-se em uma intrincada rede de conexões e desconexões. Proximidades físicas, nesse cenário, nem sempre se traduzem em interações sociais significativas, e espaços geograficamente contíguos podem apresentar profundas clivagens no acesso a recursos, serviços e oportunidades.

Essa fragmentação é sintomática de uma urbanização intrinsecamente desigual. A mera coexistência espacial de diferentes grupos sociais e funções urbanas não mitiga as disparidades socioeconômicas nem dissolve as barreiras, materiais e simbólicas, que os separam. A lógica fragmentária se revela tanto em políticas urbanas que privilegiam determinados espaços quanto nas práticas cotidianas dos cidadãos, que engendram novas formas de ocupação, resistência e apropriação espacial. A análise dessa dinâmica requer, portanto, o reconhecimento dos múltiplos fatores que condicionam as vivências e os usos do espaço urbano, bem como das formas pelas quais essas práticas reproduzem ou contestam as desigualdades socioespaciais. Assim, a reflexão sobre segregação e, subsequentemente, sobre fragmentação socioespacial torna-se central para uma compreensão aprofundada das divisões e articulações que estruturam o espaço urbano contemporâneo.

Iniciamos a abordagem pela segregação, esse que é um processo social deliberado, profundamente interligado à forma como o espaço urbano é produzido, organizado e apropriado. Ela resulta de decisões, práticas e políticas urbanas que, de maneira interdependente, combinam fatores econômicos, culturais e simbólicos para estruturar a separação entre grupos sociais (Correa, 1989). Esses fatores não atuam isoladamente, mas se reforçam mutuamente, as diferenças econômicas influenciam as

oportunidades de moradia e acesso à cidade, enquanto aspectos culturais e simbólicos contribuem para legitimar e naturalizar as desigualdades socioespaciais. Trata-se de um fenômeno enraizado em processos históricos e políticos que reproduzem e aprofundam desigualdades estruturais. Não é um fenômeno espontâneo, mas o resultado de ações planejadas e intencionais que configuram o espaço urbano de maneira a privilegiar determinados interesses e grupos sociais, enquanto marginalizam e excluem outros, perpetuando ciclos de desigualdade e segregação.

Corrêa (1989) argumenta que a segregação é um processo social que resulta na concentração espacial de certos grupos ou atividades em determinadas áreas da cidade. Ele também explora a relação entre a segregação e a diferenciação social, mostrando como diferentes grupos sociais tendem a se concentrar em diferentes partes da cidade, com base em sua renda, status social e outras características.

Maricato (1996) aponta que uma das principais dinâmicas da cidade é a segregação, processo esse que dificulta o acesso aos serviços e infraestrutura urbanos, tais como transporte coletivo, saneamento, abastecimento de água tratada, serviços de saúde, educação, creches, lazer e recreação. Esse processo reflete e intensifica as desigualdades urbanas, reforçando barreiras que dificultam a integração social e espacial dos habitantes

A mesma autora, Maricato (1996, p.56), a respeito da segregação elucida que:

[...] não é somente uma das faces mais importantes da exclusão social, mas parte ativa e importante dela. A dificuldade de acesso aos serviços de infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição a ocorrência de enchentes e desmoronamentos, etc.) somam-se a menores oportunidades de profissionalização, maior exposição a violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer.

O trecho em questão apresenta uma realidade complexa, onde fatores infraestruturais, sociais e econômicos se entrelaçam, perpetuando a desigualdade. É uma análise abrangente sobre como a segregação corrobora com a exclusão social – entendida como a marginalização de indivíduos em relação aos benefícios, recursos e oportunidades oferecidos pela sociedade –, evidenciando suas múltiplas dimensões e os impactos profundos que exerce sobre a população urbana. Maricato (1996) ainda ressalta que a segregação não é apenas uma consequência da exclusão social, mas um componente ativo no processo de reprodução das desigualdades, ao confinar grupos marginalizados a áreas precárias e limitar seu acesso a serviços, oportunidades e participação na vida urbana.

Essa visão permite compreender a complexidade dessa realidade, onde fatores infraestruturais, sociais e econômicos se entrelaçam de maneira estruturante. Problemas

como a precariedade de serviços urbanos, a violência e as diversas formas de discriminação reforçam um ciclo de exclusão, perpetuando desigualdades históricas e limitando o acesso a direitos fundamentais.

Para Villaça (2001) a segregação é um fenômeno complexo e multifacetado, resultado de processos históricos, sociais e econômicos. Ele destaca a importância de analisar a distribuição espacial da população, os padrões de uso do solo e os tempos de deslocamento para compreender a dinâmica da segregação nas cidades brasileiras. Ele analisa a segregação socioespacial no Brasil, abordando como o mercado imobiliário e as políticas públicas contribuem para a desigualdade urbana, reforçando a separação entre classes sociais nas cidades.

Castells (2000, p. 250) define que a segregação é “[...] a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia.” Ele contribui para a compreensão da segregação ao enfatizar as relações complexas e mutáveis que determinam as modalidades de reprodução da força de trabalho. Para ele, a segregação não é apenas uma distribuição espacial de grupos sociais, mas sim a expressão de desigualdades sociais e econômicas mais profundas. Ou seja, é uma expressão das condições sociais e econômicas que moldam as oportunidades e limitações dos trabalhadores na cidade, refletindo as desigualdades estruturais subjacentes.

Para Lefebvre (2010), a segregação é produto direto da lógica capitalista de produção do espaço, que fragmenta a cidade em zonas de exclusão e privilégio. O autor argumenta que ela não é um acidente, mas uma ferramenta de dominação de classe, reforçando a divisão entre centros de poder e periferias marginalizadas. Nessa perspectiva, a segregação manifesta a contradição entre valor de uso e valor de troca no espaço urbano.

Tanto Castells (2000) quanto Lefebvre (2010) refletiram sobre o conceito de segregação urbana, ainda que de perspectivas distintas. Embora nenhum dos dois autores trate explicitamente do termo “segregação socioespacial”, suas análises abordam claramente esse fenômeno. As abordagens desses autores Castells (2000) e Lefebvre (2010) diferenciam-se não tanto pela descrição da materialização espacial da segregação, mas principalmente pela interpretação de suas causas e implicações políticas.

Negri (2008), por sua vez, destaca o impacto da segregação sobre o exercício da cidadania, argumentando que as desigualdades espaciais limitam o acesso a políticas

públicas e oportunidades de mercado. Assim, a segregação, ao moldar as condições de vida e as oportunidades de diferentes grupos sociais, influencia diretamente a qualidade de vida e a participação cidadã. Para o autor, o aspecto econômico sobrepõe-se a todos os outros tipos de segregação. Dessa forma, a segregação não é simplesmente um fator de divisão de classes no espaço urbano, mas também um instrumento de controle e reprodução das desigualdades nesse espaço.

Essas perspectivas sobre a segregação são fundamentais para compreender o urbano. No entanto, optamos por adotar o conceito de segregação socioespacial, pois ele expressa de forma mais precisa a relação intrínseca entre a produção do espaço urbano e as desigualdades sociais. A segregação socioespacial vai além da separação física entre grupos sociais, abrangendo também as dinâmicas de poder e exclusão que moldam e estruturam o espaço urbano.

Nesta tese, como será tratado nos próximos capítulos, que tem o foco central na Ocupação São João e nos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho, bem como o cotidiano e as práticas espaciais de seus moradores, a perspectiva da segregação socioespacial se apresenta como a mais adequada para a análise. Dessa forma, a compreensão da segregação socioespacial é tratada sob uma perspectiva diferenciada, sendo utilizada como ferramenta analítica para explorar como as relações de poder, econômicas e sociais criam e perpetuam desigualdades espaciais. Nesse contexto, a segregação socioespacial é entendida não apenas como um resultado, mas como um processo dinâmico e contínuo, que reflete e reforça as hierarquias sociais presentes na produção e no uso do espaço urbano.

A segregação socioespacial, que por sua vez, não é um fenômeno natural, mas um processo social intimamente ligado à produção do espaço urbano. Como destaca Paula (2003, p. 35-36), “[...] na constituição da cidade entra uma série de processos exclusivos, de modo que há uma separação, por exemplo, entre pobres e ricos, bom e ruim, visível e invisível – ou aquilo que não se quer ver”. Essa separação reflete as desigualdades estruturais que moldam a cidade, criando divisões que vão além da distribuição física do espaço e atingem as relações sociais e econômicas.

Carlos (2020) interpreta a segregação socioespacial como forma de desigualdade social. Tal perspectiva:

[...] traz como pressuposto a compreensão da produção da cidade como produto mercantil que sob o capitalismo contempla a dupla determinação do trabalho: ser, ao mesmo tempo (e dialeticamente), um valor de uso (a existência humana se realiza pelos usos dos espaços-tempos da cidade) e um valor de troca (a cidade aparece como possibilidade de realização da produção

capitalista, como processo de produção de mais valia). Tal fato significa que a cidade, socialmente produzida, sob a égide do capitalismo torna-se uma mercadoria. (2020, p. 413).

A cidade é produzida como uma mercadoria, resultado de uma dupla determinação: por um lado, é moldada pelas lógicas econômicas que a transformam em meio para a acumulação de capital; por outro, é continuamente ressignificada e reinventada pelas práticas cotidianas de seus habitantes. Esse processo confere à cidade um caráter dialético, na medida em que ela se apresenta tanto como valor de uso quanto como valor de troca. Como valor de uso, constitui o espaço onde a vida social se realiza, permitindo diferentes apropriações no cotidiano. Como valor de troca, configura-se como um ativo dentro da dinâmica capitalista, sendo apropriada e comercializada para a geração de mais-valia. Assim, ainda que socialmente construída, a cidade é tratada como mercadoria nas relações capitalistas de produção do espaço urbano.

Dessa maneira, o espaço urbano, marcado pela predominância do valor de troca sobre o valor de uso, torna-se uma condição essencial para a concretização do cotidiano. O valor de uso refere-se à utilidade e ao benefício direto que um espaço ou objeto oferece às pessoas, representando a funcionalidade e a satisfação que os habitantes encontram ao utilizarem os espaços urbanos para atividades como morar, trabalhar, socializar e se deslocar. Esse valor prioriza as necessidades humanas e a vivência coletiva, destacando o papel do espaço na promoção da qualidade de vida. Em contraste, o valor de troca é um valor monetário atribuído a um espaço ou objeto, definido pelo potencial de venda ou comercialização no mercado. No espaço urbano, isso se manifesta na especulação imobiliária e na utilização de terrenos e edificações para fins lucrativos, muitas vezes em detrimento do acesso público e das funções sociais do espaço.

Essa ênfase na mercantilização impacta diretamente a forma como o espaço urbano é organizado e utilizado, influenciando a dinâmica urbana e as interações sociais. Áreas com maior valor de troca, geralmente localizadas onde se concentram serviços, infraestrutura e oportunidades, enquanto outras áreas são marcadas pela precariedade, limitam as possibilidades de seus moradores. Isso impacta diretamente na qualidade de vida das pessoas, restringindo o acesso a bens e serviços essenciais e contribuindo para a reprodução das desigualdades sociais

Carlos (2020) evidencia que a cidade contemporânea é marcada por uma lógica de produção e apropriação do espaço que reforça e reproduz as desigualdades sociais. Nesse contexto, a segregação socioespacial é uma expressão direta das desigualdades

sociais, pois reflete a forma como a cidade é produzida e apropriada dentro de uma lógica mercantil, na qual o valor de troca sobrepõe-se ao valor de uso.

Além disso, as análises de Carlos (2020) ampliam a compreensão sobre a segregação socioespacial ao conectá-la diretamente às práticas cotidianas e às desigualdades produzidas pelo mercado e pelo poder público. Essa abordagem evidencia que a segregação não é apenas uma questão de localização geográfica, mas também de acesso desigual a direitos fundamentais e oportunidades, como moradia, transporte e espaços públicos.

A segregação socioespacial não se limita à separação física entre bairros ricos e pobres, mas está profundamente enraizada nas relações sociais e econômicas que estruturam a cidade, moldando as condições de vida e trabalho de seus habitantes. Esse processo é condicionado por fatores como o acesso desigual a serviços essenciais, educação, emprego e infraestrutura, que restringem as oportunidades de grupos vulneráveis e reforçam desigualdades (Maricato, 1996). Além disso, a dimensão política desempenha um papel central, como apontam Vieira e Melazzo (2012, p. 165), que destacam a atuação de atores políticos e ideológicos, especialmente “o Estado, através da formulação e implementação das suas políticas públicas, principalmente as habitacionais, na formulação das legislações urbanísticas e sua fiscalização e nos processos de planejamento e gestão da cidade”.

Esse cenário reflete e reforça desigualdades estruturais, condicionando as experiências cotidianas dos habitantes conforme sua posição social. Áreas urbanas tornam-se espaços de reprodução dessas disparidades, onde populações privilegiadas têm acesso facilitado a recursos e oportunidades, enquanto as periferias enfrentam barreiras significativas, como infraestrutura precária e serviços de baixa qualidade (Villaça, 2001). A localização espacial, analisada em sua dimensão relacional e socioeconômica, é um fator determinante nesse processo, evidenciando que a segregação socioespacial é um fenômeno dinâmico, que evolui com as transformações nas relações sociais e econômicas. Compreender sua natureza multidimensional é, portanto, essencial para a formulação de políticas que promovam inclusão e equidade na organização do espaço urbano.

De acordo com Amorim, (2022, p. 18) ao analisar [...] o espaço geográfico em suas múltiplas escalas e no contexto do modo de produção capitalista, vemos que o processo de segregação socioespacial historicamente possibilitou (e ainda possibilita) a reprodução do controle espacial. Esse controle é exercido por meio da organização

desigual dos espaços urbanos, onde diferentes grupos sociais são separados conforme sua posição econômica e social.

A segregação socioespacial não se limita a delimitar espacialmente onde diferentes grupos sociais podem viver; ela atua como um poderoso mecanismo de distribuição desigual de recursos, oportunidades e serviços urbanos essenciais. Essa dinâmica é visível no contraste entre áreas periféricas - frequentemente marcadas pela precariedade de infraestrutura e pela escassez de investimentos públicos - e locais valorizados economicamente, que concentram equipamentos urbanos de qualidade e melhores oportunidades de mobilidade.

Como destacam Peres e Saboya (2024) a segregação socioespacial constitui-se:

[...] um processo no qual os contatos presenciais entre grupos sociais distintos são minimizados, dificultados e/ou restringidos como consequência de condições espaciais intencionais, espontâneas ou imprevistas. Essas condições incluem separação, distanciamento, esquivações, barreiras visuais, demarcações territoriais materiais ou simbólicas e restrições de acesso a diferentes modos de transporte. Além disso, usamos o termo segregação socioespacial para denotar também o resultado desse processo, ou seja, as situações espaciais e sociais concretas em um ponto específico no tempo. (p.4).

Essa definição destaca a segregação como um processo dinâmico e um resultado espacial consolidado, que impacta a convivência social ao limitar a sociabilidade e reforçar desigualdades estruturais. Portanto, a segregação socioespacial, longe de ser um fenômeno natural, é uma estratégia que serve aos interesses do modo de produção capitalista, perpetuando a desigualdade e moldando a cidade de forma a favorecer determinados grupos em detrimento de outros.

Rodrigues (2000) faz uma análise da segregação socioespacial na seguinte perspectiva:

Consideramos, assim, que a segregação socioespacial concretizada pelos loteamentos murados e condomínios fechados é definida pela propriedade na qual se inclui a mercadoria segurança, que define um valor de troca para aqueles que podem pagar, anulando o valor de uso e, impondo mudanças no mundo da vida cotidiana. (p.12).

Essa crítica ressalta que a segregação socioespacial vai além da simples separação física, envolvendo uma lógica mercantilista que redefine as dinâmicas urbanas. A segurança, transformada em mercadoria, converte o espaço urbano privilegiado, acessível apenas àqueles com poder aquisitivo suficiente para adquiri-lo. No trecho citado, Rodrigues (2000) evidencia essa mercantilização da segurança, que se alinha à lógica da autosegregação³, já que são os grupos mais privilegiados que podem pagar por

³ Embora não seja um conceito diretamente abordado nesta tese, sua relevância é fundamental para a análise dos processos de segregação e fragmentação socioespacial.

esses espaços privatizados. Esse processo gera mudanças no cotidiano e reforça a fragmentação da cidade.

Dessa forma, loteamentos murados e condomínios fechados se tornam símbolos de exclusividade e status, promovendo uma reorganização espacial que privilegia interesses privados em detrimento do bem-estar coletivo. Esse processo impacta diretamente o mundo da vida cotidiana, modificando os padrões de interação social e restringindo o acesso de grupos menos favorecidos a determinados espaços.

Essas transformações reforçam a segregação socioespacial, criando verdadeiros enclaves que isolam os moradores, tanto física quanto simbolicamente, do restante da cidade. Nesse cenário, a segregação socioespacial deixa de ser apenas uma consequência das desigualdades sociais para se tornar um mecanismo ativo de reprodução dessas desigualdades.

A autosegregação é um fenômeno que leva a outro patamar a segregação socioespacial, manifestando-se na proliferação de enclaves fortificados, como condomínios fechados e shopping centers, que atraem principalmente as classes média e alta. Esses espaços, caracterizados por isolamento físico, sistemas de segurança e busca por homogeneidade social, refletem a escolha de grupos privilegiados por segurança, status e exclusividade. Essa dinâmica reforça a fragmentação do espaço urbano, criando barreiras simbólicas e físicas entre diferentes classes sociais e contribuindo para o esvaziamento do espaço público e a redução das interações sociais (Caldeira, 1997).

Como destaca a autora:

[...] a proliferação de enclaves fortificados vem criando um novo modelo de segregação espacial e transformando a qualidade da vida pública em muitas cidades ao redor do mundo. Enclaves fortificados são espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho. Esses espaços encontram no medo da violência uma de suas principais justificativas e vêm atraindo cada vez mais aqueles que preferem abandonar a tradicional esfera pública das ruas para os pobres, os "marginais" e os sem-teto. Enclaves fortificados geram cidades fragmentadas em que é difícil manter os princípios básicos de livre circulação e abertura dos espaços públicos que serviram de fundamento para a estruturação das cidades modernas. (Caldeira, 1997, p.155).

Essa lógica de segregação se articula com o modelo fragmentário de urbanização, no qual a cidade deixa de ser um espaço contínuo de interação e passa a ser composta por núcleos isolados e fortificados, onde determinadas camadas sociais se protegem, monitoram seus espaços e se distanciam simbolicamente do restante da população. Essa dinâmica não apenas fragmenta o espaço urbano, mas também redefine as relações sociais, criando barreiras físicas e simbólicas que dificultam a convivência e a livre circulação.

Embora mais associada às grandes metrópoles, a autossegregação também se manifesta em cidades médias, onde a lógica de consumo segmentado e a ocupação do solo mercantilista resultam na formação de enclaves socioespaciais que rompem a continuidade do tecido urbano. Esses processos, embora menos intensos, refletem desigualdades sociais e econômicas e impactam o acesso a serviços e oportunidades, além de comprometer a integração entre grupos sociais (Dal Pozzo, 2011; 2015). Assim, a autossegregação emerge como uma expressão contemporânea das dinâmicas de segregação, acentuada tanto por escolhas individuais quanto por estruturas socioeconômicas.

A autossegregação, que nada mais é que uma manifestação da segregação socioespacial, um fenômeno que ocorre quando determinados grupos, sobretudo os de maior renda, optam por se isolar voluntariamente em espaços exclusivos, como residenciais ou loteamentos fechados, o termo “espaços residenciais fechados” refere-se a áreas como condomínios, loteamentos fechados e outras formas de habitação que priorizam o isolamento e a exclusividade, em contraste com espaços urbanos abertos e integrados. Pode ser usado como uma categoria mais ampla que engloba diferentes tipos de residenciais com características de fechamento e controle de acesso (Sposito e Goes, 2013), são bairros planejados ou áreas protegidas por barreiras físicas e vigilância. A autossegregação reforça e intensifica a fragmentação socioespacial, pois cria áreas impermeáveis à interação social, contribuindo para a desarticulação do tecido urbano e para o aprofundamento das desigualdades.

A autossegregação é frequentemente associada às escolhas e práticas de grupos sociais que, voluntariamente, se isolam em determinados espaços urbanos para preservar seus estilos de vida e status social. A autossegregação pode ser entendida como uma forma de segregação socioespacial em que o isolamento não é imposto apenas por barreiras externas ou estruturais, mas resulta de decisões deliberadas de um grupo, geralmente com maior poder aquisitivo, de se distanciar dos demais.

Sposito e Góes (2013) argumentam que a proliferação de espaços residenciais fechados com acesso restrito não é apenas um reflexo da insegurança urbana, mas também um mecanismo de autossegregação social. Em termos simples, autossegregação é o processo pelo qual grupos sociais se separam em espaços físicos distintos, buscando homogeneidade social e cultural. No contexto dos espaços residenciais fechados, a autossegregação se manifesta na escolha de residir em locais com características

socioeconômicas e culturais semelhantes, o que acaba por criar comunidades mais homogêneas e isoladas do restante da cidade (Spósito e Góes, 2013).

As autoras Spósito e Góes (2013) identificam diversos fatores que motivam a autosegregação. Dentre eles, destacam a insegurança, que impulsiona a busca por espaços fechados, nos quais os moradores se sentem mais protegidos. A busca por status social também é um fator relevante, associando a moradia em residenciais fechados a um estilo de vida mais exclusivo. Além disso, o desejo por homogeneidade social leva muitas pessoas a procurarem comunidades com valores, hábitos e costumes semelhantes. Outro ponto relevante é a promessa de maior qualidade de vida, com serviços e infraestrutura exclusivos, o que atrai um grande número de pessoas para esses espaços (Spósito e Góes, 2013).

A segregação socioespacial, conceito tradicionalmente utilizado para explicar a divisão espacial e social nas cidades, descreve a separação de grupos sociais com base em fatores como classe, renda, raça e etnia (Castells, 2000; Villaça, 2001). Esse processo, estrutural e histórico, reflete desigualdades no acesso a recursos, serviços e oportunidades, configurando áreas urbanas hierarquizadas, como centros valorizados e periferias precárias (Corrêa, 1989). Contudo, as dinâmicas urbanas contemporâneas revelam limitações desse conceito, exigindo uma abordagem mais abrangente para captar a complexidade das relações socioespaciais.

Além disso, o controle espacial se manifesta em diversas formas, como a regulação do uso do solo, políticas habitacionais e a criação de espaços privados e fechados, como residenciais e centros comerciais, que limitam o acesso a certos espaços urbanos. Nesse contexto, o processo de fragmentação socioespacial, mais do que a segregação tradicional, contribui para a manutenção e reprodução das relações de poder, ao permitir que certos grupos sociais preservem seus privilégios mediante o controle da configuração e do uso do espaço urbano e do acesso aos recursos disponíveis. Cabe ressaltar, contudo, que a fragmentação socioespacial também permite que alguns espaços periféricos sejam requalificados e atraiam investimentos, enquanto outras áreas permanecem marginalizadas, aprofundando a lógica de exclusão. A não incorporação dessas novas dinâmicas de disparidade na análise ou nas políticas contribui para a intensificação das desigualdades sociais e econômicas no espaço urbano.

Contudo, é necessário compreender e analisar a complexidade das dinâmicas urbanas contemporâneas, em que a segregação socioespacial e a fragmentação socioespacial estão profundamente interconectadas, mas não de forma simplista, como se

uma derivasse diretamente da outra. Enquanto a segregação socioespacial refere-se à separação e hierarquização dos grupos sociais no espaço urbano, geralmente imposta por dinâmicas econômicas, sociais e políticas, como o mercado imobiliário, as políticas públicas e as desigualdades estruturais. A fragmentação socioespacial reflete a forma desigual como o espaço urbano é organizado, criando áreas com diferentes níveis de acesso a oportunidades, serviços e infraestrutura. A cidade, nesse contexto, não se apresenta como um todo homogêneo, mas sim como um conjunto de espaços que convivem lado a lado, muitas vezes com baixos níveis de articulação entre si.

A fragmentação socioespacial emerge como uma perspectiva complementar, que não substitui a segregação, mas a ressignifica, intensificando as desigualdades e reconfigurando o tecido urbano (Sposito & Sposito, 2020). Diferentemente da segregação, que implica uma separação hierárquica e relativamente estática, a fragmentação caracteriza-se por uma estrutura urbana fluida, marcada pela coexistência de espaços isolados – como enclaves fortificados e áreas marginalizadas – e pela integração parcial, como a presença seletiva de infraestrutura em periferias (Caldeira, 1997). Esse processo resulta em um mosaico urbano, onde proximidades geográficas contrastam com distâncias sociais, criando barreiras simbólicas e físicas que limitam a interação entre grupos (Lefebvre, 1983).

A fragmentação socioespacial é impulsionada por fatores econômicos, políticos e culturais, incluindo a mercantilização do espaço urbano, políticas urbanas neoliberais e a autosegregação de grupos privilegiados em residenciais fechados (Sposito e Goes, 2013). Enquanto a segregação reflete uma lógica de exclusão estrutural, a fragmentação amplifica essa exclusão ao desarticular o espaço público e enfraquecer a convivência social, como evidencia a proliferação de “enclaves fortificados” que restringem a circulação e o diálogo entre diferentes classes (Caldeira, 1997). Assim, a fragmentação não é um fenômeno puramente recente, mas uma reconfiguração das desigualdades urbanas, que transforma a cidade em um espaço de contrastes e contradições.

Essa abordagem permite analisar as conexões e desconexões que redefinem as relações socioespaciais, indo além da separação física para abarcar as práticas espaciais e as experiências cotidianas dos habitantes (Amorim, 2022). A fragmentação socioespacial, portanto, torna-se um conceito central para compreender as cidades contemporâneas, revelando como as dinâmicas de poder e mercado produzem o espaço urbano fragmentado, onde a autosegregação intensifica desigualdades e desafia a construção de uma urbanidade integrada.

Assim, partir da segregação, emerge a fragmentação socioespacial, um processo mais amplo que intensifica as desigualdades e desconecta diferentes áreas da cidade e pessoas. Sposito et al. (2023, p.6) destacam que “a produção da cidade e do espaço urbano, antes condicionada prevalentemente pela lógica centro-periférica, no período contemporâneo o é cada vez mais pela lógica fragmentária”. Essa transição reflete uma mudança de modelos explicativos mais lineares como o modelo centro-periferia, a cidade dual e a cidade polarizada, para abordagens que reconhecem a complexidade e as múltiplas dinâmicas espaciais das cidades. De forma semelhante, Legroux (2021) aponta que, desde os anos de 1980 e 1990, “[...] constata-se que as cidades se encaixam cada vez menos em modelos como os de “centro-periferia”, de “cidade dual”, de “cidade polarizada”, e, cada vez mais, em uma lógica fragmentária” (p.237).

Além disso, a lógica fragmentária é reforçada por políticas urbanas neoliberais, que priorizam a valorização do solo e a mercantilização da cidade em detrimento do direito à moradia e da coesão social. Nessa perspectiva, Sposito e Sposito (2020) afirmam que a fragmentação:

"[...] assenta-se em compreensão de que este processo tem tanto elementos objetivos quanto subjetivos, tanto materiais como simbólicos, diferentes dimensões que requerem, além de mensuração, sobretudo sensibilidade e observação no processo de análise, por meio do qual há que se selecionar o essencial para se compreender dado processo" (p.11).

Essa abordagem evidencia a necessidade de uma análise que vá além dos indicadores quantitativos tradicionais e incorpore uma perspectiva qualitativa, capaz de captar as subjetividades e as contradições da produção do espaço urbano.

Esses espaços fragmentados resultam em uma experiência urbana, através da qual os habitantes vivenciam realidades distintas, influenciadas por sua localização e contexto social. Enquanto alguns têm acesso fácil a serviços de saúde, educação e lazer, outros enfrentam barreiras para usufruir dos mesmos benefícios, o que reforça e acentua as desigualdades urbanas. Assim, a cidade se torna um espaço de contrastes, onde coexistem áreas de privilégio e de carência, modificando diferentes cotidianos que, por sua vez, continuam a reproduzir essa lógica fragmentada (Amorim, 2022).

A fragmentação socioespacial é um processo que impacta diretamente a vivência cotidiana dos habitantes. Ela reorganiza as práticas espaciais, impondo barreiras que limitam o acesso a oportunidades e aprofundam as desigualdades. Por exemplo, em áreas periféricas e fragmentadas, os longos deslocamentos para acessar serviços ou oportunidades econômicas refletem como a lógica fragmentária molda a experiência urbana, tornando a mobilidade um desafio adicional para as populações mais vulneráveis.

Além disso, a fragmentação socioespacial implica uma lógica excludente no planejamento urbano, que prioriza investimentos em áreas valorizadas e relega as periferias a uma condição de carência estrutural. Esse processo, é reforçado pela mercantilização do espaço urbano, e em que as decisões sobre a cidade são guiadas pelas demandas do mercado e não pelas necessidades sociais.

A fragmentação socioespacial vai além da mera divisão física do espaço, pois representa uma lógica urbana complexa que integra dinâmicas econômicas, sociais e políticas, reforçando desigualdades e limitando o acesso a oportunidades. O resultado é um enfraquecimento das relações sociais e uma desarticulação dos elementos que dão sentido à vida urbana coletiva. Este fenômeno compromete a própria essência da cidade como obra coletiva, uma vez que fragmenta não apenas o espaço físico, mas também as experiências e vivências que constituem a urbanidade (Amorim, 2022).

A fragmentação socioespacial redefine as relações entre os indivíduos e os locais que habitam, criando barreiras simbólicas e físicas que limitam a interação entre os diferentes grupos sociais. Essa dinâmica, alimentada por interesses econômicos e pela atuação seletiva do poder público, reforça a desigualdade e dificulta a formação de uma cidade mais equitativa e democrática. Analisar a fragmentação socioespacial exige, portanto, compreender as práticas espaciais cotidianas e as lógicas de poder que estruturam o espaço urbano.

A referência à fragmentação afirma que as divisões dentro da cidade são múltiplas e não se limitam apenas à distinção entre centro e periferia ou entre os diversos usos residenciais. Essa abordagem destaca a necessidade de uma análise mais refinada e abrangente das dinâmicas urbanas, levando em consideração as diversas fronteiras e divisões que moldam o espaço urbano contemporâneo, como as diferenças entre áreas comerciais, industriais, de lazer e de habitação, além das desigualdades socioeconômicas e culturais.

Em outras palavras, o processo de fragmentação é mais adequado para analisar as distintas áreas das cidades, do que abordagens tradicionais baseadas exclusivamente, no conceito de segregação⁴. Além de ampliar os horizontes de análise, a fragmentação socioespacial não descarta outros processos e conceitos, pelo contrário, eles são incorporados à reflexão (Sposito; Sposito, 2020). Essa perspectiva é reforçada por Legroux (2021) que destaca que:

⁴ Baseado no modelo centro – periferia.

[...] a fragmentação socioespacial ganha corpo para explicar a complexidade dos processos atuais das cidades, organizando outros processos e conceitos, alguns mais antigos (como os de segregação, de periferação, de diferenciação socioespacial, de desigualdades de acesso a bens e serviços básicos, desigualdades de renda, etc.) – e outros mais recentes (autossegregação, concentração dos mais ricos, policentralidade, etc.). Neste sentido, a fragmentação socioespacial aponta para a sua constituição, ou seja, em categoria que organiza os conhecimentos e, ao mesmo tempo, as interpretações de um dado objeto de estudo ou de pensamento; ou seja, um conceito para a interpretação de um novo arranjo socioespacial das cidades. (p. 239).

O processo de fragmentação socioespacial é importante para compreender os processos urbanos contemporâneos. Legroux (2021) destaca que a fragmentação não apenas descreve a complexidade das cidades atuais, mas também organiza outros conceitos e processos. Assim, a fragmentação socioespacial é apresentada como uma categoria que não só descreve esses fenômenos, mas também os interpreta. Ela serve como um conceito que organiza o conhecimento e as interpretações sobre o arranjo socioespacial das cidades.

Não negando outros processos, a fragmentação socioespacial é tida como um conceito que ajuda a compreender as mudanças da e na cidade. Sposito e Sposito (2020, p. 6) consideram que “a fragmentação socioespacial é pautada no acesso desigual dos diferentes segmentos sociais aos serviços e espaços urbanos, bem como nas relações de protagonismo e distribuição de poder na condução dos rumos das cidades”. Essa disparidade no acesso a recursos e oportunidades gera uma segregação socioespacial, onde grupos sociais com menor poder aquisitivo e influência política se concentram em áreas com infraestrutura precária, serviços públicos deficientes e menor acesso a oportunidades de trabalho e educação. Assim, a fragmentação se manifesta tanto em grandes metrópoles quanto em cidades médias e pequenas.

Deste modo:

[...] a fragmentação socioespacial entendida como processo mais geral, pode ser focalizada tomando-se como referência uma parcela da realidade urbana latino-americana, que pode ser estudada tanto nas metrópoles quanto nas cidades intermediárias ou pequenas. Isto não significa que tais parcelas possam ser vistas em si, uma vez que devem ser compreendidas à luz das dinâmicas que compõem a urbanização contemporânea. (Sposito e Sposito, 2020, p. 10).

Essa abordagem sugere que a fragmentação socioespacial não é um fenômeno localizado ou isolado, mas sim parte integrante das transformações urbanas que estão em curso nas cidades. Ao estudar a fragmentação socioespacial em diferentes contextos urbanos, é possível compreender como as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais influenciam a organização e a estrutura das cidades na região.

Em direção semelhante, Morcuende (2021) explica que a fragmentação pode ser compreendida em três movimentos, de separação, contradição e homogeneização. Esses

elementos emergem de um processo de diferenciação que se expressa “na vida cotidiana, na reprodução social e nos processos de diferenciação em diversas escalas” (Morcuende, 2021, p.9).

O mesmo autor descreve que:

El concepto de fragmentación socioespacial recoge, así, todos los procesos sociales, económicos, políticos, y culturales que comprometen el orden social y espacial heredado, basados en la correspondencia de varias tendencias históricas: [...] que conducen a: (a) la separación, cada vez más acusada de la vida cotidiana en distintos compartimentos, (b) el empobrecimiento del espacio vivido y (c) la pérdida del carácter unitario de la sociedad. (Morcuende, 2021, p.2).⁵

Como descrito por Morcuende (2021), o processo de fragmentação socioespacial, é um conceito que atua como mediador das relações entre o espaço e sociedade e que reúne os processos sociais, políticos econômicos e culturais. Já Legroux (2021, p. 241) entende que “o conceito de fragmentação socioespacial tem poder explicativo de um processo (a lógica fragmentária), que se insere em um quadro mais amplo de mudanças do (e no) urbano”. Nesse ínterim, Santos (2024, p.27) observa que a “cidade tem sido produzida a partir da lógica fragmentária”, o que indica uma ruptura com os modelos urbanos tradicionais, como o centro-periferia, sugerindo que a produção do espaço urbano contemporâneo se organiza de maneira descontínua, com ilhas de riqueza e pobreza convivendo lado a lado, porém desconectadas em termos sociais, econômicos e culturais. A fragmentação, nesse sentido, não é apenas a expressão da desigualdade espacial, mas também um mecanismo que a aprofunda, reorganizando a cidade em função da seletividade do capital e da exclusão de parcelas significativas da população urbana.

As análises demonstram que a fragmentação socioespacial é uma ferramenta poderosa para entender a complexidade das dinâmicas urbanas contemporâneas, incorporando tanto processos históricos quanto novas tendências que moldam o espaço urbano. Ela não é apenas uma consequência das condições socioeconômicas, mas também é influenciado pelas respostas individuais e coletivas às mudanças políticas e econômicas. Essa análise destaca a complexidade da fragmentação socioespacial, resultante de uma interação entre processos históricos, políticos, econômicos e sociais, juntamente com as ações dos diversos grupos sociais.

⁵ O conceito de fragmentação socioespacial inclui, assim, todos os processos sociais, econômicos, políticos e culturais que comprometem a ordem social e espacial herdada, com base na correspondência de várias tendências históricas: [...] que levam a: (a) a separação, cada vez mais acentuada da vida cotidiana em diferentes compartimentos, (b) o empobrecimento do espaço vivido e (c) a perda do caráter unitário da sociedade (Morcuende, 2021, p.2). Tradução nossa.

Além disso, através da investigação da dinâmica do processo de fragmentação socioespacial, surge a oportunidade de examinar os fatos, considerando não apenas os grupos sociais, mas também os discursos por eles proferidos. Essas narrativas, ao delinear as experiências urbanas de diferentes estratos sociais, convergem para o aprofundamento de múltiplas rupturas e privações da vida cotidiana (Amorin, 2022). Portanto:

A fragmentação socioespacial consolida-se na vida cotidiana pela redução da mobilidade e da acessibilidade urbanas daqueles para quem a distância se constitui numa barreira espacial e pela evitação de certos espaços por parte de outros, tendo como consequências a desativação da vida pública e o reforço de exclusão, intolerância e medo (Sposito et al., 2023, p. 6).

Esses aspectos reforçam a necessidade de uma abordagem abrangente para lidar com os desafios da fragmentação socioespacial nas cidades contemporâneas. Para isso, é essencial compreender que a fragmentação não se limita à divisão física do espaço, mas também envolve dinâmicas sociais, econômicas e culturais que perpetuam as desigualdades. A redução da mobilidade e da acessibilidade, por exemplo, não afeta apenas a capacidade de deslocamento, mas também restringe o acesso a oportunidades de trabalho, educação, saúde e lazer, aprofundando as disparidades entre diferentes grupos sociais.

A fragmentação socioespacial não implica apenas uma divisão física entre bairros ricos e pobres, mas envolve múltiplos fatores que influenciam como o espaço urbano é vivenciado e utilizado. Esses fatores incluem diferenças culturais, sociais e econômicas, que muitas vezes se manifestam em proximidades geográficas, mas com distâncias sociais significativas. Essa dinâmica evidencia a relação complexa entre desigualdade e diferença: enquanto a desigualdade se refere às disparidades de acesso a recursos, oportunidades e direitos, a diferença está ligada à diversidade cultural, social e identitária.

No contexto urbano, essas duas dimensões se imbricam de forma profunda. A desigualdade econômica, por exemplo, pode reforçar diferenças culturais e sociais, criando barreiras simbólicas que dificultam a interação entre grupos. Ao mesmo tempo, as diferenças culturais podem ser instrumentalizadas para justificar ou naturalizar desigualdades, como ocorre em processos de estigmatização de grupos marginalizados. Assim, a fragmentação socioespacial não é apenas uma questão de distribuição desigual de recursos, mas também um fenômeno que reflete e reproduz hierarquias sociais e culturais.

Nas cidades onde ocorrem o processo de fragmentação socioespacial, encontram-se áreas de alto valor imobiliário, com infraestruturas modernas, ao lado de zonas marginalizadas, sem serviços básicos adequados. Embora essa proximidade sempre tenha existido em certa medida, o que caracteriza a fragmentação contemporânea é a intensificação dessas desigualdades e a falta de articulação entre esses espaços urbanos. No entanto, essa proximidade não resulta necessariamente em interação social entre os habitantes desses espaços. As barreiras sociais e econômicas tornam-se mais pronunciadas, e a cidade passa a funcionar de forma fragmentada, com diferentes áreas urbanas conectadas de formas muito específicas, que não seguem o padrão da segregação tradicional.

A fragmentação socioespacial passa a moldar as formas de uso e apropriação do espaço. Os espaços urbanos são sucessivamente configurados por dinâmicas de poder, em que certos grupos têm maior capacidade de influenciar o planejamento urbano e as políticas habitacionais, enquanto outros, geralmente os mais vulneráveis, são excluídos desses processos. Essa exclusão se expressa na dificuldade de acesso a serviços urbanos de qualidade, transporte público, saúde e educação, o que contribui para perpetuar e intensificar as desigualdades socioespaciais.

Entretanto, esse processo de fragmentação não é apenas imposto pelas estruturas de poder. Existem também resistências e formas de apropriação do espaço que desafiam a lógica fragmentária. Pessoas que moram em locais periféricos frequentemente desenvolvem mecanismos de solidariedade e auto-organização para resistir às pressões da exclusão urbana e melhorar suas condições de vida. Essas práticas refletem tanto uma resistência quanto uma adaptação às desigualdades urbanas, demonstrando que, embora a fragmentação seja uma característica das cidades contemporâneas, ela não é um processo homogêneo nem absoluto em todas as realidades urbanas.

A fragmentação socioespacial se manifesta através de dois aspectos principais: primeiro, pela separação do espaço urbano, que já carrega em si elementos da segregação socioespacial; segundo, pela forma como essa divisão afeta a natureza e a qualidade das práticas espaciais e das experiências cotidianas dos cidadãos. Embora a fragmentação socioespacial seja um fenômeno que envolve todos os grupos sociais e suas respectivas formas de viver e se relacionar com a cidade, a análise foca especialmente nos segmentos socioeconômicos vulneráveis. Essa perspectiva é particularmente importante porque revela como estas populações acabam sendo duplamente prejudicadas: primeiro, pela segregação socioespacial que as empurra para áreas periféricas, onde o acesso a serviços,

infraestrutura e oportunidades de emprego é mais limitado; e segundo, pelo próprio processo de fragmentação socioespacial, que reforça a exclusão ao dificultar a integração dessas áreas com o restante da cidade. Assim, paradoxalmente, aqueles que mais sofrem com o processo de fragmentação socioespacial são frequentemente apontados como seus principais causadores, numa inversão perversa da realidade social.

Esta abordagem nos permite compreender como a fragmentação socioespacial não é apenas um fenômeno físico-espacial, mas também um processo que envolve dimensões sociais, culturais e simbólicas profundas, afetando especialmente as camadas mais vulneráveis da população. Considerando que a fragmentação socioespacial está em curso nas cidades médias (Sposito; Góes, 2013), torna-se crucial investigar a possível ocorrência desse processo em Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul, analisando seus impactos específicos nesse contexto.

Para tanto, no Capítulo 2, será apresentado o histórico de formação e desenvolvimento de Três Lagoas, com ênfase no recente processo de industrialização que transformou significativamente a cidade, bem como na análise das políticas habitacionais implementadas, particularmente os programas Minha Casa Minha Vida e Casa Verde Amarela, e seus efeitos sobre o déficit habitacional. A compreensão dessas dinâmicas estruturais é fundamental para contextualizar a fragmentação socioespacial observada atualmente.

Essa perspectiva será aprofundada a partir da análise do cotidiano dos sujeitos sociais e de suas práticas espaciais, com foco específico nos moradores da Ocupação São João e dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho. As práticas espaciais cotidianas desses moradores — como o acesso ou não à habitação digna, os deslocamentos urbanos, as estratégias de apropriação do espaço e as redes de solidariedade — revelarão como esses grupos lidam com as restrições e contradições impostas pelo espaço urbano fragmentado.

Esta análise permitirá não apenas identificar as dinâmicas de exclusão, mas também as formas de resistência e adaptação que emergem nesses territórios. Sendo assim, tal abordagem será explorada de maneira detalhada nos próximos capítulos, articulando as transformações históricas, políticas públicas habitacionais e as práticas sociais urbanas à luz do conceito de fragmentação socioespacial (Legroux, 2021).

CAPÍTULO 2

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM TRÊS LAGOAS-MS: IMPACTOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA/PROGRAMA CASA VERDE AMARELA E OS DESAFIOS DO DÉFICIT HABITACIONAL

Este capítulo analisa as transformações urbanas em Três Lagoas-MS, com ênfase nos impactos da industrialização, das políticas habitacionais - em especial os programas Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e Casa Verde e Amarela (PCVA) - e do *déficit* habitacional na dinâmica socioespacial da cidade. O *déficit* habitacional, embora não seja uma mudança em si, configura-se como um problema estrutural que pode ser agravado ou amenizado por processos como a industrialização e a implementação de políticas habitacionais.

A urbanização de Três Lagoas não se restringe à materialidade urbana — composta por edificações, vias e infraestrutura —, mas deve ser compreendida a partir das relações sociais e econômicas que moldam seu espaço e estruturam a vida cotidiana de seus habitantes. No contexto brasileiro, desde meados do século XX, o processo de urbanização e industrialização tem moldado as cidades de forma complexa, resultando em transformações socioespaciais profundas. Embora a literatura aponte que a relação entre industrialização e urbanização nem sempre seja direta no Brasil — como destacam autores como Santos (1993), que aborda a urbanização desconexa do desenvolvimento industrial, e Villaça (2001), que analisa as distorções do crescimento urbano —, é evidente que esses processos têm impactado significativamente as dinâmicas urbanas e habitacionais, inclusive em Três Lagoas. A cidade de Três Lagoas, localizada no estado de Mato Grosso do Sul, exemplifica bem essa dinâmica, tendo passado por intensas mudanças a partir da instalação de grandes indústrias, principalmente do setor de papel e celulose (Silva, 2013; Batista, 2015).

Essa transformação econômica, caracterizada pela reestruturação das bases produtivas e organizacionais da economia, impulsionada pela atração de grandes investimentos industriais e pela diversificação das atividades econômicas, impactou diretamente a conformação urbana de Três Lagoas, acarretando um aumento populacional expressivo, o surgimento de novos padrões habitacionais e uma maior complexidade nas relações socioespaciais (Batista, 2015; Silva et al., 2011). Antes dessa reestruturação econômica, Três Lagoas apresentava uma estrutura urbana mais simples e menos diversificada, com uma economia predominantemente baseada na agropecuária e em

atividades comerciais locais. A urbanização era marcada por uma ocupação menos densa e por padrões habitacionais mais homogêneos, voltados para atender às necessidades de uma população menor, cuja economia ainda não havia passado por um processo significativo de industrialização.

Com a reestruturação econômica, impulsionada pela industrialização a partir de 1990 e pela implementação de políticas habitacionais como o PMCMV em 2009, a cidade passou por transformações significativas. Essas mudanças resultaram em um expressivo crescimento populacional, no desenvolvimento de novos modelos habitacionais — como condomínios fechados e moradias populares organizadas — e na complexidade das dinâmicas socioespaciais. Essa complexidade reflete a intensificação das desigualdades urbanas e a diversificação do uso do espaço urbano.

Nesse contexto, as políticas habitacionais desempenharam um papel fundamental, com destaque para o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e o Programa Casa Verde Amarela (PCVA) (Ramos, 2023). Contudo, apesar dos avanços em termos quantitativos, essas iniciativas apresentam problemas significativos, sobretudo no que diz respeito à localização periférica dos empreendimentos, à padronização excessiva dos projetos e à priorização de uma lógica mercadológica em detrimento das reais necessidades urbanas e sociais (Rolnik et al., 2015; Shimbo, 2010; Maricato, 2014; Bonduki, 2009).

Diante desse cenário, o conceito de *déficit* habitacional emerge como uma ferramenta essencial para compreender e enfrentar os desafios relacionados à moradia no Brasil. Assim, é fundamental apontar algumas perspectivas organizadas por ano do mais antigo para o mais recente de autores(as) que tratam sobre o *déficit* habitacional.

Iniciamos com Bolaffi (1982) quem critica o conceito de *déficit* habitacional e as políticas públicas para a moradia e sugere a necessidade de superar a visão simplista e quantitativa da questão e enfrentar as causas estruturais do problema habitacional. O autor defende a necessidade de uma nova abordagem, que compreenda a dinâmica urbana, controle o uso e ocupação do solo urbano e integre as políticas habitacionais às demais políticas sociais, para garantir o acesso à moradia digna para todos. Bolaffi (1982) destaca que o falso problema foi a priorização isolada da habitação popular, como se sua solução pudesse superar os desafios urbanos e sociais. O problema real, porém, estava na falta de renda e nas desigualdades socioeconômicas, que limitavam o acesso a moradia, serviços e infraestrutura. Além disso, a gestão inadequada dos recursos e a priorização de interesses financeiros enfraqueceram as políticas habitacionais.

Dando continuidade a esse debate Nascimento; Braga (2009) ressaltam a necessidade de superar abordagens tradicionais que focam apenas na construção de novas unidades habitacionais. Os autores defendem uma visão mais ampla, que inclua regularização fundiária, acesso a serviços urbanos e participação das comunidades na formulação das políticas habitacionais.

Santana (2020), reforça essa crítica ao argumentar que há uma ênfase excessiva na produção de novas unidades habitacionais, sem a devida atenção à qualidade das moradias existente. Santana (2020, p. 20), destaca que o *déficit* habitacional é um “conceito mais difundido e popular quando nos referimos às necessidades habitacionais brasileiras, trata-se do indicador mais utilizado para balizar, acompanhar e avaliar políticas públicas de fomento à construção de novas unidades”.

Nessa linha, Bonduki (2022) propõe um aprimoramento da metodologia do *déficit* habitacional, apontando para a necessidade de ampliar o escopo do indicador. O autor sugere a incorporação da demanda demográfica, o aprimoramento da coleta de dados sobre a qualidade das moradias e a criação de um censo habitacional específico. Além disso, ele defende a revisão da inclusão do ônus excessivo com aluguel no cálculo do *déficit* habitacional, propondo critérios mais precisos e soluções para o problema da renda das famílias, como subsídios e políticas de geração de emprego. Essas sugestões para o aperfeiçoamento da metodologia podem contribuir para a formulação de políticas habitacionais mais eficazes e para a garantia do direito à moradia digna para todos os brasileiros.

Acioly Jr (2022) aprofunda essa discussão sobre o conceito de *déficit* habitacional e aponta para a necessidade de uma mudança de paradigma na forma como se aborda a questão da moradia. O autor defende uma abordagem holística e integrada, que considere a moradia como um direito humano fundamental e busque soluções sustentáveis e participativas para garantir o acesso à moradia digna para todos.

Dessa forma, a evolução do debate sobre o *déficit* habitacional demonstra um deslocamento de uma visão quantitativa— que se limitava a contabilizar a falta de unidades habitacionais ou a inadequação das moradias existentes — para abordagens mais complexas e integradas, que consideram os fatores estruturais e sociais que impactam a questão da moradia no Brasil. Enquanto a visão quantitativa focava em números e métricas, como o número de famílias sem teto ou em moradias precárias, as abordagens contemporâneas incorporam dimensões como a qualidade das moradias, a acessibilidade financeira, a localização das habitações em relação aos serviços urbanos e

a participação das comunidades na formulação de políticas públicas. Essa mudança de perspectiva reflete uma compreensão mais ampla e crítica do problema, alinhada à noção de moradia como um direito humano e não apenas como uma necessidade básica.

Para a construção deste capítulo, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: revisão da literatura sobre os programas habitacionais (PMCMV e PCVA) e *déficit* habitacional, além da análise de mudanças econômicas que influenciaram as políticas de habitação. Os dados foram coletados de fontes governamentais, como IBGE (2022) e SISHAB (2022), permitindo uma compreensão mais ampla das transformações no setor habitacional e seus impactos na configuração socioespacial.

Para isso, o capítulo está organizado em três subcapítulos. O primeiro (2.1) apresenta o contexto urbano e industrial de Três Lagoas, abordando os processos de crescimento econômico e suas implicações na produção do espaço urbano. O segundo (2.2) discute os efeitos dos programas habitacionais, com foco no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e no Programa Casa Verde e Amarela (PCVA), analisando suas contradições e impactos na segregação socioespacial. O terceiro subcapítulo (2.3) examina os desafios habitacionais da cidade sob a perspectiva do *déficit* habitacional, considerando os fatores que limitam o acesso à moradia digna e os entraves estruturais que persistem na política habitacional.

2.1 Notas sobre o contexto urbano e industrial de Três Lagoas-MS: mudanças econômicas e socioespaciais

O presente subcapítulo tem como objetivo examinar a cidade de Três Lagoas, com foco nas transformações urbanas impulsionadas pela industrialização, nos impactos dos programas governamentais e nas discussões relacionadas ao *déficit* habitacional. Um ponto central do debate reside na crítica aos programas habitacionais, como o PMCMV e o PCVA, que, embora tenham como propósito suprir o *déficit* habitacional, frequentemente reforçam a segregação socioespacial e priorizam a lógica de mercado no acesso à moradia. Essa análise busca oferecer uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas habitacionais em Três Lagoas, destacando as contradições entre as políticas públicas e os desafios enfrentados pelas populações de baixa renda.

A urbanização é um processo dinâmico que vai além da expansão física das cidades, envolvendo transformações sociais, econômicas e culturais que moldam o espaço urbano. Como afirma Sposito (1988, p. 10): “A urbanização como processo, e a cidade,

forma concretizada deste processo”. Neste sentido, entender a cidade exige uma “tentativa de reconstruir, ainda que de forma sintética, a sua trajetória” (Sposito, 1988, p. 11). Partindo dessa premissa, a urbe não se reduz a um simples conjunto de prédios, casas, ruas, praças, viadutos e demais estruturas físicas. Esses elementos, embora componham a materialidade urbana, estão integrados de forma dinâmica, refletindo as interações sociais, econômicas e culturais que lhes dão sentido. Assim, a cidade não pode ser limitada à sua forma física; ela é muito mais do que isso, representando um espaço onde as práticas e relações humanas se desenrolam e se reinventam continuamente.

Para exemplificar esses fenômenos, analisamos a cidade de Três Lagoas, cuja origem remonta ao século XIX. A região foi inicialmente ocupada por povos indígenas e, posteriormente, por sertanistas e posseiros. Entre 1830 e 1836, as primeiras explorações detalhadas resultaram na ocupação inicial da região por figuras como Januário José de Souza e Antônio Gonçalves Barbosa. Durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), o avanço territorial para além do Rio Pardo foi interrompido, mas retomado ao final do conflito, especialmente nas áreas de Vacaria e Brilhante (IBGE, 2024).

No final do século XIX, a ocupação da região avançou significativamente. Protázio Garcia Leal estabeleceu-se no “Piaba” em 1885, enquanto Antônio Ferreira Bueno deu origem ao atual distrito de Garcias. A instalação de um destacamento imperial em Itapura, às margens do rio Tietê, fomentou o comércio e ampliou as interações com os sertanistas do Mato Grosso. Em 1888, João Elias, ligado a essa guarnição, promoveu atividades comerciais na região da Barra do rio Sucuriú, identificando as três lagoas como um ponto estratégico (IBGE, 2024).

O marco inicial da formação de Três Lagoas foi a doação de terras da Fazenda das Alagoas por Antônio Trajano dos Santos, que criou o Patrimônio de Santo Antônio das Alagoas em homenagem ao santo de sua devoção. Com o comércio fluvial pelo rio Tietê e o incentivo à ocupação por terras doadas pelo governo estadual, o povoado começou a se consolidar. Em 1915, Três Lagoas foi oficialmente elevada à categoria de cidade, separando-se administrativamente de Paranaíba. A atuação de Antônio Trajano dos Santos foi fundamental nesse processo, e sua doação de terras é considerada o marco fundador do município (IBGE, 2024).

A cidade começou como a Vila de Três Lagoas, com uma economia baseada na agropecuária e infraestrutura modesta, composta por ruas de terra e poucas edificações. A chegada dos trilhos ferroviários, na década de 1920, foi um divisor de águas no desenvolvimento local, ampliando as conexões comerciais e favorecendo o crescimento.

Outro marco importante foi a construção da barragem de Jupirá, na década de 1960, que impulsionou a infraestrutura regional (IBGE, 2024; Prefeitura Municipal de Três Lagoas, 2024). Já nos anos 1990, Três Lagoas deu início à sua industrialização, culminando, em 2022, com sua inclusão entre os 100 municípios de maior Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, consolidando-se como um polo econômico estratégico (IBGE, 2024).

O desenvolvimento econômico da cidade de Três Lagoas, desde os anos de 1990 foi profundamente influenciada pelo processo de industrialização. A transformação econômica e urbana de Três Lagoas, especialmente no que se refere a industrialização, evidencia como a cidade passou por mudanças significativas tanto em sua estrutura física quanto em seu tecido social. Isso resulta de um processo complexo de interação entre fatores econômicos, sociais e políticos que moldaram a forma e o funcionamento da cidade ao longo do tempo.

A industrialização em Três Lagoas, de acordo com Silva (2013, p. 100), “é resultado de uma coexistência de investimento de capitais, em diferentes estágios de produção [...]”. Ou seja, as empresas instaladas, em sua maioria exportadoras, compõem um quadro variado, entre tamanho, permanência na atividade e disponibilidade de recursos financeiros e técnicos para atender ao mercado nacional e internacional. Dessa forma, do ponto de vista econômico, a estrutura industrial de Três Lagoas se articula a partir da heterogeneidade entre empresas locais e exportadoras. Esse panorama reflete não apenas a dinâmica econômica da cidade, mas também suas relações com o mercado globalizado.

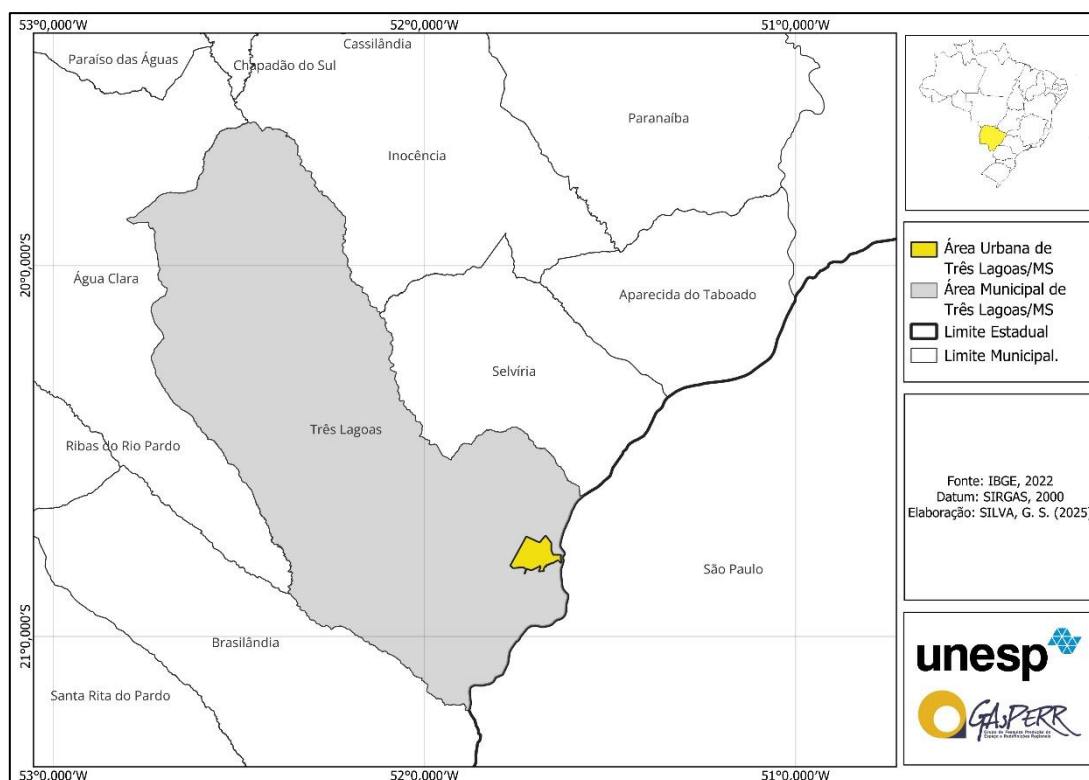
Esse processo ganhou força a partir dos anos 2000, com a atração de grandes investimentos em setores como celulose e papel, químico e alimentos, destacando-se empresas de papel e celulose como a Suzano e a Eldorado Brasil. Além dessas, há também a presença de empresas do setor de mineração como a Pedreira Três Lagoas Ltda desde 2007 e de logística como a APT Logística e Armazenagens e Transportes, instalada em Três Lagoas no ano de 2017, que se beneficiam da localização estratégica da cidade, próxima a importantes rotas de transporte e recursos naturais.

Do ponto de vista econômico, a estrutura industrial de Três Lagoas se articula a partir da heterogeneidade entre empresas locais e exportadoras. Enquanto as grandes indústrias focam na produção para o mercado global, as empresas locais atuam principalmente em setores como agroindústria, comércio e serviços, atendendo às demandas regionais. Esse panorama reflete não apenas a dinâmica econômica da cidade, mas também suas relações com o mercado globalizado, marcadas pela integração entre

produção local e cadeias globais de valor.

É importante considerar a dimensão econômica e a política, uma vez que a cidade oferece incentivos fiscais (doação de terrenos, isenções de impostos) por meio da administração municipal (Silva, 2013). Três Lagoas (Mapa 1), localizado no leste de Mato Grosso do Sul, possui posição estratégica próxima à divisa com o estado de São Paulo e com diversas rotas de acesso a outros municípios de Mato Grosso do Sul, além de conexões com estados como Minas Gerais e Goiás. Essa localização favorece o escoamento de mercadorias para diversas cidades brasileiras. Essa posição geográfica favorece a logística e o transporte, conectando Três Lagoas a grandes centros urbanos e portos, o que facilita o fluxo de produtos industrializados, especialmente aqueles provenientes do setor de papel e celulose, impulsionando o desenvolvimento econômico da cidade.

Os trâmites para que as empresas se instalassem em Três Lagoas, se deram por meio de mediação entre o governo local e empresários industriais. Desse modo, foram estabelecidas estratégias para dar suporte e fomento a essa nova dinâmica urbano-industrial, que se dá pela lógica do capital industrial (Silva, 2013). No entanto, esse processo de industrialização é tardio e, se comparada àquele presente em São Paulo, por exemplo, uma vez que, a instalação das empresas se inicia em 1990 e voltados para ramos e setores específicos.



Mapa 1: Localização de Três Lagoas/MS.
Elaboração: FRANQUELINO, A.R., 2023. **Fonte:** Prefeitura Municipal, 2023.

Silva (2013) afirma que os investimentos no setor industrial tiveram início na década de 1990, com a instalação da antiga empresa Mabel empresa brasileira de alimentos que fabrica biscoitos, rosquinhas, salgadinhos, crackers, amanteigados, entre outros produtos, sendo intensificados a partir dos anos 2000. Especialmente, a cidade possui três distritos industriais formados pelas fábricas, e de 2001 até 2014 foram instaladas em Três Lagoas cerca de 62 unidades industriais, o que representa 15,1% do número total de unidades industriais no Mato Grosso do Sul (Silva, 2016).

Vale destacar que as empresas de papel e celulose, Fibria Celulose e Papel (atual Suzano), construída em 2009, recebeu investimentos de US\$ 300 milhões. Já a Eldorado Brasil S/A, lançada no dia 15 de junho de 2010, teve um investimento estimado de R\$ 4,8 bilhões (Silva e Silva, 2014; Silva, 2013). As principais empresas em Três Lagoas são a Fibria Celulose e Papel e Eldorado Brasil, essas empresas, que estão entre as principais da cidade, têm uma participação expressiva no valor das exportações, ultrapassando R\$ 400 milhões por ano (SEMAGRO, 2020). Esse cenário reforça o papel central do setor de papel e celulose na dinâmica econômica de Três Lagoas, consolidando a cidade como um polo industrial de destaque no estado do Mato Grosso do Sul.

Antes de se tornarem grandes *players* no setor de celulose e papel, ambas estiveram envolvidas em outras atividades econômicas. A Fibria, por exemplo, surgiu da fusão entre a Aracruz Celulose e a Votorantim Celulose e Papel (VCP) em 2009. Antes disso, a VCP era parte do grupo Votorantim, um dos maiores conglomerados industriais do Brasil, com atuação em diversos setores, como cimento, metais, energia, entre outros. A Aracruz, por sua vez, começou como uma empresa de reflorestamento e produção de celulose, sendo uma das pioneiras na produção de eucalipto no Brasil. Já a Eldorado Brasil foi fundada em 2009 como uma empresa de base florestal do Grupo J&F, que teve origens na indústria de carnes, um dos segmentos do agronegócio. Ao longo do tempo, o Grupo J&F diversificou seus negócios, expandindo para áreas como energia e celulose, além de manter sua atuação no agronegócio (Silva e Silva, 2014; Silva, 2013).

Esta dinâmica produtiva, estabelecida através da instalação dos grandes conglomerados industriais do setor de papel e celulose, fez com que o PIB industrial em 2010 chegasse a R\$ 1.070,270,00 (valores nominais) ultrapassando o PIB de serviços de R\$ 835,888,00 (Batista, 2015). Em 2019, o PIB industrial da cidade atingiu os R\$ 5.470.218,70⁶, ficando em primeiro lugar no estado do Mato Grosso do Sul

(SEMAGRO,2020).

Silva (2021) explica que nas duas primeiras décadas do século XXI, a cidade de Três Lagoas recebeu um investimento de aproximadamente R\$ 26,3 bilhões no setor industrial, gerando 7.103 empregos em 2010, 4.459 vagas de emprego em 2015 e 9.591 (Gráfico 1), com um salário médio de R\$ 3.916,00 em 2020 (IBGE; CAGED, 2022). Esse “boom” econômico, impulsionado pela instação de novas e grandes atividades industriais é revelador dos muitos interesses envolvidos na instalação dessas fábricas, seja por parte do governo (local e estadual), seja dos empresários industriais.

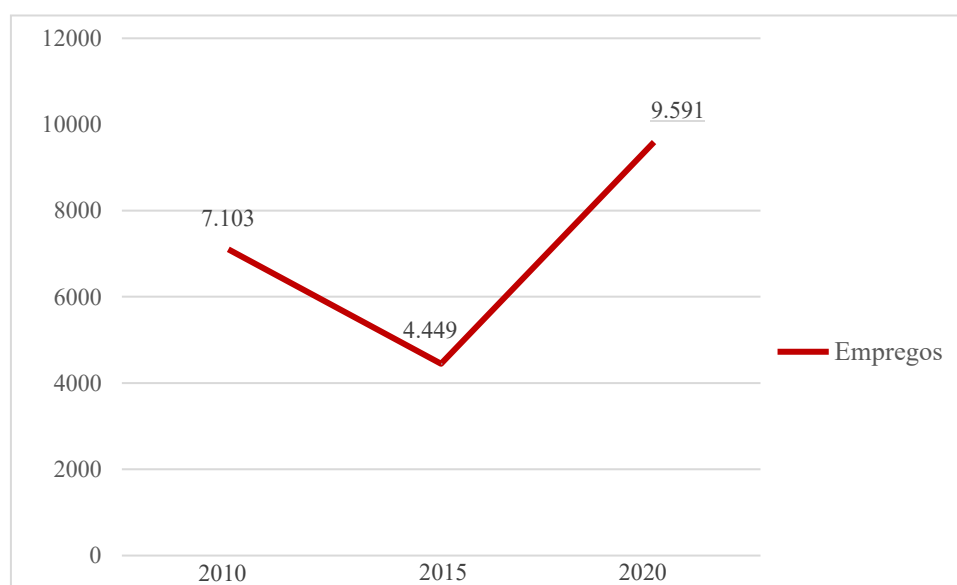


Gráfico 1: Números de empregos 2010, 2015 e 2020. **Fonte:** IBGE; CAGED, 2022.
Elaboração: FRANQUELINO, A. R., 2024.

Os dados referentes ao aumento do PIB, dos investimentos no setor industrial e da geração de empregos indicam que a expansão do processo de transformação industrial em Três Lagoas provocou transformações urbanas significativas. Essas mudanças ocorreram tanto por meio da injeção de capital industrial quanto pela incorporação de densidade tecnológica, tornando a cidade mais complexa. No entanto, é importante ressaltar que essa complexidade não surge de forma natural, mas é construída a partir de estratégias que posicionam Três Lagoas como um espaço viável à lógica contemporânea da produção e do mercado. Como observa Jurado (2008, p. 125), a cidade é representada como “possuidora de atributos locacionais viáveis” – porém, esses atributos não são intrínsecos, mas sim produzidos por meio de políticas, investimentos e discursos que moldam sua inserção no contexto econômico global.

Sobre esse dado ver em: <https://www.semadesc.ms.gov.br/wp-content/uploads/2022/12/PIB-Municipal-2010-2020.pdf>

Tal complexidade se evidencia, como destacam Milani e Silva (2020), em mudanças nas dinâmicas intra e interurbanas, marcadas pelo processo de reestruturação da cidade, que se refere a transformações significativas na organização, no uso e na forma das áreas urbanas. No caso de Três Lagoas, como explica Batista (2015), tais transformações ocorreram desde o final dos anos 1990, sendo elas: o aumento populacional (Gráfico 2), impulsionado principalmente pela migração de pessoas em busca de empregos, e o crescimento da oferta de serviços públicos e privados. No setor público, destacam-se a expansão de escolas, postos de saúde, unidades básicas de atendimento e infraestrutura urbana. Já no setor privado, observa-se o crescimento de restaurantes, lojas, mercados, postos de combustível, concessionárias de automóveis e motocicletas, além de agências de emprego. Essas mudanças refletem a adaptação da cidade às novas demandas geradas pelo crescimento populacional e pela dinâmica econômica impulsionada pela industrialização.

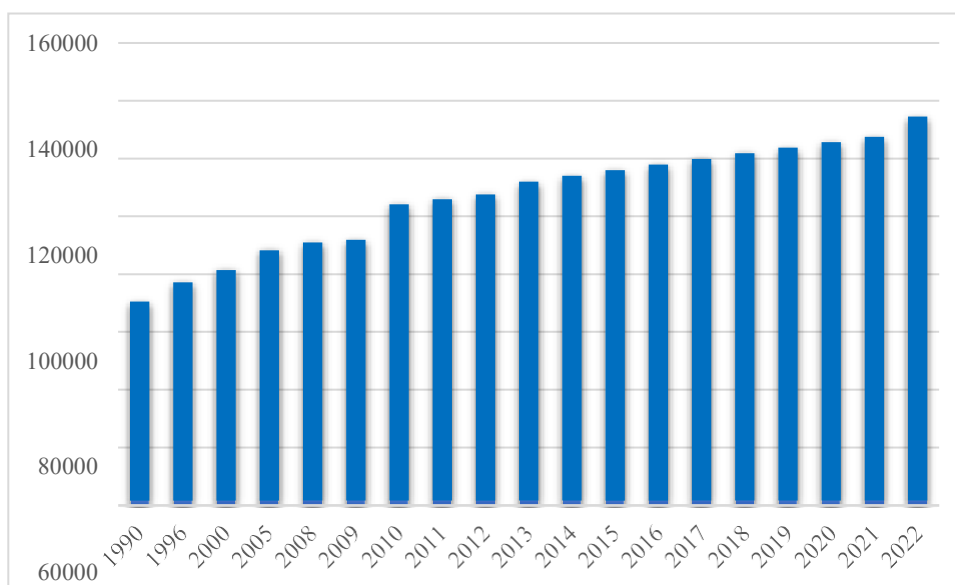


Gráfico 2: População de Três Lagoas 1990 a 2022. **Fonte:** IBGE, 2022.
Elaboração: FRANQUELINO, A. R., 2024.

Com a intensificação do processo de industrialização em Três Lagoas, a população aumentou de 85.886 habitantes em 2005 para 132.152 em 2022, conforme o IBGE (2024) (Gráfico 2). Esse crescimento populacional estimulou mudanças significativas na produção habitacional, incluindo a disseminação de modelos como os residenciais fechados, voltados principalmente para a classe média e alta. Como destaca Batista (2015, p.83), “[...] novos hábitos de consumo e, por conseguinte, alterando a lógica da produção imobiliária, com o aparecimento de novos produtos como os espaços

residenciais fechados, destinados às elites, e os espaços residenciais populares fechados”

Além disso,

[...] promoveu nova dinâmica territorial, criando novos sentidos e funções, impondo novos valores e cultura, inclusive os estilos de moradia, pois a expansão da periferia da cidade agora, não dá lugar somente aos conjuntos habitacionais populares, mas também aos luxuosos condomínios horizontais fechados; além do aumento da opção de moradias em condomínios horizontais (Silva et al., 2011, p. 3).

Com essa expansão e diversificação de moradias em Três Lagoas, outro fator que deve ser levado em conta, é o *déficit* habitacional. Segundo a Fundação João Pinheiro (p. 2, 2020) “[...] é um conceito que tem dado sustentação aos indicadores que buscam estimar a falta (*déficit*) de habitações e/ou existência de habitações em condições inadequadas como noção mais ampla de necessidades habitacionais”.

De acordo com a Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul (2014), o *déficit* habitacional total de Três Lagoas em 2010 era de 3.545 moradias. Almeida e Bezerra (2019) apresentam dados habitacionais de Três Lagoas dos anos seguintes, e expõem que foram atendidas 3.574 famílias pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Deste modo:

[...] Até 2011, ano que teve início as obras do primeiro conjunto habitacional vertical da cidade de Três Lagoas (Novo Oeste), os conjuntos habitacionais eram de moradias horizontais que diferem do contexto ao qual estão inseridos os 2656 apartamentos pertencentes aos Conjuntos Habitacionais Novo Oeste e Orestinho, entregues a partir de 2013, sendo a última etapa em outubro de 2016 (Almeida; Bezerra, 2019, p.32192).

Devido à demanda evidenciada pelo *déficit* habitacional, as moradias populares (Novo Oeste e Orestinho) foram construídas por meio do Minha Casa Minha Vida (MCMV), principal programa habitacional da época. Posteriormente, em outro contexto o Programa Casa Verde Amarela (PCVA)⁷ passou a integrar as estratégias habitacionais no país, substituindo o PMCMV. Esses programas habitacionais têm algumas características que merecem destaque e serão abordados no próximo subcapítulo.

2.2 Avaliação e efeitos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e Programa Casa Verde Amarela (PCVA)

Apesar do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), iniciado em 2009 como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ter sido uma das maiores iniciativas habitacionais do Brasil, as bases para esse sucesso foram lançadas ainda no primeiro mandato do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006). Esse período foi

⁷ A vigência de cada um e, sobretudo, as diferenças entre eles são importantes e serão discutidas em seguida.

marcado pela criação do Ministério das Cidades (2003), então responsável pela Política de Desenvolvimento Urbano e a Política Setorial de Habitação, que organizou conferências municipais e estaduais, com a ampla participação de diversos segmentos da sociedade e tinha como objetivo apresentar sugestões para os diversos problemas enfrentados nas cidades brasileiras.

Ademais:

Além da criação do Ministério das Cidades, o governo Lula trouxe outras importantes inovações institucionais na área, concretizadas na Lei no 11.124, de 2005, que cria o Conselho Nacional das Cidades, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) (incluindo o fundo de financiamento) e estabelece as bases para a formulação do Plano Nacional de Habitação (PlanHab) [...] teve grande impacto na formatação do PMCMV (Loureiro; Macário; Guerra, 2013, p.14).

O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), possui como principal escopo, a implementação de políticas e programas que proporcionam o acesso à moradia para a população de baixa renda⁸. Porém, com o lançamento do PMCMV o[...] SNHIS tornou-se uma peça acessória na execução da política liderada pelo MCMV [...] (Balbim; Krause; Lima Neto, 2015, p.27).

De acordo com Araújo (2013) os efeitos imediatos do PMCMV sobre os programas ligados ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) foi a interrupção do repasse de recursos para as atividades de fornecimento de moradias (Araújo, 2016). Com o lançamento do PMCMV, o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) passou a destinar seus recursos principalmente para ações relacionadas à melhoria e urbanização de áreas de assentamentos precários, bem como para o desenvolvimento institucional em geral (Araújo, 2016). Isso indica uma mudança na prioridade dos recursos, direcionando-os para áreas em que o PMCMV poderia ter um impacto mais imediato e abrangente, como a regularização e melhoria das condições de vida em áreas urbanas precárias (Cardoso; Aragão, 2013).

Ainda sob o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2006-2010 e atual presidente 2023-2026), em seu segundo mandato mais específico em 2009 foi criado o PMCMV, seu principal objetivo, foi reduzir o *déficit* habitacional e criar um ambiente econômico confiável, que estimulasse o crescimento do mercado formal de habitação e crédito, bem como a geração de emprego, impulsionando o crescimento econômico, por meio da queda

⁸ Sobre esse Sistema ver mais em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/consultar-e-regularizar-pendencias-no-sistema-nacional-de-habitacao-de-interesse-social-snhis>

gradual das taxas de juros, para assim constituir um cenário de recuperação econômica. Um programa social, massivo, no que se refere ao financiamento e produção habitacional, com intensos subsídios para as faixas de renda mais baixas.

A estrutura do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) está organizada por faixas salariais, que sofreram mudanças ao longo do tempo. A primeira fase do PMCMV iniciou em 2009, com objetivo de promover a produção e a aquisição de unidades habitacionais em todo território brasileiro. Inicialmente foram contempladas 3 faixas de renda: Faixa 1- para famílias com renda mensal bruta de até R\$ 1.600; Faixa 2- famílias com renda mensal até R\$ 3.275 e Faixa 3- famílias com renda de R\$ 3.275 até R\$ 5 mil. Já a segunda fase começou em 2011, com a meta de construir 2 milhões de novas unidades e com um investimento de R\$125,7 bilhões até o final de 2014. As faixas de renda foram ajustadas assim: Faixa 1 - famílias com uma renda mensal de até R\$ 1.600; Faixa 2 - famílias com renda entre R\$ 1.600,01 até R\$ 3.600; Faixa 3 - entre R\$ 3.600,01 até R\$ 5mil. Em 2018 as faixas de renda foram organizadas em: Faixa 1- renda até R\$ 1.800, Faixa 1,5- com R\$ 2.600, Faixa 2- R\$ 4.000 e por último o Faixa 3- de R\$ 4.000 a R\$ 7.000 (Figura 1).

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA			
Faixa	Renda Familiar	Modalidades de atendimento	Características
Faixa 1	Até R\$ 1.800	Produção Subsidiada	Até 90% de subsídio do valor do imóvel. Pago em até 120 prestações mensais de, no máximo, R\$ 270,00, sem juros.
Faixa 1,5	Até R\$ 2.600	Produção Financiada	Até R\$ 47.500,00 de subsídio, com 5% de juros ao ano.
Faixa 2	Até R\$ 4.000	Produção Financiada	Até R\$ 29.000,00 de subsídio, com 6% a 7% de juros ao ano.
Faixa 3	RS 4.000 a 7.000	Produção Financiada	Até 8,16% de juros ao ano.

Figura 1: Faixa, renda, modalidade e características do PMCMV, 2017. **Fonte:** Elaborado pelo autor com base no BRASIL, 2022.

O resultado do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), além de ser contracíclico – ou seja, atuar de forma oposta ao ciclo econômico, estimulando a economia em momentos de recessão, como destacado por Teixeira (2012) –, foi especialmente importante para a geração de empregos (Gráfico 3) e para a indústria da construção civil (Gráfico 4), movimentando a economia do país. Lançado em 2009, o

PMCMV surgiu como uma resposta à crise financeira global de 2008, buscando aquecer o mercado interno e gerar empregos em um momento de desaceleração econômica. No entanto, segundo Rolnik (2017), as incorporadoras foram as mais beneficiadas pelo programa durante esse período.

Apesar do cenário de colapso econômico em 2008, o PMCMV conseguiu gerar um número considerável de empregos. Entre 2009 e 2011 (Gráfico 3), houve um crescimento constante no número de empregos, com um aumento de 1,7 milhão em 2009 para 2,5 milhões em 2011. Esse crescimento pode ser atribuído a diversos fatores, como a retomada da economia após a crise, o aumento da demanda por bens e serviços e a implementação de políticas públicas de incentivo ao emprego. Já entre 2012 e 2014 (Gráfico 3), os patamares de crescimento dos empregos variaram de 2,6 milhões em 2012 para 2,8 milhões em 2014, com um pico de 2,9 milhões de pessoas empregadas em 2013 – o maior número registrado pelo programa desde sua criação.

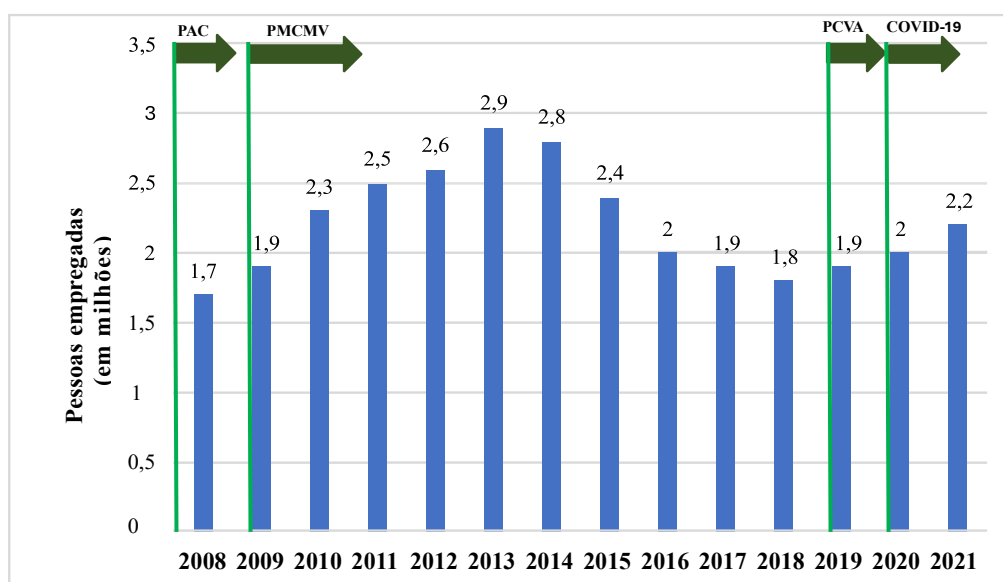


Gráfico 3: Empregos gerados na construção civil pelos programas habitacionais MCMV e CVA (2008-2021). **Fonte:** CBIC, 2021. **Elaboração:** O autor, 2024.

No ano de 2015 até 2017 (Gráfico 3), o número de empregos apresentou uma queda gradual, passando de 2,4 milhões em 2015 para 1,9 milhões em 2017. Essa queda pode ser atribuída à recessão econômica que atingiu o país nesse período, com a redução da atividade econômica, o aumento do desemprego e a queda na renda das famílias. De 2018 a 2020 (Gráfico 3), o número de empregos voltou a crescer, com um aumento de 1,8 milhões em 2018 para 2 milhões em 2020. No ano de 2018 houve a posse de Jair Messias Bolsonaro para Presidente da República e já em 2021 o PMCMV foi substituído

pelo PCVA. No início de 2020, foi declarado estado de emergência global na saúde causado pela pandemia de COVID-19.

Já em relação à variação do PIB no Brasil gerado pelo PMCMV, observa-se que, entre 2008 e 2014 (Gráfico 4), houve um crescimento significativo no PIB da construção civil, especialmente em 2010, quando atingiu um aumento de 13,1%. Esse crescimento pode ser atribuído, em grande parte, ao PMCMV, que impulsionou investimentos no setor habitacional, além de outros fatores econômicos que estimularam a expansão da construção civil nesse período.

O mesmo ocorreu com o PIB nacional em 2010, quando atingiu 7,5%, refletindo um período de expansão econômica pós-crise. Entre os anos de 2014 a 2016 o setor da construção civil começou a enfrentar dificuldades. A partir de 2014, com uma queda de -0,9%, que se agravou drasticamente em 2015 e 2016, com variações de -7,6% e -5,1%, respectivamente. O PIB nacional seguiu uma tendência semelhante, com uma queda acentuada em 2015 com -3,5% e 2016 de -3,3%.

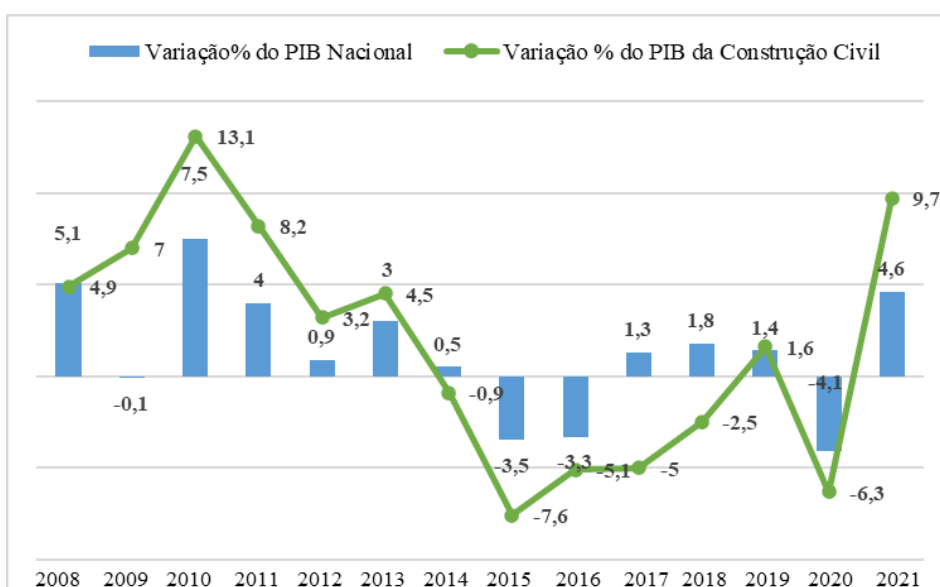


Gráfico 4: PIB construção civil e PIB nacional. **Fonte:** Abrainc, 2022.

Elaboração: O autor, 2024.

De acordo com o que pode ser interpretado do Gráfico 4, de 2018 a 2019 houve uma leve recuperação no setor da construção civil. Em 2019 ocorreu crescimento de 1,6%, refletindo uma estabilização econômica gradual. No entanto, em 2020, a pandemia de COVID-19 causou uma nova queda significativa no PIB da construção civil, com uma variação de -6,3% e no PIB nacional, de -4,1%, devido às restrições econômicas e sociais impostas para conter a disseminação do vírus. Em 2021, ambos os indicadores mostraram

sinais de recuperação, com o PIB da construção civil crescendo 9,7% e o PIB nacional com um aumento de 4,6%. Essa retomada gradual evidenciou a capacidade do setor de se adaptar a novos cenários e contribuir para a recuperação da economia brasileira durante períodos de crise.

O PMCMV desde sua criação tem uma importância significativa para o Brasil. Ao longo dos anos, conseguiu impulsionar a produção habitacional em larga escala, conforme demonstra a Tabela 1. A exemplo disso, de 2009 até o ano de 2020, somam-se 5,5 milhões de unidades habitacionais entregues em todo o Brasil e os recursos totais direcionados ao Programa foram da ordem de R\$ 552,8 bilhões.

Tabela 1: Contratação e entregas de unidades habitacionais do PMCMV em bilhões nos de 2009 a 2020.

Faixas de Renda	Contratações (Unidades)	Entregas (Unidades)	Valor Contratado (R\$ Bilhões)
Faixa 1	1.910.546	1.493.180	97,4
Faixa 1,5	150.127	150.127	18,4
Faixa 2	3.108.378	3.108.378	357,8
Faixa 3	363.349	363.349	57,3
Em produção/estoque	608.595	0,00	21,9
Total	6.140.995	5.115.034	552,8

Fonte: Sishab, 2022. **Elaboração:** O autor, 2024.

Observa-se que a maioria das contratações, entregas e valores contratados estão concentrados no Faixa 2 e representaram mais da metade dos valores do PMCMV. Já o Faixa 1 consistiu menos da metade das unidades entregues se comprado ao Faixa 2, enquanto o valor das unidades contratadas do Faixa 1, representou 27% do valor total das contratações (Tabela1). Considerando a proporção de entregas e valor contratado, é nítido que o PMCMV exerceu e exerce um papel fundamental na produção de unidades habitacionais no país.

No entanto, além das questões relacionadas ao número de moradias, a integração dos conjuntos habitacionais construídos por esse programa com o espaço urbano consolidado não é uniforme. Essa conexão depende de fatores como a dinâmica socioespacial de cada cidade e a faixa de renda atendida. Em algumas cidades, os empreendimentos são mais bem integrados, com acesso à infraestrutura e serviços, enquanto em outras, acabam isolados, perpetuando desigualdades urbanas e dificultando o acesso a oportunidades. Esse isolamento não ocorre por acaso, mas está diretamente ligado ao modelo de implementação do programa habitacional, que confere grande poder às construtoras na definição dos terrenos e projetos, sem priorizar a inserção urbana dos empreendimentos. Como apontam Rolnik et al. (2015, p.131):

O desenho do programa é um fator determinante para a reprodução do padrão periférico da moradia da população de baixa renda no país. O protagonismo das construtoras na proposição de projetos e na seleção de terrenos relega a inserção urbana dos empreendimentos a uma questão de relevância secundária, senão inexistente.

Essa é uma característica do programa. Ao promover empreendimentos distantes das cidades e com ênfase na produção em massa, orientada pelas construtoras em busca de otimização financeira, o programa contribui para a uniformidade dos empreendimentos e nem sempre garante a infraestrutura básica, ainda que a oferta de serviços urbanos estivesse prevista em sua formulação (Rolnik et al., 2015).

Conforme Fix (2011) os subsídios concedidos diretamente aos compradores podem ser interpretados como uma forma de reconhecimento da habitação como um direito fundamental. De acordo com Fix (2011):

os subsídios diretos ao comprador podem ser vistos como um reconhecimento de que a habitação é um direito. Esse reconhecimento do direito tem caráter ambíguo, uma vez que justifica a injeção de recursos públicos em um sistema que, de resto, tem lógica privatista na definição dos espaços, inteiramente formulados segundo os critérios de um empreendimento imobiliário (p.145).

Esse embaralhamento entre habitação e o setor imobiliário é o que Shimbo (2010) chama de “habitação social de mercado”, em que as políticas habitacionais passaram a ser conduzidas de maneira a favorecer a lógica do mercado imobiliário, o que resultou em impactos nas formas de construção, localização e acesso a essas habitações.

O programa em questão consolida uma abordagem na qual o suprimento de habitação passa a ser primordialmente encarado como um negócio. Esse enfoque é guiado por uma lógica na qual a prioridade passa a ser a maximização dos lucros das empresas, o que influencia substancialmente a maneira como a seleção dos terrenos é conduzida e como os projetos habitacionais são concebidos (Rolnik, et al., 2015).

Segundo Maricato (2014, p.76),

[...] a proposta do PMCMV tendo como referência o que foi a experiência da política habitacional do Regime Militar – período de maior construção de moradias no país- foi possível prever o que a experiência recente já mostra: o impacto negativo sobre as cidades devido à localização inadequada de grandes conjuntos habitacionais e o aumento do preço da terra e dos imóveis. A maior parte da localização das novas moradias - grandes conjuntos sendo alguns, verdadeiras cidades - será definida nos municípios e metrópoles, por agentes do mercado imobiliário sem obedecer a uma orientação pública, mas à lógica de mercado.

O fator do baixo preço da terra, principal critério para a localização dos conjuntos habitacionais, apresenta um aspecto crítico, relacionado às decisões que, em grande parte, recaem sobre agentes do mercado imobiliário. Essas escolhas, frequentemente, são feitas sem assegurar a presença de infraestrutura adequada e o acesso

a serviços públicos essenciais, como saúde, educação, lazer e, especialmente, transporte. Isso prejudica justamente a parcela da população que mais necessita de integração com os demais espaços urbanos.

Esse cenário é agravado pela falta de articulação entre os deveres de cada ente federativo. Enquanto o governo federal desempenha um papel central na formulação e no financiamento de programas habitacionais, os governos estaduais e municipais são responsáveis por garantir que as áreas escolhidas para os empreendimentos tenham a infraestrutura mínima e estejam conectadas ao restante da cidade. No entanto, essa coordenação muitas vezes não acontece de forma eficiente, resultando em conjuntos habitacionais localizados em áreas periféricas e desconectadas, reforçando processos de exclusão e segregação socioespacial.

A ausência de uma abordagem integrada para a provisão habitacional demonstra a necessidade de repensar os critérios de localização, incorporando políticas que garantam não apenas a construção de moradias, mas também a promoção da equidade no acesso à cidade.

Neste sentido, Bonduki (2009) demonstra que o acesso a empregos pode ser comprometido quando os empreendimentos habitacionais são localizados em áreas periféricas, onde o baixo preço da terra guia as decisões de construção. Essa escolha, motivada pela busca de redução de custos, frequentemente desconsidera a proximidade com oportunidades de trabalho e os sistemas de transporte eficientes. Embora o baixo preço da terra pareça inicialmente vantajoso, ele pode ocultar armadilhas de longo prazo. Em áreas onde a demanda por moradia é alta, mas a oferta de terrenos é limitada, a implementação de conjuntos habitacionais pode pressionar o mercado local, levando à valorização dos terrenos circundantes. Isso, por sua vez, fomenta a especulação imobiliária e reforça a exclusão socioespacial, deslocando ainda mais a população de baixa renda para áreas sem infraestrutura adequada ou acesso a empregos. (Bonduki, 2009).

Assim, a ênfase excessiva no critério econômico do preço da terra perpetua desigualdades e aprofunda as barreiras para que os beneficiários do programa habitem áreas integradas à cidade e tenham melhores condições de vida. É imprescindível que as políticas habitacionais considerem não apenas o custo inicial de construção, mas também os impactos a médio e longo prazo sobre a mobilidade, o acesso ao emprego e a coesão urbana.

Deste modo, Redón e Calixto (2021, p.20) explicam que:

Esses loteamentos impõem novas formas de produção do espaço urbano, recriam valores fundiários e imobiliários, modificam o tecido urbano e reconfiguram a periferia. Nesse processo, as novas conformações espaciais introduzidas pelo PMCMV como, por exemplo, a ampliação dos perímetros urbanos, reforçam a reprodução de um modelo de localização periférica e descontínua, aumenta as distâncias no interior da cidade, implicando em novas relações socioespaciais. Ponderando essa dinâmica, as análises também pontuam o papel dos agentes incorporadores envolvidos no processo.

Rufino (2015) destaca que o PMCMV tem um sistema organizacional que impede o governo de agir como impulsionador e supervisor dos empreendimentos. Desse modo, a Caixa Econômica Federal (CEF) e as empresas se tornam as protagonistas, enquanto os órgãos e instituições responsáveis pelas políticas urbanas e habitacionais perdem relevância. Sob essa estratégia, conduzida pelas empresas, a seleção de terrenos e as características dos projetos são fatores cruciais para tornar os empreendimentos “viáveis”. Optar por terrenos mais baratos, aumentar a escala e padronizar os projetos são estratégias operacionais essenciais na implementação do PMCMV.

Nessa perspectiva, Krause, Balbim, Neto (2013, p.47) expõem que:

Em um país de dimensões continentais, com profundas desigualdades regionais, sociais, econômicas e uma enorme diversidade cultural, o MCMV se expressa como uma empresa fordista, uma produção em grande escala, cuja imagem predominante, ainda que não a única, são “casinhas” a perder de vista. Forma única, isto sim, de execução, padronização dos produtos, interesses e arranjos das empresas racionalizando a proposição de empreendimentos, a desconsideração de uma tipologia das cidades que receberiam os investimentos e a mais intensa ligação com as necessidades habitacionais [...].

Para Krause; Balbim; Neto (2013) o PMCMV vem impondo uma lógica racionalizadora no sistema habitacional como um todo. Sua estratégia é baseada na contratação de empreiteiras por bancos públicos e no fornecimento de unidades habitacionais como produtos que beneficiam famílias isoladamente. Portanto, para além do elevado número de unidades habitacionais populares, as críticas dizem respeito a sua inadequação aos contextos urbanos e sociais diversos do país. A ênfase na produção em massa e na padronização das moradias resulta em empreendimentos que não levam em conta as particularidades das cidades e das comunidades locais. A falta de atenção às dinâmicas urbanas existentes e às necessidades específicas dos moradores contribuem para a reprodução de modelos de localização periférica, ampliando as distâncias dentro das cidades e gerando novas relações socioespaciais desiguais.

O intitulado Programa Casa Verde Amarela - PCVA lançado no 25 de agosto de 2021, em meio à crise da pandemia de COVID-19, esteve sob o mandato de Jair Messias Bolsonaro (2018-2022). Esse governo extinguiu o Ministério das Cidades (MC) em 2019,

criando o Ministério do Desenvolvimento Regional⁹. Vale destacar que o Ministério das Cidades foi fundamental e responsável pela Política de Desenvolvimento Urbano e a Política Setorial de Habitação. A extinção desse ministério foi uma das evidências do desmonte das políticas sociais nas suas variadas escalas naquele governo.

O PCVA de acordo com Agência Brasil (2020) foi uma reformulação do PMCMV com foco na regularização fundiária, melhorias habitacionais e na redução da taxa de juros. Balbim (2020) descreve que tal programa “não passa de uma sequência de tons de cinza”¹⁰, que não altera em nada a provisão habitacional, sendo mais uma jogada de *marketing*, uma apropriação de acordos do PMCMV. Segundo Ramos (2023, p.134) o PCVA foi uma validação política do ex-presidente Jair Bolsonaro, “que, no período em que foi lançado o Programa, procurava melhorar a sua popularidade para fins eleitorais, após ser amplamente criticado por conta da administração desastrosa da pandemia da Covid-19”. Além disso, o PCVA não passou de uma revisão de regulações e programas já existentes Governo Federal. O programa estava mais alinhado aos interesses do mercado imobiliário, indicando um retrocesso no que se refere ao direito à moradia (Guerreiro; Rolnik, 2020).

De acordo com Balbim (2022, p.35) o que o PCVA fez “[...] é reconhecer, institucionalizar, a cidade corporativa e fragmentada”. Esta crítica ressalta a inadequação das políticas habitacionais contemporâneas em atender às necessidades sociais, favorecendo, ao invés disso, a lógica do mercado. Outro ponto importante é sobre a faixa de atendimento do PCVA, tendo sido organizada assim: Grupo 1, famílias com renda de até R\$ 2.400; Grupo 2, famílias com renda entre R\$ 2.400 a R\$ 4 mil e Grupo 3 famílias com renda entre R\$ 4 mil e R\$ 7 mil. No Grupo 1, as regiões Norte e Nordeste foram contempladas com menores taxas de juros, de até 4,25% ao ano, para famílias com renda até R\$ 2.400 mensais (Figura 2).

⁹ Sobre o ano de criação ver em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/aceso-a-informacao/governanca/gestao-de-riscos-no-mdr/Relatorio_de_Gestao_20192020_VF.pdf

¹⁰ O programa bicolor não altera em nada a provisão habitacional. Mudanças em taxas de juros, de nomenclaturas e outras tantas anunciadas estão ocorrendo dentro do quadro de programas e ações de provisão habitacional previamente existente no governo federal, agora com uma nova marca. O governo cria uma cortina de fumaça, e ao vender a ideia de uma pátria verde e amarela pinta a realidade com diversos tons de cinza. Fonte: <https://diplomatie.org.br/os-tons-de-cinza-do-casa-verde-e-amarela/>


PROGRAMA CASA VERDE E AMARELA			
Faixa	Renda Familiar	Modalidades de atendimento	Características
			
<u>Grupo 1</u>	Até R\$ 2.400	-Produção Subsidiada; - Regularização Fundiária; - Melhoria Habitacional; - Produção financiada.	Os juros são de 4,75% ao ano para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, para as regiões Norte e Nordeste as taxas são de 4,25% ao ano e o subsídio de até R\$ 47,5 mil.
<u>Grupo 2</u>	R\$ 2.400 a 4.000	-Produção Financiada; -Regularização Fundiária até R\$ 5.000.	O subsídio até R\$ 29 mil e os juros entre 5,5% a 7% (não cotista) e de 5% a 6,5% (cotista) para moradores das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.
<u>Grupo 3</u>	R\$ 4.000 a 7.000	-Produção Financiada; - Regularização Fundiária até R\$ 5.000.	As taxas juros são de 8,16% (não cotista) e de 7,66% (cotista).

Figura 2: Faixa, renda, modalidade e características do PCVA, 2021.

Fonte: Elaborado pelo autor com base no BRASIL, 2022.

Comparando os dois programas habitacionais, uma diferença que se destaca é modalidade de atendimento, uma vez que no PMCMV, a Faixa 1 tinha 90% de subsídio do imóvel e sem juros em relação a outras faixas de renda, ficando assim, na Faixa 1,5 criada em 2016, os juros são de 5% ao ano, já na Faixa 2 de 6% a 7% e na Faixa 3, de 8,16%. Já o PCVA, os juros estão organizados da seguinte maneira: Grupo 1 é dividido por regiões sendo elas: Sul, Centro Oeste e Sudeste com juros de 4,75% ao ano, nas regiões Norte e Nordeste de 4,25%, o Grupo 2 os juros são entre 5,5%, 6,5% (cotista) e 7% (não cotista), por último Grupo 3, com 8,16% para não cotista e 7,66% para cotista. Em relação a cotista e não cotista, se referia à taxa de empréstimo do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) para os bancos. Enquanto os cotistas tinham acesso a taxas de juros mais baixas, os não cotistas pagam uma taxa mais alta. Essa diferenciação tinha como foco principal incentivar o uso do FGTS como fonte de financiamento para a habitação, beneficiando aqueles que contribuem regularmente com o FGTS.

Algumas mudanças e rupturas entre tais programas habitacionais são evidenciadas, como o fato de que a população com renda até R\$ 2 mil, ou seja, a população mais carente, que compõe grande parte do *déficit* habitacional e tem maior necessidade de subsídios para ter acesso a moradia, não é priorizada na nova política habitacional do PCVA. Embora as medidas de redução das taxas de juros para as regiões Norte e Nordeste sejam positivas, se vistas de modo isolado, no entanto, as contratações do Grupo 1, se comparadas ao conjunto dos outros grupos (Grupo 2 e Grupo 3), são menores. Como apontam os dados do Governo Federal, no Grupo 1, o valor liberado para

a construção de habitações foi de R\$ 14.627.510.661,04 entre 2020 a 2021, já os do Grupo 2 e Grupo 3, somados, chegam ao total de R\$ 52.041.773.742,83 (SISHAB, 2022).

Esse contexto – marcado pela priorização de grupos de maior renda em detrimento da população mais vulnerável – evidencia a necessidade de repensar as políticas habitacionais, considerando a realidade urbana e as demandas das populações de baixa renda. Embora o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) tenha tido um impacto significativo na produção habitacional do país, é fundamental avaliar não apenas a quantidade de moradias construídas, mas também a qualidade dessas habitações, a localização dos empreendimentos e sua adequação às necessidades urbanas e de saúde pública. A falta de atenção a esses aspectos pode resultar em habitações precárias, distantes dos centros urbanos e sem acesso a serviços essenciais, perpetuando ciclos de exclusão e desigualdade.

No que se refere especificamente à política habitacional, entendemos que ela é central entre as medidas definidas pelo Estado para a redução das desigualdades sociais e para a promoção do direito à moradia digna. No entanto, é fundamental questionar o uso do conceito de *déficit* habitacional como principal indicador para a formulação dessas políticas. Embora esse conceito seja amplamente utilizado para justificar a construção de novas moradias, ele frequentemente ignora questões como a qualidade das habitações, a localização dos empreendimentos e o acesso a serviços básicos, aspectos essenciais para garantir o direito à cidade.

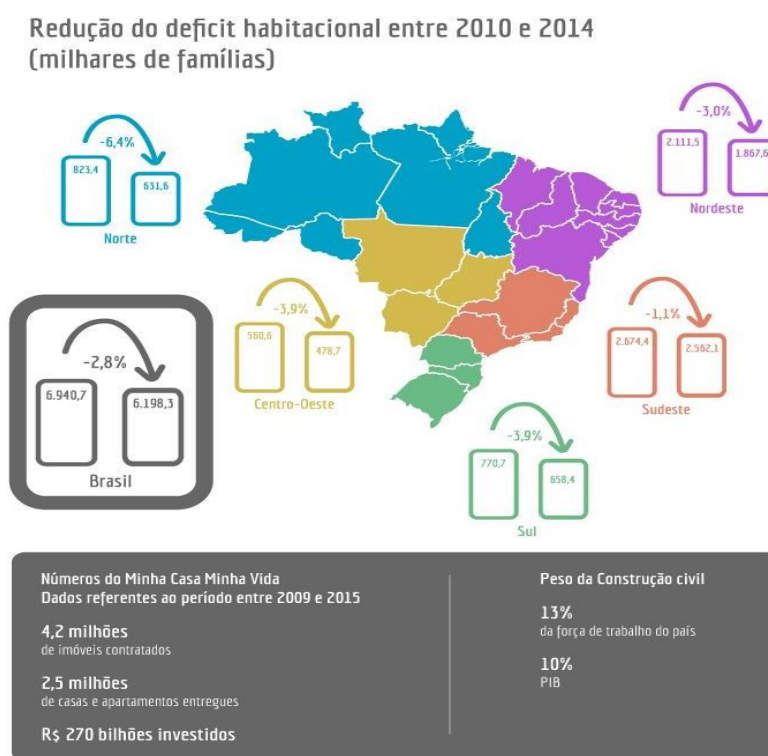
No caso de Três Lagoas, e como descrito anteriormente, o *déficit* habitacional total em 2010 era de 3.545 moradias, segundo dados da Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul (2014) elaborado pela Fundação João Pinheiro (FJP, 2010). Esse número inclui famílias em situação de coabitação (quando mais de uma família vive na mesma casa), moradias precárias (com problemas estruturais ou falta de infraestrutura básica) e famílias que gastam mais de 30% da renda com aluguel (Agehab, 2014), informação essa que será analisada no próximo subcapítulo. No entanto, esses dados quantitativos não capturam a complexidade do problema, como a localização periférica das moradias, a falta de acesso a serviços públicos e a inadequação das habitações às necessidades das famílias.

Para uma implementação adequada dos programas habitacionais, é necessário ir além do *déficit* quantitativo e direcionar os recursos de forma a atender prioritariamente as camadas mais vulneráveis da população, considerando suas reais necessidades e o contexto urbano em que estão inseridas. Nesse sentido, o próximo subcapítulo irá abordar

o conceito de *déficit* habitacional com mais detalhes, destacando suas limitações e propondo uma visão mais ampla e crítica sobre as políticas habitacionais.

2.3 Desafios habitacionais: uma análise do *déficit* habitacional

Para iniciar a discussão, é relevante destacar o impacto do PMCMV na redução do *déficit* habitacional no Brasil. Entre 2010 e 2014, o programa contribuiu para a diminuição desse *déficit* em todas as regiões do país, com destaque para a região Norte, que registrou uma redução de 6,4%, conforme mostra no Mapa 2. Além disso, os investimentos na construção de moradias durante esse período totalizaram R\$ 270 bilhões, reforçando a importância do programa no setor habitacional.



Mapa 2: Redução do déficit habitacional no Brasil (2010-2014).
Fonte: Portal Brasil, 2016.

Nos anos de 2015 a 2019 (Tabela 2), houve um aumento no *déficit* habitacional em todas as regiões do Brasil. A região Norte apresentou o maior aumento percentual, com um crescimento substancial de 30,81%, indicando um incremento significativo no *déficit* habitacional nessa área. A região Sudeste também registrou um aumento notável de 26,63%, refletindo uma grande demanda por habitação. No Sul, o aumento foi de 25,07%, destacando um crescimento relevante, embora menor que o das regiões Norte e Sudeste. O Nordeste teve um aumento de 16,55%, menor que o das outras regiões

mencionadas, mas ainda assim expressivo. Por fim, a região Centro-Oeste apresentou o menor aumento percentual, de 13,57%, mas que continua sendo significativo.

De acordo com a Fundação João Pinheiro (2020), entre 2015 e 2019, os componentes do déficit habitacional que apresentaram aumento foram: ônus excessivo com aluguel, que passou de 50% em 2015 para 51,7% em 2019; e habitações precárias, que cresceram de 14,8% em 2015 para 25,2% em 2019. No entanto, dentro do componente de habitações precárias, os domicílios rústicos tiveram uma redução de 12% entre 2016 e 2017, enquanto os domicílios improvisados apresentaram um aumento de 25% no mesmo período. Já a coabitação familiar registrou uma redução, passando de 29,9% em 2015 para 23,1% em 2019.

Tabela 2: Déficit Habitacional 2015 a 2019.

Déficit Habitacional	2015	2016	2017	2018	2019
Regiões	Total	Total	Total	Total	Total
Norte	645.537	508.136	520.727	510.827	844.342
Nordeste	1.971.856	1.246.093	1.324.635	1.317.770	2.298.666
Sudeste	2.482.855	2.098.754	2.283.399	2.185.593	3.144.594
Sul	734.115	549.054	599.372	612.326	918.098
Centro Oeste	521.381	447.159	429.063	433.837	592.202

Fonte: FJP, 2022. Elaboração: FRANQUELINO, A. R., 2024.

Os dados refletem as desigualdades regionais e as fragilidades estruturais das políticas habitacionais no Brasil. O aumento do ônus excessivo com aluguel e das habitações precárias aponta para a necessidade de políticas públicas mais eficazes e integradas, que considerem não apenas a ampliação da oferta habitacional, mas também a melhoria das condições de infraestrutura e o acesso econômico às moradias.

No caso de Três Lagoas, como demonstra o quadro 1, o déficit habitacional total de Três Lagoas no ano de 2010 distribuídos entre os seguintes componentes: coabitação (1.430), domicílios precários (254), ônus excessivo com aluguel (1.655) e adensamento excessivo em domicílios alugados (206). Esses dados respondem à questão sobre os desafios habitacionais da cidade, evidenciando uma demanda significativa por moradias, a falta de acessibilidade financeira e a existência de habitações em condições inadequadas.

Como descrito no subcapítulo 2.2, parte dessa demanda foi atendida com a construção de moradias populares, como o Novo Oeste, em 2013, com 1.224 unidades, e o Orestinho, em 2015, com 1.432 unidades. Esses empreendimentos serão analisados com mais detalhes no subcapítulo 3.3.

Quadro 1: Déficit habitacional em Três Lagoas por componentes em 2010.

Município	Coabitação	Domicílio Precário	Ônus Excesso Aluguel	Adensamento Excesso Domicílios Alugados	Total
Três Lagoas	1.430	254	1.655	206	3.545

Fonte: Fundação Joao Pinheiro, 2010.

O ônus excessivo com aluguel e a coabitação são os principais componentes do *déficit*, indicando que muitas famílias não têm acesso a moradias independentes e a preços acessíveis. Além disso, a presença de domicílios precários e adensamento excessivo revela que parte da população vive em condições insalubres, o que pode impactar negativamente a saúde e o bem-estar. Esses desafios reforçam a necessidade de políticas habitacionais mais abrangentes, que considerem não apenas a quantidade de moradias, mas também sua qualidade, localização e acessibilidade financeira.

O quadro 2 do Plano Local de Habitação de Interesse Social de Três Lagoas¹¹ de 2024, fornece um panorama importante do *déficit* habitacional no município. A análise dos dados permite identificar os principais problemas e direcionar as políticas públicas para atender às necessidades da população. O total de entrevistados (502) representa apenas 63,79% do universo pesquisado, o que sugere que o *déficit* habitacional total pode ser ainda maior.

Em análise do quadro 2, no que se refere aos domicílios rústicos: este é o critério com o maior número de ocorrências (212), representando 26,94% dos entrevistados. Isso indica uma parcela significativa da população vivendo em condições precárias. Moradia em residência cedida: com 118 casos (14,99%), este critério também se destaca, sugerindo uma dependência de moradias cedidas, o que pode indicar insegurança habitacional. Ônus excessivo com aluguel: 90 entrevistados (11,44%) relatam dificuldades com o custo do aluguel, evidenciando a pressão financeira sobre as famílias. Domicílios improvisados e

¹¹ De acordo com o Plano Local de Habitação de Interesse Social de Três Lagoas: O tamanho da amostra dos questionários foi calculado de acordo com a metodologia proposta por Arkin, H.; Colton (1995), que relaciona o tamanho da população com o número de amostra a ser utilizada, para uma amostragem representativa foi utilizada a população média de cada CRAS e uma margem de erro de 8% para mais ou menos, considerando o método adotado, foi determinada a quantidade média de 155 questionários por CRAS, totalizando a quantidade mínima de 930 questionários. Além da metodologia supramencionada, para a aplicação dos questionários foram priorizadas as famílias cadastradas no município, famílias em situação de vulnerabilidade, em campo foram aplicados um total de 1.041 questionários, dos quais 787 pessoas aceitaram participar, ou seja, para realizar o levantamento do déficit habitacional da amostra foram considerados os 787 participantes que responderam ao questionário, sendo possível identificar que 63,79% dessas famílias cadastradas se enquadram nos critérios de déficit habitacional. (Plano Local de Habitação de Interesse Social de Três Lagoas, 2024, p.93).

Família convivente: estes critérios, com 31 e 38 casos respectivamente, indicam situações de vulnerabilidade habitacional, onde as pessoas precisam recorrer a soluções improvisadas ou dividir moradias. Moradia em Cômodo e Adensamento Excessivo: Estes são os critérios com menor incidência, mas ainda representam problemas habitacionais relevantes. O quadro 2 tabela organiza os dados por hierarquia, o que permite identificar os problemas mais urgentes e relevantes para o planejamento de políticas habitacionais. Os dados revelam a necessidade de ações efetivas para reduzir o *déficit* habitacional em Três Lagoas, com foco em moradias dignas, acessíveis e seguras.

Quadro 2: Déficit Habitacional em Três Lagoas em 2023.

Crítérios	Quantidade	Percentual de entrevistados
Domicílios improvisados	31	3,94%
Domicílios rústicos	212	26,94%
Moradia em cômodo	6	0,76%
Ônus excessivo com aluguel	90	11,44%
Adensamento excessivo de domicílio alugado	7	0,89%
Família convivente	38	4,83%
Moradia em residência cedida	118	14,99%
Total	502	63,79%

Fonte: Plano Local de Habitação de Interesse Social, 2024.

Os números mencionados anteriormente, que abordam a quantidade de moradias entregues, a redução do *déficit* habitacional, bem como os valores investimentos, suscitam interpretações que levantam a questões importantes. Será que os problemas habitacionais, especialmente relacionados à falta de moradia, em Três Lagoas foram de fato solucionados? Além disso, é relevante indagar para qual perfil socioeconômico está direcionada essa produção e o financiamento de moradias? Por último, é fundamental compreender como o *déficit* habitacional é calculado e quais as análises os especialistas fazem sobre esse conceito?

Bolaffi (1982) apresentava algumas análises sobre o *déficit* habitacional e ressalta que é um falso problema criado a partir do real problema. Assim, ele questiona:

Se o problema é o “*déficit*” e não a carência por que o *déficit* da habitação e não tantos outros mais angustiantes e urgentes como o de alimentos, vacinas, médicos, remédios, hospitais, etc? Mas se o *déficit* é um problema falso e mal formulado, não caberia perguntar se a melhor forma para eliminar ou diminuir a carência não seria conceber um modelo econômico alternativo no qual os recursos disponíveis fossem canalizados para o desenvolvimento das indústrias de bens de capital, para o aumento da produção agrícola e da oferta de demais

bens e serviços de primeira necessidade? [...] quando o problema de habitação popular for selecionado como uma das prioridades básicas sobre as quais devia concentrar-se o esforço econômico da nação, a partir do conceito de “déficit habitacional”, a pergunta não só não foi respondida, como sequer parece ter sido formulada (Bolaffi, 1982, p. 52 e 53).

Nessa perspectiva, o autor sugere, que o conceito de *déficit* habitacional, embora amplamente utilizado, pode ser insuficiente para abordar adequadamente as questões de carência habitacional. Ele defende a necessidade de repensar essa abordagem tradicional, adotando uma visão mais abrangente e sistêmica, que considere as carências habitacionais como parte de um contexto mais amplo de desigualdades estruturais. Dessa forma, seria possível priorizar a habitação popular, direcionando recursos e esforços para enfrentar não apenas o *déficit* habitacional em números absolutos, mas também suas causas subjacentes, como a distribuição desigual de renda, o acesso à terra e as limitações nas políticas urbanas. A ênfase na habitação popular como uma das principais prioridades reflete a importância de fornecer moradias adequadas para a população, o que é essencial para melhorar a qualidade de vida e reduzir a desigualdade.

A principal instituição que calcula o *déficit* habitacional no Brasil desde 1995 até os dias atuais é a Fundação João Pinheiro e esse órgão estabelece um conjunto de indicadores metodológicos que, com algumas modificações durante os anos, serve como base na elaboração e construção de políticas públicas habitacionais no país.

No ano de 1995, o cálculo do *déficit* era por componentes como: a) domicílios improvisados; b) domicílios rústicos, esses indicam precariedade habitacional de parcela de moradias existentes e c) coabitação familiar, relacionado com a insuficiência do estoque de moradias face ao montante de famílias que convivem na mesma residência (Fundação João Pinheiro, 1995). Em 2020 a Fundação João Pinheiro (2020, p. 23) lançou uma nova metodologia que calcula e classifica o *déficit* habitacional em: “(a) domicílios precários (improvisados e rústicos); (b) número de famílias que têm dificuldades de acesso devido aos elevados custos com aluguel e (c) número de famílias que não têm a liberdade de acesso em formar um novo domicílio”.

Santana (2020), aponta que o conceito de *déficit* habitacional é voltado para atender as necessidades habitacionais do Brasil, além disso é um indicador para calcular, acompanhar e avaliar políticas públicas de habitação. No entanto, mesmo com essas atualizações para o cálculo do *déficit* habitacional, e a perspectiva de avaliar políticas públicas a questão permanece um desafio significativo, evidenciando a necessidade de políticas públicas mais efetivas para atender às demandas habitacionais e reduzir as desigualdades no acesso à moradia. Isso se deve ao fato de que, conforme observado por

Bonduki (2022, p. 56) o conceito “adotado no Brasil foi sendo construído historicamente, sendo que grande parte dos elementos utilizados para seu cálculo foram importados da cultura ocidental, fortemente influenciada pelo higienismo e pelo modernismo”.

Essas influências moldaram a forma como o *déficit* habitacional é compreendido e quantificado no contexto brasileiro, refletindo determinadas visões e valores relacionados à saúde pública e ao desenvolvimento urbano. Este modelo continua a exercer influência nas políticas públicas, inclusive habitacional no Brasil até os dias atuais (Bonduki, 2022).

Além disso, Bonduki (2022, p. 65) explica que é comum a mídia veicular o *déficit* habitacional como a quantidade “de unidades que precisam ser produzidas no país, ignorando que todo dia novas necessidades habitacionais são geradas e que o tempo para se produzir uma moradia é medido em anos. O mais grave é que a mesma lógica é utilizada para avaliar políticas públicas”. Essa crítica é importante porque destaca a necessidade de uma abordagem mais ampla e dinâmica para lidar com o problema do *déficit* habitacional no país. Em vez de simplesmente fixar metas de construção, é fundamental considerar como as políticas habitacionais podem ser flexíveis e adaptáveis para responder às mudanças nas necessidades da população ao longo do tempo. Isso envolve uma compreensão mais sofisticada do *déficit* habitacional como um problema em constante evolução (Bonduki, 2022).

Neste sentido:

Se adotamos o déficit habitacional como conceito e método, devemos necessariamente medir o déficit de solo urbanizado, o déficit de infraestrutura, o déficit de financiamento e crédito, o déficit de construção e material, o déficit de regularização fundiária e o déficit de habitabilidade (espaço/m² e materiais), para, então, formularmos uma política habitacional que venha a resolver as múltiplas dimensões do déficit habitacional. Mas se optarmos pela política habitacional voltada à resolução das necessidades de habitação, então, necessariamente, teremos que formular um conjunto de ações voltadas à produção e à construção de novo estoque habitacional, à melhoria e à manutenção do estoque existente e à reposição do estoque habitacional (aquelas habitações em edifícios e construções que realmente chegaram a um ponto de dilapidação e precariedade em que não existe outra opção senão a demolição) (Acioly Jr, 2022, p. 159).

Essas abordagens – uma voltada para a formulação de políticas públicas mais abrangentes, como propõe Acioly Jr. (2022), e outra concentrada na resolução das necessidades habitacionais em si, por meio de ações direcionadas à criação e melhoria de moradias, conforme discutido por Bonduki (2022) – têm implicações diferentes na maneira como as políticas habitacionais são desenvolvidas e implementadas. A primeira abordagem, defendida por Acioly Jr. (2022), enfatiza a necessidade de medir e abordar

todas as dimensões do *déficit* habitacional, incluindo o déficit de solo urbanizado, infraestrutura, financiamento, regularização fundiária e habitabilidade. Já a segunda abordagem, apresentada por Bonduki (2022), foca em ações práticas para a produção e manutenção do estoque habitacional, visando atender diretamente às necessidades da população. Na primeira abordagem, o autor Acioly Jr (2022) argumenta que se optarmos por adotar o *déficit* habitacional como conceito e método, é necessário medir várias dimensões desse *déficit*, como o *déficit* de solo urbanizado, de infraestrutura, de financiamento e crédito, de construção e material, de regularização fundiária e de habitabilidade. Essa análise abrangente permitiria a formulação de políticas habitacionais que abordassem todas essas múltiplas dimensões do *déficit* habitacional.

Por outro lado, o autor também apresenta a alternativa de uma política habitacional focada diretamente nas necessidades de habitação. Nesse caso, seria necessário formular um conjunto de ações que incluíssem a produção e construção de novo estoque habitacional, a melhoria e manutenção do estoque existente e a reposição do estoque habitacional, especialmente em casos em que as habitações atingiram um estado de dilapidação e precariedade que demanda sua demolição.

Essa análise ressalta a importância de considerar diferentes abordagens na formulação de políticas habitacionais, levando em conta tanto a amplitude do *déficit* habitacional quanto as necessidades específicas de habitação para a população. A escolha entre essas abordagens dependerá do contexto específico de cada região e principalmente das prioridades estabelecidas pelas autoridades responsáveis pela política habitacional.

Portanto:

[...] não é mais possível sustentar o entendimento do déficit habitacional como resultado estatístico do reduzido ou do precário estoque de moradias versus o aumento populacional urbano. Informações publicizadas sobre a produção habitacional no século XX possibilita-nos afirmar que os mecanismos públicos e privados estabelecidos para o enfrentamento do déficit habitacional vem se ancorando: (1) na pré-determinação do modo de morar dos trabalhadores; (2) na mercantilização da casa própria; (3) no controle da expansão da cidade; (4) na racionalização do espaço mínimo; (5) na produtividade lucrativa da indústria da construção civil; e (6) na negação aos trabalhadores de baixa renda do acesso à terra, aos serviços urbanos e ao crédito. (Nascimento; Braga, 2009, p. 107).

Em meio a essas considerações, é fundamental reconhecer que o *déficit* habitacional não é apenas uma questão de números, mas sim um conjunto de desafios interligados. A abordagem tradicional, que encara o *déficit* habitacional como uma consequência direta da escassez de moradias diante do rápido crescimento urbano, tem se mostrado insuficiente para enfrentar a complexidade desse problema. As abordagens

atuais revelam que os mecanismos de enfrentamento do déficit habitacional não apenas refletem a necessidade de ampliar o estoque habitacional, mas também abraçam uma série de fatores sociais, econômicos e políticos que moldam as condições de moradia.

Concordamos com essa visão e, portanto, defendemos a adoção de uma perspectiva mais abrangente e contextualizada para elaborar soluções que realmente abordem os aspectos multifacetados do *déficit* habitacional. Isso significa ir além da simples construção de moradias e considerar a qualidade de vida, as aspirações das comunidades e as desigualdades socioeconômicas que perpetuam o problema. No caso de Três Lagoas, por exemplo, as evidências mostram que os problemas habitacionais não foram solucionados com a mudança na política habitacional, especialmente porque a produção habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) não atende a todos os perfis socioeconômicos. Essa lacuna contribuiu para o surgimento de movimentos sociais de luta por moradia, como a Ocupação São João, que reivindicam o direito à moradia digna. Além disso, a produção habitacional pelo PMCMV em Três Lagoas apresenta fragilidades significativas, como a localização periférica dos empreendimentos e a falta de integração com políticas urbanas mais amplas, questões que serão exploradas adiante.

CAPÍTULO 3

OCUPAÇÃO SÃO JOÃO E CONJUNTOS HABITACIONAIS NOVO OESTE E ORESTINHO EM TRÊS LAGOAS: UMA ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS E DO COTIDIANO

Neste capítulo, apresentaremos os caminhos metodológicos percorridos para a realização da pesquisa, detalhando os procedimentos adotados, como a produção de informações por meio de entrevistas semiestruturadas e observações de campo realizadas nos conjuntos habitacionais e na ocupação. Esses procedimentos metodológicos foram essenciais para compreender as práticas espaciais e o cotidiano dos moradores, permitindo com isso evidenciar os processos de fragmentação socioespacial em curso.

Essa abordagem dialoga diretamente com os capítulos anteriores, nos quais discutimos conceitos-chave como segregação socioespacial e fragmentação socioespacial. Aqui, o foco recai sobre como esses fenômenos – a separação entre grupos sociais no espaço urbano e a desconexão entre diferentes áreas da cidade – se materializam na vivência diária e na produção do espaço urbano em Três Lagoas. No entanto, o universo teórico e a realidade empiricamente tomada; envolve mediações, como a análise das políticas urbanas, das dinâmicas locais e das estratégias de resistência e apropriação do espaço pelos moradores.

Essa perspectiva permite uma compreensão empírica das questões teóricas previamente tratadas, estabelecendo uma relação entre as informações obtidas e as discussões conceituais. Dessa forma, buscamos ampliar a compreensão das complexas relações que estruturam o espaço urbano, considerando tanto as desigualdades socioespaciais quanto as práticas cotidianas que contestam ou reproduzem essas dinâmicas.

O subcapítulo 3.1 irá detalhar o procedimento metodológico das entrevistas, como principal instrumento empregado nos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho e na Ocupação São João, escolhidos nessa tese como recortes espaciais que sintetizam as desigualdades socioespaciais, tal como veio sendo discutido nos capítulos anteriores. São descritos os procedimentos e abordagens para a realização das entrevistas com os moradores tanto dos conjuntos habitacionais, bem como da ocupação, o que inclui o roteiro detalhado das entrevistas, as questões abordadas de forma sistemática e os desafios para realizá-las.

Levando em conta o cotidiano como parâmetro analítico, direcionamos nossa atenção para o estudo do caso da Ocupação São João, na cidade de Três Lagoas que se iniciou em meio a pandemia de COVID-19, quando um grupo de pessoas se reuniu para reivindicar seu direito à moradia. Essa iniciativa evidenciou a contradição na qual se assentou na campanha desencadeada por governos locais, estaduais e federal, com base no slogan “fique em casa”, em função do questionamento decorrente, mas ignorado: e quem não tem casa?

Neste sentido, levando em conta tal questionamento, o subcapítulo 3.2, tem como objetivo apreender o cotidiano dos moradores da Ocupação São João, para isso utilizamos entrevistas semiestruturadas como ferramenta metodológica, realizadas nos anos de 2021 (2 entrevistas) no período de pandemia e em 2024 (6 entrevistas), totalizando 8 entrevistas sendo 6 com moradores da ocupação e 2 com os denominados agentes bem-informados — termo utilizado para designar indivíduos que, embora não sejam moradores da ocupação, possuem conhecimento aprofundado sobre a realidade local devido ao seu envolvimento direto com a comunidade.

No caso desta pesquisa, os agentes bem-informados são um professor universitário e um advogado, ambos apoiadores da ocupação. Foram tratados nesse subcapítulo temas e questões com base nas entrevistas, como a percepção dos moradores sobre suas condições de vida, o impacto das políticas habitacionais e a forma como as condições socioespaciais influenciam seu cotidiano. A análise desses dados permitiu compreender não apenas os desafios enfrentados pelos moradores, mas também as estratégias de agenciamentos desenvolvidas por eles no contexto da ocupação. As práticas socioespaciais, que serão analisadas em detalhes no capítulo 4, também foram abordadas de forma preliminar neste subcapítulo, com foco nas narrativas dos moradores sobre o uso e a apropriação do espaço urbano. Além disso, este capítulo 3 introduz, de maneira inicial, a lógica fragmentária como chave analítica, cujas manifestações serão detalhadas no capítulo seguinte.

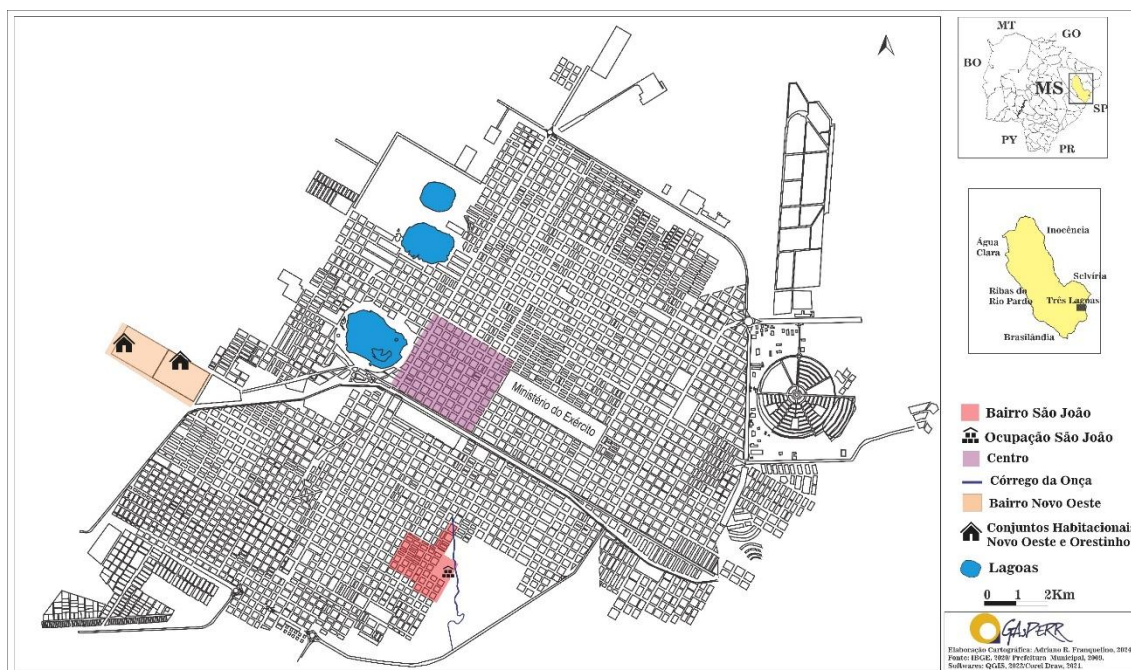
O texto combina informações das entrevistas realizadas com moradores da ocupação e os apoiadores, desde sua formação até as estratégias de organização interna e de reivindicação junto ao poder público. Além disso, o texto explora a precariedade da infraestrutura, os desafios de segurança, a falta de acesso a serviços básicos e a vulnerabilidade social das famílias residentes na ocupação. Destaca também a importância da organização comunitária, a necessidade de diálogo com o poder público e

os esforços para regularização fundiária, refletindo a resistência e a esperança que movem as famílias em busca de um futuro melhor.

O subcapítulo 3.3 tem como foco os conjuntos habitacionais verticais Novo Oeste e Orestinho, construídos no âmbito da Faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em Três Lagoas (MS), entregues e ocupados no ano de 2016. Por meio de procedimentos metodológicos qualitativos, que partiram do levantamento e discussão bibliográfica, bem como de entrevistas realizadas com cinco moradores, utilizando um roteiro semiestruturado, o estudo analisa os desafios cotidianos enfrentados por esses residentes. O subcapítulo analisa como suas condições precárias moldam as práticas socioespaciais e o cotidiano dos residentes, reforçando o processo de segregação socioespacial. Ao dar voz às experiências e perspectivas dos moradores, a pesquisa busca compreender as complexidades envolvidas nesse processo e a necessidade de soluções mais abrangentes e integradas, que considerem não apenas a construção de moradias, mas também a qualidade de vida urbana e o acesso equitativo a serviços e oportunidades.

3.1 As entrevistas nos conjuntos habitacionais Novo Oeste, Orestinho e Ocupação São João: os desafios, roteiro e perfil dos moradores

Para compreender de forma mais abrangente as dinâmicas da cidade, voltamos nossa atenção para a questão habitacional e as práticas cotidianas dos cidadãos em Três Lagoas. Foi uma escolha informada teoricamente que tornou essencial a realização de entrevistas semiestruturadas e saídas de campo, permitindo a coleta de dados e observações diretas, o que proporcionou uma análise mais detalhada e contextualizada das áreas estudadas. A escolha por focar na Ocupação São João (Mapa 3) em 2021, 2023 e 2024, e nos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (Faixa 1) Novo Oeste e Orestinho (Mapa 3) nos anos de 2023 e 2024, não foi por acaso. Ambos representam diferentes facetas da negação do direito à moradia e evidenciam as nuances entre a habitação formal subsidiada pelo governo e as ocupações informais que emergem como resposta aos problemas e às limitações dessas políticas. Além disso, essas áreas representam também exemplos ou indícios de fragmentação socioespacial, um dos eixos centrais desta tese, pois ilustram como a divisão desigual e desarticulada do espaço urbano se manifesta em contextos distintos, seja pela precariedade das ocupações informais, seja pelo isolamento e pela falta de integração dos conjuntos habitacionais formais.



Mapa 3:Localização dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho e da Ocupação São João, 2024.**Fonte:** Prefeitura Municipal, 2022.**Elaboração:** FRANQUELINO, A.R., 2024.

A preparação para o trabalho de campo e a realização das entrevistas envolveram uma fase de articulação prévia, na qual foi fundamental contar com a mediação de uma pessoa já familiarizada e conhecedora de ambas as áreas. O contato inicial foi estabelecido por meio de uma pessoa que conhecia uma moradora da ocupação São João, facilitando o acesso e a aproximação com a comunidade¹². Essa vizinha forneceu o contato da moradora, com quem iniciei uma troca de mensagens via *Whatassap*. Durante nossas conversas, ela aceitou conceder uma entrevista, e foi estabelecida uma data para sua realização, que ocorreu de forma *online* devido às restrições impostas pela pandemia de COVID-19. Essa moradora, por sua vez, indicou um apoiador (José) da comunidade, um professor, com quem ela conversou previamente para verificar sua disponibilidade em participar da pesquisa. Após sua concordância, obtive seu contato e procedemos com a organização da data e dos detalhes para a realização da entrevista.

Nos conjuntos habitacionais, em 2023, o contato prévio foi estabelecido por meio de um conhecido que reside no conjunto habitacional Orestinho, o qual atuou como intermediário inicial. Ele me apresentou para alguns moradores que estavam dispostos a participar da pesquisa. Após essa aproximação inicial, estabelecemos uma relação de confiança com os entrevistados. Logo marcamos as visitas ao local, durante as quais foi

¹² Na ocupação São João, o primeiro contato ocorreu em 2021, por intermédio de uma vizinha que mora ao lado da casa dos meus pais e que conhecia uma moradora do local.

possível realizar as entrevistas, além de observar as dinâmicas cotidianas. Essas colaborações foram cruciais para estabelecer uma relação de confiança com os moradores da Ocupação São João e dos conjuntos habitacionais, possibilitando que as entrevistas fossem conduzidas em um ambiente mais acolhedor e colaborativo. Esse contato inicial ajudou a superar barreiras de acesso e facilitou a aproximação com os entrevistados, garantindo que as entrevistas pudessem capturar de forma mais fidedigna as percepções e os desafios cotidianos.

Antes de prosseguir é importante ressaltar que as entrevistas, enquanto ferramenta metodológica tem grande relevância nas pesquisas de Ciências Humanas, sobretudo na Geografia. Nesse sentido, Goes et al. (2020) destacam:

que as entrevistas são constituídas por relações interpessoais e intersubjetivas estabelecidas entre entrevistador e entrevistado, nas quais se busca produzir conhecimento acerca das vivências e representações dos entrevistados, considerados como representantes de grupos ou subgrupos sociais. Sendo assim, o enfoque das entrevistas nas Ciências Humanas é compreender, a partir de narrativas e discursos enunciados por sujeitos individuais [...] (p.72).

Essa abordagem metodológica não apenas enriquece a pesquisa ao capturar perspectivas individuais, mas também contribui para uma compreensão mais ampla das dinâmicas sociais que permeiam os contextos estudados. A importância das entrevistas na pesquisa geográfica reside na sua capacidade de acessar as práticas espaciais dos indivíduos, revelando como eles se apropriam, vivenciam e dão sentido aos espaços da cidade; capturar a dimensão subjetiva da experiência espacial, compreendendo as emoções, os valores, as percepções e as representações dos indivíduos em relação aos lugares; compreender a complexidade da fragmentação socioespacial a partir das narrativas dos cidadãos, revelando as diferentes formas de viver a cidade em contextos de desigualdade social. (Goes et al., 2020).

Conforme Milani e Goes (2022), as entrevistas, além de possibilitar a observação das práticas espaciais, permitem compreender os significados que os indivíduos atribuem a esses espaços, bem como suas motivações, experiências e percepções. Importante, assim, considerar que as narrativas obtidas não são um reflexo direto da realidade, mas reconstruções mediadas pela memória, pela interação entre entrevistador e entrevistado e pelo contexto da entrevista. Ou seja, as informações produzidas devem ser interpretadas como representações subjetivas e não como um retrato absoluto da realidade.

Em suma, as entrevistas não apenas ampliam o entendimento sobre os espaços urbanos, mas também oferecem um olhar mais profundo sobre as interações entre sujeitos

e os espaços. Essa perspectiva é essencial para a análise geográfica, pois permite acessar as camadas subjetivas e sociais que também estruturam os espaços urbanos.

As dimensões analisadas nas entrevistas semiestruturadas para examinar as experiências dos moradores da Ocupação São João incluíram: rotina (onde vão nos feriados e finais de semana, como é a rotina diária), local de moradia anterior (motivos da mudança; condições de moradia anterior), inserção na ocupação (como os moradores fizeram parte da ocupação quais razões e motivações), histórico da ocupação, bairro (infraestrutura), lazer (opções de lazer), segurança (sensação de segurança), mobilidade (quais meios de transporte utilizam para se locomover), consumo (onde fazem suas compras), trabalho (quanto tempo demoram para ir ao trabalho, qual meio de transporte utilizam).

Já as dimensões abordadas¹³ nas entrevistas com os moradores dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho foram: rotina (onde vão nos feriados e finais de semana, como é a rotina diária), local de moradia anterior (motivos da mudança; condições de moradia anterior), bairro (infraestrutura), mobilidade (quais meios de transporte utilizam para se locomover), lazer (opções de lazer), segurança (sensação de segurança), consumo (onde fazem suas compras), trabalho (quanto tempo demoram para ir ao trabalho, qual meio de transporte utilizam).

Vale destacar que as dimensões inserção na ocupação e histórico da ocupação são específicas do roteiro da Ocupação São João, não estando presentes nas entrevistas realizadas nos conjuntos habitacionais. Além disso, tanto na ocupação quanto nos conjuntos habitacionais, os nomes dos entrevistados descritos aqui são fictícios. Observa-se, ainda, que parte dessas questões, tanto da ocupação quanto dos conjuntos habitacionais, será tratada no capítulo 4.

Para tanto, a seleção dos entrevistados e entrevistadas buscou abranger diferentes perfis etários e de gênero, seguindo a proposição do projeto de pesquisa intitulado Fragmentação Socioespacial e Urbanização Brasileira: Escalas, Vetores, Ritmos, Formas e Conteúdos (FragUrb), desenvolvido pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), que enfatiza a importância de considerar a diversidade sociodemográfica para compreender as dinâmicas urbanas e habitacionais. Essa

¹³ As dimensões aqui tratadas, tanto subjetivas quanto objetivas, integram o objeto metodológico do projeto de pesquisa denominado FRAGURB (Fragmentação Socioespacial e urbanização contemporânea: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos) financiado pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), em que atuam professores e pesquisadores da Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Presidente Prudente e de outras instituições.

abordagem permitiu captar perspectivas variadas sobre as condições de moradia, as estratégias de sobrevivência e as relações com o espaço urbano, contribuindo para uma análise mais abrangente e representativa da realidade estudada.

Foram utilizados dois roteiros de entrevista distintos: um voltado aos moradores dos conjuntos habitacionais e da ocupação, com enfoque em trajetórias residenciais, avaliação das condições infraestruturais, estratégias de adaptação e relações com a vizinhança; e outro direcionado a agentes bem-informados (como um professor universitário e um advogado), centrado em análises críticas das políticas habitacionais, do papel do Estado na produção do espaço urbano e das dinâmicas de agenciamento coletivo. Essa perspectiva revelou-se fundamental para articular as vozes dos moradores com análises especializadas, para demonstrar como a fragmentação socioespacial se manifesta tanto nas materialidades urbanas quanto nas experiências cotidianas.

Primeiramente, em 2021 foram realizadas duas entrevistas na Ocupação São João (Quadro 3), essas foram *on line* e gravadas, pois estávamos no período de pandemia de COVID-19. A primeira entrevista foi com uma moradora realizada via *Google Meet* no dia 12/10/2021 às 19:59 (horário de Brasília), com duração de vinte e cinco minutos e vinte e quatro segundos. As condições da internet de ambos tanto da entrevistada como a do entrevistador estavam boas e não houve oscilação e nem interrupção. Outro ponto em destaque, é que a entrevistada avisou antes de começar a gravação que se fosse presencial, talvez não ficaria tão à vontade.

Segundo suas palavras, ela residia no município de Três Lagoas, morando em um “puxadinho” ao lado dos pais, localizado no bairro Guanabara. O bairro Guanabara está situado a aproximadamente a 4 quilômetros do centro da cidade, sendo considerado uma área “longe” pela entrevistada. Nas palavras da entrevistada, ela está envolvida na ocupação desde o seu início, possui 27 anos, concluiu o ensino fundamental e sua situação civil é “amasiada”, de acordo com suas palavras.

O segundo entrevistado, que foi intermediado pela moradora como apontado anteriormente, é um apoiador (José) ativo da ocupação. Ele tem 52 anos, é professor universitário, desempenhando um papel crucial, pois oferece suporte pessoal e intelectual, incluindo auxílio em questões políticas e legislativas para os residentes da ocupação. A entrevista foi realizada via *Google Meet*, dia 22/10/2021 às 15:00 (horário de Brasília), com duração de trinta e nove minutos e cinquenta segundos.

Quadro 3: Perfil dos entrevistados na Ocupação São João em 2021.

Perfis	Homens Jovens (18 – 30 anos)	Mulheres Jovens (18 – 30 anos)	Homens Adultos (31 – 65 anos)	Mulheres Adultas (31 – 65 anos)	Homens ou mulheres Idosos (acima de 65 anos)	Total
Habitats						
Irregulares: Ocupação	0	1	1	0	0	2

Fonte: O autor, 2024.

Para a realização da entrevista as condições de internet tanto do entrevistado como a do entrevistador estavam com qualidade boa, mas, a partir das três últimas perguntas (vinte e nove minutos de entrevista) houve oscilação, sendo que o entrevistado não conseguia escutar o entrevistador. Essa interrupção atrasou em torno de 5 minutos apenas. O entrevistado(a) estava muito à vontade, inclusive durante o momento da entrevista ele(a) estava na Ocupação São João, mas não ligou a câmera por causa da instabilidade que poderia ocorrer.

No dia 04/01/2023, foi realizada uma saída de campo na Ocupação São João com o objetivo de verificar, observar e registrar as condições, características e possíveis mudanças significativas no local em relação à última visita realizada em 2021. Foram analisados aspectos como a infraestrutura, o estado das moradias, alterações no ambiente físico, a presença ou ausência de serviços básicos e outros fatores relevantes. Essa comparação temporal permitiu identificar avanços, retrocessos ou permanências nas condições de vida dos moradores desse local. A Figura 3 mostra parte da área desta ocupação.



Figura 3: Ocupação São Joao em Três Lagoas-MS. Fonte: FRANQUELINO, A. R., 2023.

No dia da saída a campo, em 04/01/2023, houve uma confraternização na ocupação, organizada pela líder (Meire) e pelo professor apoiador (José), que envolveu a distribuição de alimentos e presentes aos familiares residentes na ocupação. A arrecadação de cestas foi coordenada por esses organizadores, que divulgaram a iniciativa em Três Lagoas por meio das redes sociais, como Facebook e WhatsApp, além de promover a ação pelo método “boca a boca”. Para aqueles que não puderam doar uma cesta básica, a opção era contribuir com uma quantia, sendo o professor apoiador responsável por recolher o dinheiro e adquirir as cestas. Durante o evento, as famílias e crianças reuniram-se e aguardaram a distribuição de cestas básicas e brinquedos, conforme evidenciado na Figura 4.



Figura 4: Moradores da Ocupação São João reunidos esperando a distribuição de cestas básicas. **Fonte:** FRANQUELINO, A. R.,2023.

Além da visita à Ocupação São João, foi conduzido um trabalho de campo (08/01/2023) nos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho, incluindo entrevistas presenciais com cinco moradores, sendo dois homens com idades entre 18 a 30 anos e três mulheres com idade de 18 a 65 anos (Quadro 4). O contato prévio com os entrevistados, conforme mencionado anteriormente, foi intermediado por uma pessoa que mora nos apartamentos e que já havia conversado com outros moradores para confirmar a participação na entrevista marcada para o dia 08/01/2023. As entrevistas ocorreram conforme planejado e foram realizadas com êxito na data acordada.

Quadro 4: Perfil dos entrevistados nos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho em 2021.

Perfis	Homens Jovens (18 – 30 anos)	Mulheres Jovens (18 – 30 anos)	Homens Adultos (31 – 65 anos)	Mulheres Adultas (31 – 65 anos)	Homens ou mulheres Idosos (acima de 65 anos)	Total
Habitats						
Regular: Conjuntos Habitacionais Verticais (MCMV faixa 1)	2	1	0	2	0	5

Fonte: FRANQUELINO, A. R., 2024.

Durante o trabalho de campo, o que chamou a atenção foi o conjunto habitacional Novo Oeste (Figura 5 e 6): especificamente a presença de muros internos nas unidades, uma característica que, embora não seja incomum em habitações populares, destaca-se por sua frequência e disposição no contexto local. Ao questionar os moradores sobre a razão desses muros ao redor de seus apartamentos, a maioria dos entrevistados mencionou questões de segurança e privacidade como justificativa. Essa prática de fechamento individual dentro de um conjunto habitacional popular, embora comum, pode ser interpretada como um indício preliminar da fragmentação – não apenas em relação à cidade, mas também internamente –, refletindo a percepção de insegurança e a necessidade de criar barreiras físicas em um ambiente de convivência complexa, aspecto que será retomado na análise das práticas no Capítulo 4.

As Figuras 5 e 6 a seguir apresentam os apartamentos e seu entorno, destacando a presença de muros que delineiam a paisagem urbana dessas áreas residenciais. Já a figura 7 apresenta o conjunto habitacional Orestinho e os muros que o cercam.



Figura 5: Conjunto Habitacional Novo Oeste e os muros construídos. **Fonte:** FRANQUELINO, A. R., 2023.



Figura 6: Muros construídos no Novo Oeste. **Fonte:** FRANQUELINO, A. R.,2023.



Figura 7: Conjunto Habitacional Orestinho. **Fonte:** FRANQUELINO, A. R.,2023.

Nos dias 05/02/2024 e 26/02/2024 foram realizadas mais entrevistas com os moradores da Ocupação São João e dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho. Iniciaremos com as informações da Ocupação São João. Foram realizadas 6 entrevistas com o seguinte perfil: 4 mulheres, três delas com a faixas de idade de 31 a 65 anos e uma com idade entre 18 a 30 anos. Já os homens, foram 2 entrevistados: um com idade entre 18 a 30 anos e o outro com idade entre 31 a 65 anos (Quadro 5).

Quadro 5: Perfil dos entrevistados na Ocupação São João em 2024.

Perfis	Homens Jovens (18 – 30 anos)	Mulheres Jovens (18 – 30 anos)	Homens Adultos (31 – 65 anos)	Mulheres Adultas (31 – 65 anos)	Homens ou mulheres Idosos (acima de 65 anos)	Total
Habitats						
Irregulares: Ocupação	1	1	1	3	0	6

Fonte: FRANQUELINO, A. R., 2024.

A primeira estratégia adotada para a realização das entrevistas com os moradores da ocupação consistiu no estabelecimento de contato com uma ex-moradora, cuja indicação foi feita por minha prima, que mantém uma relação de amizade com ela. Por

meio dessa intermediação, solicitei que a ex-moradora me acompanhasse durante o trabalho de campo na ocupação e auxiliasse o contato com os moradores, de modo que eu pudesse realizar as entrevistas, seja no dia da saída de campo ou em outra ocasião. No entanto, a iniciativa não obteve êxito, pois, ao chegarmos ao local, poucos moradores estavam presentes, uma vez que alguns haviam ido à Câmara de Vereadores e outros estavam trabalhando. As pessoas que estavam no local não se dispuseram a participar da entrevista, demonstrando desinteresse em saber sobre os objetivos da pesquisa.

A segunda estratégia consistiu em entrar em contato com um apoiador da comunidade – o professor que participou da entrevista no ano de 2021 – e solicitar sua mediação para viabilizar as entrevistas com os moradores. Ele informou sobre uma reunião semanal realizada todas as quartas-feiras, às 19 horas, e sugeriu minha presença no local, garantindo que ele estaria presente para facilitar o contato com os moradores. Após aguardar alguns dias, participei de uma reunião na ocupação, embora o apoiador (professor) não estivesse presente. Aproveitei a oportunidade para atuar como observador, enquanto a líder da ocupação discutia questões relacionadas à segurança e à importância da participação nas reuniões e da união entre os moradores. Ao final da reunião, conversei com a líder, apresentei minha pesquisa e esclareci eventuais dúvidas sobre minha identidade, sugerindo que ela consultasse o apoiador para obter mais informações. No dia seguinte, consegui após um processo social de confiança, retornei à ocupação e realizei quatro entrevistas com os moradores. No dia subsequente, conduzi mais duas entrevistas, totalizando seis entrevistas nesta fase da pesquisa.

O perfil socioeconômico dos moradores entrevistados em 2021 e 2024, na ocupação São João, abrange um total de seis pessoas (Quadro 6). Foram analisados aspectos como escolaridade, ocupação, renda e vinculação a programas sociais, permitindo traçar um panorama das condições de vida e das características socioeconômicas desse grupo. Esses dados são fundamentais para compreender as dinâmicas locais e os desafios enfrentados pelos moradores no cotidiano. A maioria possui ensino médio completo ou incompleto, embora alguns possuam apenas o ensino fundamental ou não tenham educação formal.

Quadro 6: Perfil Socioeconômico dos moradores entrevistados na Ocupação São João.

Nome	Idade	Escolaridade	Situação Civil	Faixa de renda	Trabalho	Auxílio do governo
Maria	34 anos	Ensino médio completo	Amasiada	2.500 R\$	Horta Comunitária	LOAS
Lara	28 anos	Ensino médio incompleto	Solteira	1.000 R\$	Desempregada	Bolsa família
Luana	46 anos	Não tem	Amasiada	600 R\$	Desempregada	Auxílio Brasil
Davi	56 anos	Não tem	Solteiro	1.400 R\$	Pedreiro, armador de ferragem	Não
Helena	45 anos	Ensino médio incompleto	Casada	600 R\$	Restaurante	Bolsa família
Tatiana	27 anos	Ensino fundamental completo	Amasiada	1.200 R\$	Dona de casa	Não

Fonte: FRANQUELINO, A.R., 2024.

O Quadro 7 apresenta informações sobre dois entrevistados: José e Luan, agentes bem informados, com nível de pós-graduação, que atuam como apoiadores da ocupação São João. O primeiro, um professor (José), foi entrevistado em 2021, e o segundo, um advogado (Luan), em 2024 (Quadro 7). Esses entrevistados desempenham papéis importantes na organização e na mobilização local, contribuindo de maneira significativa para articular as demandas dos moradores e viabilizar soluções para os problemas enfrentados na ocupação. O professor, por exemplo, atua na orientação educacional e no fortalecimento da comunidade através do acesso à informação, enquanto o advogado oferece suporte jurídico, auxiliando na regularização fundiária e em questões legais relacionadas ao direito à moradia.

Quadro 7: Perfil Socioeconômico dos agentes bem informados e apoiadores entrevistados da Ocupação São João.

Nome	Idade	Escolaridade	Situação Civil	Faixa de renda	Trabalho	Auxílio do governo
Luan	33 anos	Pós-graduação	Casado	5.000 R\$	Técnico Administrativo e Advogado	Não
José	52 anos	Pós-graduação	Casado	13.000	Professor Universitário	Não

Fonte: FRANQUELINO, A.R., 2024.

Ambos representam figuras de liderança que transcendem suas funções individuais, consolidando-se como pontos de referência na ocupação São João. Suas atuações demonstram a relevância de agentes com acesso à educação e conhecimento especializado para o fortalecimento das práticas coletivas e na luta por melhores condições de vida. Esses aspectos reforçam a importância de compreender o impacto desses apoiadores no contexto das dinâmicas socioespaciais da ocupação.

Além disso, foram realizados registros fotográficos que ilustram as condições da Ocupação São João, conforme demonstrado nas Figuras 8 e 9. As imagens evidenciam que algumas habitações já foram construídas em alvenaria (Figura 8), enquanto outras permanecem como barracos de lona (Figura 9). As figuras 8 e 9 destacam a ausência de infraestrutura urbana básica, como postes de luz, rede de água e sistema de esgoto. No entanto, observa-se que a Ocupação São João apresenta um nível considerável de organização dos próprios moradores, com ruas e terrenos claramente demarcados (Figuras 8 e 9).



Figura 8: Ocupação São João, casas construídas de alvenaria. **Fonte:** FRANQUELINO, A.R., 2024.



Figura 9: Barracões da ocupação São João. **Fonte:** FRANQUELINO, A.R., 2024.

Nos conjuntos habitacionais foram realizadas 12 entrevistas. Porém, duas das gravações foram perdidas, pois os áudios estavam inaudíveis. O perfil dos entrevistados nos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho estão classificados assim: 4 homens entre 18 a 30 anos, 2 homens de 31 a 65 anos, já as mulheres, uma de 18 a 30 anos, 2 entre 32 a 65 anos e uma acima de 65 anos (Quadro 8).

Quadro 8: Perfil dos entrevistados nos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho em 2024.

Perfis	Homens Jovens (18 – 30 anos)	Mulheres Jovens (18 – 30 anos)	Homens Adultos (31 – 65 anos)	Mulheres Adultas (31 – 65 anos)	Homens ou mulheres Idosos (acima de 65 anos)	Total
Habitats						
Regular: Conjuntos Habitacionais Verticais (MCMV faixa 1)	4	1	2	2	1	10

Fonte: FRANQUELINO, A.R., 2024.

As entrevistas com os moradores dos conjuntos habitacionais no ano de 2024 foram desafiadoras, pois a pessoa com quem tenho contato e que inclusive reside no Orestinho, sendo a primeira pessoa que consegui entrevistar no ano de 2021, não conseguiu intermediar a comunicação com outros moradores. A maioria não se mostrou disponível a conceder entrevistas. As pessoas que moravam no apartamento ao lado desse contato, e com quem ele tinha alguma proximidade, recusaram-se a participar das entrevistas e chegaram até a mencionar que não receberiam benefícios em troca. Pedi que ele me apresentasse a algumas pessoas e ele me levou ao conjunto habitacional Orestinho onde mora. Ao me apresentar a algumas pessoas e explicar a importância da pesquisa para elas, e que se pudessem marcar uma entrevista comigo, apenas três rapazes concordaram em ser entrevistados. A maioria desconversava, alegando que não podia participar e outras chegaram a fornecer contatos para marcar para outro dia, mas não responderam quando contatadas posteriormente.

Durante minha visita ao conjunto habitacional Orestinho com o intuito de agendar entrevistas, realizei uma saída de campo pelo conjunto habitacional e observei que os apartamentos possuem um sistema de coleta de lixo coletivo (Figura 10). No entanto, também foi possível notar a presença de lixo espalhado pelas ruas (Figura 10), o que pode indicar problemas na organização e na eficiência do sistema de coleta de lixo no bairro. A Figura 11 demonstra a presença de um terreno vazio (área privada)¹⁴ entre os conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho o que pode sugerir uma falta de planejamento urbano integrado ou até mesmo uma estratégia do mercado imobiliário. Naquele momento em fevereiro de 2024 tinha realizado apenas 4 entrevistas com os

¹⁴ Segundo o site do Grupo Imper Empreendimentos, a empresa é a responsável pela venda dos lotes deste terreno. Disponível em: <https://grupoimper.com.br/empreendimentos/residencial-ot/> Acesso em: 22/12/2024.

moradores do Orestinho. Nos dias seguintes, por meio da mediação desses primeiros entrevistados, foi possível dar continuidade à pesquisa, realizando as demais entrevistas.



Figura 10: Depósito de lixo coletivo no conjunto Habitacional Novo Oeste.
Fonte: FRANQUELINO, A.R., 2024.



Figura 11: Terreno vazio entre o Conjuntos Habitacionais.
Fonte: FRANQUELINO, A.R., 2024.

Alguns dias depois, durante uma conversa com um colega, expus minha situação e ele mencionou conhecer algumas pessoas que residiam nos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho, oferecendo-se para intermediar o contato. Dois dias após essa conversa, ele me convidou para visitar a residência de um morador que havia concordado em participar da pesquisa. Ao chegar ao local, expliquei detalhadamente os objetivos do estudo ao entrevistado e solicitei sua ajuda para identificar outros possíveis participantes.

O entrevistado, então, entrou em contato com oito de seus vizinhos, que aceitaram participar das entrevistas. Dessa forma, foi possível realizar todas as entrevistas planejadas, com exceção de duas, que foram perdidas devido a problemas técnicos com o áudio, conforme mencionado anteriormente.

O perfil socioeconômico dos entrevistados nos empreendimentos habitacionais Novo Oeste e Orestinho, no ano de 2023 e 2024 como demonstra o Quadro 9, apresenta uma população heterogênea, com maioria de adultos jovens e média idade. Em termos de escolaridade, a maioria dos entrevistados possui ensino médio completo ou incompleto, enquanto uma parcela apresenta escolaridade fundamental incompleta ou superior incompleto. Os dados detalhados indicam uma pessoa sem escolaridade, sete com ensino médio completo, duas com ensino fundamental incompleto, quatro com ensino fundamental completo e uma com ensino superior completo.

Quadro 9: Perfil Socioeconômico de todos os moradores entrevistados nos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho.

Nome	Conjunto Habitacional	Idade	Escolaridade	Situação Civil	Faixa de renda	Trabalho	Auxílio do governo
Daniel	Orestinho	34 anos	Ensino médio completo	Amasiado	2.000 R\$	Uber	Bolsa família
Josué	Orestinho	43 anos	Ensino médio completo	Casado	1.000 R\$	Desempregado	Não
Mara	Orestinho	42 anos	Ensino médio completo	Amasiada	2.824 R\$	Faxineira	Não
Aparecida	Orestinho	80 anos	Ensino fundamental incompleto	Viúva	1.400 R\$	Aposentada	Não
César	Orestinho	18 anos	Ensino fundamental incompleto	Solteiro	2.000 R\$	Casa de Ração	Não
Deivid	Novo Oeste	24 anos	Ensino superior incompleto	Solteiro	1.800 R\$	Ajudante Florestal	Não
Jhon	Orestinho	29 anos	Ensino fundamental completo.	Solteiro	2.000 R\$	Operador.	Não
Nara	Novo Oeste	20 anos	Ensino médio completo	Solteira	1.595 R\$	Atendente	Não
Pedro	Novo Oeste	22 anos	Ensino fundamental incompleto	Amasiado	3.000 R\$	Autônomo/Ajudante	Não
Claudia	Novo Oeste	55 anos	Ensino médio completo	Separada	700 R\$	Dona de casa	Não
Marta	Novo Oeste	44 anos	Ensino fundamental completo.	Casada	2.824 R\$	Dona de casa	Auxílio Emergencial
Jonas	Orestinho	25 anos	Ensino médio completo	Casado	7 a 15 mil R\$	Empresário	Não

Chico	Orestinho	23 anos	Ensino médio completo	Solteiro	1.953 R\$	Padeiro	Não
Julia	Novo Oeste	36 anos	Nenhuma	Solteira	700 R\$	Doméstica	Auxílio Emergencial
Ana	Novo Oeste	28 anos	Ensino fundamental incompleto	Casada	2.824 R\$	Dona de casa	Auxílio Emergencial

Fonte: FRANQUELINO, A.R., 2024.

A renda mensal varia significativamente, abrangendo desde pessoas que recebem cerca de R\$ 700 até aquelas com rendimentos superiores a R\$ 7 mil. Essa diversidade ressalta as disparidades econômicas existentes dentro dos conjuntos habitacionais. Há uma presença significativa de auxílios governamentais e diversidade de ocupações. Parte dos moradores enfrenta desafios econômicos e sociais, com presença de desemprego e baixa renda e parte não.

No que diz respeito à ocupação, os dados mostram uma predominância de trabalhos informais ou subempregos, como ajudante florestal, operador e atendente, enquanto outros desempenham atividades autônomas ou de pequeno empreendedorismo. Além disso, alguns entrevistados, como aposentados e donas de casa, dependem de rendimentos fixos ou benefícios sociais para compor sua renda familiar. A presença de auxílios governamentais, como o Bolsa Família e o Auxílio Emergencial, é mais frequente entre os grupos de menor renda, o que evidencia a relevância dessas políticas públicas para a subsistência de parte dos moradores. Essa diversidade reflete as dinâmicas socioeconômicas heterogêneas dos conjuntos habitacionais e ressalta os desafios enfrentados pelos moradores, como acesso limitado a empregos formais e a dependência de políticas de transferência de renda.

No subcapítulo 3.2 abordaremos a Ocupação São João, explorando as seguintes dimensões para análise: inserção na ocupação; histórico da ocupação; bairro; organização e interlocução; diálogo com o poder público. Em relação aos conjuntos habitacionais, subcapítulo 3.3, a análise será realizada com base nos seguintes tópicos: processo de mudança e adaptação, padrão das moradias e residência atual, sobre o bairro, percepções externas e segurança. Essas abordagens permitem uma análise mais detalhada das dinâmicas socioespaciais da Ocupação São João, bem como dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho contribuindo para uma compreensão aprofundada de suas especificidades e desafios enfrentados pelos seus moradores.

3.2 Ocupação São João: notas sobre sua formação e cotidiano dos moradores

Para dar início ao debate sobre o contexto histórico da Ocupação São João, apresentamos a entrevista do apoiador o professor universitário José. Seu relato fornece uma visão detalhada das dinâmicas da ocupação e a luta das famílias pela moradia digna em Três Lagoas. José expõe não apenas os desafios enfrentados pelos moradores, mas também a relevância de movimentos sociais e redes de solidariedade na busca por direitos fundamentais. Assim, quando questionado sobre como se deu a sua inserção na ocupação José descreve que:

Então, tenho acompanhado as famílias desde 2020. Na véspera da eleição do ano passado, em outubro no primeiro turno, umas das famílias ocuparam uma área no Jardim Vila Verde, parece que é o nome do bairro aqui em Três Lagoas. Só que, no mesmo dia chegou a polícia, a Prefeitura [...] tentando retirar essas famílias e essas famílias permaneceram. Houve um confronto, com a tentativa de retirada mesmo sem ordem judicial, mas, no dia seguinte num domingo a Prefeitura voltou com a polícia com ordem de reintegração de posse. Foi muito rápido, então eles ficaram dois dias nessa área e tiveram que sair, só que logo em seguida, questão de semanas depois, eles ocuparam outra área no Jardim Flamboyant, na mesma região da primeira ocupação. E ali tinha umas 30 famílias de início e foram chegando mais, e desde a primeira ocupação do despejo nós fomos lá para conhecer a situação, fomos como professores da universidade (eu e minha esposa). Depois quando eles foram para essa outra área nós continuamos acompanhando indo regularmente, fazendo campanhas de solidariedade juntar à Universidade e os sindicatos a população em geral né especialmente a partir das nossas da nossa categoria de professores. Então a gente começou a se aproximar dessas pessoas e vendo a necessidade de continuar nas campanhas de solidariedade permanente e também a gente aqui desde um bom tempo trabalhamos para a construção de um Movimento Luta Popular, que é um movimento nacional que luta nas periferias, por cultura e melhorias nos bairros e também luta por moradia. Tem ocupações em várias partes do Brasil. Aí nós apresentamos esse movimento para as famílias e desde então a gente tem uma parceria, construindo o Movimento Luta Popular junto à ocupação e ao mesmo tempo dando apoio a essas famílias. (José, Ocupação São João, 22/10/2021).

A Ocupação São João, conforme José, tem o apoio do Movimento de Luta Popular que dá suporte aos moradores da ocupação. Isso favorece a visibilidade e garante apoio de lideranças experientes que orientam em relação às estratégias adequadas para a luta pelo direito à moradia e à cidade. É importante ressaltar que em seu sítio eletrônico, o Movimento de Luta Popular¹⁵, disponibiliza diversos materiais educativos, incluindo cartilhas que explicam como organizar uma luta no bairro, informações sobre regularização fundiária, a participação das mulheres na luta, entre outros tópicos relevantes, como questões de violência policial, revoluções, globalização e financeirização. Também estão acessíveis teses, artigos e livros que servem como

¹⁵ Disponível em <<https://www.lutapopular.net/>> Acesso em: 19 abril, 2022

recursos valiosos para orientar as pessoas na organização de movimentos sociais e na luta pelo direito à moradia. Esses instrumentos de informação, funcionam como uma espécie de guia, auxiliando aqueles que desejam se envolver em ações coletivas e na busca por uma moradia digna.

A entrevista apresentada traz uma narrativa sobre o contexto da Ocupação São João e a luta por moradia em Três Lagoas. O relato descreve o envolvimento do apoiador José no acompanhamento de famílias que ocupam terrenos na cidade, enfrentando situações como reintegrações de posse realizadas sob mandados judiciais, muitas vezes acompanhadas de forte repressão estatal, incluindo o uso de força policial para desocupação. Além disso, o relato expõe o confronto com o Estado, mencionado na entrevista, mostrando a disputa entre os interesses públicos e os privados, que frequentemente refletem as demandas do mercado imobiliário e os interesses sociais das populações em busca de moradia.

A rápida resposta da Prefeitura Municipal e a intervenção policial sem ordem judicial, como demonstra a entrevista de José, evidenciam uma abordagem de segurança pública sobre a questão das ocupações, em detrimento de uma perspectiva que considere o direito à moradia como uma necessidade social. Este tratamento conflituoso e repressivo reforça as desigualdades, uma vez que, ao invés de diálogo e negociação, as ocupações são vistas como uma ameaça à ordem pública, tornando o espaço urbano um lugar de controle estatal.

Conforme relata o entrevistado Luan:

A ocupação surgiu devido à falta de investimento em moradia social e à necessidade das famílias de encontrar uma solução para o aumento dos aluguéis, especialmente durante a pandemia. As famílias se viram sem opção além de ocupar terrenos e pressionar o poder público por moradia digna. A ocupação é uma consequência das políticas de habitação inadequadas e não uma perseguição ao prefeito, e atualmente abriga cerca de 90 famílias, totalizando cerca de 200 pessoas. (Luan, Ocupação São João, 05/02/2024).

É interessante notar a evolução no número de famílias na Ocupação São João ao longo dos anos, conforme descrito pelos entrevistados. José, em sua resposta, aponta que, em 2020, havia cerca de “30 famílias”. Em 2021, esse número aumentou significativamente, e, ao ser questionado sobre a quantidade de famílias na ocupação, ele afirma: “Tem cadastrado aqui, pela organização do movimento... 180 famílias” (José, Ocupação São João, 22/10/2021). Já em 2024, outro apoiador, Luan, relata uma redução no número de famílias residentes, indicando que atualmente há “90 famílias” vivendo no local.

Essa variação no número de famílias pode estar relacionada a uma série de fatores, como mudanças nas condições socioeconômicas, políticas de regularização fundiária, sobretudo os desafios enfrentados pelos moradores para permanecerem no local. No entanto, como os entrevistados não explicaram os motivos específicos para essa flutuação, é possível apenas levantar hipóteses, como a possibilidade de despejos, realocações, ou a busca por melhores condições de vida em outros locais. A dinâmica da ocupação, portanto, reflete a complexidade das questões urbanas e habitacionais que impactam diretamente as comunidades envolvidas.

A Ocupação São João surgiu como uma resposta à falta de investimento em moradia social e ao aumento dos aluguéis, que se intensificou durante a pandemia de COVID-19. Esses fatores, somados às condições econômicas e sociais adversas enfrentadas pelas famílias de baixa renda, criaram um cenário em que a ocupação de terrenos se tornou uma das poucas alternativas viáveis para garantir o acesso à moradia. A pandemia exacerbou as desigualdades existentes, dificultando ainda mais o acesso a habitações dignas e ampliando a vulnerabilidade dessas populações. Essa realidade evidencia a necessidade de políticas públicas mais eficazes e inclusivas, capazes de enfrentar as causas estruturais do *déficit* habitacional e garantir o direito à moradia para todos.

A Ocupação São João destaca-se como um estudo de caso que evidencia as falhas e contradições das políticas habitacionais no Brasil, discutidas no capítulo anterior. Ela não é apenas consequência da insuficiência de moradias acessíveis, mas também da ineficácia dos programas habitacionais em atender às necessidades reais da população mais vulnerável. Nesse sentido, exemplifica a crítica de Bolaffi (1982) ao conceito de *déficit* habitacional, ao mostrar que o problema habitacional não se limita à ausência de unidades habitacionais, mas envolve, fundamentalmente, a desigualdade social como fator estruturante.

Assim, a Ocupação São João expõe as limitações das políticas públicas e reforça a necessidade de abordar a questão habitacional a partir de uma perspectiva mais ampla, que considere não apenas o número de moradias, mas também a distribuição desigual de recursos, oportunidades e direitos no espaço urbano.

Diante desse contexto, as famílias se viram sem opção além de ocupar terrenos e pressionar o poder público por moradia digna. Para entender melhor as motivações por trás dessa decisão, é importante ouvir as histórias das próprias moradoras. Maria e Helena, residentes da Ocupação São João, compartilharam suas experiências:

Foi a fome, porque eu pagava aluguel, água, luz. E nesse tempo eu não recebia o LOAS da minha irmã, que é especial. Então eu estava passando por muita dificuldade só comendo arroz e feijão, ou era vir morar para cá, ou era pagar aluguel. Eu decidi vir para cá e entrei aqui na ocupação. (Maria, Ocupação São João, 05/02/2024).

O principal motivo foi que, quando eu vim para cá, eu ainda não estava casada, era solteira e não tinha emprego, estava desempregada. Não tinha como pagar o aluguel, então essa foi a solução. Vim morar aqui porque não tinha outra alternativa. (Helena, Ocupação São João, 05/02/2024).

Esses relatos ilustram a realidade de vulnerabilidade enfrentada pelas famílias que se estabeleceram na Ocupação São João. A falta de opções e a necessidade de sobrevivência levaram essas mulheres a buscarem uma solução para manter suas famílias e enfrentar as adversidades do cotidiano.

A localização da Ocupação São João, na periferia de Três Lagoas, em uma área desprovida de infraestrutura básica, evidencia a segregação socioespacial. Os moradores relatam a falta de energia elétrica, água encanada e saneamento básico, tornando o cotidiano desafiador. As falas de Helena e Luana, ilustram essa realidade: “[...] era para a prefeitura, já que é um lugar precário, liberar e colocar energia no bairro, como aqui na ocupação [...]” e “[...] é complicado [...] já está sem luz aqui [...]”. Essa precariedade, aliada a limitada oferta de serviços no bairro São João, reforça a exclusão social e limita o acesso a oportunidades.

Neste contexto, a ocupação urbana surge como uma resposta às necessidades insatisfeitas pela lógica mercantil do capitalismo. Na ausência de acesso formal à moradia, populações marginalizadas recorrem à ocupação como uma forma de apropriação do espaço urbano, resistindo à lógica do lucro que domina a produção do espaço. Isso reflete a busca por soluções imediatas para garantir condições básicas de sobrevivência, como moradia e infraestrutura, em um cenário de exclusão e indiferença do sistema capitalista. As ocupações urbanas, portanto, podem ser entendidas como práticas de mobilização social e resistência, nas quais as populações excluídas reivindicam o direito ao uso do espaço para atender às suas necessidades mais urgentes.

Outra questão importante é o desemprego, apontado por Helena (Ocupação São João, 05/02/2024) como um dos motivos que levaram à sua inserção na ocupação “eu vim para cá, eu ainda não estava casada, era solteira e não tinha emprego, estava desempregada”. Como revela Movimento Luta Popular et al. (2021, p. 7) é “um pesadelo real” “[...] muitos vivem do trabalho informal, como catador de material reciclável, bicos de servente de pedreiro, diarista”. Ressalta, o mesmo autor, que no ano de 2020 o perfil socioeconômico das pessoas que residem na Ocupação São João, é que 74,40% têm renda

abaixo de 1 salário-mínimo (Gráfico 5), o que demonstra que sua maioria está em situação frágil (Movimento Luta Popular et al.,2021).

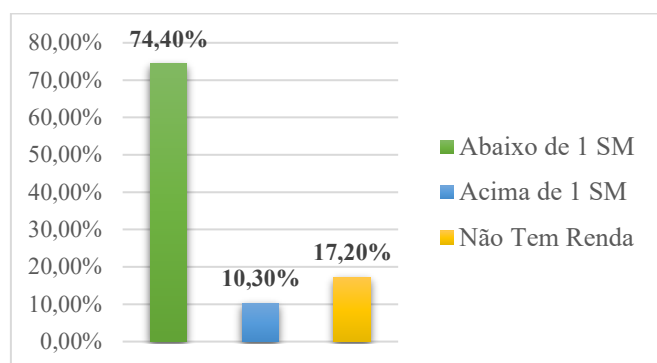


Gráfico 5: Renda das famílias da Ocupação São João, 2021.

Fonte: Adaptado de Movimento Luta Popular et al., 2021.

Os dados socioeconômicos dos moradores, incluindo a renda familiar (Gráfico 5) e as dificuldades de acesso à moradia formal, evidenciam como a lógica de mercado restringe as opções habitacionais para a população de baixa renda. A ênfase na “habitação social de mercado”, conforme apontado por Shimbo (2010), prioriza o lucro das empresas construtoras e do mercado imobiliário em detrimento das necessidades sociais. Essa lógica, presente em programas habitacionais como o PMCMV e o PCVA, contribui diretamente para a formação de ocupações como a São João.

Além disso, a diversidade dos locais de origem dos moradores, conforme demonstrado no Quadro 10, revela uma dinâmica migratória intra e inter urbanas complexa. Fatores econômicos, sociais e a ausência de políticas habitacionais efetivas interagem, gerando uma demanda por ocupações como solução habitacional para grupos vulneráveis. Imigrantes internacionais, migrantes internos (seja de outras regiões do estado ou de estados vizinhos) e moradores locais enfrentam desafios semelhantes no acesso à habitação formal. Essa situação evidencia uma falha estrutural na oferta de moradia adequada para diferentes grupos populacionais, reforçando a necessidade de políticas públicas que contemplem a diversidade e as demandas reais dessas populações.

Quadro 10: Cidade, estado ou país de onde os moradores vieram.

Moradores(as)	Cidade, estado ou país de onde veio?
Maria	Bolívia
Lara	Três Lagoas-MS
Luana	Gabriel Monteiro -SP
Davi	Três Lagoas-MS
Helena	Campo Grande -MS
Tatiana	Três Lagoas-MS

Fonte e elaboração: FRANQUELINO, A.R., 2024.

José também nos conta que a maioria dos moradores é de Três Lagoas mesmo, mas que alguns são de outra cidade e até de outro país, “Muitos moravam aqui [...] em Três Lagoas mesmo [...] alguns [...] são [...] do estado de São Paulo são imigrantes haitianos também [...]”. O Quadro 7 evidencia a presença de uma moradora boliviana na ocupação. Quando questionada sobre os motivos que a levaram a se mudar para Três Lagoas, ela respondeu “[...] É por causa da saúde, aqui é melhor do que na Bolívia, lá não tem, aqui é tudo gratuito, na Bolívia tem que pagar. Também foi por causa da minha irmãzinha, que é especial, ela fica na APAE, e na Bolívia não tem esse atendimento”.

O relato acima ilustra a busca por melhores condições de vida e acesso a serviços básicos, como saúde e educação especializada, que muitas vezes são escassos ou inexistentes em outras regiões. A menção à APAE destaca a importância de instituições inclusivas e de suporte para famílias que enfrentam desafios relacionados à acessibilidade e atendimento especializado. O caso da moradora boliviana também evidencia como os serviços públicos desempenham um papel crucial na atração de novos moradores para determinados locais, particularmente para aqueles que enfrentam condições precárias em suas cidades ou países de origem.

A comunidade residente na Ocupação São João é diversa e plural (Movimento Luta Popular, et al., 2021), refletindo uma mistura de pessoas com diferentes experiências de vida e históricos familiares. Ao indagarmos José sobre a origem das famílias que compõem a Ocupação, ele nos revela que:

A maior parte morava aqui em Três Lagoas mesmo, muitos aqui do bairro mesmo, São João. Moravam no bairro lá que eu falei para você, é Vila Verde, que foi a primeira ocupação, muitos vem de lá, e alguns outros, que também já moravam aqui, mas que são imigrantes do estado de São Paulo. São migrantes haitianos também, tem famílias haitianas, tem alguns imigrantes que vêm aqui de regiões próximas do Mato Grosso do Sul. A última família mesmo que chegou é de Água Clara. (José, Ocupação São João, 22/10/2021).

Luan, outro entrevistado, complementa:

Olha, pelo que conversei com alguns moradores, alguns conseguem precisar os bairros de onde vieram, mas em geral são das periferias. Podemos observar que muitos são de outros estados, como Maranhão e outras regiões do Nordeste. Além disso, há também estrangeiros, como haitianos e venezuelanos que estão lá. Não tenho certeza se ainda estão presentes. Enfim, são pessoas de vários locais da cidade e de diversas regiões do Brasil, incluindo São Paulo (Luan, Ocupação São João, 05/02/2024).

De acordo com matéria do JPNEWS (2022), aproximadamente 450 imigrantes¹⁶ vieram para Três Lagoas em 2021, em sua maioria haitianos e venezuelanos, atraídos

¹⁶ Sobre essa informação ver em: <<https://www.rcn67.com.br/jpnews/tres-lagoas/mais-de-400-estrangeiros-desembarcam-em-tres-lagoas-em-busca-de/159637/>>

pelas oportunidades de emprego decorrentes do processo de industrialização previamente mencionado. Embora tenham buscado melhores condições de vida, esses imigrantes enfrentam obstáculos como o desemprego e a falta de moradia na cidade.

Durante os contatos prévios estabelecidos por mensagens via celular, a moradora Tatiane já nos revelou as dificuldades de seu cotidiano. Ela relatou que estava reconstruindo seu barraco (Figura 12), junto com outros moradores da Ocupação, pois devido à chuva intensa e o vento forte que ocorreu em 2021, quase todas as moradias provisórias foram derrubadas.



Figura 12: Barracos da Ocupação São João em Três Lagoas-MS.
Fonte: FRANQUELINO, A. R., 2021.

Na entrevista com Tatiane foi indagado como ela soube da ocupação, quanto tempo está na ocupação, quais razões a levaram a se estabelecer na ocupação e como foi feita a escolha do terreno.

Eu soube pelas reportagens que saiu, assim, que a gente viu a reportagem, já fomos direto... conversamos com várias pessoas lá, eles vieram explicaram como que era tudo certinho, a gente fez os barracos provisórios e agora, teve a separação dos lotes, certinho para cada um. [...] Desde junho deste ano mesmo de 2021. [...] Um dos maiores motivos... assim, eu moro de favor na casa da minha mãe, na casa dos meus pais, então a gente procurou.... É um sonho, de obter a casa própria, para ter uma moradia, para criar os nossos filhos, com o máximo de dignidade. [...] Foi a nossa representante, os nossos representantes que fizeram. (Tatiane, Ocupação São João, 12/10/2021).

Tatiane destaca os desafios enfrentados pelas famílias de baixa renda na busca por moradia digna, bem como a importância da organização comunitária e da mobilização social na luta por direitos habitacionais. Outro ponto em destaque na fala da entrevistada é que ela vem de coabitação familiar, um dos componentes do *déficit* habitacional que afeta as famílias de baixa renda. Essa situação, caracterizada pelo compartilhamento de um mesmo espaço por diversas famílias ao longo de gerações, muitas vezes em condições precárias e inadequadas, gera diversos impactos negativos na vida das pessoas.

Desse modo, Tatiana relata como é morar na casa de seus pais: "...é complicado, porque você não tem privacidade, é tudo junto e misturado, você sente que não tem o

controle sobre a sua casa, tenho uma sensação de estar em um lugar apertado, sem a liberdade de se organizar do jeito que eu gostaria”. Com tantas pessoas no mesmo espaço, os conflitos também surgem com mais frequência, seja por pequenas questões do dia a dia ou pela falta de um espaço pessoal. Isso afeta muito o bem-estar de todos, especialmente quando não há perspectiva de poder sair e ter um lugar só seu.

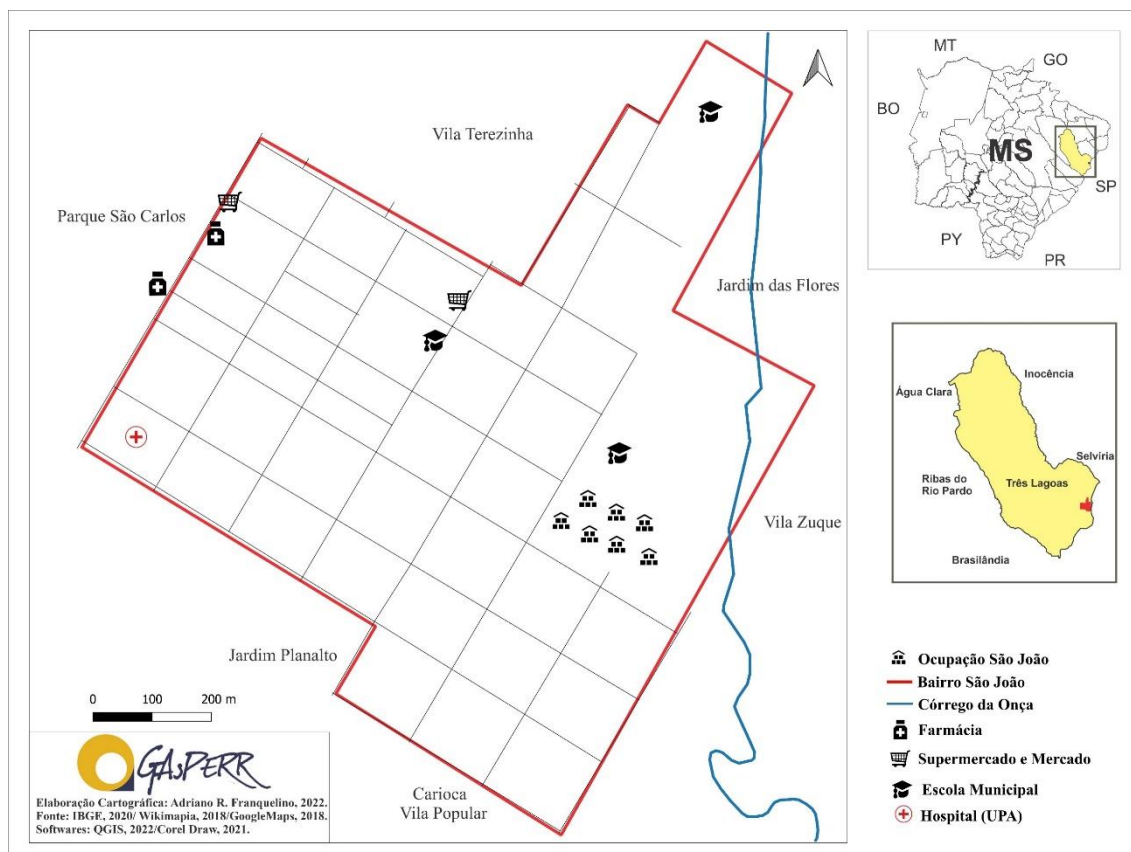
Um dos principais motivos que levaram Tatiane e sua família a se estabelecerem na ocupação foi a busca pela casa própria e por uma moradia digna para criar seus filhos - aspiração comum entre famílias de baixa renda que enfrentam dificuldades de acesso à moradia formal. Esse relato não apenas evidencia as condições precárias do *déficit* habitacional, mas também demonstra como a ocupação de terrenos surge como prática de apropriação do espaço por aqueles excluídos do mercado formal de habitação.

A Ocupação São João está localizada no bairro São João (Mapa 4), a sudeste de Três Lagoas, em uma área classificada como ZEIS 3 (Mapa 6) - zona que, apesar da designação, carecia de implementação de políticas habitacionais efetivas. A precariedade da infraestrutura básica (sem energia elétrica formal, água encanada ou saneamento), aspecto central da vivência dos moradores, contrasta com a organização interna da comunidade, que demarcou ruas e lotes. Como relata Tatiana (Ocupação São João, 12/10/2021): “Foi nossos representantes e nós mesmos que fizemos” a separação dos lotes. Essa condição, que remete diretamente à discussão sobre fragmentação socioespacial (a ser detalhada no Capítulo 4), contribui para o isolamento social e a limitação de acesso a serviços essenciais como saúde, educação e transporte público de qualidade. A auto-organização, embora essencial para a sobrevivência do grupo, evidencia simultaneamente a falha do Estado em prover infraestrutura e planejamento - um sintoma característico da lógica fragmentária que relega tais responsabilidades aos próprios moradores.



Mapa 4: Mapa de Três Lagoas-MS, do bairro São João e da Ocupação São João: destaque para a distância até o centro de 3,9 km. **Fonte:** Prefeitura Municipal, 2022. **Elaboração:** FRANQUELINO, A.R., 2022.

No entanto, é relevante mencionar que no bairro São João estão presentes alguns serviços e equipamentos públicos e privados. Há duas escolas municipais e uma escola infantil municipal (estava em construção no final do ano 2021 quando foi realizada a primeira entrevista e inaugurada em 2023), uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), duas farmácias, um supermercado e um mercado (Mapa 5). Todos esses estabelecimentos são importantes para os moradores, já que a distância até o centro principal, é de 3,9 km (Mapa 4), onde estão concentrados os principais serviços públicos e privados, além das atividades comerciais como: bancos, lotéricas, lojas de roupas, de calçados, de eletrodomésticos, farmácias, Prefeitura Municipal, entre outros.



Mapa 5: Bairro São João (Três Lagoas – MS), Ocupação São João: equipamentos urbanos, comércio e serviços. **Fonte:** Google Earth, 2022. **Elaboração:** FRANQUELINO, A. R., 2022.

No bairro São João (Mapa 5) de acordo com IBGE (2024) tem aproximadamente 2166 pessoas, além disso os moradores enfrentam um alto índice de pobreza, como evidenciado no Gráfico 6, que apresenta o perfil socioeconômico dos residentes do bairro São João cadastrados no CadÚnico (Cadastro Único)¹⁷. É importante destacar que os moradores da Ocupação São João, localizada no bairro, também estão incluídos nesse cadastro, uma vez que o CadÚnico é o principal instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda no Brasil. A inclusão no CadÚnico permite que essas famílias tenham acesso a programas sociais, como o Bolsa Família e o Auxílio Emergencial, além de serem consideradas em políticas públicas de habitação e assistência social. Ao analisar os dados apresentados no Gráfico 1 referentes às famílias em situação de extrema pobreza e famílias em situação de pobreza, podemos observar que o primeiro grupo totaliza 86 famílias vivendo em condições de extrema

¹⁷ As informações a respeito do Cadastro Único, é um registro usado pelo governo brasileiro para identificar e caracterizar as famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Ele é usado para a seleção de beneficiários de programas sociais, como o Bolsa Família. Esses dados foram retirados do Mapa de Estratégia para Políticas de Cidadania (MOPS). Ver mais em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mops/serv-mapa.php?s=1&codigo=500830>

pobreza. Essas famílias não possuem recursos suficientes para suprir suas necessidades básicas de alimentação, moradia, saúde e educação. Já o segundo grupo, composto por 31 famílias, também enfrenta dificuldades financeiras, embora se encontrem em uma situação levemente mais favorável do que as famílias em extrema pobreza. São 56 famílias com baixa renda e 39 famílias com renda per capita de $\frac{1}{2}$ salário-mínimo, o que é insuficiente para garantir um padrão de vida adequado.

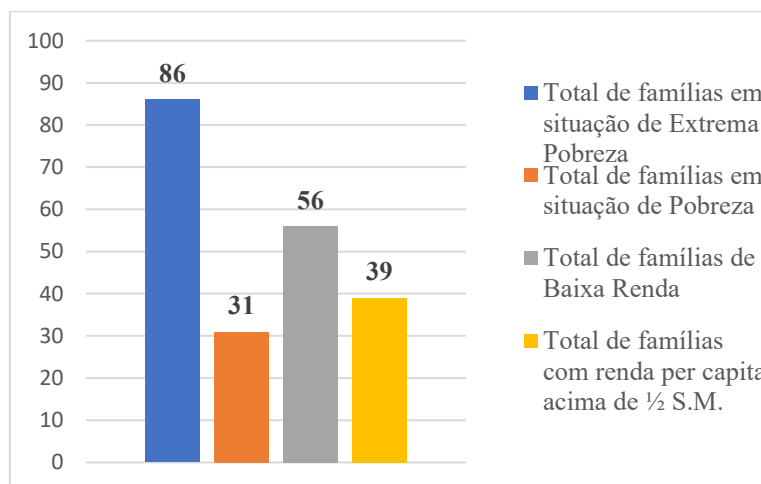


Gráfico 6: Perfil socioeconômico dos moradores do Bairro São João em Três Lagoas (MS) de 2019, cadastrados no CadÚnico, 2022.

Fonte: Ministério da Cidadania, SAGI, Cadastro Único, 2022.

Elaboração: FRANQUELINO, A.R., 2022.

As percepções dos moradores da ocupação em relação ao bairro destacam tanto as dificuldades enfrentadas quanto os aspectos positivos da convivência. Maria e Helena moradoras da Ocupação São João, descrevem que:

O bairro em si, falo da minha parte, é complicado, porque não tem muitas pessoas boas, tem que ter muito cuidado, você não pode deixar a casa aberta, a gente que tem um barraco de lona que qualquer pessoa pode entrar. A gente tem medo de ser furtada também. (Maria, Ocupação São João, 05/02/2024).

Como todo bairro tem seus problemas, como qualquer outro. Enfrentamos questões como criminalidade e falta de infraestrutura, mas estamos lidando com isso da melhor forma possível. (Helena, Ocupação São João, 05/02/2024).

Essas falas evidenciam relações socioespaciais que estruturam o cotidiano dos moradores e revelam como percepções externas impactam sua vivência. Quando questionada sobre a visão de outras pessoas sobre a ocupação. Maria descreve que:

Ah, acham, que bairro é um pouco perigoso é o lugar que eu já também escutava várias vezes quando eu morava em outro lugar que o São João é o pior bairro para morar. Aqui da ocupação o pessoal fala que somos desocupados. Muitos falam, porque eu escuto por aí, que somos desocupados, que não queremos trabalhar, que é por isso que ficam invadindo área pública, mas eles não sabem, a nossa realidade, só nos sabemos o que se a gente passa aqui. (Maria, Ocupação São João, 05/02/2024).

Helena complementa, apontando o preconceito enfrentado no cotidiano:

Tem muita gente que tem preconceito com a ocupação. Isso surge principalmente quando alguém menciona que mora aqui ou está procurando emprego e diz: “Ah, eu moro na ocupação São João”. Aí a pessoa pergunta, “Como? Vocês moram lá?” É uma coisa assim que a gente enfrenta. Já mudam até o olhar. Principalmente se... Aí, sei lá o que eles pensam da ocupação. Acham que aqui só tem... sei lá o quê. Mas aqui tem famílias, pais de família, mães de família que trabalham, pessoas que estão correndo atrás tentando ter uma casa para morar. (Helena, Ocupação São João, 05/02/2024).

Esses relatos revelam a luta dos moradores contra esses preconceitos e demonstram como a ocupação é composta por indivíduos que buscam, acima de tudo, dignidade e melhores condições de vida. Apesar das dificuldades, os moradores também valorizam os laços comunitários formados na ocupação. Maria destaca a importância da convivência e solidariedade entre os vizinhos:

Para mim, de certa forma, a relação, porque eu não tinha nenhuma relação com nenhum vizinho onde eu morava. Já aqui, parecemos uma família; nós nos ajudamos e cuidamos uns dos outros. Temos aquele convívio que nunca tivemos com outras pessoas em outros bairros. (Maria, Ocupação São João, 05/02/2024).

Entretanto, os desafios de segurança são constantes, como mencionado por Lara (Ocupação São João, 05/02/2024) quando questionada sobre os pontos negativos do bairro ela diz que são “as questões de segurança, principalmente as bocas de fumo”. Nessa perspectiva, Maria moradora corrobora e descreve que:

É, não sei, se posso falar, mas é o ponto de drogas, circulação de usuários de drogas passando aqui e gritando, nós ficamos com medo das nossas coisas, das nossas crianças. Mas temos que aguentar essa situação nossa, e não podemos fazer nada a não ser ficar quietos, pois nosso barraco é de lona. (Maria, Ocupação São João, 05/02/2024).

A segurança é uma preocupação constante, com a presença de “bocas de fumo” e “circulação de usuários de drogas” como relatado pelas moradoras. Isso gera medo e insegurança entre os moradores. A infraestrutura do bairro também é uma fonte de preocupação. Segundo Helena (Ocupação São João, 05/02/2024) a infraestrutura é “precária”.

Luana (Ocupação São João, 05/02/2024) concorda e afirma que “acho precário, deveriam liberar e colocar energia no bairro, como aqui na ocupação, ali mesmo na rua está escuro e aqui na ocupação não vemos nada, já está sem luz aqui, é complicado”. As declarações de Helena e Luana enfatizam a falta de acesso à energia elétrica, uma questão crítica que impacta diretamente a qualidade de vida e a segurança dos moradores. A ausência de fornecimento de energia elétrica tanto nas ruas do bairro como na ocupação, não só agrava a sensação de insegurança, mas também limita o desenvolvimento de atividades básicas, como iluminação das residências e acesso a eletrodomésticos essenciais. Essa carência da infraestrutura e a ausência de serviços básicos tornam o cotidiano ainda mais desafiador para os moradores da Ocupação São João.

Seguindo o roteiro previamente elaborado, algumas perguntas foram sobre a formação da Ocupação São João para o apoiador José, os moradores Davi, Tatiane, Helena e Lara: como foi feita a escolha do terreno, a separação dos lotes e sua organização, reuniões e a participação dos moradores. Os entrevistados nos deram as seguintes respostas:

A gente está desde o início aqui ... junho de 2021[...] é, a gente procurou informação, foi buscando aqui, ali, para ver quais eram os terrenos... Primeiro que tinha problema de impostos, que não está cumprindo sua função social e que tem problemas jurídicos, depois terrenos também públicos... que são ZEIS, Zona de Interesse Social, que essa daqui se encaixa nisso. Então, tem uma ocupação aqui próximo a um bairro ... os moradores dessa outra ocupação passaram a informação para nós. Daí a gente procurou na prefeitura... informações oficiais, isso que fez com que a gente enxergasse aqui uma possibilidade (José, Ocupação São João, 22/10/2021).

Marlene, o professor e nós. Eles viram muitas pessoas sofrendo sem ter onde morar pai, mãe, criança sem ter condições de pagar aluguel. [...] Aqui a pessoa tem que fazer por si próprio, tem que participar das manifestações e reuniões, para ajudar na luta por uma casa. [...] Foi a Marlene e o professor. [...] Semanalmente, eu participo, nós conversamos sobre nós, nossa organização e a moradia. (Davi, Ocupação São João, 05/02/2024).

Ali a gente se organiza... cada um tendo o seu pedaço, então cada um cuida do seu... tem a reunião que é também para expor o que é preciso ser feito, a hora que precisa ser feito, que não é de qualquer jeito, a gente tem que ter organização. Ali mesmo a gente no início também teve [...] atearam fogo lá em alguns barracos, a gente estava com uma escola pronta onde tinha os professores que vinham ajudar, então ficou um pouco mais difícil por conta de tudo isso. Só que a gente tenta da melhor forma ali, é manter a organização, tudo certinho. [...] Foi nossos representantes e nós mesmos que fizemos[...] participo, é semanalmente, tem uma reunião... onde a gente decide quando vai fazer uma caminhada, quando vai fazer um protesto, quando vai ajudar alguém ou construir um barracão de reunião, ou a cozinha coletiva, que lá tem, a gente discute todos esses assuntos. (Tatiane, Ocupação São João, 12/10/2021).

Quem fez foi a Marlene e o professor [...] ah, a gente tenta unir as pessoas para fazer um movimento. Às vezes, é difícil, mas a maioria colabora. Às vezes, quando estamos sem recursos, precisamos juntar dois ou três para ajudar o pessoal da coordenação [...] semanalmente, eu participo, nós discutimos praticamente tudo como estão o andamento das coisas, todas as questões são abordadas. Por exemplo, se há algum progresso sobre a situação atual ou se surgiram problemas com algum morador, essas questões são discutidas durante as reuniões. (Helena, Ocupação São João, 05/02/2024).

Foi a Marlene [...] nós nos reunimos, discutimos os problemas e tentamos achar uma solução [...] toda semana, eu participo de todas. A respeito de união nós temos que se reunir para fazer manifestações, sobre a limpeza dos terrenos, das ruas. (Lara, Ocupação São João, 05/02/2024).

A participação dos moradores na Ocupação São João, conforme descrito pelos entrevistados, ocorre de forma coletiva, inclusive nas tomadas de decisões que irão definir os próximos passos, indicando que os moradores se organizam internamente, com divisão de lotes, construção de barracos provisórios, realização de reuniões semanais, aspectos que revelam a produção coletiva e organização daquele espaço ocupado. Uma das práticas

coletivas nessa Ocupação envolve o apoio do movimento social Luta Popular, que auxilia na organização por meio de campanhas, debates junto à liderança e os moradores na sua luta cotidiana, conforme mencionado anteriormente.

Essa organização, relatada pelos entrevistados, reflete não apenas a busca por habitação, mas também a construção de uma comunidade que se sustenta pela solidariedade e pela cooperação mútua. A partir dos depoimentos, é possível perceber que a Ocupação São João se estrutura como um espaço de resistência e transformação social, no qual os moradores assumem protagonismo em suas ações e decisões, mas não sem conflitos. As tensões internas, decorrentes de divergências de interesses, disputas por representatividade ou dificuldades na tomada de decisões coletivas, demonstram que a construção de um espaço autogerido é complexa e dinâmica. Ainda assim, esses conflitos não anulam o potencial transformador da ocupação; ao contrário, revelam a vitalidade de um processo coletivo em constante negociação, onde as práticas de solidariedade se entrelaçam com os desafios da convivência e da organização política.

Esse contexto evidencia que a luta por moradia não se limita à conquista de um lugar físico para viver, mas envolve também a criação de redes de apoio, a articulação com movimentos sociais e a interlocução com o poder público, mesmo quando marcada por embates. Assim, a Ocupação São João materializa um modo de habitar que desafia as lógicas de exclusão urbana e aponta para outras possibilidades de viver e produzir a cidade.

A escolha do terreno e a distribuição dos lotes não se limitaram a critérios meramente geográficos ou legais, mas envolveram uma análise crítica do contexto social e jurídico, indicando a produção, passo a passo, de uma consciência coletiva dos moradores sobre a função social da propriedade. Esse processo reflete uma apropriação do espaço pautada pela luta por direitos básicos, como a moradia digna.

Além disso, as reuniões semanais desempenham um papel central na manutenção dessa organização. Elas se configuram como momentos de deliberação e planejamento das ações, sejam elas ligadas à infraestrutura da ocupação, como a construção de espaços coletivos e limpeza do ambiente ou à mobilização externa, como protestos e caminhadas em busca de visibilidade e diálogo com o poder público.

A presença de lideranças, como apontado pelos entrevistados, também se destaca como um elemento facilitador do engajamento coletivo. Contudo, como apontado pelos entrevistados, a responsabilidade pela condução do processo é amplamente compartilhada, com todos os participantes contribuindo para a resolução dos desafios

cotidianos, seja por meio de trabalho voluntário, manifestações ou apoio aos mais necessitados.

Três aspectos se destacam na resposta do apoiador José: “tem problemas jurídicos, não cumpre sua função social e sobre as Zonas de Interesse Social (ZEIS)¹⁸”. Tais termos indicam que existe uma legislação e por isso os critérios foram estratégicos na escolha do terreno da Ocupação São João. No que se refere a função social da propriedade, seja urbana ou rural, ela deve estar em consonância com os objetivos sociais de uma determinada cidade e prevista no Plano Diretor. A função social impõe limites ao direito de propriedade, para garantir que o exercício deste não seja prejudicial ao bem coletivo. Isso quer dizer que uma propriedade rural ou urbana não deve atender apenas aos interesses de seu proprietário, mas também ao da sociedade (Gomes; Moraes, 2019).

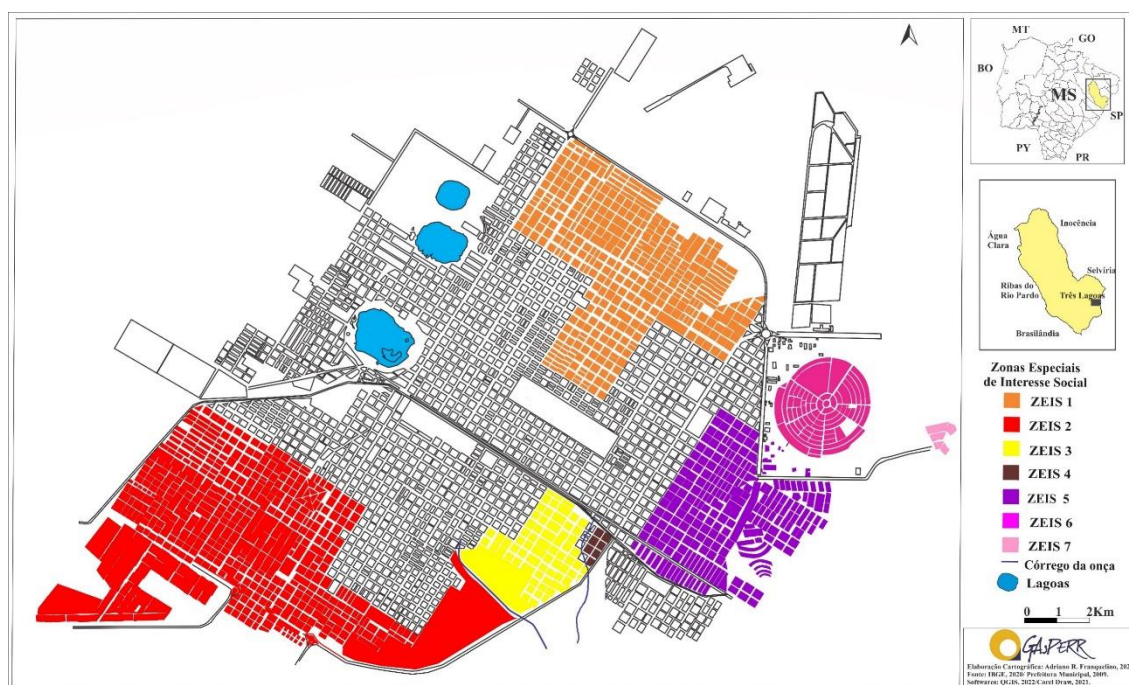
Um aspecto apontado pelo entrevistado é sobre a ZEIS, essa informação é fundamental para compreender o contexto em que a ocupação surgiu, já que as Zonas de Interesse Social (ZEIS) são áreas voltadas à implementação de políticas habitacionais para populações de baixa renda. No entanto, a ausência de ações concretas por parte do poder público para utilizar essa área de acordo com sua destinação levou à ocupação como uma solução emergencial para famílias sem acesso à moradia digna. Haja vista que é onde está a Ocupação São João, ou seja, em terreno destinada ao uso público e de interesse social, especialmente para a construção de moradias. De acordo com o Plano Diretor de Três Lagoas (2006, p.20) “As ZEIS são áreas destinadas prioritariamente à regularização fundiária, aos investimentos em urbanização e à produção de habitações destinadas à população de baixa renda”.

As ZEIS (Mapa 6) são um dos instrumentos urbanísticos importantes da política urbana, fundiária e habitacional, e estão incluídas no Estatuto da Cidade, com objetivo de garantir melhor qualidade de vida para aqueles que não têm uma moradia, acesso a equipamentos e serviços urbanos. No caso de Três Lagoas, há sete ZEIS e a Ocupação São João se encontra na ZEIS 3 (Mapa 6).

Conforme estabelecido no Plano Diretor (2006) do município, a ZEIS 1 (Mapa 6) encontra-se na porção sul da cidade, onde está localizado o conjunto habitacional

¹⁸ As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) surgiram na década de 1980, durante o período de redemocratização do Brasil. A sua origem está relacionada com as lutas populares por acesso à terra e reconhecimento dos direitos dos moradores de assentamentos informais. Elas são um instrumento de política urbana e habitacional que pode ser adotado pelos municípios brasileiros na elaboração dos seus Planos Diretores. A sua previsão está na Lei nº 10.257/2001, o Estatuto das Cidades. Para saber mais ver em: <http://planodiretor.mprs.mp.br/arquivos/vazios.pdf>

Lírios. A ZEIS 2 (Mapa 6) está situada na região norte de Três Lagoas, onde se encontram os conjuntos habitacionais Hortênsias, Orquídeas I e II, Violetas I e II, Imperial, Vila Verde e Margaridas. É importante notar que a ZEIS 4 (Mapa 6) parece estar proporcionalmente menor e situada dentro da área delimitada pela ZEIS 3. Ambas as ZEIS (3 e 4) estão incluídas no mesmo bairro, o Jardim Brasília. Entre elas, há a presença de um córrego que serve como uma divisão natural, como evidenciado no mapa 6. A ZEIS 5 (Mapa 6), intitulada Parque Mangueiras, está localizada nos bairros Jardim Alvorada, Parque das Mangueiras e Jardim das Américas. Já a ZEIS 6 (Mapa 6), descrita como Vila Piloto, inclui o conjunto habitacional Vila Piloto. Por fim, a ZEIS 7 (Mapa 6), apresentada como Jupιά, está localizada no bairro Jupιά.



Mapa 6: Zonas Especiais de Interesse Social em Três Lagoas-MS. **Fonte:** Prefeitura Municipal, 2022. **Elaboração:** FRANQUELINO, A.R., 2022.

As ZEIS, instrumentos de política urbana que visam garantir o acesso à moradia em áreas estratégicas, nem sempre se mostram efetivas. A Ocupação São João, localizada na ZEIS 3 de Três Lagoas, demonstra a complexidade da questão e a necessidade de políticas públicas que vão além da simples delimitação de zonas. A falta de investimento em infraestrutura e a ausência de mecanismos eficazes de regularização fundiária tornam as ZEIS vulneráveis à ocupação informal, perpetuando a precariedade e a exclusão.

Apesar das atividades conjuntas e coletivas realizadas pelos moradores da Ocupação como descritas por Tatiana, eles ainda enfrentam várias dificuldades, como a

carência de apoio político. Como descreve José “[...] não há nenhum político apoiando, como deputado, vereador não tem nenhum”.

Outros problemas como a escassez de alimento, ausência no fornecimento de energia elétrica e água são descritas por Tatiane como “[...] Um dos maiores problemas lá que a gente tem mesmo é a questão da água, da luz, e de alguns é falta de alimentação”. Embora, possam parecer inicialmente questões sociais ou econômicas, eles também possuem uma dimensão espacial significativa. Essas dificuldades de acesso a serviços básicos revelam as precariedades e vulnerabilidades espaciais vivenciadas nessa ocupação urbana.

A escassez de água e energia, por exemplo, está diretamente ligada à localização da ocupação em espaços que não são formalmente regularizados e, por isso, muitas vezes são negligenciados pelas políticas públicas de infraestrutura urbana. Esses serviços básicos, que deveriam estar integrados ao espaço urbano, tornam-se barreiras concretas para a plena participação desses moradores na cidade.

Do mesmo modo, a falta de alimentos está conectada à exclusão espacial, uma vez que essas áreas frequentemente apresentam pouca ou nenhuma integração com mercados locais ou redes de abastecimento e consumo. Não se trata apenas da distância física até supermercados ou centros comerciais, mas de uma inserção urbana precária, marcada pela falta de infraestrutura, transporte público adequado e políticas de apoio ao consumo popular. Essa desconexão reforça a vulnerabilidade socioespacial ao limitar o acesso a recursos essenciais, agravando a condição de isolamento dessas populações.

Portanto, essas dificuldades vão além das carências materiais imediatas; elas são expressão das precariedades espaciais, mostrando como a precária inserção no espaço urbano formalizado tem impacto diretamente nas condições de vida dos moradores dessa ocupação.

Todos esses obstáculos dificultam a permanência dos moradores no local e a continuidade de sua luta. Essa situação é ainda mais desafiadora em uma sociedade onde as práticas sociais tendem a ser cada vez mais individualistas, especialmente na cidade contemporânea (Brenner, 2014; Amendola, 2000). Os membros da ocupação São João, enfrentam não apenas desafios externos, mas também cria um contexto em que a solidariedade coletiva é enfraquecida, dificultando a organização comunitária necessária para sustentar a luta por moradia.

Por outro lado, o cotidiano dos moradores impõe desafios imediatos e constantes, como a insegurança gerada pela possibilidade de despejo, a falta de acesso a

serviços básicos e a luta diária pela subsistência. Esses problemas cotidianos demandam soluções urgentes e individuais, o que pode minar o engajamento em ações coletivas.

Assim, tem-se uma pressão que não é exclusivamente social ou cotidiana, mas resultado de uma interação complexa entre as expectativas impostas pela sociedade individualista e as necessidades urgentes vivenciadas no cotidiano. Esse duplo peso torna a permanência no local e a continuidade da luta ainda mais desafiadoras, exigindo dos moradores resiliência e estratégias coletivas para superar essas adversidades.

Essa reflexão ressalta como a cultura individualista da sociedade contemporânea pode impactar a capacidade de resistência dos grupos coletivos que buscam promover mudanças sociais. A pressão para priorizar interesses individuais pode dificultar a solidariedade e a cooperação necessárias para enfrentar problemas comuns e manter a continuidade das lutas coletivas.

A interação complexa entre a pressão social e cotidiana e seu impacto na luta coletiva é exemplificada pelas falas de Tatiane e José. Ambos descrevem um cenário de resistência que demanda esforços contínuos para superar barreiras impostas tanto pelo poder público quanto pelas dinâmicas sociais mais amplas. Os relatos revelam as dificuldades de interlocução e diálogo com as autoridades, além da necessidade de ações organizadas, como interdição de vias, ocupação de órgãos públicos e coleta de assinaturas. Tatiane relata que:

A gente... teve as manifestações, os advogados eles estão à frente, para poder conversar, para poder dialogar com eles. Esses dias mesmo, a gente foi na Câmara, tivemos lá a oportunidade de falar na Câmara de Vereadores aqui de Três Lagoas. Onde nossos representantes subiram para poder falar e esclarecer algumas coisas, para chamar mais atenção ainda, porque não tínhamos conseguido isso até então. É... querendo assim dizer, foi até uma vitória, porque sempre que chegávamos lá, era porta na cara, era desse jeito e aí a gente teve a oportunidade de dizer, de soar nossa voz. (Tatiane, Ocupação São João, 12/10/2021).

José complementa:

[...] a gente já fez manifestação em frente à porta da prefeitura várias vezes, em frente à porta da Câmara.... Fizemos reunião com o prefeito, com o presidente da Câmara, usamos a tribuna da Câmara, mas, não é um movimento de ocupação, solicitamos por ofício, o uso na sessão da Câmara... As manifestações geralmente acontecem nas portas desses órgãos e abaixo assinado nós fizemos um online, coletamos também assinatura presencial na feira, deu mais de 400 assinaturas, muitos apoiadores é online, abaixo assinado online. (José, Ocupação São João, 12/10/2021).

Esses relatos mostram que, apesar dos desafios cotidianos e institucionais, os moradores da Ocupação São João conseguem mobilizar recursos organizacionais e sociais para dar visibilidade às suas demandas. As dificuldades em estabelecer interlocução inicial com o poder público são superadas por meio de ações coordenadas

que vão desde manifestações públicas até a formalização de pedidos e o uso de ferramentas digitais para engajar apoiadores.

A experiência evidencia como a luta coletiva depende da capacidade de articular esforços em múltiplas frentes, equilibrando a pressão cotidiana com estratégias que promovam a cooperação e fortaleçam a resistência. Esses esforços não apenas mantêm viva a luta pela permanência, mas também demonstram a força da organização comunitária em contextos adversos.

As dificuldades enfrentadas pelos moradores da Ocupação em relação ao poder público destacam a importância da mobilização, representação política, ação coletiva e diálogo para efetuar mudanças. O relato da moradora Maria (Ocupação São João, 04/02/2024) revela que “não existe diálogo, um pouco complicado falar com o prefeito ele, não quer conversa com a gente”.

Esse depoimento evidencia os embates e confrontos com o poder público municipal na luta pela permanência no lugar ocupado, demonstrando as tensões e disputas em torno da apropriação e uso daquele espaço urbano. Já em relação às manifestações, protestos, interdições e uso/ocupação de espaços públicos com a Câmara de Vereadores, conforme aponta o apoiador, representam práticas de reivindicação, sobretudo no que tange ao direito à moradia digna e à cidade pelos moradores da ocupação.

Além disso, medidas importantes foram tomadas para garantir a permanência dos moradores. Conforme descrito no grupo do *facebook* (Luta Popular - Três Lagoas)¹⁹ quando, em 24 de novembro de 2021, os advogados que representam as famílias da Ocupação São João entregaram ao presidente da Câmara de Municipal de Três Lagoas um projeto de Regularização Urbana da Ocupação São João, visando à implantação de lotes urbanizados para a permanência dos moradores no local.

No documento e como apontado por José, pedem a anulação e suspensão da Lei 3.717 que impede pessoas de ocuparem áreas públicas, e que façam inscrição para participar do programa habitacional (PMCMV). Quando perguntou sobre esse cadastro, Helena relatou que:

Não fiz o cadastro porque não pode, porque saiu um decreto, uma lei aí que quem é da ocupação não vai ter direito ao cadastro das casas. Então é isso que a gente alega para o prefeito também, porque a gente não está aqui só porque quer, nós precisamos são pais, mães com crianças, muitos idosos, crianças doentes, cadeirante. Então estamos aqui porque precisamos mesmo, se a gente tivesse um lar para morar, se tivéssemos um lar para morar não estaríamos ocupando a área aqui. (Helena, Ocupação São João, 04/02/2024).

¹⁹ Sobre o grupo ver <https://www.facebook.com/groups/469948903166984>

A fala de Helena é reforçada por Tatiane que acrescenta “tem uma lei que fala que quem invade terra, não tem direito ao sistema habitacional da cidade, de qualquer outro lugar”. Essa é a Lei 3.717²⁰, de 24 de novembro de 2020, aprovada pelo Legislativo municipal, que prevê a suspensão, por 48 meses, do direito de integrar cadastros de programas habitacionais para aqueles que praticarem ou incentivarem atos de invasão, turbação ou esbulho de áreas públicas municipais. O prazo é contado a partir da data do ato considerado irregular. Durante esse período, os envolvidos ficam impedidos de acessar programas habitacionais ou obter moradias subsidiadas pelo município ou por qualquer outro ente público. Após o término da suspensão, o acesso poderá ser restabelecido, desde que os critérios legais sejam cumpridos.

Vale ressaltar que essa lei foi proposta e elaborada pela própria Prefeitura Municipal e aprovada na Câmara dos Vereadores. Contraditoriamente, em meio a tantos obstáculos, o contexto de pandemia proporcionou uma oportunidade, quando o Supremo Tribunal Federal, através da Lei 14.216/2021²¹ (estendida até 31/03/2022), suspendeu os despejos e desocupações. Como resultado e de acordo com um entrevistado:

Então ... um fato relevante que deu uma garantia uma tranquilidade, uma segurança maior foi a decisão do STF da Rosa Weber, numa petição nossa, dos advogados nossos, de que reconheceu, eu não sei se é o termo, mas que reconheceu que a prefeitura não poderia impor a reintegração de posse, não poderia ter a reintegração de posse, num contexto em que a gente vive de pandemia de crise sanitária, e só pode haver a reintegração de posse caso a prefeitura ofereça uma saída digna para essas famílias que na nossa compreensão é a moradia ou o que eles pedem aqui também a reivindicação que é o lote urbanizado para construção em forma de mutirão. Só que a prefeitura não apresenta esse plano então isso deu uma garantia de permanência. Esse foi uma vitória significativa porque foi uma decisão do STF e não tem como a prefeitura contestar. Outras também e nós conseguimos espaço na Câmara, fizemos algumas reuniões com os Vereadores, usamos a Tribuna numa sessão, teve reuniões com o prefeito só que depois ele fechou as portas... É essa coisa da organização, do cotidiano das pessoas tomando as rédeas da sua própria vida, acho que são pontos marcantes e importantes, é o que está garantindo a permanência deles (José, Ocupação São João, 12/10/2021).

Desse modo, os moradores da ocupação junto com seus advogados, conseguiram a aprovação de uma petição que impedia a Prefeitura Municipal de realizar o despejo, estabelecendo que só poderia haver a reintegração de posse, caso uma saída digna fosse oferecida. No entanto, essa medida não é uma solução permanente, uma vez que o

²⁰ Sobre essa lei ver no site da prefeitura de Três Lagoas: <https://www.treslagoas.ms.gov.br/wp-content/uploads/Lei-n%C2%BA-3.717-2020-Suspens%C3%A3o-dos-invasores-de-%C3%A1reas-publicas-do-cadastro-imobili%C3%A1rio.pdf> e no documento : <https://www.treslagoas.ms.gov.br/areas-publicas-esta-em-vigor-lei-que-suspende-cadastro-de-invasores-de-areas-publicas-municipais-em-programas-habitacionais/>

²¹As informações estão disponíveis em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14216.htm> Acesso em 03 de abril de 2023.

agravamento das carências já existentes não foi enfrentado. Ainda existem embates para a permanência deles no lugar. Mesmo assim, os moradores e advogados estão aguardando uma resposta da Câmara e da Prefeitura de Três Lagoas-MS se vão ou não aprovar o projeto de Regularização Urbana da Ocupação São João. Nesse ponto, José enfatiza:

[...] a gente está tentando fazer um projeto de REURB que é de urbanização e reconhecer... apresentar um projeto na prefeitura, para que ela reconheça isso daqui como um bairro e implemente aqui infraestrutura. O ideal seria não sair daqui. Para isso, a gente tem contado com professores da Geografia da UFMS para fazer o mapeamento, fazer essa planta para gente poder apresentar o projeto junto à prefeitura (José, Ocupação São João, 22/10/2021).

O documento (Regularização Urbana da Ocupação São João)²² foi elaborado em colaboração entre professores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, advogados e os moradores da Ocupação. Tal instrumento baseia-se em estratégias legislativas nos âmbitos federal, estadual e municipal. Nele, conforme apontando por Movimento Luta Popular et al. (2021), é função do município executar uma política urbana que garante o direito à moradia para os residentes da Ocupação São João.

Os moradores da comunidade Ocupação São João têm direito coletivo à regularização fundiária, responsabilidade do município no exercício do seu papel constitucional de executor da política urbana (art. 182, da CF²³) e para garantia do exercício pleno do direito à moradia e à regularização fundiária de acordo tanto com as normas internacionais das quais o Brasil é signatário, como também das normas constitucionais infraconstitucionais, em especial o Estatuto da Cidade, a Lei Federal 13.465/17²⁴, e as leis do Estado de Mato Grosso do Sul e do município de Três lagoas (Movimento Luta Popular et al., 2021, p.18).

Essas estratégias não se limitam apenas em ocupar um espaço público, como também lutar pelo direito à moradia e ao mesmo tempo a cidade. Como colocado por Movimento Luta Popular et.al., (2021, p.3) é preciso “[...] repensar o urbano a partir da dinâmica das populações periféricas não atendidas pelo poder público, mas que constroem territórios de produção da vida [...]”. Nesse sentido, esse projeto de Regularização Urbana da Ocupação São João desempenha um papel fundamental no auxílio para os moradores da ocupação, tendo como objetivo garantir o direito à moradia

²² O documento, Plano de Regularização Urbana da Ocupação São João (2021), está fundamentado em leis federal, aqui destacamos uma, a lei Nº 13.465, de 11 de julho de 2017, a REURB é o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes. Fonte: https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/cartilha_reurb.pdf

²³ A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Fonte: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10657746/artigo-182-da-constituicao-federal-de-1988>

²⁴ Esta Lei dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; e dá outras providências. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm

e integrar essas comunidades periféricas ao tecido urbano de forma digna e adequada. Além de proporcionar segurança jurídica aos moradores, abre caminho para a implementação de infraestrutura, serviços públicos e oportunidades anteriormente inacessíveis. Por meio desse processo, as populações periféricas podem finalmente receber o reconhecimento e os recursos necessários para construir uma vida melhor e contribuir significativamente para o desenvolvimento da cidade. Com a regularização, os moradores podem investir em melhorias em suas moradias e no entorno, fortalecendo o tecido urbano e promovendo a coesão social. O acesso a infraestrutura e serviços públicos, como água, saneamento, energia e transporte, melhora suas condições de vida e amplia sua participação na economia local, seja como trabalhadores, pequenos empreendedores ou consumidores. Essa integração reduz desigualdades, fortalece o senso de pertencimento e transforma essas comunidades em agentes ativos no processo de desenvolvimento urbano.

A regularização urbana não é apenas um passo em direção à moradia adequada, mas também um caminho para construir uma cidade mais justa, inclusiva e sustentável. Ela reforça a importância de políticas públicas que reconheçam o potencial das populações periféricas e as incluam de forma participativa na vida urbana.

O cotidiano dos moradores apresentados demonstra, acima de tudo, a luta diária por dignidade e condições de vida adequadas em um contexto de exclusão social e econômica. As narrativas de resistência e os esforços comunitários evidenciam como as famílias da Ocupação São João enfrentam os desafios de viver em uma área com infraestrutura precária e sob a constante ameaça de despejo. O apoio mútuo entre os residentes e a colaboração com profissionais, como professores e advogados, reforçam a importância da solidariedade e da organização social para a busca de soluções concretas.

As narrativas e condições descritas neste subcapítulo revelam traços de uma lógica fragmentária, entendida como a expressão concreta da fragmentação socioespacial. A precariedade da infraestrutura, a localização periférica e a repressão estatal enfrentada pelos moradores da Ocupação São João demonstram um espaço urbano desarticulado, onde a ausência de políticas públicas integradoras força a comunidade a depender de estratégias de resistência, como a organização comunitária e o apoio de movimentos sociais. Esses elementos apontam para um processo que não apenas reflete, mas também reproduz desigualdades, tema que será aprofundado no capítulo 4 ao analisarmos as práticas socioespaciais em maior detalhe.

3.3 Habitação popular em Três Lagoas: uma análise a partir do cotidiano dos moradores dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho

Os resultados mencionados dos programas habitacionais no capítulo 2 tiveram grande impacto na escala das cidades, em termos de produção habitacional. No caso de Três Lagoas, a quantidade de moradias construídas pelo Programa Minha Casa Minha Vida (Faixa 1) e o Programa Casa Verde Amarela (Grupo 1), somados, dão um total de 2.668 moradias (Quadro 6) entregues, entre 2011 a 2021 (SISHAB, 2022). Já em relação as Faixas 1,5; 2; 3; do PMCMV e os Grupos 2; 3 do PCVA (Quadro 11), o total de habitações é de 4.128 (SISHAB, 2022). A soma dessas moradias alcança 6.796 unidades entregue entre 2011 e 2021, demonstrando o significativo impacto dos programas habitacionais na escala da cidade de Três Lagoas. Esse número expressivo em relação ao *déficit* habitacional de 2010, que era de 3.545, essas novas unidades habitacionais contribuíram para a expansão territorial da cidade e a modificação do tecido urbano, configurando um novo panorama habitacional, como é o caso dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho.

Quadro 11: Total de moradias construídas pelo PMCMV e PCVA em Três Lagoas.

PMCMV e PCVA	Total de Habitação
Faixa 1 e Grupo 1	2.668
Faixa1,5; Faixa 2; Faixa3; Grupo 1; Grupo 2; Grupo 3	4.128

Fonte: SISHAB, 2022. **Elaboração:** FRANQUELINO, A. R., 2024.

Os conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho foram estruturados em parceria entre governo municipal, estadual e federal, durante o mandato da ex-prefeita Marcia Moura (2010-2016/PMDB). O financiamento desses empreendimentos se deu pelo Governo Federal através do PMCMV e a construção das unidades habitacionais pela incorporadora Brookfield, que atua no setor de construção e desenvolvimento imobiliário. Fundada no Canadá, essa empresa está envolvida em diversos segmentos, incluindo imóveis comerciais, residenciais, industriais e de infraestrutura, o que evidencia a interescalearidade dessa política habitacional, como já apontada por Rolnik (2017). Isso inclui sua participação na construção e financiamento de empreendimentos habitacionais do PMCMV para as diversas faixas de renda, incluindo famílias de baixa renda, como também faz parte de outros projetos de desenvolvimento habitacional. Assim, se reconhece que é importante escutar as pessoas que vivem nestas moradias construídas

pelo PMCMV e saber como elas enfrentaram seus problemas cotidianos, dentro das suas possibilidades.

O Novo Oeste (Figura 13a) foi edificado em 2013, conta com 1.224 moradias, sua estrutura é dívida em 8 blocos de apartamentos e seu investimento foi de R\$ 60 milhões. O apartamento dispõe de dois quartos, sala, cozinha, áreas de serviço e de lazer com aproximadamente 42 m² de área interna.

Já o Orestinho (Figura 13b), construído em 2015, tem 1.432 moradias, com 12 blocos de apartamentos, cada um tem 39,2 m², divididos em dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de lazer, o valor investido foi de R\$ 84 milhões (Prefeitura Municipal de Três Lagoas, 2023).



Figura 13: Conjuntos habitacionais Orestinho e Novo Oeste, Três Lagoas (MS).

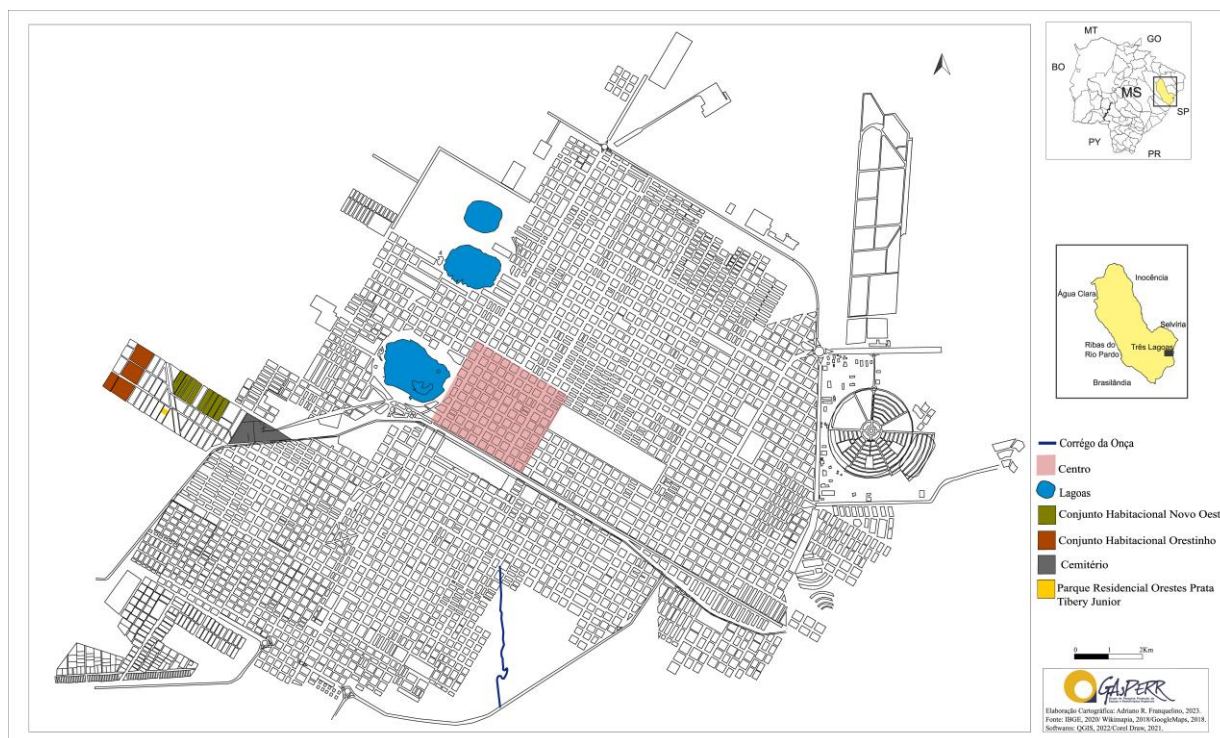
Fonte: FRANQUELINO, A. R., 2023.

Ambos os conjuntos habitacionais estão localizados na porção oeste da cidade de Três Lagoas, no bairro Novo Oeste (Mapa 7), uma área distante aproximadamente 4,7 km do centro. Essa localização periférica, característica de muitos empreendimentos do PMCMV e que será explorada no Capítulo 4 como um possível indício da lógica fragmentária, já impõe, de partida, desafios relacionados ao acesso a serviços e equipamentos urbanos concentrados em outros locais da cidade. No seu entorno, encontram-se presentes alguns equipamentos urbanos públicos e privados, como: uma Unidade Básica de Saúde (UBS), uma escola de ensino fundamental e médio (Escola Estadual Luiz Lopes de Carvalho), dois mercados, um supermercado, duas padarias, uma loja de conveniência, duas quadras poliesportivas e uma escola infantil municipal (Centro de Educação Infantil - CEI)²⁵.

Durante trabalho de campo, realizado em janeiro de 2023, notamos a existência de infraestrutura básica: saneamento, rede elétrica, asfalto e os equipamentos urbanos públicos e privados mencionados. Além disso, a presença do cemitério municipal,

²⁵ Esses dois últimos foram inaugurados recentemente, a quadra em 2023 e o CEI no ano de 2020.

contíguo ao Novo Oeste, chama atenção. Foi construído em 1976, em sua área ao redor é cercada por alguns bairros como: Jardim Flamboyant, Jardim Maristela, Jardim Carandá e o Novo Oeste. Assim como o Novo Oeste, esses bairros estão localizados na periferia de Três Lagoas e possuem uma infraestrutura básica razoável, com ruas pavimentadas, eletricidade e acesso a serviços essenciais, como escola e mercados locais.



Mapa 7: Localização dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho, Três Lagoas (MS). **Fonte:** Prefeitura Municipal de Três Lagoas, 2017. **Elaboração:** FRANQUELINO, A. R., 2023.

As informações e observações realizadas em campo forneceram uma base para a análise do cotidiano dos moradores desses conjuntos habitacionais. Por meio de entrevistas realizadas em 2023 e 2024, buscou-se compreender os desafios enfrentados por esses moradores, com foco nos problemas estruturais e nas dinâmicas sociais. Os resultados dessa investigação serão apresentados a seguir.

Para entender melhor as condições das moradias, é elucidativo o relato da moradora Marta²⁶ (44 anos, dona de casa, casada e com renda familiar de 2 salários-mínimos). Mudou-se para o conjunto habitacional Novo Oeste, na inauguração em 2013 com seu marido e seus dois filhos. Quando questionada sobre alguns aspectos positivos logo após a mudança para o apartamento, ela afirma que “de imediato era um lugar muito bonito, mas só aparência. Depois começou aparecer os defeitos.”

²⁶ Marta tinha passado por uma cirurgia e estava acamada, mesmo assim ela decidiu realizar a entrevista.

[...] Caiu o teto do povo, gesso do banheiro, tudo infiltrando [...] um mês da entrega, eu mudei, o primeiro problema foi a falta de água, porque entra ar nos canos, tudo da ar. Até hoje. Se acabar a água na caixa, acabou a água na rua acabou da caixa, quando voltar, a gente tem que tirar o ar, porque senão a gente não tem água até hoje. E ficou assim, mais de um mês assim, com um pinguinho de água porque, a gente nem sabia desse negócio de ar em cano. Depois de muito tempo para saber... (Marta, Conjunto Habitacional Novo Oeste, Três Lagoas, 2023).

A falta de água mencionada por Marta ocorreu desde quando se mudou para o apartamento. De acordo com a reportagem do RCN (2013)²⁷, os funcionários da empresa responsável pela distribuição de água (Sanesul) informaram que havia vazamentos no conjunto habitacional e por esse motivo foi impossibilitado ligar o sistema de abastecimento de água e esgoto. Essa escassez contínua de água como descreve Marta, que persiste “até hoje”, é um fator preocupante, pois compromete aspectos essenciais do cotidiano, como a higiene pessoal, a limpeza da casa, fazer comida. Ela destacou também problemas relacionados ao ar nos canos, o que agrava ainda mais as dificuldades de acesso à água. Claudia, de 55 anos, dona de casa, com ensino médio completo, separada e com renda de R\$ 700, também residente no Novo Oeste, descreveu que algumas casas “estavam com vazamento”. Além disso, Chico, 23 anos, residente do conjunto habitacional Orestinho, que trabalha como padeiro e sua renda é de um salário-mínimo e meio. Ele nos conta que “[...] quando chove, molha, entra água pelo corredor”.

A precariedade das moradias não é um caso isolado. Outros entrevistados reforçam essa realidade. Aparecida (Conjunto Habitacional Orestinho, Três Lagoas, 2024), moradora do Orestinho, relatou: “Foi um pouco complicado me mudar pra cá no começo, tivemos que fazer a mudança depois a casa começou a aparecer uns rachados”. Outros problemas são revelados por Chico “[...] a construção, os vidros, oferece pouca segurança para nós, quebra muito fácil, medo de machucar nossos filhos. Ali de fato chegou a quebrar”²⁸. Cardoso et al. (2015, p.153) já abordaram isso em seus estudos, mencionando “... a baixa qualidade dos materiais construtivos [...] ocorrendo vazamento de água e acúmulo de detritos nas fendas oriundas do encaixe irregular entre as peças das lajes pré-moldadas”.

Nessa perspectiva, relacionada à infraestrutura, são destacadas por Claudia, que descreveu sua experiência de mudança para o conjunto habitacional: “Foi complicado, muitos problemas com a casa, algumas casas não funcionava a luz”. Chico, complementa

²⁷ Sobre a falta de água ver em : <https://www.rcn67.com.br/jpnews/tres-lagoas/falta-agua-e-energia-no-residencial-novo-oeste/62667/>

²⁸ Chico nos mostrou a parte do apartamento em que tais problemas ocorreram.

que tem problemas no “Banheiro, luz, iluminação no corredor”. A questão de energia é reforçada por Julia (36 anos²⁹, possui uma renda de R\$ 600,00). Ela compartilha suas preocupações dizendo “estamos num lugar onde só Deus pela gente”. Ela também apontou as dificuldades que enfrentou sobre a energia elétrica quando se mudou para o apartamento em 2013.

Nos primeiros dias que eu mudei, porque eu estava precisando, mudei no dia que entregaram a chave. Já não tinha luz no meu apartamento por causa da Elektro, porque meu relógio estava no bloco cinco, ficamos uma semana sem luz, foi uma luta viu [...] entrei em contato, fui lá, conversei com eles, e falei que o relógio estava no lugar certo e nisso passei uma semana sem luz. Depois eles vieram aqui e viram que o problema era deles e que tinham colocado o relógio no bloco errado. (Julia, Conjunto Habitacional Novo Oeste, Três Lagoas, 2023).

O relato de Julia ilustra como esses problemas podem afetar significativamente o bem-estar dos moradores, especialmente devido às frequentes interrupções no fornecimento de eletricidade, que comprometem a realização de atividades essenciais no cotidiano. Tais dificuldades já foram discutidos por Cardoso (2016), quando descreve que a população de baixa renda tem acesso apenas a moradias precárias, que não atendem a critérios básicos de espaço, iluminação, ventilação e estrutura. Portanto, a fala de Julia “Nos primeiros dias que eu mudei [...] já não tinha luz no meu apartamento” e de Ana (moradora do Novo Oeste, 28 anos, sua escolaridade é ensino fundamental incompleto, possui renda de 2 salários-mínimos) diz que “os problemas foram água e luz. Fui atrás para ligar a água e a luz”. A fala delas ressaltam a importância de infraestrutura adequada nos conjuntos habitacionais populares para atender às necessidades básicas dos moradores.

Os problemas estruturais e de infraestrutura nessas moradias populares, mencionados por Marta, Claudia, Aparecida, Chico, Ana e Julia, representam não apenas desafios físicos, mas também questões de saúde. Como destacado por Reis et al. (2021, p. 482) “[...] relacionar habitação e saúde é inquestionável, pois as condições da moradia são fundamentais para que seja assegurada qualidade de vida, uma vez que ambientes salubres garantem habitabilidade”. Essas questões estão relacionadas aos aspectos físico-construtivos da moradia conforme apontado por (Cabral, 2019) e englobam aspectos relacionados a infraestrutura das moradias populares, se tem ou não acesso a esgoto, problemas de infiltração. Além disso, não desconsiderando as práticas espaciais que os moradores realizam nessas casas, como a adaptação dos espaços para melhorar a ventilação e a iluminação, a criação de áreas de convivência comunitária e a organização

²⁹ Até o dia da entrevista, Julia estava desempregada.

de mutirões para reparos e manutenção. Essas práticas não apenas refletem a resiliência dos moradores, mas também evidenciam como a moradia funciona como um espaço articulador da vida urbana, onde as relações sociais e as estratégias de sobrevivência se entrelaçam.

Em vista disso, é fundamental reconhecer a importância de uma habitação digna que não se limita apenas as características físicas das moradias. Ela se estende ao contexto urbano mais amplo, considerando como as moradias estão integradas à cidade. Esse debate está intrinsecamente ligado a vulnerabilidade dos moradores dos conjuntos habitacionais estudados.

As observações anteriores destacam a notável desconexão entre o formato das habitações, principalmente nos apartamentos e as necessidades que emergem. A descrição expressa por Julia: “se eu pudesse teria outro canto para mim, eu deixaria sim esse apartamento. O sonho da gente era ter um cantinho seu, que você tenha paz, segurança, porque aqui é difícil”. A realidade dos moradores dos conjuntos habitacionais Novo Oeste é apontada por Julia “[...] viu ali a situação, [...] infiltração dentro do quarto, no banheiro é assim que nós vivemos”. Jhon, morador do Orestinho também relata dificuldades enfrentadas: “porque no começo deu maior problema sobre o mau funcionamento, pisos quebrado”. Daniel morador do Orestinho ressalta que “[...] foi um lugar meio que feito nas coxas, com pressa. Tem muitas coisas para fazer. O teto às vezes apresenta problemas e pode até cair [...]”. Quanto à infraestrutura do bairro, Nara moradora do Novo Oeste diz: “Olha a questão do esgoto, ela é precária, quase na cidade inteira, mas a questão de asfalto aqui ele é bem estruturado. Tudo só que depende de quando chove, o esgoto enche e transborda e fica mal cheiro”.

Essa realidade reflete não apenas a insuficiência de políticas públicas dos governos municipal, estadual e federal, mas também o protagonismo atribuído às construtoras na execução desses projetos habitacionais. Esses problemas levantam indagações pertinentes sobre os direitos dos cidadãos e a responsabilidade das empresas envolvidas na oferta de soluções adequadas para os problemas de infraestrutura nas moradias populares.

Os relatos de Marta, Claudia, Aparecida, Chico, Daniel, Jhon e Julia³⁰ além de revelar desafios tangíveis enfrentados pelos moradores, não são isolados, mas sim

³⁰ Sobre isso ver as reportagens da Prefeitura Municipal em: <https://www.treslagoas.ms.gov.br/prefeitura-exige-providencias-imediatas-para-problemas-de-infraestrutura-no-residencial-novo-oeste/> e no TL Notícias:

resultado da má qualidade construtiva e do investimento insuficiente, estrategicamente empregado pelas construtoras com o propósito de viabilizar o empreendimento e assegurar grandes margens de lucro. Em relação à construtora, os entrevistados foram questionados se tinham alguma informação a respeito da empresa responsável. A maioria dos entrevistados, demonstrou desconhecimento sobre isso, exceto Marta e Nara, que mencionou o nome da construtora Brookfield e apontou problemas na estrutura do apartamento descritos anteriormente. A falta de clareza nos papéis dos diferentes agentes envolvidos com o PMCMV compromete sua eficácia e transparência, afetando negativamente tanto os resultados alcançados quanto a percepção dos cidadãos sobre a efetividade das políticas habitacionais. Essa indefinição pode resultar em serviços de baixa qualidade, atrasos na entrega das moradias e falta de manutenção adequada das unidades habitacionais, gerando insatisfação e frustração entre os beneficiários do programa.

Nesse contexto, é fundamental ressaltar o protagonismo das incorporadoras/construtoras, conforme destacado por Cardoso, Mello e Jaenisch (2015, p.74) têm sido responsáveis pela “[...] escolha dos terrenos, tipologia do empreendimento, tecnologias construtivas, número de unidades, qualidade dos materiais, ou mesmo a faixa de renda à qual o empreendimento seria destinado”. Essa é uma das principais críticas ao PMCMV, especialmente porque essas empresas são impulsionadas para atender a demanda de mercado mais lucrativas, o que resulta na produção de habitações homogêneas, e, em muitos casos, em localizações periféricas, distantes das áreas consolidadas das cidades e, em muitos casos, em localizações periféricas, distantes das áreas consolidadas das cidades. A priorização do lucro reflete-se na localização inadequada, na falta de infraestrutura e na padronização dos projetos habitacionais, como destacado por Rolnik et al. (2015). A produção em massa e a busca por otimização financeira, em detrimento das reais necessidades da população, perpetuam a segregação socioespacial e restringem ainda mais as opções de moradia para as camadas mais vulneráveis. Isso tem negligenciado as necessidades das famílias de baixa renda, como mencionados por Julia “[...] esses problemas nossos [...] não foram resolvidos. Porque a construtora que ajudou a construir e saiu fora [...]”. Isso é resultado de empreendimentos habitacionais de baixa qualidade, precários e mal planejados (Pequeno; Rosa, 2015).

<https://www.tlnoticias.com.br/noticia/teto-de-banheiro-cai-e-deixa-duas-criancas-feridas-no-novo-oeste-> . Acesso em 26 de julho de 2023.

As construtoras e incorporadoras desempenham um papel crucial na execução dos projetos habitacionais, especialmente no contexto do PMCMV. No entanto, essa abordagem tem revelado deficiências significativas na capacidade de atender adequadamente à faixa de renda mais baixa, composta por famílias que recebem até três salários-mínimos (Campos; Mendonça, 2013). Este cenário evidencia a complexidade das transformações observadas no mercado imobiliário em decorrência do PMCMV e como a presença predominante das grandes incorporadoras tem impactado a configuração urbana, a alocação de recursos e, por conseguinte, as condições de vida das famílias beneficiárias do programa (Rufino, 2015).

Cardoso, Mello e Jaenisch (2015) destacam o papel crucial da ampla adesão dos diversos agentes envolvidos ao objetivo central do PMCMV, que visa contratar e construir moradias de forma ágil para atingir as metas estipuladas. No entanto, ao priorizar a rapidez na construção, o programa pode negligenciar aspectos fundamentais, como a qualidade dos empreendimentos e sua adequação às necessidades dos futuros moradores. Essa preocupação é corroborada nas palavras de Chico, um morador entrevistado, que expressa seu desapontamento ao afirmar que os imóveis oferecidos pelo programa “oferecem pouca segurança para nós, quebra muito fácil” e são propensos a danos. Portanto, é importante considerar não apenas a eficiência na execução do programa, mas também a qualidade das moradias e sua adequação às demandas da população beneficiada.

É fundamental salientar a importância de abordar esses aspectos frequentemente desconsiderados no âmbito do PMCMV. A qualidade das construções emergiu como uma preocupação crítica, uma vez que muitas unidades habitacionais já apresentavam condições precárias, como evidenciado nos relatos anteriores e reforçado aqui por Julia, “[...] foi aparecendo outros problemas, rachadura, água, energia”, e Marta quando afirma que “...caiu o teto do povo, gesso do banheiro, tudo infiltrando [...]”.

Para tanto, a precariedade habitacional, segundo Denaldi (2019), relacionada aos aspectos físicos da habitação, como risco, acessibilidade, infraestrutura, habitabilidade, fatores que impactam diretamente a qualidade de vida dos moradores. Portanto, “[...] exige soluções [...] para melhoria das condições de moradia abrangendo reparos estruturais, instalações e acabamentos, soluções para iluminação e ventilação” (Santos, 2019, p.24). As condições precárias dessas moradias apontadas anteriormente se tornaram não apenas um problema de qualidade física do apartamento, mas também uma questão

de saúde. A falta de infraestrutura básica, ampliam a vulnerabilidade dessas populações que já vivem em condições inadequadas de moradia.

A vulnerabilidade dos moradores desses conjuntos habitacionais populares é evidenciada por meio dos relatos dos entrevistados, que demonstram as condições precárias em seus apartamentos, incluindo vazamentos, infiltrações e a falta de serviços básicos, como água e eletricidade, destacando uma realidade marcada pela precariedade e exclusão social.

É importante reconhecer que essas questões não surgem isoladamente, mas estão entrelaçadas de maneira complexa. Deste modo, as narrativas dos entrevistados podem abranger questões mais amplas, como a segregação socioespacial (Carlos, 2020) conceito discutido no primeiro capítulo.

Para tanto como descreve Carlos o processo de segregação socioespacial (2020, p.11) atribuiu “[...] acessos diferenciados aos lugares da cidade, pela imposição da propriedade privada, que produz e estrutura a sociedade desigual que vivemos”. A segregação socioespacial ou como intitula Maricato (2000, p.29), “concentração territorial homoganeamente pobre [...]”, historicamente contribuiu para a acumulação de problemas sociais em determinadas áreas urbanas. As populações que habitam esses espaços segregados enfrentam severas limitações no acesso a serviços básicos, como saúde, saneamento e infraestrutura adequada, o que aprofunda as desigualdades e reforça a exclusão social. Essa realidade é evidenciada pelos relatos de moradores como Marta, que descreve os problemas recorrentes em seu apartamento: “[...] encanamento, eletricidade [...] a falta de água”, e Aparecida que complementa: “tem muito rachadura, infiltração, a encanação estraga as vezes, acaba a água também”. Esses depoimentos refletem as condições precárias de moradia enfrentadas nos espaços segregados, onde a ausência de manutenção e investimento em infraestrutura é uma constante.

A segregação socioespacial não apenas reproduz as desigualdades existentes, mas também as amplifica, ao criar territórios marcados pela precariedade e pela exclusão do tecido urbano formal. Trata-se de uma manifestação das desigualdades estruturais que organizam o espaço urbano, resultado do descaso histórico das políticas públicas e da priorização de interesses mercadológicos na produção do espaço. Como afirma Santos (2009), o espaço não é apenas um reflexo das condições sociais, mas também um mecanismo ativo na reprodução das desigualdades. Esse processo reforça a marginalização dessas populações, que permanecem à margem dos direitos urbanos básicos, como acesso a água potável, energia e espaços públicos de qualidade. A

segregação, portanto, não é apenas uma condição estática, mas um fenômeno dinâmico que perpetua a exclusão e limita a integração social e econômica dos moradores ao tecido urbano.

No que se refere à localização periférica e seu papel no processo de segregação socioespacial, durante as entrevistas, perguntamos se eles consideram que os conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho ficam perto ou longe do centro da cidade. Jonas, Chico, Julia e Ana consideram “longe”, apenas Marta considera “perto”, o que se explica pelo transporte particular que apenas ela possui, evidenciando a importância de se considerar a relação entre espaço e tempo, para compreensão do processo de segregação. Essas moradias apresentam qualidades inadequadas, característica comum nas áreas segregadas e desfavorecidas das cidades. No caso do Novo Oeste e Orestinho, os relatos indicam deficiências na infraestrutura básica e de condições de vida.

Os relatos dos moradores demonstram uma vivência cotidiana conturbada, marcada por carências de infraestrutura urbana e desigualdades socioespaciais. Além disso, os relatos revelam uma vivência cotidiana marcada por carências infraestruturais e dificuldades de acesso a serviços básicos. As moradias nesses conjuntos apresentam condições inadequadas, com problemas estruturais e falta de manutenção, características comuns em áreas periféricas e segregadas. A ausência de políticas públicas eficazes agrava esse cenário, perpetuando a exclusão social e limitando o direito dos moradores à cidade.

As moradias descritas, caracterizadas por problemas construtivos, falta de infraestrutura básica e condições precárias de habitabilidade, representam um desafio significativo para os moradores dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho. Essas deficiências estruturais, evidenciam a vulnerabilidade dessas pessoas e potencializando o processo de segregação socioespacial. Diante disso, torna-se urgente repensar as políticas públicas voltadas à habitação e ao planejamento urbano, buscando superar a lógica mercadológica que prioriza o lucro em detrimento do direito à cidade. É necessário promover intervenções que articulem inclusão socioespacial, garantindo o acesso universal a serviços, infraestrutura e condições dignas de habitação.

Avançando na análise é importante destacar sobre o lazer. As opções parecem ser limitadas, com a maioria dos entrevistados optando por ficar em casa, como demonstraram Julia e Ana ao afirmarem: “Eu fico em casa”. Alguns moradores relataram que frequentam espaços próximos, como igrejas e praças do bairro, enquanto outros mencionaram a falta de espaços públicos adequados. Por exemplo, Julia destacou que “O

único lugar que vamos é na igreja” e Marta mencionou: “Eu utilizo às vezes a praça para caminhar, mas é muito raro”. Além disso, alguns dos entrevistados descreveram a ausência de espaço público no bairro, como Chico ao afirmar que “não existe”, e Julia concordou dizendo que “não tem”. Enquanto isso, outros mencionaram que existem espaços públicos, mas não os frequentam, como relatou Ana: “Sim, tem uma pracinha e um campo de futebol. Não frequento muito, é raro quando eu vou” e Chico adicionou: “Sim, inaugurou agora recentemente uma quadra para as crianças. Eu não frequento”. Um entrevistado expressou o desejo de ter mais áreas de lazer no bairro, como foi o caso de Chico ao afirmar: “Eu gostaria que tivesse. Ia ser ótimo”, sugerindo uma carência de espaços públicos de qualidade nesse bairro.

As observações dos moradores indicam uma realidade na qual as opções de lazer são limitadas e, muitas vezes, pouco atrativas. A preferência por ficar em casa pode refletir não apenas a falta de alternativas de entretenimento no bairro, mas também questões relacionadas à segurança, ao conforto e à falta de infraestrutura adequada nos espaços públicos disponíveis.

Outras indagações que complementam a análise foram levantadas no decorrer da entrevista, como se poderiam comparar aspectos positivos e negativos do bairro Novo Oeste em relação ao seu antigo local de residência. Julia descreveu condições significativamente melhores nos bairros que residiu anteriormente, em relação ao atual. Suas palavras enfatizam essa insatisfação “no São Carlos³¹ e no Interlagos³² até na Carvoaria³³, é melhor do que aqui”. Chico, outro entrevistado, também compartilha essa frustração ao afirmar que “lá no bairro Vila Verde³⁴[...] é bem melhor para morar do que aqui”. Os bairros tidos como “melhores” pelos entrevistados estão localizados na periferia de Três Lagoas. No entanto, essas opiniões levantam questões complexas sobre as mudanças nas condições de vida nas periferias. Apesar das transformações urbanas e sociais ao longo do tempo, o que não tem mudado é a persistência de desigualdades estruturais que afetam a qualidade de vida nessas áreas. Isso destaca que a qualidade de

³¹ O bairro mencionado pela entrevista Julia, São Carlos, está localizado numa área periférica de Três Lagoas, em suas proximidades tem vários equipamentos urbanos de uso coletivo como farmácia, Unidade de Pronto Atendimento (UPA), posto de saúde, supermercado, praça, lojas variadas (de roupa, casa de ração, de aparelhos eletrônicos, etc). Enquanto o bairro Interlagos fica próximo ao centro da cidade com diversos tipos de comércios, supermercados, academias, praça, posto de saúde, etc.

³² O bairro Interlagos fica próximo ao centro da cidade com diversos tipos de comércios, supermercados, academias, praça, posto de saúde, etc.

³³ Sobre esse local não temos informações.

³⁴ O bairro mencionado pelo entrevistado Chico, Vila Verde, está localizado a oeste de Três Lagoas em uma área periférica da cidade, em seu entorno existem alguns equipamentos urbanos de uso coletivo como farmácia, posto de saúde, supermercado, lojas variadas (de roupa, casa de ração, de mercadinhos, etc).

vida não está estritamente ligada à localização periférica de um bairro, mas sim às condições de infraestrutura, acesso a serviços e políticas públicas que garantam direitos básicos aos moradores.

A ausência de bem-estar e segurança foi claramente expressa por Julia:

[...] eles nos pegaram e jogaram num lugar isolado, onde tem muito tráfico, onde tem muita coisa errada e nós somos obrigados a conviver no meio, porque se eu tivesse condições eu colocaria meus filhos num lugar melhor, aí temos que viver aqui dentro fechado eu não deixo meus filhos descerem, porque é muito arriscado. Eles não deveriam ter feito isso, com todo mundo. (Julia, Conjunto Habitacional Novo Oeste, Três Lagoas, 2023)

A resposta de Julia destaca como a qualidade da moradia afeta diretamente as experiências dos moradores, além disso demonstra sua frustração de estar num “lugar isolado” e “viver aqui dentro fechado”. Suas palavras apontam a presença de problemas sociais decorrentes das preocupações com a segurança e indicam limitação da liberdade, o que contribui para o sentimento de insegurança e desconforto. A narrativa da moradora reflete a importância de ter políticas habitacionais mais eficientes, que priorizem as necessidades e a segurança dos moradores. Essas falhas têm sido evidenciadas pela implementação do PMCMV, que repete as mesmas práticas das políticas habitacionais anteriores, com a mesma lógica de assentamento (Moysés, et al., 2013).

Ademais, é importante lembrar, que existe outra pesquisa realizada nos conjuntos habitacionais Novo Oeste e com objetivo de estudar “o processo de saída de moradores dessas residências verticais” (Almeida; Milani, 2020, p.283). O trabalho revela que:

O abandono das residências (dos apartamentos) próprias mesmo depois de atenderem aos critérios para aquisição pode estar ligado ao formato vertical que essas residências foram planejadas e construídas, ligado a constituição de um conjunto habitacional sem considerar a relação dos moradores com as experiências espaciais pregressas na cidade. (Almeida; Milani, 2020, p.294).

Segundo Almeida e Milanni (2020), o abandono dessas moradias não está necessariamente ligado a fatores tradicionais, como localização ou dificuldades com transporte coletivo, mas sim a questões socioespaciais mais profundas. As autoras destacam que o modelo de moradia vertical, com seus espaços comuns (áreas de lazer, estacionamento interno e o próprio prédio), pode ser um fator determinante para o abandono, uma vez que esse formato não permite a continuidade das relações sociais pregressas dos moradores nem a reprodução de seu modo de habitar. Essa desconexão entre o espaço físico e as experiências socioespaciais dos moradores pode levar ao abandono, mesmo após a aquisição do imóvel.

Isso está relacionado ao fato de que as estratégias empreendidas para a construção dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho, foram influenciadas pelos interesses individuais de diversos agentes produtores do espaço urbano, tais como: os proprietários de terras e os agentes imobiliários, envolvidos na configuração do espaço urbano de Três Lagoas, cujas decisões foram tomadas sem considerar as vivências espaciais anteriores desses cidadãos (Almeida; Bezerra, 2019).

Nesse sentido:

As práticas cotidianas dos moradores dos conjuntos habitacionais verticais em Três Lagoas revelam a resistência ao estilo de moradia vertical implantado pelo Estado. A resistência a esse estilo de moradia deve-se em parte a forma como foram concebidas, moradias verticais, onde as relações socioespaciais [...] são desconsideradas em prol dos interesses de agentes hegemônicos que produzem o espaço urbano com apoio do Estado capitalista. (Almeida; Milani, 2020, p.298).

A resistência à moradia em formato vertical pode ser observada nas respostas dos entrevistados durante esta pesquisa. No que se refere ao formato vertical dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho, a maioria dos entrevistados indicou que nunca havia morado nesse tipo de residência, é o que nos conta Jonas:

Em apartamento, é a primeira vez, nunca tinha morado, sempre morava em casa. Benefício, é de ter um teto, uma casa pra tá ali, junto com a família. O problema é que às vezes, não tenho um quintal, não pode escutar um som um pouco mais alto, não pode ficar um pouco à vontade igual é numa casa. (Jonas, Conjunto Habitacional Orestinho, Três Lagoas, 2023).

Esse relato acima de Jonas, reflete uma ruptura com práticas cotidianas arraigadas, como a convivência em espaços abertos e a liberdade sonora, elementos culturalmente valorizados em moradias horizontais. Deivid, outro morador dos conjuntos habitacionais, sobre morar nesse formato de moradia, ele nos conta que:

É a primeira vez. Ah, o benefício é porque fica numa abrangência que você consegue ver as pessoas, é um lugar bem mais aberto. Não problemas como barulho, transporte, essas coisas negativamente. Negativamente eu digo aqui é a falta de segurança mesmo, que deveria ter. (Deivid, Conjunto Habitacional Novo Oeste, Três Lagoas, 2024).

Outros moradores como Josué comenta que é “primeira vez. Não vejo nenhum benefício e nenhum problema”. Mara relata que “é a primeira vez que moro em apartamento, antes sempre morei em casas”. Aparecida conta que “nunca tinha morado em apartamento antes, só em casas. Mas me acostumei bem. É bom porque tem menos que cuidar e arrumar”. César complementa que “é a primeira vez eu moro. Eu acho bom, né, porque onde eu moro, o povo é mais sossegado, ruim é quando não limpavam, era uma sujeira, agora não mais”. Jhon descreve que “é a primeira vez. Eu acho assim, que tem pessoas que sabem morar nesse lugar, e tem pessoas que não sabem conviver nesse tipo de casa”. Claudia reforça que “é a primeira vez. Não vejo problema em morar assim”.

Neste sentido, as políticas habitacionais, como o PMCMV, alteram não apenas a paisagem das cidades, mas também as práticas e percepções dos moradores. A verticalização, muitas vezes vista como solução técnica para o *déficit* habitacional, pode gerar tensões quando desconsidera aspectos culturais e sociais ligados ao modo de vida tradicional. Ainda nesta perspectiva de morar vertical, quando perguntado sobre se incomoda morar nesse formato de residência, muito próximas umas das outras, Daniel fala que:

Ah, sim, porque às vezes acontece qualquer muita coisa que todo mundo fica sabendo há pessoas que são fofoqueiras, pessoas que são maldosas, pessoas que entram na sua casa e você não sabe quem foi. É mais por causa disso daí, mas pela segurança e respeito. (Daniel, Conjunto Habitacional Orestinho, Três Lagoas, 2024).

Pedro, diz que “incomoda bastante, tem alguns vizinhos que não gostam de mim, me olham torto”. Ainda nesse ponto, Julia nos diz que “Sim! incomoda. Porque como eu te disse não tem liberdade, não tem segurança quando chega na sua casa”. A inclinação em direção à construção vertical por meio do modelo de condomínios diminui os custos de terreno para as construtoras, contudo, aumenta as despesas das famílias e dificulta a expansão das moradias para atender às suas necessidades (Pacheco; Araújo, 2017).

[...] os processos de verticalização são um dos grandes responsáveis pelas alterações morfológicas dos centros urbanos, bem como da paisagem urbana. Especificamente no caso das habitações sociais, os condomínios verticais têm grande impacto na paisagem urbana [...] geralmente associados à má qualidade arquitetônica e a implantação de grandes empreendimentos monofuncionais, sem variabilidade tipológica e de usos. (Araujo, 2016, p. 6).

Esses fatores ressaltam o desafio de conciliar a necessidade de moradia acessível com o desejo de proporcionar um ambiente habitacional adequado e funcional para as famílias. A resistência à verticalização é evidente nas experiências dos moradores e nas implicações que ela impõe em termos de conforto, expansão e qualidade de vida. Esses aspectos reforçam a importância de considerar as necessidades reais das comunidades ao planejar e implementar projetos habitacionais verticais.

Adicionalmente é importante frisar a percepção dos moradores em relação a moradia, nesse ponto utilizamos a ideia do “mito da casa própria” (Lindón, 2005) onde os sujeitos sociais “[...] são em grande parte movidos por utopias e quimeras construídas em torno de um núcleo duro do imaginário urbano [...]”. Tal mito da casa própria é:

[...] una idea de fuerte arraigo en las sociedades urbanas contemporáneas. En general ha sido asociado a las clases medias urbanas. Nuestra investigación sobre esta periferia ha puesto en evidencia que, aun en condiciones de pobreza y exclusión social este ideal mantiene fuerte arraigo en los imaginarios compartidos. Cuando este tipo de ideales se extienden y son apropiados por diferentes grupos sociales, en ese proceso de apropiación se da una resignificación, el ideal se redefine y toma contenidos específicos aunque

muchas veces suele mantener parte de los contenidos originales. Y esa reconstrucción es simultánea a la de la utopía espacial. (Lindón, 2005, s/n).³⁵

Para os moradores das periferias, a realidade ainda é marcada por inundações, expulsões, violência e precariedade nos serviços públicos urbanos. Esses desafios coexistem com “o sonho de algum dia ter casa e destinos próprios” (Holston, 2013, p. 208). Isso indica a relação entre habitação e utopia, podendo ser interpretada também como “o mito da casa própria”, conforme argumenta Lindón (2005, p. 8):

[...] para el habitante de la periferia se entretiene en la subjetividad colectiva con la idea de progreso, también fuertemente arraigada. Así, esa casa “propia” que goza de reconocimiento social, que ubica al hogar en la condición de “poseedores”, que otorga seguridad en un mundo en el cual el habitante de la periferia ha visto diluirse todo aquello que le dio seguridad en otro momento, solo era posible en la periferia más inhóspita. La periferia es el territorio en el que el sujeto puede sostener su sueño de progreso, de que ha “mejorado”, no porque tenga mejores condiciones de vida en sentido material, o porque acceda a vida más urbana, sino porque accedió en un fragmento minúsculo de territorio –un lugar- que le otorga la condición social de “poseedor” de algo muy valorado.³⁶

O “mito da casa própria”, destaca sua importância simbólica e emocional, representando a realização pessoal, a segurança, a estabilidade e a ascensão social. A posse de um imóvel próprio é vista como um marco de sucesso e um símbolo de conquista, materializando o sonho de construir um lar para si e para sua família. No entanto, em contextos de exclusão social - entendida como a marginalização de indivíduos ou grupos em relação ao acesso a direitos, recursos e oportunidades, - esse mito pode se tornar um fardo pesado e uma fonte de frustração. Para grande parte da população brasileira, especialmente para aqueles em situação de vulnerabilidade, a casa própria se configura como um sonho distante e inatingível.

A autora argumenta que a posse de uma casa, mesmo que não seja legalmente reconhecida, representa uma forma de pertencimento e integração na sociedade. Essa posse é vista como uma conquista pessoal e social, conferindo visibilidade e

³⁵ O mito da casa própria é uma ideia profundamente enraizada nas sociedades urbanas contemporâneas. Em geral, tem sido associado às classes médias urbanas. A nossa investigação nesta periferia mostrou que, mesmo em condições de pobreza e exclusão social, este ideal mantém fortes raízes em imaginários partilhados. Quando este tipo de ideais se espalha e é apropriado por diferentes grupos sociais, neste processo de apropriação ocorre um novo significado, o ideal é redefinido e assume um conteúdo específico, embora muitas vezes tenda a manter parte do conteúdo original. E essa reconstrução é simultânea à da utopia espacial (Lindón, 2005, s/n). Tradução nossa.

³⁶ [...] para o habitante da periferia, isso se entrelaça na subjetividade coletiva com a ideia de progresso, também fortemente enraizada. Assim, essa casa “própria”, que goza de reconhecimento social, que coloca o lar na condição de “possuidor”, que oferece segurança em um mundo no qual o morador da periferia viu se dissolver tudo aquilo que um dia lhe deu segurança, só era possível na periferia mais inhóspita. A periferia é o território onde o sujeito pode sustentar seu sonho de progresso, de que “melhorou”, não porque tenha melhores condições de vida em termos materiais, ou porque tenha acesso a uma vida mais urbana, mas porque conquistou um fragmento minúsculo de território – um lugar – que lhe confere a condição social de “possuidor” de algo altamente valorizado. (Lindón, 2005, p. 8). Tradução nossa.

reconhecimento aos habitantes da periferia. Isso é construído em torno do presente e das necessidades imediatas dos moradores, proporcionando segurança e estabilidade. A casa é percebida como um refúgio contra a insegurança e uma garantia de permanência em meio a um contexto de incertezas.

O termo “mito da casa própria” está intrinsecamente ligado à visão idealizada do espaço em que as pessoas residem e como essa habitação se encaixa em suas aspirações de uma vida melhor. No entanto, ao analisar as respostas dos moradores do Novo Oeste e Orestinho à pergunta: “Se você pudesse optar, o que preferiria: morar no atual bairro, em uma casa própria em outro bairro, ou no bairro em que você morava anteriormente, mas com um aluguel pago pelo governo?”, observa-se que a realidade é mais complexa.

Jonas respondeu: “Eu mudaria, se fosse para ter uma casa própria, para outro bairro”. Chico afirmou: “É, prefiro o lugar que eu morava anteriormente, com aluguel pago pelo governo”. Julia disse: “Numa casa própria, ou uma casa paga pelo governo me ajudaria muito”. Já Ana declarou: “Em outro bairro com aluguel pago pelo governo”.

Essas respostas indicam que, embora a aspiração por uma casa própria continue sendo um desejo importante, muitos moradores veem no aluguel pago pelo governo uma alternativa viável e até preferível, especialmente quando associado a bairros com melhores condições de vida. Isso sugere que, para esses entrevistados, a segurança e a qualidade de vida oferecidas por um aluguel subsidiado podem ser tão ou mais valorizadas do que a posse de uma casa própria em condições precárias.

Além dessas questões abordadas, nos chamou atenção durante a entrevista, as informações sobre a violência presente no bairro. Faz-se importante algumas observações, pois essa questão afeta diretamente as vidas dos moradores e de suas famílias. Eles (as) descreveram que é causada por diversos fatores, como a falta de segurança pública, densidade populacional (muitas pessoas morando próxima umas das outras) e a má qualidade da construção dos apartamentos.

É um problema, era, e continua sendo. Ah tinha, né. Todo canto tem esse negócio de violência, mas era menos do que aqui. E acontece por causa, primeiro, acho que pela impunidade é o fator essencial nisso, aí e às vezes a demanda cresce muito, e o governo, a prefeitura não consegue ter o controle. Às vezes, por segurança, tudo mais. Por ser muitos casos acontecendo (Jonas, Conjunto Habitacional Orestinho, Três Lagoas, 2023).

[...]

É, não é tão assim, mas ainda é um problema. Não. Acho que tem muito foco de gente aqui, gente doido aqui, muito junto, o pessoal, acho que surta. Se reparar a maioria dos problemas que tem em Três Lagoas é nos predinhos, eu acho que o foco de muita gente aqui nos predinhos, pessoal daqui não tem postura sei lá qualquer coisinha já quer matar o outro. (Chico, Conjunto Habitacional Orestinho, Três Lagoas, 2023).

[...]

É. Onde eu morava antes não. A questão é dormir com as portas trancadas, e, se brincar tem de colocar grade na janela, porque as pessoas escalam, entram e roubam as coisas com você dentro. É complicado. Porque isolaram nós de tudo, eles sabiam que ia vir mais pessoas de classe baixa e acabou vindo infelizmente, mais pessoas ruins e poucas boas. Porque realmente os donos, quando entraram aqui em seus apartamentos, são poucos, muitos abandonaram, e outros invadiram. (Julia, Conjunto Habitacional Novo Oeste, Três Lagoas, 2023).

Os relatos de Jonas, Chico e Julia refletem preocupações compartilhadas sobre a segurança nos conjuntos habitacionais de Três Lagoas. Eles destacam a persistência da violência, apontando fatores como impunidade, proximidade entre os moradores e mudanças na composição das pessoas como contribuintes para os desafios de segurança. As declarações sugerem que a segurança pessoal e o temor de incidentes são uma preocupação constante para os residentes, enfatizando a necessidade de medidas para melhorar as condições de segurança.

Diversas notícias veiculadas em jornais locais corroboram o que foi mencionado pelos moradores, como briga entre vizinhos, mortes, tiroteio, tráfico de drogas³⁷. Esses acontecimentos refletem os desafios enfrentados por essas comunidades em meio a um ambiente marcado por complexidades sociais. Quando questionados sobre medidas de segurança em seu apartamento, um dos moradores Jonas descreveu assim “[...] trancar porta, janela trancada, quando sai, quando vai dormir, grade. Tem que ter né, hoje em dia é fundamental”. As palavras desse morador ressaltam a necessidade de se proteger num contexto em que a segurança é uma preocupação constante.

É mencionado o abandono dos apartamentos pelos proprietários originais e a subsequente invasão, conforme descrito por Julia “muitos abandonaram, e outros invadiram”. Isso indica a existência de áreas abandonadas, como já foi apontado no trabalho de Almeida e Milani (2019). Essa dinâmica pode estar relacionada a problemas mais amplos, como a falta de infraestrutura adequada e a sensação de insegurança, criando espaços propícios para atividades problemáticas, como casos de violência e tráfico de drogas, como expõe Julia: “... nos jogaram em um lugar isolado, onde há muito tráfico, onde ocorrem muitos problemas, e nós somos obrigados a conviver nesse ambiente”. Esses problemas podem ser vistos como sintomas da falta de oportunidades econômicas

³⁷ Sobre essas ocorrências ver nos sites: <https://www.fojemais.com.br/tres-lagoas/noticia/policia/briga-entre-vizinhos-acaba-em-tragedia-em-tres-lagoas>

<https://www.perfilnews.com.br/em-tres-lagoas-duas-mulheres-sao-mortas-a-tiros-no-novo-oeste/>

<https://www.fojemais.com.br/tres-lagoas/noticia/policia/briga-entre-vizinhos-acaba-em-tragedia-em-tres-lagoas> Acesso em 30 de julho de 2023.

e a escassez de recursos, o que pode levar alguns moradores a abandonarem suas propriedades, enquanto outros, em busca de moradia acessível, acabam invadindo os imóveis vazios. Isso cria um ciclo de insegurança que afeta a qualidade de vida de todos os moradores.

Diante desses desafios, foi enfatizado sobre as soluções para os problemas enfrentados cotidianamente. Uma moradora aponta para a importância de se refletir sobre a eficácia e a adequação dos programas e políticas de assistência social nas comunidades. Mesmo existindo um serviço oficial, as ações realizadas pela comunidade são necessárias para suprir as demandas imediatas.

Assistência social tem, mas ela não dá suporte nenhum. Se tiver alguém aqui, que está passando necessidade, de fome mesmo, passando fome, eles vêm fazer visita para saber se realmente a pessoa está precisando. Isso demora um tempo, então aqui dentro do condomínio, como presidente do condomínio, a gente procura fazer cesta básica, a fazer arrecadação e nós mesmo. Mas isso não tem nada a ver com o serviço social do CRÁS, não. (Marta, Conjunto Habitacional Novo Oeste, Três Lagoas, 2023).

Essa situação evidencia uma lacuna na efetividade do sistema de assistência social e no atendimento às necessidades dos moradores desse conjunto habitacional. A demora nas visitas e a falta de suporte adequado podem dificultar a resolução imediata das dificuldades enfrentadas pelas pessoas em situação de vulnerabilidade. A necessidade dos moradores se organizarem e buscar recursos por conta demonstra a importância das ações coletivas e da solidariedade local para suprir as lacunas deixadas pela política de assistência social.

As entrevistas realizadas com os moradores dos conjuntos habitacionais verticais construídos pelo PMCMV em Três Lagoas revelaram histórias de resiliência e solidariedade, apesar das dificuldades enfrentadas. Embora os desafios tenham sido consideráveis, também emergiram exemplos marcantes de superação e colaboração. Por exemplo, Pedro, morador do Novo Oeste, relatou como os vizinhos se uniram para resolver problemas comuns, como a falta de energia elétrica: “[...] se tiver problemas com vazamento ou com a energia, [...] pede para o vizinho[...]”. Outro caso é o de Josué, que relata ajuda entre outros moradores para consertar os problemas de infraestrutura do prédio: “É nós mesmo que arrumamos as coisas que estragam aí nos apartamentos. É ajuda entre vizinhos também”. Essas ações demonstram a capacidade dos moradores de transformar adversidades em oportunidades de fortalecimento comunitário.

A baixa qualidade construtiva, a localização periférica e os problemas de violência e abandono ilustram um modelo habitacional que, embora formal, perpetua a desconexão com o tecido urbano consolidado, priorizando interesses mercadológicos em

detrimento da integração e da qualidade de vida. Tais condições, somadas às estratégias de adaptação dos moradores, serão exploradas com maior profundidade no capítulo 4, onde as práticas espaciais desses contextos serão analisadas em sua complexidade.

CAPÍTULO 4

PRÁTICAS ESPACIAIS COTIDIANAS E A LÓGICA FRAGMENTÁRIA: ANÁLISE A PARTIR DAS NARRATIVAS DOS MORADORES DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS NOVO OESTE E ORESTINHO E DA OCUPAÇÃO SÃO JOÃO

Neste capítulo, são apresentados alguns resultados da pesquisa referentes aos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho, bem como à ocupação São João, em Três Lagoas. O estudo tem como foco central analisar as práticas socioespaciais dos moradores dessas localidades, investigando como essas práticas refletem e intensificam a lógica fragmentária que permeia suas rotinas cotidianas. A análise é baseada nas entrevistas realizadas e busca compreender de que maneira as características desses espaços influenciam a produção e a apropriação do espaço pelos moradores, destacando as dinâmicas que envolvem seu cotidiano.

O texto explora como as atividades diárias e as interações sociais são afetadas pelas condições de habitação, consumo, trabalho e mobilidade, investigando se essas dimensões geram a fragmentação socioespacial. Para isso, ouviu-se os moradores, permitindo que compartilhassem suas experiências e percepções sobre os desafios enfrentados e as estratégias desenvolvidas para melhorar suas condições de vida. A partir desses relatos, busca-se compreender como a lógica fragmentária se manifesta nas práticas cotidianas, contribuindo para a segmentação e a desigualdade socioespacial.

A análise concentra-se em quatro dimensões principais:

- Habitat: Como as condições de moradia e o tipo de habitação afetam a qualidade de vida e a organização do espaço urbano dos moradores.
- Trabalho: as condições de emprego, os deslocamentos para o trabalho, e como esses fatores influenciam a organização do tempo e do espaço dos moradores.
- Mobilidade: a análise concentra-se na acessibilidade ao transporte público e nas condições de mobilidade urbana, avaliando como esses elementos influenciam as interações socioespaciais e o acesso a serviços e oportunidades.
- Consumo: Acessibilidade e distribuição de serviços, incluindo supermercados, mercados locais, centros comerciais (privados) e equipamentos públicos, como feiras livres, centros de abastecimento e programas de assistência alimentar, e como esses elementos impactam o cotidiano dos residentes.

Essa perspectiva busca compreender as dinâmicas de fragmentação e segregação socioespacial a partir das práticas cotidianas, oferecendo uma análise crítica sobre as condições de vida e os desafios enfrentados pelos moradores desses espaços. A pesquisa também se propõe a investigar se existe uma lógica fragmentária que se reflete nas rotinas diárias, contribuindo para a segmentação e a desigualdade socioespacial. Nesse sentido, foram identificadas diferenças significativas entre os moradores da Ocupação São João e dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho. Enquanto os primeiros enfrentam desafios relacionados à informalidade e à falta de infraestrutura básica, os segundos lidam com problemas de qualidade construtiva e isolamento social em relação ao restante da cidade. Essa análise destaca a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e integradas, capazes de enfrentar as múltiplas dimensões da desigualdade socioespacial.

4.1 Práticas Espaciais Cotidianas sob a Lógica Fragmentária: Organização da análise e a narrativa dos moradores dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho e da Ocupação São João

A análise das práticas espaciais cotidianas sob a lógica fragmentária nos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho e na Ocupação São João, em Três Lagoas (MS), foi desenvolvida com base em entrevistas semiestruturadas com moradores, abrangendo quatro dimensões centrais: habitat, trabalho, mobilidade e consumo. Essas dimensões, que estruturam o cotidiano dos moradores, refletem e intensificam os desafios de integração urbana, contribuindo ou não para a segmentação socioespacial. Adotando uma abordagem qualitativa, a pesquisa priorizou as narrativas dos residentes, buscando compreender como a fragmentação socioespacial se materializa em seu cotidiano e como eles interpretam e se adaptam a essas dinâmicas.

A análise das entrevistas iniciou-se nos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho — projetos vinculados ao Programa Minha Casa Minha Vida — e, posteriormente, estendeu-se à Ocupação São João, área de habitação informal. Essa estratégia permitiu contrastar realidades distintas, evidenciando as diferenças entre os contextos formal e informal de moradia. As perguntas foram organizadas para explorar as experiências dos moradores em cada uma das quatro dimensões, seguindo uma sequência: habitat, mobilidade, consumo e trabalho.

Essa abordagem metodológica pode oferecer caminhos para identificar tanto as materialidades da fragmentação socioespacial, como infraestrutura, acesso a serviços e deslocamentos, quanto seus efeitos subjetivos, tais como possíveis percepções de

isolamento, estratégias de adaptação emergentes e desigualdades cotidianas experienciadas pelos moradores. A análise sugere, assim, uma perspectiva que busca articular condições objetivas e interpretações dos sujeitos, sem esgotar as múltiplas formas pelas quais a fragmentação pode se manifestar nesses espaços. O tópico a seguir discute cada dimensão (habitat, trabalho, mobilidade e consumo) em detalhes, integrando as narrativas produzidas.

4.1.1 Habitat

A análise das condições habitacionais nos espaços estudados revela uma lógica de precarização e exclusão, que reflete as desigualdades socioespaciais presentes no contexto de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul. Para compreender essa dinâmica, iniciamos o debate a partir das entrevistas realizadas nos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho, que evidenciam os desafios enfrentados pelos moradores em relação à moradia e à integração com o tecido urbano mais amplo (Figura 14).



Figura 14: Conjuntos Habitacionais Novo Oeste e Orestinho. **Fonte:** FRANQUELINO, A. R., 2024.

A maioria dos entrevistados descreve seus apartamentos como pequenos, mas suficientes para suas necessidades. Durante as entrevistas foi perguntado: como é o seu apartamento. Os moradores do Novo Oeste e Orestinho nos dão as seguintes respostas.

Daniel, 34 anos, morador do Orestinho possui o ensino médio completo, amasiado, sua renda é de R\$ 2.000, trabalha como Uber. Ele conta que:

Ah, é uma casa boa. Ela tem 2 quartos, cozinha, sala, banheiro e o hall ali do banheiro, não tem varanda, porque são 6 casas em cada bloco. São 12 casas 4 em cada térreo, 4 no primeiro, 4 no segundo e 4 no terceiro andar é movida por

escadas. Tudo com piso, aí se você quiser entrar dentro e mexer, você mexe igual quando eu entrei, o cara mexeu na parede e colocou blindex, dá para fazer uma casa boa, dá para colocar grades nas portas, dá para pintar do jeito que você quiser, dá para você colocar uma televisão grande. É uma casa legal para viver, uma família feliz, é uma casa legal, uma casa boa, dá para conviver, dá para morar. (Daniel, Conjunto Habitacional Orestinho, Três Lagoas, 2024).

Claudia, moradora do Novo Oeste tem 55 anos, possui o ensino médio completo e está separada. Dona de casa, ela vive com uma renda de apenas R\$ 700 por mês, toda contente nos conta que “Ah, é um apartamento lindo, com dois quartos, sala, cozinha e banheiro”. Daniel e Claudia são os que mais destacam a qualidade e a possibilidade de personalização das moradias. Daniel, em particular, enfatiza que a moradia permite melhorias, como a instalação de blindex e grades, o que demonstra um sentimento de apropriação e cuidado com o espaço. Claudia, por sua vez, expressa satisfação com o apartamento, descrevendo-o como “lindo”, o que sugere uma visão positiva em relação à moradia.

Josué, morador do Orestinho, 43 anos, possui o ensino médio completo e é casado. Até o dia da entrevista estava desempregado e vivia com uma renda mensal de R\$ 1.000. “Ah, eu acho que é pequeno”. Mara, 42 anos, moradora do Orestinho também concluiu o ensino médio e vive em união estável. Com uma renda de R\$ 2.824, ela dá mais detalhes de seu apartamento, “É um apartamento simples, com 2 quartos, sala, cozinha, banheiro. É pequeno, mas suficiente para minha família”. Josué e Mara têm uma visão mais pragmática. Josué resume sua experiência com a palavra “pequeno”, enquanto Mara reconhece que o apartamento é simples, mas suficiente para sua família. Essa percepção reflete a realidade de muitas famílias de baixa renda, que veem a moradia como um espaço funcional, mesmo que limitado.

Aparecida, tem 80 anos, é moradora do Orestinho tem o ensino fundamental incompleto e é viúva. Aposentada, ela recebe R\$ 1.400 por mês. Ela diz que:

É um apartamento pequenininho, mas suficiente para mim. Tem uma sala, dois quartos, cozinha e banheiro. Tem muito rachadura, infiltração, a encanção estraga as vezes, acaba a água também. Mas, tá tudo arrumadinho com minhas coisinhas. (Aparecida, Conjunto Habitacional Orestinho, Três Lagoas, 2024).

Na fala de Aparecida, destaca-se dois fatores, primeiro ela menciona rachaduras e infiltrações, esses problemas estruturais já discutidos na literatura sobre o PMCMV e já apontados no subcapítulo 3.3. E o segundo ponto, apesar desses problemas, ela demonstra gratidão por ter um espaço que considera suficiente para suas necessidades.

Outro entrevistado, César, 18 anos, ainda não concluiu o ensino fundamental e é solteiro mora no Orestinho. Ele trabalha em uma casa de ração, onde ganha R\$ 2.000 por mês. Apesar da pouca idade, já assume responsabilidades financeiras, ajudando no

sustento da família enquanto tenta conciliar o trabalho com os estudos. O rapaz nos diz que o apartamento “tem 2 quartos, sala, cozinha e um banheiro”. Deivid, 24 anos, morador do Novo Oeste cursou parte do ensino superior, mas não concluiu. Solteiro, ele trabalha como ajudante florestal, com uma renda mensal de R\$ 1.800. Ainda sobre como é o seu apartamento, ele nos conta que “tem 2 quartos, sala, cozinha e um banheiro. Ele é tamanho médio”.

Jhon, 29 anos, tem o ensino fundamental completo e é solteiro, morador do Novo Oeste. Atua como operador, ganhando R\$ 2.000 por mês. Ele descreve que o apartamento “Tem dois quartos, uma sala, uma cozinha, um banheiro e área de lavar roupa”. Nara, 20 anos, moradora do Novo Oeste concluiu o ensino médio e é solteira. Trabalhando como atendente, ela recebe R\$ 1.595 por mês. Ela nos conta que “É uma cozinha, 2 quartos, 1 banheiro, uma área e só”. Pedro, morador do Novo Oeste tem 22 anos, não terminou o ensino fundamental e vive em união estável. Como autônomo e ajudante, ele consegue uma renda mensal de R\$ 3.000. Ele fala que o seu apartamento tem “Dois quartos, sala, cozinha banheiro, lavanderia e uma área”.

César, Deivid, Jhon, Nara e Pedro descrevem suas moradias de forma objetiva, sem muitos detalhes, o que pode indicar que veem o espaço mais como um local de abrigo do que como um lar. No entanto, a menção de áreas como lavanderia e espaços externos sugere que esses elementos são valorizados para o cotidiano das famílias. A partir dessas descrições dos entrevistados, é possível observar que a maioria das residências é caracterizada por espaços pequenos, mas que atendem às necessidades básicas das famílias. A estrutura dos apartamentos inclui dois quartos, sala, cozinha e banheiro, com algumas variações, como áreas de lavanderia ou espaços externos.

Embora as moradias sejam pequenas, como apontam as falas dos entrevistados e, em alguns casos, apresentem problemas estruturais como apontou Aparecida “tem muito rachadura, infiltração, a encanação estraga as vezes, acaba a água também”, elas são vistas como uma conquista importante, especialmente no contexto do Programa Minha Casa Minha Vida. A possibilidade de ter um espaço próprio, mesmo que modesto, é valorizada como um passo significativo em direção à estabilidade e à independência financeira. Além disso, a capacidade de personalizar e melhorar sua residência, como mencionado por Daniel, “você quiser entrar dentro e mexer, você mexe igual quando eu entrei, o cara mexeu na parede e colocou blindex, dá para fazer uma casa boa, dá para colocar grades nas portas, dá para pintar”, isso demonstra um sentimento de pertencimento e orgulho em relação à moradia.

Quando questionados sobre o que significa ter conseguido a casa ou apartamento, os moradores do Orestinho e Novo Oeste compartilharam suas perspectivas, destacando a importância dessa conquista em suas vidas. Daniel por exemplo, morador do Orestinho, descreve que:

Ah, foi bom, porque o que eu pagava lá, mais de 1.500 reais por mês, ou o que tivesse que pagar de aluguel, entre 500 e 600 reais, fora água, luz, internet e comida. Aqui eu consigo, tipo, eliminar essas contas, porque aqui eu só pago a água e a luz. Mesmo que eu esteja pagando os atrasados do condomínio, é pelo menos algo que eu comprei para mim, para minha família, algo que ninguém toma mais da gente. (Daniel, Conjunto Habitacional Orestinho, Três Lagoas, 2024).

Josué resume sua experiência com a frase “a saída do aluguel”. Mara complementa “ter conseguido esse apartamento foi muito importante. Saí do aluguel e estou aos poucos pagando para ter casa própria.” Aparecida relata:

Ter conseguido essa casinha foi uma benção. Eu não tinha como comprar sozinha. Consegui realizar o sonho de ter meu cantinho com minhas coisas e não pagar mais aluguel. Nossa, eu e meu falecido esposo pagávamos aluguel em Castilho. Apesar de ser barato, era difícil para nós às vezes. Nossa sorte foi que meus filhos ajudavam. (Aparecida, Conjunto Habitacional Orestinho, Três Lagoas, 2024).

A narrativa dos moradores Daniel, Josué, Mara e Aparecida, tem um aspecto em comum, todos eles destacam a saída do aluguel como principal significado de ter conseguido o apartamento. Tanto Daniel quanto Mara enfatizam a redução de custos com a mudança para o apartamento, destacando que, apesar de ainda terem despesas como água e luz, a eliminação do aluguel trouxe alívio financeiro. Daniel expressa com particular ênfase o valor simbólico dessa conquista. Sua afirmação, “algo que ninguém toma mais da gente”, revela não apenas uma percepção de estabilidade econômica, mas também um profundo sentimento de autonomia e segurança jurídica. Essa fala reflete um sentimento de segurança jurídica e emocional, algo ausente na vida de locatários.

Outros entrevistados como César define como “uma conquista”. Deivid compartilha que “é uma realização, porque, como estou morando com a minha namorada, a gente conquistou a independência própria. A gente que faz as nossas compras, cuida da nossa vida e da nossa rotina.” Jhon expressa “bom, eu fico feliz pela minha mãe, né, porque pra ela foi uma conquista.” Nara conta que foi “uma conquista boa, uma independência.” Pedro relata que “essa casa era da minha mãe. Como ela faleceu, eu vim morar aqui. Foi uma conquista ter essa casa, mesmo com o ocorrido com minha mãe.” Claudia finaliza “ah, para mim foi uma conquista. Eu estou muito contente e satisfeita, porque era uma coisa que eu precisava para ficar ao lado da minha mãe. Ela mora aqui nos predinhos também, aí eu fico perto dela.”

Para muitos, a palavra “conquista” resume essa experiência, ou seja o sonho da casa própria. César, de 18 anos, já enxerga a casa como um primeiro passo na vida adulta, especialmente por assumir responsabilidades financeiras dentro do lar. Nara, de 20 anos, ecoa esse sentimento, mas com um olhar voltado para a liberdade, para ela, a conquista da moradia significa autonomia, a possibilidade de gerir sua própria vida longe da dependência familiar. Claudia, aos 55 anos, também define a casa como uma conquista, mas seu relato adiciona outra camada, a satisfação de estar próxima da mãe, que mora no mesmo conjunto habitacional. Se para os mais jovens a casa simboliza um novo começo, para Claudia ela representa a manutenção de vínculos essenciais.

Já Deivid, de 24 anos, vai além ao descrever sua moradia como uma “realização”. Morando com a namorada, ele destaca não apenas a independência financeira, mas a construção de um projeto a dois – onde o casal gerencia seu próprio espaço, suas compras e sua rotina. Aqui, a casa própria se torna um local para a vida em comum, onde a autonomia se exercita no dia a dia. Essa perspectiva é compartilhada por Nara, mas com uma diferença sutil: enquanto Deivid fala em nome do casal, ela enfatiza sua independência individual, mostrando como o mesmo símbolo pode adquirir contornos diferentes conforme o contexto de vida.

Nos depoimentos de Jhon e Pedro, a casa é como herança e memória. Jhon, de 29 anos, não fala por si mesmo, mas pela mãe. Sua felicidade está indiretamente ligada à conquista materna, sugerindo um reconhecimento do esforço dela em garantir um lar para a família. Pedro, por sua vez, herdou a casa após a morte da mãe. Sua fala – “foi uma conquista ter essa casa, mesmo com o ocorrido” – revela a dor da perda e, ao mesmo tempo, a gratidão por um legado que lhe garante estabilidade. Nesses casos, a moradia transcende o aspecto material, transformando-se em um espaço de continuidade afetiva.

Os depoimentos dos entrevistados mostram que a conquista da moradia própria vai além do aspecto financeiro. Ela representa estabilidade, independência, realização de sonhos e, em alguns casos, uma conexão emocional profunda com a família e o passado. Apesar das dificuldades e desafios, a casa própria é vista como um marco importante na vida dessas pessoas, simbolizando um novo começo e a possibilidade de construir um futuro mais seguro.

Prosseguindo na análise, outro aspecto investigado seguindo o roteiro de entrevista diz respeito às reformas realizadas nas residências. Alguns moradores, como Daniel, relataram ter reformado seus apartamentos. Em suas palavras:

Sim, ele colocou um blindex no banheiro e mexeu na cozinha. Trocou os azulejos da cozinha e fez algumas mudanças na parede da sala, colocando uma textura muito bonita. Também colocou gesso na parede de cima e nas laterais, além de passar um produto cremoso no teto. Eu esqueci o nome do produto, mas é uma textura que fica bem bonita. Ele mexeu bastante nessa parte.

César, “sim, pintura, piso foi trocado”. Já Nara, diz que reformou “sim, a área, o que agora tem grade e o telhado”. Alguns moradores, como Daniel, investiram em reformas que visavam embelezar e adaptar o espaço às suas preferências. Ele descreve com detalhes as mudanças realizadas pelo antigo morador, como a instalação de um blindex no banheiro, a troca de azulejos na cozinha e a aplicação de texturas e gesso nas paredes. Essas intervenções demonstram um desejo de transformar o apartamento em um lar mais acolhedor e personalizado, indo além do básico oferecido pelo projeto original. Da mesma forma, César menciona a troca do piso, e Nara comenta sobre a instalação de grades e a reforma do telhado na área externa, indicando que mesmo ajustes pontuais podem significar uma melhoria significativa na qualidade de vida.

Josué, nos conta que “só pintura, passamos uma tinta no apartamento”. Claudia, fala que “só foi pintado”. Josué e Claudia limitaram-se a pintar as paredes, uma intervenção simples, mas que ainda assim reflete uma tentativa de apropriação do espaço, tornando-o mais agradável e adaptado ao seu gosto. Esses casos mostram que, mesmo com recursos limitados, os moradores buscam maneiras de melhorar seus ambientes, ainda que de forma modesta.

Pedro descreve que:

Um monte de coisas, pintura, concreto, encanção tivemos que arrumar, pois a Sanesul não vem consertar nada, ligamos lá e nada deles virem aqui arrumar, então arrumei. Tivemos problemas como condomínio de cima que quase cedeu, quase caiu em cima de nós. As estruturas desses apartamentos foram construídas de qualquer jeito. (Pedro, Conjunto Habitacional Novo Oeste, Três Lagoas, 2024).

Enquanto alguns entrevistados focaram em melhorias estéticas, outros, como Pedro, tiveram que lidar com problemas mais graves, que exigiam reparos urgentes. Sua fala é a que mais chama atenção pela crítica contundente às condições do apartamento, ele menciona desde vazamentos e encanamentos mal instalados, que precisaram ser consertados por conta própria, dada a inércia da Sanesul (empresa responsável pelo serviço de água). Ele destaca até problemas estruturais sérios, como o risco de desabamento de parte do seu apartamento. Sua descrição, “as estruturas desses apartamentos foram construídas de qualquer jeito”, é um alerta sobre as deficiências na construção desses imóveis, que comprometem a segurança e o bem-estar dos moradores. Isso já foi apontado por outros entrevistados Marta, Claudia, Aparecida, Chico, Ana e Julia no subcapítulo 3.3, que descreveram problemas estruturais e de infraestrutura nessas

moradias populares, como falta de água, rachadura, infiltração. A persistência de problemas estruturais, como infiltrações e a crônica falta de água relatada pelos moradores, revela como a precariedade do habitat está diretamente relacionada à lógica fragmentária do espaço urbano. Esses conjuntos habitacionais, uma vez entregues, permanecem desconectados das redes de manutenção e suporte técnico que geralmente atendem áreas mais integradas da cidade. A ausência de respostas institucionais, somada à delegação da resolução de problemas aos próprios moradores, evidencia um padrão de abandono e gestão descentralizada da precariedade — característica típica da fragmentação socioespacial, que isola e vulnerabiliza determinadas esses espaços.

A precariedade construtiva e os desafios enfrentados pelos moradores dos conjuntos Novo Oeste e Orestinho, como rachaduras, infiltrações e falta de manutenção, refletem uma lógica fragmentária que os desconecta do tecido urbano formal, perpetuando desigualdades socioespaciais. Apesar disso, a apropriação do espaço por meio de reformas e personalizações demonstra a resiliência desses moradores. A Figura 15 sintetiza essa realidade, destacando tanto os problemas estruturais quanto o isolamento que caracteriza esses conjuntos habitacionais.



Figura 15: Representação esquemática (dimensão do habitat) das condições habitacionais nos conjuntos Novo Oeste e Orestinho, destacando os problemas estruturais (rachaduras, infiltrações, falta de água).

Elaboração: FRANQUELINO, A.R., 2025.

O relato anterior de Pedro corrobora com a fala de Aparecida (citada anteriormente no subcapítulo 3.3), que também mencionou rachaduras e infiltrações, indicando que essas não são questões isoladas, mas sim problemas recorrentes em conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida. A falta de manutenção por parte das autoridades responsáveis joga sobre os moradores o ônus de resolver essas falhas, muitas vezes com recursos próprios.

As falas desses entrevistados sugerem que muitos dos apartamentos podem ter sido construídos com materiais ou técnicas de baixa qualidade, tema abordado no subcapítulo 3.3 quando tratamos da qualidade construtiva dos conjuntos habitacionais, assim gerando a necessidade de reformas frequentes e, em alguns casos, emergenciais.

Por outro lado, outros moradores como Deivid, diz que “não” reformou. Jhon, conta que não teve reforma “nenhuma ainda”. Mara, conta que “ainda não reformei nada no apartamento”. Aparecida, comenta o mesmo “ainda não reformei nada, está do jeitinho que me mudei. Mas pretendo trocar o piso quando der”.

Mara, Deivid, ainda não realizaram nenhuma modificação. Isso pode indicar diferenças em termos de disponibilidade financeira, tempo ou até mesmo a urgência das reformas. Alguns entrevistados, como Aparecida, expressam a intenção de realizar reformas no futuro, indicando que, embora não tenham feito mudanças até o momento, há um planejamento para melhorias.

Essa análise revela um cenário complexo, onde a qualidade da moradia e a capacidade de investimento dos moradores são fatores determinantes para a realização (ou não) de reformas. Essa realidade acaba influenciando também a percepção sobre o próprio Programa Minha Casa Minha Vida, como mostra a opinião de Daniel. Ele defende o programa, argumentando que:

Ah, eu acho que é uma boa, porque pra quem precisa é bom, um bolsa família também, eu acho legal, tem muita pessoa que discorda, mas eu acho que é legal porque quem precisa e faz bom uso é maravilhoso, porque tem pessoas que passam fome, tem pessoas que moram na rua e se não fosse isso daqui é muita gente não ia ter onde morar. Claro, tem pessoas que fazem mal uso mesmo, vendem para outros, doam, trocam, mas tem pessoas que realmente precisam e isso daí é bom pra quem realmente precisa e usa, é muito bom. (Daniel, Conjunto Habitacional Orestinho, Três Lagoas, 2024).

Josué nos conta que “Ah, bom, pelo menos tira o povo do aluguel”. Mara “O programa Minha Casa Minha Vida foi muito importante para dar oportunidade de casa própria para muitas famílias como a minha”. Aparecida “Esse Programa Minha Casa Minha Vida foi uma grande oportunidade na minha vida. Se não fosse por ele, nunca teria

tido minha casinha própria”. César “Eu acho que foi muito bom para os pobres. Deram uma oportunidade para a gente ter uma casa”. Deivid conta que:

Acho um ótimo programa porque ele abrange a vida de muitas pessoas, é pobre, de baixa renda, em busca da sua casa própria, da sua financiado em si. Como hoje em dia, a economia mundial está muito elevada em inflações e impostos. É um programa que ajuda muito as pessoas a conquistarem sua casa própria, que hoje em dia está quase inviável. (Deivid, Conjunto Habitacional Novo Oeste, Três Lagoas, 2024).

Jhon relata “Eu acho importante para a população, pois assim que nós conseguimos ter uma casa”. Nara, reforça e diz que:

Eu acho que foi uma ação muito boa, porque, tipo, tem as pessoas por exemplo, sem-terra, que vivia em uma casinha de lona, que foi contemplada com o Programa Minha Casa Minha, eu acho que é muito importante, porque deu oportunidade para muitas pessoas que não tinham onde morar de ter um lar. (Nara, Conjunto Habitacional Novo Oeste, Três Lagoas, 2024).

Pedro “Eu acho muito bom, porque você consegue comprar e pagar”. Claudia “Eu acho muito bom porque assim que eu consegui comprar minha casa, foi através desse programa do governo”.

De maneira unânime, os entrevistados reconhecem no programa um mecanismo eficaz de alívio imediato das pressões financeiras, particularmente no que diz respeito à libertação do ônus do aluguel. Josué sintetiza essa ideia ao afirmar que o programa “pelo menos tira o povo do aluguel”, enquanto Daniel e Mara destacam o alívio financeiro proporcionado pela eliminação dessa despesa fixa. Esse aspecto material aparece como a primeira camada de valorização, especialmente relevante em um contexto econômico marcado por instabilidades, conforme observa Deivid ao mencionar as “inflações e impostos” elevados.

Contudo, as narrativas dos moradores vão além da dimensão puramente econômica, revelando um rico universo simbólico associado à conquista da casa própria. Aparecida se refere carinhosamente à sua “casinha própria”, enquanto Nara enfatiza a transformação de “pessoas que viviam em casinha de lona” em proprietárias de um verdadeiro “lar”. Essas expressões denotam uma transição existencial que ultrapassa a mera mudança de endereço, configurando-se como uma verdadeira alteração de status social e identitário.

A análise revela ainda diferentes matizes discursivas entre os entrevistados. Enquanto alguns adotam um tom pragmático, como Pedro “você consegue comprar e pagar” e Josué, outros desenvolvem reflexões mais elaboradas sobre o impacto social do programa. Daniel, por exemplo, reconhece tanto os benefícios “pra quem precisa é bom” quanto os possíveis desvios “tem pessoas que fazem mal uso”, demonstrando uma visão crítica e equilibrada. Deivid, por sua vez, contextualiza o programa dentro do cenário

econômico mais amplo, destacando seu papel como facilitador do acesso à moradia em um contexto adverso.

É particularmente significativo o modo como os entrevistados associam o programa a conceitos de dignidade e inclusão social. César menciona especificamente que o programa foi “muito bom para os pobres”, enquanto Nara contrasta explicitamente a situação anterior de precariedade “casinha de lona” com a conquista atual. Essa representação do programa como mecanismo de equalização social e promoção de justiça distributiva emerge como um tema recorrente nas falas analisadas.

As narrativas coletadas sugerem que, na percepção dos beneficiários, o Minha Casa Minha Vida opera em três perspectivas simultâneas: como solução concreta para um problema imediato (o custo da moradia), como ferramenta de mobilidade social (transformação do status de locatário em proprietário) e como símbolo de reconhecimento e dignidade (a casa como espaço de pertencimento). Essa multifuncionalidade do programa na experiência dos moradores ajuda a compreender a avaliação predominantemente positiva, mesmo diante das críticas que o modelo habitacional brasileiro tem recebido em âmbito acadêmico e político tema discutido no subcapítulo 2.2.

Para além dos indicadores quantitativos de produção habitacional, O PMCMV é visto como uma iniciativa crucial para a redução do *déficit* habitacional e que carrega um significado profundamente humano e transformador na vida dos beneficiários, configurando-se não apenas como uma política de habitação, mas como uma verdadeira política de reconhecimento e inclusão social. Essa questão subjetiva e simbólica da moradia merece especial atenção em avaliações futuras do programa, pois parece ser tão importante para os usuários quanto os aspectos materiais e financeiros tradicionalmente considerados.

A respeito da experiência na aquisição do apartamento, Daniel relata que “o cara anunciou na internet, eu estava com a moto no valor, aí eu ofereci pra ele, e ele me passou. Depois, fomos ao cartório, fechamos um negócio e lá e passamos o contrato. E foi bom porque eu estou aqui até hoje”. Deivid fala que não teve dificuldade “em si, não, porque é um apartamento alugado. Então foi feito através de contrato, mas é tipo assim, foi uma aquisição de boa e normal”. Nara explica que “foi, simplesmente bem vantajoso, porque a minha vizinha se mudou e aí eu estava interessada em sair da casa da minha mãe, aí ela me falou que estava alugando e me ofereceu aqui para morar”. Claudia “eu fiquei sabendo que o pessoal iria alugar aqui e então eu pedi para eles segurarem o apartamento. Logo

depois, perguntei se tinham interesse em vender e acabei comprando. Desde então, estou morando aqui”.

Esses relatos, demonstram transações informais, ilustradas pelos casos como o de Daniel, que adquiriu seu apartamento através de uma troca por sua moto anunciada na internet, e os casos de Claudia, Deivid e Nara que alugaram e negociaram diretamente com os moradores anteriores (proprietários). Essas práticas revelam um mercado paralelo de transferência de unidades habitacionais que, embora posteriormente regularizado em cartório, opera através de lógicas sociais e econômicas próprias das camadas populares.

Essa abordagem contrasta com os processos tradicionais de aquisição de imóveis, destacando a diversidade de caminhos possíveis para a obtenção de uma residência oriunda de programas habitacionais. Nesses casos Daniel que comprou a residência, e Claudia, Deivid e Nara que alugaram o apartamento, observa-se uma dinâmica que dialoga com estudos de Almeida e Milanni (2020), que discutem o fenômeno do abandono de moradias verticais, tema já abordado no subcapítulo 3.3.

Josué descreve que “não, dificuldade nenhuma só tive vantagem”. Mara nos conta que “o processo para conseguir o apartamento foi tranquilo, fiquei sabendo através de parentes e não tive grandes dificuldades, apenas a espera mesmo até ser sorteado”. Aparecida “foi um pouco complicado entender toda a burocracia no começo, mas felizmente meus filhos me ajudaram muito. Mas no final valeu muito a pena”. Jhon comenta a demora para conseguir o apartamento “minha mãe vem participando e se inscrevendo já tem muitos anos já, até ela conseguir. Eu acho que esse pessoal tem que estar analisando mais essas coisas, porque tem pessoas que estão esperando a mais de 5 anos para ter sua casa”.

As entrevistas acima descrevem que os moradores acessaram as unidades através dos mecanismos formais do programa, como sorteios e financiamentos. Enquanto alguns, como Josué e Mara, relatam processos tranquilos e sem maiores dificuldades, outros, como Jhon e Aparecida, destacam as barreiras burocráticas e os longos períodos de espera. Essa disparidade de experiências sugere que mesmo dentro dos canais oficiais existem diferenças significativas na capacidade dos beneficiários de navegar pelo sistema.

Pedro descreve que “no começo foi difícil, minha mãe faleceu e eu tive que vir pra cá, mas depois deu tudo certo”. César “ah, minha mãe ficou sabendo, fomos lá e ela foi sorteada”. as transferências por herança ou rearranjos familiares, como nos casos de César e Pedro. Estas situações evidenciam como as unidades do programa se inserem em

dinâmicas familiares mais amplas, transformando-se em patrimônio transgeracional e em solução para crises domiciliares.

Esta análise sugere que o programa, embora estruturado sobre mecanismos formais de distribuição, é apropriado e ressignificado pelos moradores através de práticas cotidianas que refletem suas necessidades imediatas e estratégias de sobrevivência. A tensão entre estas lógicas, a institucional e a cotidiana é de suma importância para compreender a produção do espaço urbano nas periferias.

Ao abordar a experiência de morar nos conjuntos habitacionais verticais, os relatos dos entrevistados destacam um problema recorrente, o estigma associado a esses locais. Daniel, por exemplo, descreve com frustração a percepção externa sobre o lugar onde vive:

Pior parte mesmo é que nem quem olha lá de fora, essa é a pior parte que por causa de uma pessoa, as pessoas lá de fora acham que todas as pessoas são dessa forma, ruim. Eu tenho meu trabalho, sou honesto, sou um cara de respeito. Aí as pessoas olham lá fora e você vai arrumar até para arrumar um emprego é difícil porque você fala, eu moro no predinho, aí já fica difícil. [...] eu tenho cliente mesmo nas corridas, que tem medo de vim nesse lugar, que acha que só tem bandido, drogado, alcoólatra e prostituta. É o que as pessoas falam daqui ... que aqui é um lugar ruim de se morar. [...] (Daniel, Conjunto Habitacional Orestinho, Três Lagoas, 2024).

Essa visão negativa é compartilhada por outros moradores. Mara menciona que “algumas pessoas de fora acham que é um bairro perigoso por ser um conjunto habitacional”, enquanto César relata, “falam mal, dizem que aqui é lugar de bandido, é favela”. Deivid reforça “é visto como extremamente violento, e a cidade tem uma imagem negativa do lugar”. Nara diz que “ah, falam muito mal daqui, dizem que o bairro é perigoso e que Deus me livre, mora aqui”. Pedro reforça e diz “acham que aqui é uma favela, já ouvi esse tipo de coisa”.

Embora não seja o foco principal desta pesquisa, as narrativas dos entrevistados remetem a uma questão crucial já abordada em outros estudos, sobre estigmas territoriais. Sem muito aprofundar apresentaremos de forma sucinta, dois trabalhos que tratam dessa questão. Bezerra (2021, p. 69) discute que as “representações negativas associadas aos conjuntos habitacionais, vistos como espaços perigosos e violentos. Os moradores carregam esses estigmas consigo [...]”.

Santos (2023) aprofunda a análise e descreve que ao:

[...] considerar a manifestação dos estigmas territoriais contra os conjuntos habitacionais verticais Novo oeste e Orestinho, como algo complexo, nascido de uma diversidade fatores, [...] o principal deles a concentração espacial da pobreza, que é entendido por nós como motriz para as outras adversidades. (Santos, 2023, p.51).

Essa discussão evidencia que o preconceito não surge aleatoriamente, mas está enraizado em dinâmicas estruturais, como a segregação socioespacial. Apesar disso, os moradores resistem a esses rótulos, buscando afirmar sua dignidade e pertencimento, como mostra Daniel, que defende seu caráter e trabalho, mesmo sob o peso do estigma.

Já no contexto da Ocupação São João, a discussão sobre habitat ganha contornos diferentes, refletindo a luta por moradia e a busca por um espaço digno. Quando questionada como foi o processo no início da ocupação, Maria, de 34 anos, possui ensino médio completo e vive em união estável. Com uma renda mensal de R\$ 2.500, ela participa de uma horta comunitária e cuida da sua irmã que é beneficiária do BCP (Benefício de Prestação Continuada)³⁸ previsto no LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social). Ela nos conta que:

Então, eu vim já tinham ocupado essa área aqui. Como eu estava passando por muita dificuldade, eu vi uma reportagem sobre a ocupação e já vim correndo, meu cunhado já estava aqui, daí ele falou assim, vem aqui para tentar pegar um terreno. Daí eu vim e consegui um, graças a Deus. (Maria, Ocupação São João, 05/02/2024).

Davi, de 56 anos, também não tem escolaridade formal e é solteiro. Ele trabalha como pedreiro e armador de ferragem, com uma renda mensal de R\$ 1.400 e não recebe auxílio governamental. Ele relata que “no início, eu estava morando de favor na casa de outras pessoas, depois que consegui arrumar a casa que estava morando pediram ela de volta, e daí eu consegui aqui este lugar para morar”.

Os problemas enfrentados no início da ocupação estão presentes, mas também destacam a resiliência e a organização comunitária que permitiram o estabelecimento e a expansão da Ocupação São João. Maria e Davi destacam a busca por um lugar para morar como o principal motivo para se juntar à ocupação. Maria menciona que estava passando por dificuldades e viu na ocupação uma oportunidade de conseguir um terreno. Davi, por sua vez, relata que perdeu o lugar onde morava de favor e encontrou na ocupação uma solução para sua situação de moradia. Ambos expressam gratidão por terem conseguido um espaço, o que reflete a importância da ocupação como alternativa para pessoas em situação de vulnerabilidade.

³⁸ O Benefício de Prestação Continuada – BPC, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, é a garantia de um salário-mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade. No caso da pessoa com deficiência, esta condição tem de ser capaz de lhe causar impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (com efeitos por pelo menos 2 anos), que a impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas. Sobre isso ver em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/beneficios-assistenciais/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc#:~:text=O%20Benef%C3%ADcio%20de%20Presta%C3%A7%C3%A3o%20Continuada,com%20defici%C3%A2ncia%20de%20qualquer%20idade.>

Lara, de 28 anos, tem ensino médio incompleto e é solteira. Atualmente desempregada, ela vive com uma renda de R\$ 1.000, recebe Bolsa Família, ela fala que “foi difícil, porque eu não aceitava. Além disso, ficamos um bom tempo sem energia, e eu estava grávida na época e isso dificultou ainda mais.” Lara fala sobre as dificuldades iniciais, especialmente a falta de energia elétrica e o fato de estar grávida na época. Sua fala revela os desafios logísticos e emocionais enfrentados pelos moradores, mas também a determinação em superar essas adversidades.

Luana de 46 anos, não possui escolaridade formal e vive em união estável. Com uma renda mensal de apenas R\$ 600, e recebe o Auxílio Brasil, revela que no início “foi complicado, porque não tinha água, luz, construímos o nosso barraco com a graça de Deus. Antes eu morei de aluguel e não tinha condições mais de pagar.” A situação de Luana expõe a face perversa da segregação socioespacial. Não se trata apenas da falta de um teto, mas da negação dos elementos fundamentais que transformam um abrigo em moradia digna. Somado a isso ela explicita as limitações das políticas sociais fragmentadas. O Auxílio Brasil, ainda que essencial para a subsistência, mostra-se claramente insuficiente para garantir o direito à moradia. Sua trajetória questiona: que tipo de cidade estamos construindo quando uma trabalhadora é empurrada para a construção precária como única alternativa?

Nessa perspectiva, Helena, de 45 anos, tem ensino médio incompleto e é casada. Ela trabalha em um restaurante e recebe R\$ 600 por mês, complementados pelo programa Bolsa Família. Helena nos conta que:

Ah, no início foi bem difícil. Éramos apenas cerca de três famílias, incluindo eu, minha filha que mora ao lado e a Marlene do Barracão. E também tínhamos a ajuda de um professor que ajudou muitas pessoas aqui, totalizando cerca de 34 famílias. Aí, nós nos organizamos. Tínhamos um barracão onde eu trabalhava como uma das cozinheiras, junto com outra menina que também ajudava. Conforme as pessoas iam montando suas barracas, nós preparávamos a comida para eles, incluindo almoço, janta e café da manhã. Recebíamos muitas doações para preparar essas refeições para as pessoas que estavam construindo as barracas. Assim, a ocupação foi se expandindo. (Helena, Ocupação São João, 05/02/2024).

Helena oferece um relato detalhado sobre a organização comunitária no início da ocupação. Ela descreve como um pequeno grupo de famílias, com a ajuda de um professor, conseguiu estruturar a ocupação, montando barracas e organizando a alimentação coletiva. A criação de um barracão para preparar refeições e a recepção de doações foram estratégias fundamentais para garantir a sobrevivência e a coesão do grupo. A fala de Helena evidencia a importância da solidariedade e do trabalho coletivo para o sucesso da ocupação. Apesar das dificuldades iniciais, a Ocupação São João se

tornou um espaço de resistência e organização comunitária. A busca por moradia, a superação de desafios logísticos e a criação de redes de apoio foram elementos-chave para o estabelecimento e a expansão da ocupação. Esses relatos destacam a importância de iniciativas comunitárias e da solidariedade em contextos de vulnerabilidade social.

A Figura 16 sintetiza as características do habitat na Ocupação São João, destacando a precariedade das moradias construídas pelos moradores, a ausência de infraestrutura básica e a organização comunitária que sustenta a comunidade. Essa representação visual reflete as narrativas dos moradores, como a autoconstrução com materiais reaproveitados descrita por Maria e a solidariedade exemplificada pelo barracão comunitário mencionado por Helena, evidenciando tanto os desafios quanto as estratégias de resistência diante da lógica fragmentária.

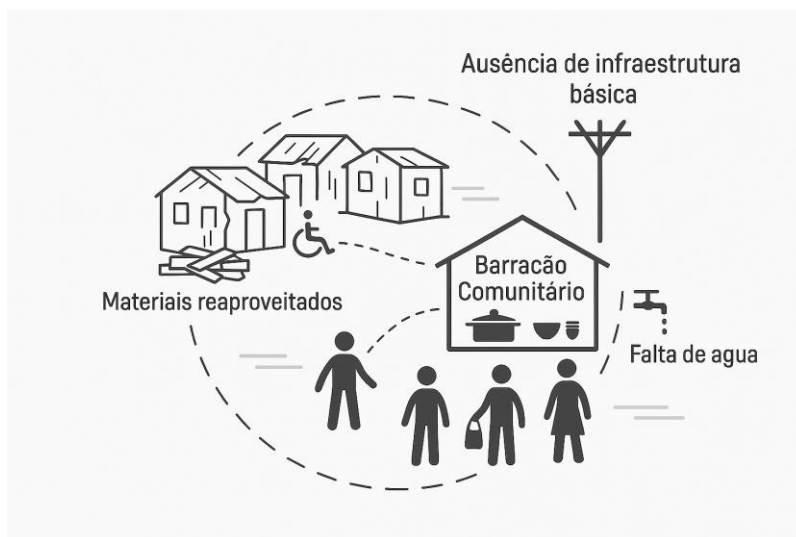


Figura 16: Representação do habitat na Ocupação São João: precariedade, construção das moradias e organização comunitária. **Elaboração:** FRANQUELINO, A.R., 2025.

Durante a entrevista foi perguntado quais as principais necessidades e pontos de reivindicações levantados pelos moradores, Maria uma das moradoras, relata que são “energia, água, alimentação, segurança; preocupação com pessoas de fora e uso de entorpecentes”. Maria destaca questões fundamentais como energia, água, alimentação e segurança, que são essenciais para a sobrevivência e o bem-estar da comunidade. Além disso, ela menciona a preocupação com pessoas de fora e o uso de entorpecentes, o que sugere problemas relacionados à segurança pública e à saúde mental na comunidade. Esses pontos indicam que, além das necessidades materiais, há também desafios sociais que precisam ser enfrentados.

Lara diz que é “um posto de saúde”. A necessidade apontada por Lara que reflete a carência de acesso a serviços básicos de saúde na comunidade. A falta de um posto de saúde pode agravar problemas de saúde preexistentes e dificultar o acesso a tratamentos e medicamentos, especialmente para famílias de baixa renda.

Luana comenta que as necessidades são “energia, água e poder construir; ajuda do governo para construção”. A fala de Luana reforça a importância de energia e água, que são serviços básicos essenciais para a vida cotidiana. Além disso, ela menciona a necessidade de ajuda do governo para construção, o que sugere que muitas famílias ainda vivem em condições precárias e precisam de apoio para melhorar suas moradias.

Davi descreve que “eu quero mexer na minha casa, fazer uma varanda, até o final do ano quero tudo pronto. Ou sai a casa lá ou ficar aqui mesmo. Se eles quiseram me mandar pra lá na Vila Piloto eu prefiro ficar aqui mesmo já estou acostumado aqui”. Davi expressa um desejo mais específico de reformar sua casa, incluindo a construção de uma varanda. Sua fala também revela um apego ao local onde vive, preferindo permanecer na comunidade mesmo que haja a possibilidade de ser realocado. Isso indica um sentimento de pertencimento e adaptação ao local, apesar das dificuldades.

Helena nos conta que é “água e a luz são nossos principais problemas, e o mais sério que enfrentamos aqui é a falta de água, que é muito frequente”. Helena destaca a falta de água como o problema mais sério enfrentado pela comunidade. A escassez frequente de água afeta diretamente a qualidade de vida dos moradores, dificultando atividades básicas como cozinhar, limpar e manter a higiene pessoal.

As principais necessidades apontadas pelos entrevistados estão relacionadas a serviços básicos, como energia, água e saúde, além de melhorias nas moradias. A falta desses serviços básicos impacta diretamente a qualidade de vida dos moradores, enquanto a ausência de um posto de saúde e a preocupação com segurança e drogas indicam desafios sociais que também precisam ser abordados. As reivindicações refletem um desejo coletivo por melhorias estruturais e apoio governamental para garantir condições dignas de vida.

Outra questão levantada foi como é realizada a organização da ocupação. Iniciamos com Maria, ela nos conta que a “coordenação dividida com responsabilidades específicas (doação, cadastro); estruturação para melhoria”. Já Helena relata que: “ah, a gente tenta unir as pessoas para fazer um movimento. Às vezes, é difícil, mas a maioria colabora. Às vezes, quando estamos sem recursos, precisamos juntar dois ou três para ajudar o pessoal da coordenação”. Maria e Helena enfatizam a importância da

coordenação e da divisão de responsabilidades. Maria menciona a existência de uma estrutura organizada, com tarefas específicas como doações e cadastros, o que sugere um nível de organização formal. Helena, por sua vez, fala sobre a necessidade de união e colaboração, especialmente em momentos de escassez de recursos. Ambas destacam a importância do trabalho coletivo para a manutenção e melhoria da ocupação.

Lara diz que “nós nos reunimos, discutimos os problemas e tentamos achar uma solução”. Lara ressalta a importância das reuniões e do diálogo para resolver problemas comuns. Sua fala indica que a comunicação e a participação ativa dos moradores são fundamentais para a tomada de decisões e a busca por soluções.

Luana, descreve que “quando eu vim para cá o lote já estava separado, tenho que limpar e cuidar do quintal”. Isso sugere uma divisão clara de tarefas e a importância da manutenção individual dos espaços.

Davi, relata que “aqui a pessoa tem que fazer por si próprio”. A fala de Davi, por sua vez, destoa das demais e enfatiza a autonomia dos moradores, indicando que cada um deve buscar resolver suas próprias necessidades. Esse discurso marcadamente individualista, reforça a autonomia pessoal como valor central. Além disso, a fala de Davi expõe a diversidade de percepções dentro de um mesmo espaço precarizado.

Essas falas refletem um equilíbrio entre a organização coletiva e a responsabilidade individual. A divisão de tarefas, as reuniões para discussão de problemas e a colaboração em momentos de dificuldade são elementos-chave para a manutenção e o desenvolvimento da comunidade. Apesar dos desafios, os moradores demonstram um forte senso de união e comprometimento com o bem-estar coletivo.

Nessa perspectiva sobre o coletivo, é importante destacar duas falas, a de Luana que diz “tem o professor, a coordenação, o advogado e o movimento de Luta Popular”. E a fala de Helena que relata:

...a gente tem a Grazi Soares, que é vereadora ela está conosco desde o início, tem o professor, a Marlene, eles sempre nos deram apoio aqui para a ocupação e tem o movimento de Luta Popular que nos ajuda também. É através de WhatsApp, mensagens que a gente comunica, dizendo que tal família está precisando de coisas e aí ela corre atrás e ajuda a gente. É a única também.

As falas de Luana e Helena revelam um modelo de resistência comunitária que articula ações coletivas internas (como divisão de tarefas e reuniões) com apoio externo de atores políticos e movimentos sociais como o Luta Popular, movimento esse que é de nível nacional, já mencionado no subcapítulo 3.2. Essa dinâmica demonstra que, em

contextos de precariedade habitacional, a sobrevivência e a organização dependem tanto da mobilização local quanto de redes de solidariedade institucionalizadas.

Os entrevistados da Ocupação São João explicam como foi o processo de mudança para a ocupação, Maria, explica que:

Foi um pouco difícil, porque eu não tinha material para construir meu barraco. Então todo o material que eu tenho foi pego do lixão, eu juntei todos os materiais que eu pude, daí eu vim e já fui construindo. Eu só construí um banheiro, que é de material, porque a minha irmãzinha é cadeirante e ela só fica de joelho, aí o banheiro teria que ser de azulejo, mas o resto é tudo de palete, foi complicado, por causa da água, energia foi um pouco difícil. (Maria, Ocupação São João, 05/02/2024).

Lara comenta que “foi muito difícil, principalmente por causa da falta de água e luz, além da dificuldade para conseguir emprego na época só meu ex-marido trabalhava e a renda era pouca”. A fala de Lara destaca a falta de água e luz como os principais desafios, além da dificuldade de conseguir emprego. Ela menciona que apenas seu ex-marido trabalhava, o que limitava a renda da família. Sua fala reflete a realidade de muitas famílias que dependem de uma única fonte de renda e enfrentam dificuldades para cobrir despesas básicas.

Os relatos de Luana e Davi resumem sua experiência com a frase “foi muito difícil”, o que sugere que os desafios enfrentados por eles foram semelhantes aos que a mudança para a ocupação foi um processo desafiador para todos. A necessidade de recorrer a materiais do lixão para a construção, como descrito por Maria, é uma manifestação direta da fragmentação socioespacial, pois ilustra a exclusão desses moradores do acesso formal a materiais e técnicas construtivas adequadas. Essa prática, embora demonstre resiliência, corrobora a tese da fragmentação ao revelar um modo de habitar imposto pela ausência do Estado e do mercado formal, confinando a comunidade a soluções precárias e isoladas.

Neste sentido, Helena complementa como foi para a ocupação “quem veio morar primeiro aqui foi minha filha, que pegou o terreno. Aí depois ela me chamou e eu vim. Como o aluguel era caro, a gente passou por uma época de desemprego, então eu entrei”. Ela menciona que o alto custo do aluguel e o desemprego foram os motivos que a levaram a se mudar para a ocupação. Sua fala mostra como a ocupação se tornou uma alternativa para famílias que não conseguiam arcar com os custos de moradia em outras áreas.

Durante o processo de mudança para a Ocupação São João, os moradores destacam a falta de recursos, a dificuldade de acesso a serviços básicos e a necessidade de improvisação para construir suas moradias. Essas dificuldades são emblemáticas das condições precárias enfrentadas por muitas famílias em ocupações urbanas, onde a

autoconstrução se torna uma estratégia essencial para garantir um teto, mesmo que provisório. De acordo com Bocato (2023):

As famílias receberam contribuições da comunidade local e de outras entidades sociais, como doações de roupas, materiais de construção, alimentos e outros recursos para fins de minimizar a carestia e a falta de estrutura das moradias ali instaladas. As doações também eram feitas de forma pontual, emergenciais, às famílias que chegavam na ocupação sem condições de construir o seu barraco e, por vezes, dividem custos e materiais para a autoconstrução e a estrutura mínima para morarem. (Bocato, p.158, 2023).

A história de Maria ilustra de forma vívida essas adversidades. Ela descreve as dificuldades de construir seu barraco com materiais reaproveitados, como paletes e azulejos retirados do lixão, evidenciando a precariedade das condições iniciais. No entanto, sua narrativa também ressalta a criatividade e a resiliência necessárias para superar essas limitações. Um exemplo marcante é a construção de um banheiro de material reciclável, pensado para atender às necessidades de sua irmã cadeirante. Esse cuidado especial, mesmo em meio a tantas dificuldades, demonstra a capacidade das famílias de adaptar-se e criar soluções que atendam às suas necessidades específicas, ainda que em um contexto de extrema carência.

Essa realidade vai ao encontro das discussões de Bocato (2023), que destaca a importância das redes de solidariedade e da colaboração entre os moradores para enfrentar as adversidades. Apesar das condições precárias, as famílias demonstram uma capacidade notável de organização, compartilhando recursos e conhecimentos para garantir a sobrevivência e a construção de um espaço habitável. No entanto, é importante ressaltar que essas soluções emergenciais não substituem a necessidade de políticas públicas efetivas que garantam o acesso à moradia digna, infraestrutura básica e serviços essenciais. A experiência dos moradores da Ocupação São João, evidencia a urgência de ações que enfrentem as desigualdades socioespaciais e promovam a inclusão de populações marginalizadas no tecido urbano.

Os relatos dos entrevistados mostram que o processo de mudança para a Ocupação São João foi marcado por desafios significativos, como a falta de materiais para construção, a ausência de serviços básicos (água e luz) e o difícil acesso a empregos. No entanto, também revelam a resiliência e a capacidade de adaptação dos moradores, que utilizaram soluções criativas e colaborativas para construir suas moradias e garantir a sobrevivência de suas famílias. A ocupação, apesar de suas limitações, representa uma alternativa para aqueles que não têm acesso a moradias formais ou recursos financeiros para pagar aluguéis elevados.

Essas condições habitacionais refletem a lógica fragmentária do espaço urbano, que se manifesta na divisão desigual e segregada do espaço. Áreas centrais e ricas concentram infraestrutura e serviços de qualidade, enquanto as periferias e ocupações informais são marcadas pela precariedade e pela falta de investimentos públicos. Essa fragmentação é resultado de um processo de urbanização excludente, que prioriza os interesses privados em detrimento do direito à moradia digna e à cidade para todos.

Os relatos dos entrevistados ilustram essa realidade, como o de Daniel (Orestinho), que descreve sobre o estigma, “as pessoas de fora acham que aqui é um lugar ruim... tenho cliente que tem medo de vir aqui.” Sua fala revela que o conjunto habitacional é visto como um “não-lugar” pela cidade, reforçando a segregação. Pedro (Novo Oeste), destaca o abandono do poder público, “a Sanesul não vem consertar nada... as estruturas foram construídas de qualquer jeito”. Nas falas de Luana e Helena (Ocupação São João), há uma crítica à precariedade que isola os moradores de condições dignas “construímos nosso barraco com a graça de Deus” (Luana) e “a gente tenta unir as pessoas, mas falta apoio” (Helena) mostram a autogestão como resposta à fragmentação.

Outras falas como a de Maria (Ocupação São João), afirma “peguei material no lixão para construir meu barraco”, a necessidade de improvisar evidencia a exclusão do acesso a recursos urbanos básicos. A importância de construir de um banheiro, pensando na acessibilidade para sua irmã cadeirante, como aponta Maria, “a minha irmãzinha é cadeirante e ela só fica de joelho, aí o banheiro teria que ser de azulejo”, mostra um cuidado especial com as necessidades familiares. Aparecida (Orestinho), “tem rachadura, infiltração... mas tá tudo arrumadinho com minhas coisinhas”, a conformação com a precariedade reflete a naturalização da desconexão.

Essa lógica fragmentária do espaço urbano está diretamente relacionada às limitações das políticas públicas habitacionais, que muitas vezes não atendem às demandas das populações mais vulneráveis. No caso da Ocupação São João, a ausência de políticas efetivas de habitação social e de infraestrutura básica obriga os moradores a recorrerem a soluções informais e improvisadas, como a construção de barracos com materiais reaproveitados. Essa realidade expõe a incapacidade do Estado em garantir o direito à moradia digna, previsto na Constituição Federal, e reforça a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e participativas, que considerem as necessidades das comunidades.

A organização comunitária na Ocupação São João surge como uma resposta à falta de apoio governamental, demonstrando a capacidade de resistência e autogestão dos

moradores. A solidariedade e a colaboração entre as famílias são fundamentais para a sobrevivência e a manutenção da ocupação, criando redes de apoio que substituem, em parte, a ausência do Estado. No entanto, essa autogestão também revela os limites das políticas públicas, que deveriam garantir não apenas a moradia, mas também o acesso a serviços básicos, como água, energia, saúde e segurança. A falta desses serviços básicos impacta diretamente a qualidade de vida dos moradores, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão social.

Nos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho, financiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), a lógica fragmentária do espaço urbano também se manifesta, embora de forma diferente. Apesar de serem projetos de habitação social, esses conjuntos frequentemente apresentam problemas estruturais, como infiltrações, rachaduras e falta de manutenção, evidenciando a ausência de suporte técnico adequado por parte das construtoras e do poder público. Mara, moradora de um desses conjuntos, relata que os apartamentos foram construídos de forma precária, com materiais de baixa qualidade e sem a devida atenção às necessidades dos moradores. Essa realidade reflete uma política habitacional que prioriza a quantidade de unidades construídas em detrimento da qualidade e da sustentabilidade das moradias.

Além disso, a localização desses conjuntos habitacionais em áreas periféricas, distantes dos centros urbanos e dos serviços essenciais, agrava a situação dos moradores. Os moradores enfrentam dificuldades de acesso a empregos, transporte público o que limita suas oportunidades de mobilidade social e perpetua a desigualdade. A falta de espaços de convivência e de infraestrutura comunitária também contribui para o isolamento social e a fragilização dos laços comunitários, dificultando a formação de redes de apoio e a organização coletiva.

O habitat, enquanto dimensão essencial da vida urbana, revela não apenas a precariedade material, mas também os limites impostos pelas políticas públicas e pela lógica de produção do espaço urbano. As condições habitacionais dos moradores da Ocupação São João e dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho ilustram a desconexão entre as promessas de inclusão habitacional e a realidade vivenciada, perpetuando desigualdades e dificultando a realização plena do direito à cidade.

O direito à cidade, conceito desenvolvido por Henri Lefebvre (2001), vai além do simples acesso à moradia. Ele engloba o direito de todos os cidadãos a serviços públicos de qualidade, espaços de convivência, participação política e uma vida digna. Para Lefebvre, a cidade é um espaço de possibilidades, onde as pessoas devem ter o poder

de decidir sobre sua organização e usufruir de seus benefícios. No entanto, a lógica capitalista de produção do espaço urbano tende a privilegiar o lucro em detrimento das necessidades humanas, gerando exclusão e desigualdade. O direito à cidade, portanto, é uma reivindicação por um espaço urbano mais justo e democrático, onde todos possam viver com dignidade e participar ativamente da construção da vida coletiva.

Aplicado aos casos de Novo Oeste, Orestinho e São João, o conceito de direito à cidade ilumina as práticas cotidianas como formas de resistência e apropriação. A organização comunitária na Ocupação São João, como descrito pelos entrevistados Helena e Lara por exemplo, reflete o espaço vivido, enquanto o acesso precário a serviços em Novo Oeste narrado pelo entrevistado Pedro morador do Novo Oeste, evidencia as limitações do espaço concebido. Essas dinâmicas revelam a cidade como um campo de tensões entre o planejamento excludente e as estratégias dos moradores para habitar, participar e transformar o espaço urbano, conforme preconiza Lefebvre (2000).

O habitat, nesse sentido, deve ser entendido como um conceito amplo, que inclui não apenas a moradia, mas também o entorno e as condições de vida das pessoas. Políticas públicas que visem à melhoria do habitat devem considerar todas essas dimensões, promovendo a integração socioespacial e garantindo o acesso universal a serviços e infraestrutura. A realização plena do direito à cidade depende da construção de um espaço urbano mais justo e inclusivo, onde todos possam viver com dignidade e participar ativamente da vida comunitária.

A lógica fragmentária do espaço urbano, portanto, não se limita à divisão física do espaço, mas também se reflete nas relações sociais e na qualidade de vida dessas populações (Sposito et al., 2023). Enquanto algumas áreas da cidade concentram investimentos e infraestrutura, as periferias e as ocupações informais são relegadas à marginalidade, com pouca ou nenhuma atenção do poder público. Essa desigualdade espacial é um reflexo das desigualdades sociais e econômicas mais amplas, que precisam ser enfrentadas por meio de políticas públicas integradas e inclusivas.

Portanto, os indícios de uma lógica fragmentária, no que diz respeito ao habitat se expressa na relação dos moradores com o espaço residencial, suas imediações e a cidade como um todo. As narrativas revelam que muitos habitantes percebem seu local de moradia como um “espaço” desconectado do tecido urbano mais amplo. Essa sensação de isolamento é reforçada pela infraestrutura urbana precária e pela distribuição desigual de equipamentos públicos, como áreas de lazer, escolas e postos de saúde. Embora esses

equipamentos existam, muitas vezes eles são insuficientes ou de difícil acesso, o que limita a integração dos moradores com o restante da cidade.

O espaço da casa, nesse contexto, assume uma dualidade: por um lado, torna-se um refúgio; por outro, pode ser percebido como uma clausura, evidenciando a fragmentação do cotidiano. Essa percepção de isolamento é agravada pela falta de conexão entre os conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho e a ocupação São João com o restante da cidade, o que dificulta a construção de um sentimento de pertencimento comunitário e a integração social.

Em suma, a análise da dimensão do habitat nos conjuntos habitacionais e na Ocupação São João revela indícios consistentes de uma lógica fragmentária. A precariedade construtiva e a falta de manutenção nos conjuntos (Novo Oeste/Orestinho), somadas à autoconstrução improvisada e à ausência de infraestrutura básica na Ocupação São João, convergem para demonstrar como esses espaços são produzidos e mantidos de forma desconectada dos padrões e serviços disponíveis em áreas mais centrais. O estigma territorial associado aos conjuntos e a luta constante por serviços essenciais na ocupação configuram, em conjunto, uma manifestação clara da fragmentação socioespacial, que se materializa na dificuldade de acesso a uma moradia digna e integrada à cidade, relegando esses moradores a condições de isolamento e vulnerabilidade.

Para superar essa lógica fragmentária, é necessário repensar as políticas habitacionais e urbanas, priorizando a qualidade das moradias, a integração socioespacial e o acesso universal a serviços básicos. A participação das comunidades no planejamento e na implementação dessas políticas é essencial para garantir que elas atendam às reais necessidades dos moradores. Além disso, é fundamental investir em infraestrutura e serviços nessas áreas periféricas, promovendo a inclusão social e a redução das desigualdades. A experiência da Ocupação São João, com sua organização comunitária e solidariedade, pode servir como inspiração para políticas públicas mais humanizadas e participativas, que reconheçam e valorizem a capacidade de resistência e autogestão das comunidades.

4.1.2 Mobilidade e Trabalho

A relação entre mobilidade e trabalho é um eixo de análise fundamental para compreender a fragmentação socioespacial nas cidades, especialmente em contextos de ocupações urbanas e dos conjuntos habitacionais, como é o caso da ocupação São João e

do Novo Oeste e Orestinho, objeto de estudo deste trabalho. Essa escolha se justifica pela centralidade do trabalho na organização da vida urbana e pelo impacto que as condições de mobilidade têm na qualidade de vida das pessoas.

A prática espacial, entendida como a forma como os indivíduos interagem, ocupam e se movimentam no espaço, é essencial para uma análise mais aprofundada da mobilidade. Ao incorporar essa perspectiva, é possível compreender não apenas os deslocamentos físicos, mas também as dinâmicas sociais e territoriais que moldam as trajetórias dos moradores. A prática espacial revela como as desigualdades socioeconômicas se materializam no espaço urbano, influenciando acessos, rotas e tempos de deslocamento.

Ao analisar como os moradores se deslocam para o trabalho, é possível identificar dificuldades de acesso a transportes adequados e a concentração de oportunidades de emprego em áreas distantes das periferias. Esses fatores contribuem diretamente para a fragmentação socioespacial, evidenciando como a organização espacial da cidade pode reforçar desigualdades. A prática espacial, nesse sentido, permite mapear como as barreiras físicas e simbólicas — como a falta de infraestrutura de transporte ou a segregação socioespacial — limitam as possibilidades de mobilidade e, conseqüentemente, de acesso a direitos e oportunidades. Como afirma Santos (2024, p. 80):

A mobilidade deve ser observada e refletida mediante os acessos possíveis que a sociedade cidadina pode realizar, compreendendo as necessidades que circundam esse “ir e vir”, com motivações e intenções diversas que devem ser levadas em conta quando se pretende ofertar meios de locomoção para atingir a necessidade da mobilidade cotidiana, por exemplo.

Portanto, a escolha desse eixo de análise se baseia na relevância dessas questões para compreender a dinâmica urbana e as condições de vida da população estudada. A incorporação da prática espacial como ferramenta analítica amplia a compreensão sobre como a mobilidade é condicionada pela estrutura urbana e, ao mesmo tempo, como ela pode ser um vetor de transformação ou perpetuação das desigualdades socioespaciais. Dessa forma, a prática espacial emerge como um elemento central para desvendar os mecanismos que conectam trabalho, mobilidade e fragmentação socioespacial.

Sobre como se locomovem na cidade, os entrevistados dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho utilizam diferentes meios de transporte, refletindo as diversas realidades e necessidades de mobilidade urbana. Por exemplo, Daniel afirma “ah, eu tenho meu carro, minha mulher tem a moto dela e é isso”. Deivid menciona “eu tenho uma moto no momento”. Nara afirma “de moto”. Claudia diz “de carro ou de

circular”. Daniel, Deivid, Nara e Claudia utilizam carros ou motos, o que sugere uma maior independência e flexibilidade em seus deslocamentos. No entanto, essa opção pode ser custosa em termos de manutenção e combustível. Claudia menciona o uso do “circular”, que é um tipo de transporte público. No entanto, a falta de citações frequentes sobre ônibus ou outros meios públicos sugere que o transporte coletivo não é a primeira opção para a maioria dos entrevistados, possivelmente devido a problemas como a falta de mais frequência.

Josué relata que se locomove “de bicicleta”. Mara diz “eu locomovo principalmente de bicicleta e carro na cidade, às vezes pego carona com vizinhos”. César também utiliza bicicleta como principal meio de transporte afirmando “de bicicleta”. Josué, Mara e César optam pela bicicleta, um meio de transporte sustentável e econômico. No entanto, a falta de infraestrutura adequada, como ciclovias seguras, pode limitar a eficácia e a segurança desse meio de locomoção.

Aparecida “meus filhos, eles que me levam pra todos os lugares de carro quando preciso”. Ela depende dos filhos para se locomover de carro, o que destaca a importância das redes de apoio familiar, especialmente para idosos ou pessoas com mobilidade reduzida. Essa dependência pode ser um desafio em situações em que a família não está disponível.

Jhon relata “bicicleta, Uber, ônibus”. Pedro comenta “depende, tem dias que vou a pé, de bicicleta as vezes de moto ou carro”. Jhon e Pedro combinam diferentes meios de transporte, como bicicleta, carro, moto, Uber e ônibus. Essa flexibilidade permite que se adaptem às diferentes necessidades do dia a dia, mas também reflete a falta de um sistema de transporte público eficiente e acessível.

Há uma diversidade de modais de transporte, que variam de acordo com as condições socioeconômicas, a infraestrutura urbana e as necessidades individuais. A mobilidade dos entrevistados reflete as complexidades e desafios da vida urbana. Enquanto alguns têm acesso a veículos próprios, que oferecem maior autonomia, outros dependem de meios alternativos, como bicicletas ou caronas, que podem ser limitados pela infraestrutura urbana ou pela disponibilidade de recursos. A falta de um sistema de transporte público eficiente e acessível é um ponto crítico, especialmente para aqueles que não podem arcar com os custos de veículos particulares.

Outra questão abordada sobre a dimensão da mobilidade é se houve mudanças em relação à frequência com que os entrevistados visitam os lugares que costumavam frequentar antes de se mudarem para suas atuais moradias. A mudança de endereço e as

condições de mobilidade urbana têm impactos variados sobre a frequência com que as pessoas visitam locais que faziam parte de sua rotina anterior.

Por exemplo, Daniel afirma “ah, nós sempre tivemos o carro e a moto e os lugares que nós íamos, continuamos indo. Não teve mudança nenhuma, não”. Pedro responde “não”. Claudia diz que “não houve”. Daniel, Josué, Pedro e Claudia não perceberam mudanças significativas em sua mobilidade após a mudança. Daniel, em particular, destaca que a posse de veículos próprios (carro e moto) permite que ele e sua família mantenham a rotina de deslocamento. Isso sugere que o acesso a meios de transporte particulares pode mitigar os impactos negativos da mudança de endereço

Josué responde de forma sucinta “não”. Mara comenta “desde que me mudei para cá, passei a ir com menos frequência aos locais que frequentava antes”. Aparecida diz “houve sim, tem lugares que não frequento mais por causa da distância e por que não tenho mais contato”. César relata “sim, tem lugares que não vou mais, por causa da distância”. Deivid afirma “sim, pela distância, a cidade é bem maior os lugares são bem mais longe”. Jhon conta que “sim, houve mudança por causa da distância”. Nara comenta que “houve sim, isso aconteceu por causa da flexibilidade eu não posso ir aos lugares que antes frequentava”. Mara, Aparecida, César, Deivid, Jhon e Nara relatam que passaram a frequentar menos alguns locais após a mudança. A distância é o fator mais citado como motivo para essa redução, indicando que a localização da nova moradia pode dificultar o acesso a pontos de interesse na cidade. Além disso, Aparecida menciona a perda de contatos sociais como um fator que contribui para a redução das visitas, o que sugere que a mobilidade não é apenas uma questão física, mas também social. Deivid destaca que a cidade é “bem maior” e que os lugares estão “mais longe”, o que reflete um desafio comum em cidades em expansão: a distância crescente entre os locais de moradia, trabalho, lazer e serviços. Essa expansão pode aumentar o tempo e o custo dos deslocamentos, especialmente para quem depende de transporte público ou de meios alternativos, como bicicletas. Nara menciona que a falta de flexibilidade em sua rotina atual a impede de visitar certos locais com a mesma frequência de antes. Isso pode estar relacionado a mudanças em sua vida pessoal ou profissional, como a necessidade de conciliar trabalho, estudos e outras responsabilidades.

No que se refere ao uso do transporte coletivo, há uma variedade de experiências e percepções dos moradores nos conjuntos habitacionais sobre o uso do transporte coletivo, destaca tanto os benefícios quanto os desafios associados a esse meio de locomoção. Deste modo, iniciamos com o relato de Daniel sobre uso do transporte

público, ele diz que “não, porque não tem necessidade, minha sogra usa muito, mas ela não tem carro. Temos veículo próprio, não tem necessidade”. Já Claudia fala que “é o que mais utilizo aqui, porque as vezes você não quer dirigir e depende do horário que você sai de carro você não encontra espaço para estacionar, por isso prefiro ir de ônibus”. Jhon reforça “utilizo o ônibus, às vezes. Por causa da distância e pelo preço ser mais barato”. Daniel e Claudia representam dois extremos. Enquanto Daniel não utiliza o transporte coletivo porque tem carro próprio, Claudia prefere o ônibus para evitar problemas como a falta de estacionamento e o trânsito intenso. Essa dualidade mostra que, mesmo entre aqueles que possuem veículos, o transporte público pode ser uma opção atraente em determinadas situações. As falas de Claudia e Jhon destacam aspectos positivos do transporte coletivo, como a economia e a praticidade em horários de pico. Para eles, o ônibus é uma solução viável para evitar problemas como trânsito e falta de estacionamento.

Josué responde “não, porque tenho bicicleta”. César fala que:

“não, porque dentro da cidade a gente anda mais de bicicleta é perto, ficar pegando ônibus é ruim tem que esperar e depois tem que voltar pra pegar o ônibus de novo. É mais fácil ir a pé ou de bicicleta daí você pode ir para qualquer outro lugar que você quer”.

Josué e César optam por meios de transporte alternativos, como a bicicleta, que oferecem mais autonomia e evitam a dependência do transporte coletivo. Essa escolha reflete uma preferência por soluções mais sustentáveis e flexíveis, especialmente em trajetos curtos.

Mara “não, não utilizo transporte coletivo porque é meio caro para mim e os horários não são muito bons”. Aparecida afirma “não preciso de ônibus, graças a Deus. O coletivo aqui é muito ruim os horários demoram muito”. Pedro relata “não, porque os horários são muito ruins, as vezes precisa ficar mais um tempo na rua, quando vai ver o ônibus já passou e vai demorar duas horas para passar de novo”. Mara, Aparecida e Pedro criticam o transporte coletivo por ser caro e ter horários inadequados. A falta de pontualidade e a baixa frequência dos ônibus são problemas recorrentes que desestimulam o uso desse meio de transporte, especialmente para quem precisa de deslocamentos rápidos e confiáveis.

Deivid afirma que “sim, quando falta para abastecer a gasolina da minha moto, daí utilizo o transporte público para ir alguns lugares”. Nara comenta “utilizei, quando eu trabalhava no shopping como é longe e a gasolina estava cara eu ia de ônibus”. Deivid e Nara utilizam o transporte coletivo apenas em situações específicas, como quando o

combustível está caro ou quando o veículo próprio não está disponível. Isso sugere que o transporte público é visto como uma alternativa secundária, e não como a principal opção de locomoção.

O uso do transporte coletivo é influenciado por fatores como a disponibilidade de veículos próprios, a qualidade do serviço (pontualidade e frequência), o custo e a conveniência. Enquanto alguns evitam o transporte público devido a suas limitações, outros o utilizam como uma opção prática e econômica em determinadas situações. Isso reforça a necessidade de melhorias no sistema de transporte coletivo, como a ampliação da frota, a otimização dos horários e a redução das tarifas, para torná-lo uma opção mais atraente e acessível para todos os cidadãos.

Os horários do transporte coletivo que atendem os moradores dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho são apresentados na Figura 17. A frequência e disponibilidade de transporte apresentam limitações significativas que impactam a mobilidade dos moradores dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho. Nos dias úteis, as partidas começam às 05h40, com intervalos de aproximadamente 1h10 até o meio-dia. No período da tarde, há uma nova rodada de viagens até as 14h20, seguida de um longo intervalo até o horário noturno, quando a última viagem ocorre às 23h10. Aos sábados, a frequência é reduzida, com horários semelhantes ao período da manhã dos dias úteis, mas encerrando as operações mais cedo, às 14h00. Aos domingos, não há registro de horários disponíveis, indicando a ausência total de transporte público nesse dia. Essa lacuna evidencia uma das formas mais explícitas da fragmentação socioespacial vivida pelos moradores, pois restringe o direito à cidade ao dificultar o acesso ao trabalho, ao lazer e a outros serviços nos fins de semana. A ausência de transporte coletivo nesse período reforça o isolamento e aprofunda as desigualdades na mobilidade urbana, colocando em evidência o descompasso entre a política pública de transporte e as reais necessidades da população residente em áreas periféricas.

Linha Nº 006 Jardim Bela Vista

Segunda/Sexta-feira		Sábado		Domingo	
Bairro	Centro	Bairro	Centro	Bairro	Centro
05:40	06:30	05:40	06:30		
06:50	07:40	06:50	07:40		
08:00	Recolhe	07:50	Recolhe		
	11:00		11:00		
11:20	12:00	11:20	12:30		
12:20	13:00	12:50	14:00		
13:20	14:20	Recolhe			
15:00	Recolhe				
	16:20				
17:00	17:40				
18:00	Recolhe				
	23:10				

ITINERÁRIO:

Ida: Logradouros: Av. Rosário Congro, Av. Filinto Muller, Rua Aparício da Silva Camargo, Rua Angelina Tebet, Rua Quixeramobim, Condomínio Novo Oeste, Condomínio Orestinho 2.

Volta: Logradouros: Rua Quixeramobim, Av. Milton Damasceno, Rua Dom Aquino, Rua Bernardino Mendes, Rua Goiás, Rua Urias Ribeiro, Rua Rio Paraná, Rua Ribeirão Beltrão, Av. Perimetral Oeste, Rua Egydio Thomé, Rua Crispim Coimbra, Rua Dr. Monir Thomé Av. Antônio Trajano, Av. Rosário Congro

Figura 17: Programação dos ônibus que circulam nos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho.
Fonte: Prefeitura Municipal, 2024.

Essas restrições impactam diretamente a mobilidade dos moradores. No que se refere ao trabalho e estudo, a primeira viagem da manhã pode atender aqueles que começam a trabalhar cedo, mas a falta de ônibus no período noturno antes das 23h10 representa um problema para quem trabalha em turnos intermediários ou noturnos, dificultando o retorno para casa. O acesso a serviços e ao comércio também é comprometido, pois a redução da frequência no período da tarde e a inexistência de transporte aos domingos limitam a possibilidade de deslocamento para compras, consultas médicas e demais atividades essenciais. Além disso, a ausência de transporte aos domingos reforça a fragmentação socioespacial, restringindo as oportunidades de lazer, visitas a familiares e participação em eventos culturais em outras regiões da cidade.

Dessa forma, os horários reduzidos e a inexistência de transporte aos domingos revelam uma estrutura urbana que dificulta o deslocamento dos moradores do Novo Oeste e Orestinho ao centro da cidade, evidenciando um sistema de transporte público deficitário. Essa limitação contribui para a ampliação das desigualdades no acesso a

oportunidades de trabalho, estudo e serviços, tornando ainda mais desafiadora a integração desses moradores à dinâmica urbana.

Os principais problemas enfrentados pelos entrevistados e suas famílias para se locomover pela cidade, bem como as mudanças que gostariam de ver, revelam uma série de desafios relacionados à mobilidade urbana, com ênfase na qualidade do transporte público e na infraestrutura viária.

A narrativa de Daniel descreve que tem:

Muito buraco tinha que asfaltar os buracos, como eu que trabalho na rua, tinha que fechar os buracos e fazer asfalto nos lugares onde não tem. E quando chove, isso daqui ninguém anda. Quando chove é perto do UPA, lá no bairro São João, a água chega no joelho, o carro não passa ali, quem conhece a cidade sabe. É muito perigoso, tem ônibus que vira num bairro ali do Vila Verde para aqueles lado ali.

Daniel destaca os buracos nas ruas e os alagamentos como problemas graves que dificultam a locomoção, especialmente em dias de chuva. Esses problemas não apenas tornam o trânsito mais lento e perigoso, mas também limitam o acesso a áreas importantes da cidade, como a UPA no bairro São João. A falta de manutenção das vias é um obstáculo tanto para motoristas quanto para pedestres e ciclistas. A maioria dos entrevistados que menciona o transporte público crítica a baixa frequência, a impontualidade e a falta de flexibilidade dos ônibus.

Josué não especifica problemas concretos, mas menciona que “o ônibus coletivo ninguém gosta de andar”. Aparecida relata “olha eu não tenho nenhum problema em locomover, mas o pessoal sempre reclama do ônibus dos horários, acho que isso deveria ser melhorado”. Josué e Aparecida expressam uma insatisfação generalizada com o transporte público, embora não detalhem os motivos. Essa percepção negativa pode estar relacionada a experiências anteriores ou ao relato de outras pessoas, reforçando a ideia de que o transporte coletivo não atende às expectativas dos moradores.

Mara aponta “os principais problemas são a falta de transporte público adequado para cá e a distância para os locais que preciso ir. Melhoraria o transporte público”. Deivid menciona “a questão é que nos possuímos só uma moto. Eu gostaria que tivesse mais transporte público com horários mais flexíveis”. Pedro reclama da falta de precisão nos horários dos ônibus, “precisamos de um automóvel. Eu gostaria que os coletivos fossem mais precisos nos horários e acaba nos atrasando”. Mara e Deivid também destacam a falta de opções de transporte coletivo adequadas para suas necessidades, sugerindo que a expansão e a melhoria do sistema de ônibus seriam soluções importantes. Pedro e Deivid mencionam que a falta de um transporte público eficiente os obriga a depender de

veículos próprios, como carros e motos. No entanto, essa dependência pode ser custosa e limitante, especialmente para famílias que não têm condições de manter mais de um veículo.

César faz uma crítica e diz que “ah, não é toda hora que tem transporte coletivo demora entre 2 a 3 horas para o ônibus passar isso é um problema, deveria mudar isso, que tivesse um ônibus coletivo melhor”. Jhon comenta “ter melhores condições e mais horário do transporte público”. César e Jhon por exemplo, reclamam do horário César é mais específico e diz que os ônibus demoram entre 2 a 3 horas para passar, o que torna o sistema pouco confiável e desestimula seu uso.

Nara, não relata problemas específicos com a locomoção dizendo que “nenhum”. Claudia fala que não vê “nenhum problema”. Nara e Claudia afirmam não enfrentar problemas com a locomoção. No entanto, é importante considerar que essa percepção pode estar relacionada ao uso de veículos próprios ou a rotinas que não dependem do transporte público.

Seguindo essa perspectiva de mobilidade, agora na Ocupação São João, foi perguntado aos moradores: Como você se locomove na cidade? Eles nos responderam assim: Maria diz que se locomove “de bicicleta elétrica”. Lara fala que vai ao centro “de bicicleta”. Davi também utiliza a “bicicleta” para se locomover. Maria, Lara e Davi utilizam bicicletas (elétricas ou convencionais) como principal meio de transporte. Essa escolha reflete uma preferência por soluções sustentáveis e econômicas, que oferecem autonomia e evitam a dependência de veículos motorizados ou transporte público. No entanto, a eficácia desse meio de transporte depende da infraestrutura urbana, como a existência de ciclovias seguras e bem sinalizadas.

Helena conta que vai trabalhar “Eu vou trabalhar com a minha amiga de carona e tenho o meu carrinho velho.” A fala de Helena demonstra uma estratégia híbrida para se locomover. As caronas são uma forma de reduzir custos e fortalecer laços comunitários, enquanto o carro próprio oferece flexibilidade e independência, mesmo que seja um veículo mais antigo. Luana menciona que costuma ir “com o marido de moto”. Luana e seu marido optam pela moto, um veículo motorizado que oferece agilidade e praticidade, especialmente em áreas com transporte público deficiente. A moto é uma opção comum em contextos em que a distância e a falta de infraestrutura tornam outros meios de transporte menos viáveis.

As falas dos moradores da Ocupação São João revelam uma diversidade de mobilidade, que variam de acordo com as condições financeiras, a disponibilidade de

recursos e as necessidades individuais. Isso reflete a capacidade de adaptação dos moradores da Ocupação São João às limitações impostas pela falta de infraestrutura e serviços de transporte adequados. A falta de transporte público eficiente e acessível no bairro São João pode ser um obstáculo para muitos moradores, especialmente aqueles que não têm acesso a veículos próprios ou que precisam percorrer longas distâncias. Além disso, a ausência de infraestrutura adequada para meios de transporte ativos, pode limitar a segurança e a eficácia do uso de bicicletas. Isso mostra que a mobilidade na Ocupação São João é marcada por soluções criativas e adaptativas, que variam de acordo com as condições e necessidades de cada morador.

É importante destacar que o transporte coletivo (ônibus) não estava funcionando durante a pandemia de COVID-19, devido às diretrizes apresentadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como o distanciamento e o isolamento social³⁹. Tais medidas foram adotados pelos municípios do Brasil. A prefeitura municipal de Três Lagoas por meio do Decreto Municipal nº 054, de 19 de março de 2020⁴⁰ declarou estado de emergência por tempo indeterminado, o que também incluiu a suspensão do transporte coletivo. Dessa forma, os moradores do bairro que precisavam se deslocar até o centro da cidade tiveram que recorrer a veículos próprios ou optar por caminhar, o que poderia levar cerca de 47 minutos (medido pelo Google Maps). Uma alternativa, disponível para poucos, era utilizar aplicativos de transporte, a um custo de R\$13 a R\$15 somente para a ida ao centro⁴¹.

Embora o bairro São João seja um espaço periférico, é importante reconhecer que a realidade dessa área é multifacetada. Como observado por Negri (2008) morar em um bairro periférico de baixa renda não apenas expõe os residentes à segregação socioespacial, mas também os coloca em situações de desigualdade social, econômica, educacional, de renda e cultural. Isso significa que muitos moradores enfrentam não apenas barreiras físicas, mas também limitações significativas em oportunidades de crescimento social e econômico, muitas vezes resultando na reprodução das condições desfavoráveis para o capital.

³⁹ Ver mais em: <<https://www.paho.org/pt/news/30-1-2020-who-declares-public-health-emergency-novel-coronavirus>> Acesso em 20 de junho de 2023.

⁴⁰ Sobre o decreto ver: <<https://www.treslagoas.ms.gov.br/wp-content/uploads/Dec.-154-20-Calamidade-pu%CC%81blica-.pdf>> Acesso em 20 de junho de 2023.

⁴¹ Em Três Lagoas, atuam os seguintes aplicativos: Uber, Xcar e Udikar. Os valores da corrida foram retirados do próprio aplicativo em 2022.

Avançando no debate, quando questionados sobre se houve mudanças em relação a frequência ou a opção pelos lugares que anteriormente frequentava. Maria fala que “não, nos outros bairros eu não ia para nenhum lugar, hoje eu trabalho num projeto social da horta”. Lara diz que “não muito”. Davi afirma “não”. As falas dos entrevistados revelam que a mudança para a Ocupação São João teve impactos variados sobre a frequência com que os moradores visitam lugares que faziam parte de sua rotina anterior. Maria, Lara e Davi não perceberam mudanças significativas em seus hábitos de locomoção ou na frequência com que visitam lugares. Maria, em particular, destaca que sua rotina mudou positivamente, pois agora está envolvida em um projeto social da horta, o que sugere que a ocupação trouxe novas oportunidades de engajamento comunitário.

Luana comenta que “não, só a igreja que eu frequentava no bairro Vila Verde daí mudei de igreja quando vim para a ocupação”. Ao mencionar que a única mudança foi em relação à igreja que frequenta, adaptando-se a uma nova comunidade religiosa após a mudança. Isso mostra que, embora alguns aspectos da vida social tenham mudado, ela conseguiu se integrar a novas redes de apoio e convívio.

Helena relata que “sim, lugares que eu ia não vou mais”. Ela é a única que fala sobre a redução na frequência com que visita certos lugares após a mudança. Isso pode estar relacionado à distância ou à falta de transporte adequado, que dificulta o acesso a locais que antes faziam parte de sua rotina.

A mudança para a Ocupação São João teve impactos distintos sobre a mobilidade e os hábitos de deslocamento dos moradores. Enquanto alguns mantiveram suas rotinas praticamente inalteradas, outros tiveram que se adaptar a novas realidades, como a mudança de igreja ou a redução na frequência de visitas a certos locais.

Além disso, quando questionados sobre se utiliza transporte coletivo, as respostas foram diversas, mas marcadas por um padrão comum de insatisfação e frustração. Maria por exemplo reclama do transporte público e diz:

Não, ah, é muito complicado, o horário tem poucos horários e, tipo, se você vai para o centro, você tem que voltar só 6 horas da tarde, você tem de sair uma hora da tarde e daí você vai e só voltar só as 6 horas, então não tem todo horário, o coletivo. Então se você vai de manhã, você tem que ter certeza de que você vai voltar 1 hora para sua casa. Então não tem aquele transporte que é a cada 1 hora para você ir e voltar. É difícil, então é melhor ir de bicicleta é até gostoso. (Maria, Ocupação São João, 05/02/2024).

A fala de Maria revela mais do que uma queixa cotidiana: evidencia uma experiência de exclusão estrutural. O transporte coletivo, que deveria garantir mobilidade e acesso à cidade, se apresenta como uma barreira. A escassez de horários obriga os moradores a reorganizarem rigidamente suas rotinas, restringindo sua circulação e seu

acesso a bens e serviços urbanos. Essa limitação do tempo cotidiano, é uma das formas mais perversas da desigualdade urbana: o tempo dos mais pobres é subordinado à precariedade das políticas públicas.

Outras falas corroboram essa percepção. Lara afirma que “não, porque é muito bagunçado, às vezes você quer ir ao mercado próximo e ele para o outro lado da rua então é mais fácil ir de bicicleta. Luana “não, eu vou a pé”. Maria e Helena criticam a falta de horários regulares e a inflexibilidade do transporte coletivo, que limita a capacidade dos moradores de se deslocar com liberdade. Maria, em particular, menciona que os ônibus não operam em intervalos curtos, o que obriga os usuários a planejarem seus deslocamentos com muita antecedência e a passar longos períodos fora de casa. Lara e Helena destacam a desorganização do sistema de transporte público, com rotas e paradas que nem sempre atendem às necessidades dos moradores. Lara menciona que, para ir ao mercado próximo, o ônibus para o outro lado da rua, o que torna a bicicleta uma opção mais prática. Maria, Lara e Luana optam por meios de transporte alternativos, como bicicletas e caminhadas, que oferecem mais autonomia e evitam a dependência do transporte coletivo. Essas escolhas refletem uma preferência por soluções mais sustentáveis e adaptáveis às necessidades do dia a dia. Os depoimentos apontam para um transporte coletivo desorganizado, com rotas que não atendem às demandas concretas dos moradores e horários que dificultam o uso regular. Para além da crítica direta à má gestão, essas falas revelam um padrão: o transporte coletivo não apenas falha, ele desconsidera as periferias como parte legítima da malha urbana.

Davi vai além e diz “não, aqui não tem”. Ele afirma que simplesmente não há transporte coletivo disponível no local onde mora, o que o obriga a depender de outros meios de locomoção como a bicicleta apontado anteriormente pelo entrevistado. Essa falta de opções é um obstáculo significativo para a mobilidade, especialmente em áreas periféricas ou de difícil acesso.

Em resposta a essa ausência, os moradores constroem estratégias alternativas de deslocamento, recorrendo à bicicleta e à caminhada. Embora essas práticas possam, à primeira vista, parecer escolhas sustentáveis ou saudáveis, elas são, na realidade, respostas precárias a uma omissão do Estado. A substituição do transporte público por meios individuais transfere para o morador a responsabilidade pela própria mobilidade, desonerando o poder público. Além disso, a infraestrutura urbana não oferece suporte adequado para essas alternativas: faltam ciclovias, calçadas seguras e iluminação pública, o que compromete a segurança e a eficácia dessas escolhas. Assim, o transporte coletivo

na Ocupação São João é percebido como pouco confiável, desorganizado e, em alguns casos, inexistente. Tal cenário expressa e reforça a fragmentação socioespacial, ao limitar a circulação dos moradores e dificultar seu acesso à cidade, o sistema de mobilidade atua como mecanismo de segregação e confinamento dessas pessoas. Os moradores adaptam-se como podem, mas suas soluções são marcadas pela improvisação, pela resistência cotidiana e, muitas vezes, pela renúncia ao próprio direito de ir e vir. Garantir uma mobilidade urbana exige não apenas ônibus mais frequentes e acessíveis, mas o reconhecimento das periferias como partes legítimas da cidade, merecedoras de políticas públicas que respeitem sua centralidade social e humana. A insatisfação leva muitos moradores a optarem por meios de transporte alternativos, como bicicletas e caminhadas, que oferecem mais flexibilidade e independência. No entanto, a falta de infraestrutura adequada para esses meios de transporte, como ciclovias seguras e calçadas bem conservadas, pode limitar sua eficácia e segurança. É essencial investir na expansão e modernização do sistema de transporte público, com ônibus mais frequentes, pontuais e acessíveis. Assim, será possível garantir uma mobilidade urbana que atenda a todos os cidadãos, independentemente de sua localização ou condição socioeconômica.

Sobre os principais problemas enfrentados pelos entrevistados e sua família para se locomover pela cidade. As falas dos moradores apontam uma variedade de experiências em relação à mobilidade urbana, alguns tem enfrentado desafios significativos e outros não apontam nenhum problema. Por exemplo, Lara conta que “na verdade, não enfrentamos muitos problemas”. Davi comenta que “nenhum”. Helena diz que “não tenho problema não”. Lara, Davi e Helena não relatam dificuldades significativas em relação à mobilidade. Lara menciona que não enfrenta muitos problemas, enquanto Davi e Helena afirmam categoricamente que não têm problemas. Essa percepção pode estar relacionada ao uso de meios de transporte alternativos, como bicicletas ou carros próprios, ou à proximidade dos locais que frequentam.

Luana relata “nenhuma, mas acho que o transporte coletivo”. Ela não menciona problemas pessoais, mas reconhece que o transporte coletivo pode ser um desafio para outras pessoas. Essa fala sugere uma consciência sobre as limitações do sistema de transporte público, mesmo que ela mesma não seja diretamente afetada. Essa análise reforça a necessidade de políticas públicas que melhorem o sistema de transporte coletivo, garantindo maior frequência e pontualidade, ao mesmo tempo em que promovem meios de transporte alternativos, como bicicletas e caronas compartilhadas.

Maria relata que é o “transporte público. Se tivesse mais vezes de ir e voltar seria mais fácil para a gente.” Maria é a única que menciona explicitamente o transporte público como um problema, destacando a baixa frequência dos ônibus como um obstáculo para sua mobilidade. Essa crítica reflete uma insatisfação comum em áreas onde o sistema de transporte coletivo é deficiente, limitando a capacidade dos moradores de se deslocar com liberdade e praticidade.

No que se refere ao trabalho voltado para a perspectiva da mobilidade, voltamos para as entrevistas realizadas com os moradores dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho. Quando questionados sobre como se locomovem para o trabalho e se consideram perto ou longe, os entrevistados dão as respostas mais variadas.

Começamos com Daniel, ele comenta “então, no meu caso, eu trabalho com carro, eu pego o carro ali e vou para a rua. É perto para mim é rápido”. Nara “de moto ou de bicicleta. Acho perto”. Daniel e Nara utilizam carros e motos, respectivamente, para se deslocar até o trabalho. Esses meios de transporte oferecem praticidade e agilidade, especialmente para trajetos curtos. No entanto, o uso de veículos próprios pode ser custoso em termos de manutenção e combustível.

Mara relata “de bicicleta e as vezes de carro. Longe”. César “de bicicleta. Perto”. Mara e César optam pela bicicleta, um meio de transporte sustentável e econômico. César considera o trajeto próximo, o que torna a bicicleta uma opção viável. Já Mara, apesar de usar a bicicleta, considera o trajeto longo, o que pode exigir mais esforço físico e tempo.

Deivid “pelo transporte da empresa. Perto”. Pedro “a empresa busca em casa. Longe”. Deivid e Pedro contam com serviços de transporte oferecidos por suas empresas. Essa solução elimina a necessidade de depender do transporte público ou de veículos próprios, mas Pedro ainda considera o trajeto longo, o que pode indicar que o local de trabalho está distante de sua residência.

Jhon depende “do ônibus” para se deslocar até o trabalho, mas considera o trajeto “muito longo”. Essa fala reflete uma insatisfação comum com o transporte público, especialmente quando os trajetos são extensos e demorados

Os outros entrevistados como Josué, Aparecida e Claudia não enfrentam desafios de mobilidade relacionados ao trabalho, pois “não trabalham”. No entanto, a falta de emprego é, por si só, um problema socioeconômico que impacta a qualidade de vida desses moradores.

A partir dos relatos dos entrevistados é possível notar uma diversidade de práticas e percepções em relação à mobilidade para o trabalho, destacando tanto os desafios quanto as soluções encontradas pelos moradores.

Prosseguindo na análise e mantendo a mesma perspectiva do estudo, bem como seguindo o roteiro das entrevistas, outra questão abordada refere-se à relação entre o trabalho e o tempo despendido no deslocamento até o local de atividade profissional. A moradora do conjunto habitacional, Mara fala que “uns 50 minutos a 1 hora, eu vou bem devagar”. César comenta que é “45 minutos”. Pedro gasta em torno de “45 minutos”. Mara, César e Pedro têm tempos de deslocamento que variam entre 45 minutos a 1 hora. Esses tempos podem ser considerados moderados, mas ainda assim representam uma parcela significativa do dia, especialmente quando somados ao tempo de trabalho.

Deivid diz “2 horas pra ir e 2 horas para voltar”. Jhon relata que é “uma hora e meia”. Ambos enfrentam trajetos longos e exaustivos, que podem impactar negativamente sua qualidade de vida, especialmente quando somados a jornadas extensas de trabalho. Além disso, o tempo excessivo de deslocamento relatado por Deivid e Jhon é um sintoma da fragmentação socioespacial, manifestada pela acentuada separação entre as áreas residenciais periféricas e os locais de emprego. Essa desconexão espacial, que impõe jornadas diárias de três a quatro horas apenas em trânsito, evidencia a lógica fragmentária ao limitar severamente o tempo disponível para outras atividades e reforçar as barreiras à integração socioeconômica

Nara diz que “pra ir 20 minutos dependendo do dia demoro para voltar 30 a 40 minutos”. Nara menciona que o tempo de deslocamento para o trabalho é relativamente curto (20 minutos), mas o retorno pode variar entre 30 e 40 minutos. Essa variação pode estar relacionada a fatores como trânsito, horários de pico ou disponibilidade de transporte. E isso é um fator crucial que impacta a qualidade de vida e a eficiência da mobilidade urbana.

Daniel, afirma, “tempo nenhum porque eu trabalho como carro. Eu trabalho para mim, sou autônomo”. Ele descreve que não despende tempo com locomoção, pois utiliza seu próprio veículo e define sua rotina de trabalho. No entanto, sua flexibilidade não elimina desafios diários, especialmente relacionados à alimentação. Ele relata que, por vezes, enfrenta longos períodos sem se alimentar adequadamente, “às vezes eu perco comida, eu fico 8 horas sem comer nada. O certo era parar e comer, levar alguma coisa no carro para comer comigo, porque o meu trabalho é na rua”. Essa situação evidencia a

necessidade de organização e planejamento para garantir a manutenção de hábitos alimentares saudáveis, aspecto essencial para o bem-estar e o desempenho profissional.

Outro ponto relevante refere-se às práticas alimentares durante a jornada de trabalho. César fala que “almoça lá”, já Deivid, Jhon, Nara e Pedro afirmam que “não” retornam para casa para almoçar. Essas diferentes abordagens em relação às refeições durante a jornada de trabalho, reflete as condições e necessidades de cada um. César, Deivid, Jhon, Nara e Pedro não voltam para casa para almoçar, fazem suas refeições no local de trabalho ou em estabelecimentos próximos. Essa prática pode ser vantajosa em termos de economia de tempo, mas também pode limitar a qualidade das refeições, dependendo das opções disponíveis. As informações coletadas a partir da narrativa dos entrevistados foram sintetizadas no quadro 12.

Quadro 12: Dimensão do trabalho dos moradores dos conjuntos habitacionais.

Nome	Trabalho	Meio de Locomoção	Horário de Entrada e Saída	Tempo de Deslocamento	Volta para Casa no Almoço?	Trabalho Formal ou Informal?
Daniel	Uber	Trabalha com carro próprio	22h - 6h (varia)	Sem deslocamento fixo	Às vezes	Autônomo (MEI)
Josué	Desempregado	Não trabalha fora de casa	Não trabalha fora de casa	Não trabalha fora de casa	Fica em casa	Não trabalha fora de casa
Mara	Faxineira	Bicicleta ou carro	8h - 15h/16h30	50 min a 1h	Não	Informal
Aparecida	Aposentada	Não trabalha	Não trabalha	Não trabalha	Fica em casa	Fica em casa
César	Casa de Ração	Bicicleta	7h - 19h	45 minutos	Não, almoça no trabalho	Formal
Deivid	Ajudante Florestal	Transporte da empresa	7h48 - 16h (chega em casa às 18h)	2h para ir e 2h para voltar	Não	Formal
Jhon	Operador	Ônibus	Varia (entre 5h e 7h de entrada)	1h30	Não	Privado
Nara	Atendente	Moto ou bicicleta	7h50 - 16h	20 min para ir, 30-40 min para voltar	Não	Formal
Pedro	Autônomo/Ajudante	Empresa busca em casa	7h - 16h (até 20h com horas extras)	45 minutos	Não	Formal

Claudia	Dona de casa	Não trabalha fora de casa	Não trabalha fora de casa	Não trabalha fora de casa	Fica em casa	Não trabalha fora de casa
---------	--------------	---------------------------	---------------------------	---------------------------	--------------	---------------------------

Fonte e Elaboração: FRANQUELINO, A.R., 2025.

Nos conjuntos habitacionais (Quadro 12), observa-se uma maior diversidade nas formas de inserção no mercado de trabalho, com predominância de empregos formais e algumas ocupações autônomas mais estruturadas, como no caso de motoristas de aplicativo e trabalhadores registrados como Microempreendedores Individuais (MEI). O desemprego ainda está presente, mas em menor proporção se comparado à Ocupação São João, que será explicitado logo mais abaixo. A locomoção para o trabalho é mais variada, incluindo bicicletas, motos, carros e transporte fornecido pelas empresas, indicando um maior acesso a meios de transporte motorizados. No entanto, essa maior mobilidade tem um custo: o tempo de deslocamento tende a ser mais longo, chegando a quatro horas diárias em alguns casos. A rigidez nos horários de trabalho também é uma característica mais presente, refletindo as exigências do mercado formal. A maioria dos trabalhadores dos conjuntos habitacionais não consegue voltar para casa na hora do almoço, seja pela distância ou pela carga horária extensa. Apesar de apresentarem um grau maior de estabilidade no emprego, os trabalhadores desses conjuntos enfrentam desafios como a necessidade de longos deslocamentos diários e a dificuldade de conciliar a vida profissional e pessoal. Assim, embora as condições de trabalho sejam relativamente melhores do que as observadas na Ocupação São João, a rotina laboral nos conjuntos habitacionais ainda impõe dificuldades significativas, especialmente no que se refere à qualidade de vida e ao tempo gasto com transporte.

Diante de tais condições é fundamental implementar políticas que promovam a saúde e o bem-estar dos trabalhadores, especialmente daqueles com rotinas dinâmicas ou longos tempos de deslocamento. Uma alimentação adequada durante a jornada de trabalho, assim como a flexibilização de horários, melhorias na mobilidade urbana e espaços apropriados para refeições, são fatores essenciais para garantir sua qualidade de vida.

Na mesma perspectiva, ao considerar a realidade da mobilidade para o trabalho entre os moradores da Ocupação São João, foi feita a mesma pergunta sobre os meios de transporte utilizados e a percepção de proximidade ou distância do trajeto. As respostas revelam uma dinâmica distinta daquela observada nos conjuntos habitacionais. Entre os entrevistados, algumas moradoras, como Maria, Lara e Luana, afirmaram que “não

trabalham”, o que indica uma relação diferente com a necessidade diária de deslocamento. A falta de emprego, nesse contexto, não apenas elimina a exigência de transporte para o trabalho, mas também evidencia um problema estrutural relacionado à inserção no mercado de trabalho.

Por outro lado, aqueles que trabalham apresentam diferentes estratégias de deslocamento. Davi menciona que utiliza a “bicicleta” para chegar ao trabalho e considera o trajeto próximo, “acho perto”. Helena, por sua vez, descreve uma experiência diferente, “eu vou de carona de carro com minha parceira de emprego. Eu acho um pouco longe”. A dependência de terceiros para o deslocamento pode indicar limitações na infraestrutura de transporte ou uma menor acessibilidade a opções mais eficientes.

Essa diferença nas percepções de mobilidade reflete não apenas a disponibilidade de transporte, mas também as condições socioeconômicas e as oportunidades de trabalho acessíveis a cada grupo. Enquanto alguns moradores encontram alternativas viáveis para reduzir o tempo de deslocamento, outros ainda enfrentam desafios que impactam diretamente sua rotina e qualidade de vida.

Sobre o tempo gasto no trajeto, Davi relata que “demoro meia hora para ir e meia para voltar”, enquanto Helena menciona um tempo de deslocamento entre “uns 30 a 40 minutos”. No caso de Davi, o uso da bicicleta, apesar de proporcionar maior flexibilidade e independência, também o expõe a desafios como a falta de infraestrutura segura (ciclovias, iluminação pública) e condições climáticas adversas. Já Helena, ao depender de caronas, enfrenta uma mobilidade condicionada à disponibilidade alheia, o que pode gerar imprevisibilidade em seus horários – especialmente em dias de chuva ou quando os motoristas têm compromissos conflitantes.

Essa diferença nos tempos de deslocamento (fixo para Davi, variável para Helena) revela um padrão mais amplo: a mobilidade periférica é marcada por soluções improvisadas, onde cada morador desenvolve estratégias próprias para contornar as limitações do transporte público. Enquanto bicicletas e caronas resolvem parcialmente o problema, elas não substituem um sistema integrado de transporte que garanta eficiência, segurança e regularidade – especialmente para trabalhadores com jornadas rígidas.

A persistência dessas dificuldades evidencia como as desigualdades socioespaciais se materializam na mobilidade urbana: quando o poder público não oferece opções adequadas, são os próprios moradores quem arcam com os custos – seja no cansaço de pedalar longas distâncias (Davi), seja na dependência de redes informais (Helena).

Quanto à questão do retorno para casa durante o horário de almoço, os entrevistados Davi e Helena relatam que “não” costumam retornar para casa durante o horário de almoço. Essa prática é comum entre trabalhadores que enfrentam trajetos longos como apontou Helena que acha um pouco “longe”, assim buscam otimizar seu tempo durante a jornada laboral. Realizar as refeições no local de trabalho ou em estabelecimentos próximos pode ser uma estratégia para evitar deslocamentos adicionais e minimizar o desgaste físico. No entanto, essa decisão também pode impactar a qualidade da alimentação, dependendo das opções disponíveis.

O quadro 13 abaixo, resume essa dimensão do trabalho na perspectiva da mobilidade. Na Ocupação São João, a realidade do trabalho é marcada por uma forte presença da informalidade e do desemprego. Entre os entrevistados, há poucos trabalhadores inseridos em empregos formais, sendo que muitos atuam de maneira autônoma ou em ocupações informais, como na horta comunitária e em serviços de faxina. O desemprego é uma condição recorrente, o que evidencia a vulnerabilidade econômica da comunidade. Quanto à locomoção, a bicicleta é o principal meio de transporte, além de algumas situações em que há carona ou transporte fornecido pela empresa.

O tempo de deslocamento para a maioria dos trabalhadores, varia de 10 minutos a uma hora, com exceção de um caso em que a jornada de deslocamento chega a quatro horas diárias. A flexibilidade nos horários de trabalho é comum, especialmente para aqueles que trabalham por conta própria ou em empregos sem vínculo formal. Outra característica marcante é que a maioria dos trabalhadores consegue retornar para casa na hora do almoço, o que reforça o caráter de empregos próximos à moradia ou com horários menos rígidos. No geral, a precariedade no acesso a empregos formais, as limitações no transporte e a baixa mobilidade econômica são fatores que contribuem para uma condição de maior fragilidade social dentro da Ocupação São João.

Quadro 13: Dimensão do trabalho dos moradores da Ocupação São João.

Nome	Trabalho	Meio de Locomoção	Horário de Entrada e Saída	Tempo de Deslocamento	Volta para Casa no Almoço?	Trabalho Formal ou Informal?
Maria	Horta Comunitária	Bicicleta elétrica	7h - 11h	10 minutos	Sim	Informal
Lara	Desempregada	Não trabalha fora de casa	Não trabalha fora de casa	Não trabalha fora de casa	Fica em casa	Não trabalha fora de casa

Luana	Desempregada	Não trabalha fora de casa	Não trabalha fora de casa	Não trabalha fora de casa	Fica em casa	Não trabalha fora de casa
Davi	Pedreiro, armador de ferragem	Bicicleta	7h - 17h	30 minutos (ida) + 30 minutos (volta)	Não	Não
Helena	Restaurante	Carona de carro com colega	7h30 - 15h	30 a 40 minutos	Não	Informal

Fonte e Elaboração: FRANQUELINO, A. R., 2025.

A análise revela indícios de uma lógica fragmentária que permeia a relação entre mobilidade, trabalho e organização socioespacial nas áreas estudadas, como a Ocupação São João e os conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho. Essa fragmentação se manifesta tanto na estrutura física do espaço urbano quanto nas dinâmicas sociais e econômicas que condicionam os deslocamentos e a qualidade de vida dos moradores, evidenciando uma separação marcada entre os locais de moradia e as oportunidades de trabalho, serviços e lazer.

Um dos principais indícios dessa lógica fragmentária é a distância física e simbólica entre as áreas residenciais periféricas e os centros de oportunidades. Nos relatos dos moradores, observa-se que muitos enfrentam trajetos longos e demorados para chegar ao trabalho, como Deivid, que gasta “2 horas pra ir e 2 horas para voltar”, e Jhon, com “uma hora e meia” de deslocamento. Esses tempos extensos não apenas consomem uma parte significativa do dia, mas também geram cansaço e dificultam a conciliação entre trabalho e outras esferas da vida, como lazer e convivência familiar. A distância é agravada pela precariedade do transporte público, caracterizado por baixa frequência, horários inadequados e falta de cobertura em determinados dias, como aos domingos nos conjuntos habitacionais, o que reforça a exclusão dos moradores desse local das dinâmicas urbanas mais amplas.

Outro elemento que aponta para essa lógica fragmentária são as soluções individuais e improvisadas adotadas para a mobilidade, em vez de um sistema coletivo eficiente. Enquanto alguns moradores, como Daniel e Nara, utilizam carros e motos, outros, como Josué, César e Maria, recorrem à bicicleta, e há ainda aqueles que dependem de caronas ou transporte fornecido por empresas, como Pedro e Deivid. Essa diversidade de modais reflete não apenas as condições socioeconômicas variadas, mas também a ausência de um transporte público acessível e confiável que atenda às necessidades de

todos. A crítica recorrente à baixa frequência dos ônibus, como relatado por César (“demora entre 2 a 3 horas para o ônibus passar”) e Maria (“tem poucos horários”), evidencia que o sistema de transporte não consegue integrar de forma equitativa os diferentes espaços da cidade.

A infraestrutura urbana deficitária também contribui para essa lógica fragmentária. Daniel, por exemplo, destaca os “muitos buracos” nas ruas e os alagamentos que dificultam a locomoção em dias de chuva, especialmente em áreas como o bairro São João. A falta de ciclovias seguras para os usuários de bicicleta, como Josué e Mara, e a ausência de calçadas adequadas para pedestres, como Luana, que opta por caminhar, são barreiras físicas que limitam a mobilidade e reforçam a segregação socioespacial. Esses problemas estruturais não apenas dificultam o acesso ao trabalho e a serviços essenciais, mas também simbolizam a negligência em relação às áreas periféricas, onde a população de baixa renda está concentrada.

Além disso, a fragmentação se manifesta nas mudanças de hábitos e na perda de vínculos sociais após a mudança de moradia. Moradores como Mara, Aparecida e César relatam que passaram a frequentar menos os lugares que costumavam visitar devido à distância e às limitações de transporte, enquanto Helena, da Ocupação São João, afirma que “lugares que eu ia não vou mais”. Essa redução na circulação pela cidade não é apenas uma questão de mobilidade física, mas também reflete um isolamento social e cultural, que aprofunda as desigualdades e a desconexão com os espaços centrais de convivência e oportunidades.

Nesse sentido, a lógica fragmentária é corroborada pela exclusão no acesso a direitos e serviços básicos, um aspecto multidimensional da segregação socioespacial apontado no texto. A suspensão do transporte coletivo durante a pandemia de COVID-19 na Ocupação São João, por exemplo, obrigou os moradores a recorrerem a veículos próprios, caminhadas longas ou aplicativos de transporte caros, opções inviáveis para muitos. Esse cenário evidencia como a falta de infraestrutura e planejamento urbano adequado acentua as barreiras para a integração plena dos cidadãos, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica.

Em síntese, os indícios de uma lógica fragmentária estão na combinação de fatores como a distância entre moradia e trabalho, a precariedade do transporte público, a infraestrutura urbana insuficiente e as soluções individuais que os moradores adotam. Esses elementos não apenas refletem, mas também reproduzem as desigualdades socioespaciais, consolidando uma organização urbana que segrega e limita as

possibilidades de mobilidade e qualidade de vida das populações das periferias estudadas. Assim, a análise da mobilidade e do trabalho nesses contextos revela um padrão de fragmentação que desafia a ideia de uma cidade integrada.

Portanto, as práticas de mobilidade e a relação com o trabalho analisadas reforçam a presença de uma lógica fragmentária. A distância significativa entre moradia e emprego, os longos tempos de deslocamento enfrentados por muitos, a dependência de soluções individuais ou precárias de transporte (bicicletas, caronas, transporte irregular da empresa) e a ineficiência criticada do transporte público são elementos que, articulados, evidenciam uma estrutura urbana desarticulada. Essa dificuldade de circulação e acesso a oportunidades não é meramente incidental, mas um sintoma da fragmentação socioespacial, que impõe barreiras cotidianas e limita a integração efetiva desses moradores à dinâmica econômica e social mais ampla da cidade de Três Lagoas.

4.1.3 Consumo e acesso a bens e serviços

O consumo, enquanto elemento central das práticas socioespaciais, reflete as desigualdades e barreiras impostas pela fragmentação socioespacial. Essa dinâmica torna-se evidente ao analisar onde os entrevistados realizam suas compras semanais ou mensais. Para ilustrar essa realidade, podemos observar os relatos dos moradores dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho. As falas dos entrevistados revelam diferentes estratégias de consumo, que variam de acordo com a disponibilidade de estabelecimentos, a proximidade e as preferências pessoais.

Daniel por exemplo diz que faz compras no supermercado “Nova Estrela, semanalmente, mais de sexta-feira, por causa da promoção, aí já compra 200 por semana, no mínimo. Ah, é um pouco longe de casa, é uns 30 quarteirões, uns 3 km e meio, fica no Santos Dumont”. César fala que faz compras “no Nova Estrela”. Claudia diz que faz compras no “Mercado Nova Estrela e na feira”, o que pode oferecer uma variedade maior de produtos e preços mais acessíveis. Daniel, César e Claudia preferem fazer compras em um supermercado maior, como o Nova Estrela, mesmo que esteja localizado distante de suas residências. Daniel menciona especificamente organizar suas compras às sextas-feiras para aproveitar descontos, demonstrando uma estratégia econômica que compensa o esforço do deslocamento. Mara adota lógica similar ao fazer “compras maiores no Atacadão, que fica na saída de Três Lagoas”. Ela também faz “compras menores eu pego aqui na mercearia e padaria do bairro”. O mesmo caso é o de Josué, ele fala que faz compras no “Mercado Barato Total, Bom Vizinho, no bairro mesmo”. Mara e Josué

dividem suas compras entre variadas lojas e estabelecimentos, essa estratégia permite economizar em compras maiores enquanto mantém a praticidade de mercados próximos.

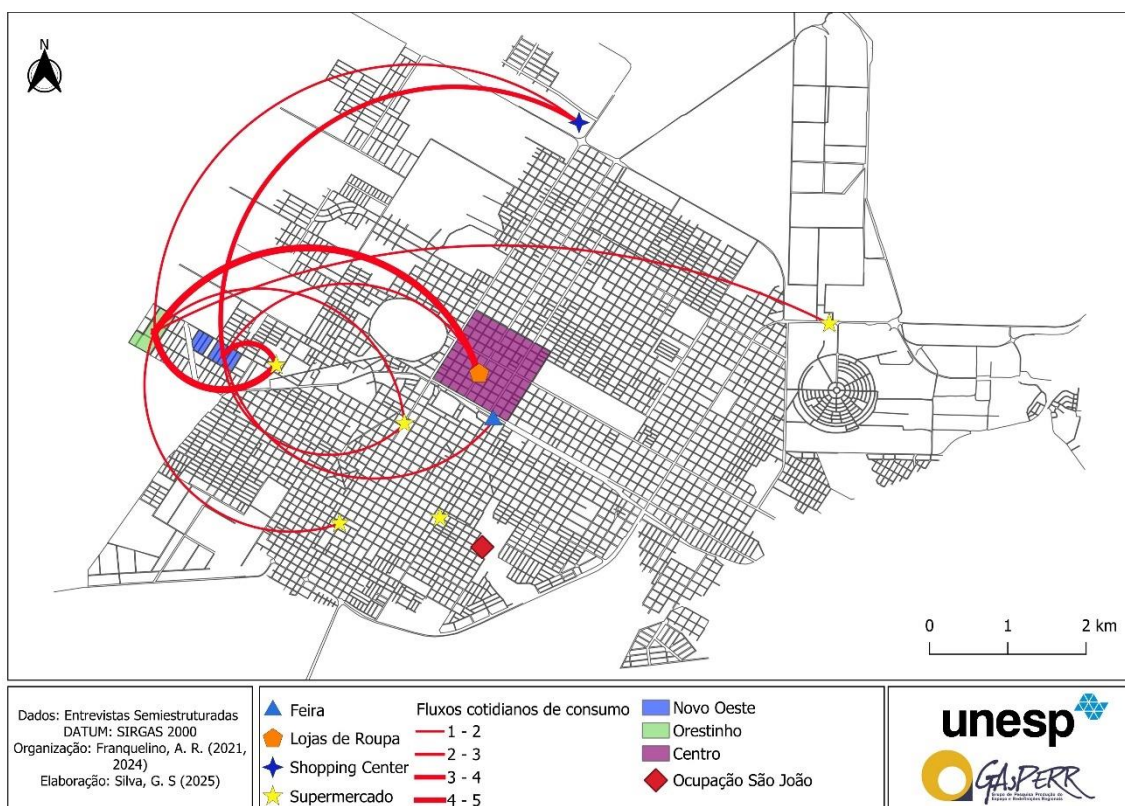
Aparecida comenta que faz compras “aqui no bairro mesmo”, mas que depende da ajuda dos filhos que a levam “as vezes no Nova Estrela e aqui no Thomé”. Essa prática reflete a importância das redes de apoio familiar para facilitar o acesso a opções de consumo mais variadas. Deivid diz que faz compras “no mercado aqui do bairro, o Thomé”. Jhon comenta que faz compras “no mercado, Thomé perto de casa”. Nara diz que faz compras “no supermercado Thomé, aqui no bairro mesmo”. Pedro fala que faz compras “no supermercado Thomé, aqui do lado de casa”. Deivid, Jhon, Nara e Pedro optam por mercados locais, como o Thomé, que oferecem proximidade e praticidade. Essa escolha reflete a valorização da conveniência e da facilidade de acesso, especialmente para compras menores ou mais frequentes.

Essas falas mostram que as práticas de consumo são influenciadas por fatores como a proximidade dos estabelecimentos, a disponibilidade de promoções, a variedade de produtos e a conveniência. Enquanto alguns priorizam supermercados maiores e promoções, outros valorizam a praticidade de mercados locais. Essa divisão espacial do consumo não é aleatória, mas expressão concreta de um modelo urbano que concentra os equipamentos comerciais mais completos e com melhores preços em áreas centrais ou mais bem servidas por infraestrutura. A necessidade de percorrer longas distâncias para acessar mercados mais baratos ou a resignação com o comércio local mais limitado configuram faces diferentes de um mesmo problema: a negação do direito à cidade em sua dimensão mais básica - o acesso a bens de consumo em condições equânimes.

As estratégias adaptativas desenvolvidas pelos moradores - como o planejamento de compras em dias específicos para aproveitar promoções, a organização de compras em grande volume ou a dependência de redes de apoio familiar - são respostas criativas a um sistema urbano que naturaliza a precariedade de serviços nas periferias. No entanto, tais estratégias, embora mitiguem parcialmente os problemas, não resolvem a questão estrutural: a reprodução de desigualdades através da organização espacial do comércio e dos serviços.

As práticas de consumo dos moradores dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho revelam uma combinação entre a busca por promoções em supermercados maiores e a conveniência de mercados locais. Conforme ilustrado no Mapa 8, os entrevistados indicam preferências por estabelecimentos como o Nova Estrela e o Thomé, evidenciando como a distância e a oferta de produtos influenciam suas escolhas. Esse

padrão reflete tanto estratégias econômicas quanto as limitações impostas pela organização espacial do comércio na cidade



Mapa 8: Fluxo dos espaços de consumo frequentados pelos moradores dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho. **Fonte:** FRANQUELINO, A.R., 2024. **Elaboração:** SILVA, G. S., 2025.

Sobre onde compram roupas e sapatos, Daniel diz que:

Ultimamente eu não tenho comprado isso aí não. Eu tenho comprado em lugares baratos. Tem um tal de Saia Jeans que eu compro ali, raramente. Fica perto do centro da cidade lá no Santos Dumont, mas a minha mulher que compra mais essas coisas para nós, aí ela compra as vezes na loja dos 12, lá no centro da cidade a maioria das lojas estão no centro da cidade. Aqui perto tem, mas o preço muda muito não tem muita variedade e eu gosto mais de qualidade e preço. (Daniel, Conjunto Habitacional Orestinho, Três Lagoas, 2024).

Josué diz que compra “no centro da cidade, não lembro o nome das lojas”. Mara comenta que compra “roupas e sapatos geralmente em lojas populares do centro Pernambucanas e Montreal”. Aparecida diz que “faz tempo que não compro, meus filhos me dão, mas quando comprava era no centro da cidade numa loja acho que hoje chama Passaleti”. César fala que compra “numa loja de country lá no centro Cowboy Forever e Arizona”. Pedro fala que compra “no centro, na Cowboy Forever, Arizona, Cowboys MS”. Claudia diz que “por enquanto não estou comprando porque tenho muito calçado e roupa, mas geralmente é no centro”. A centralidade do centro urbano como polo comercial é evidente, sendo citado por quase todos os entrevistados como principal local de compras. No entanto, a variedade de opções e a flutuação de preços nas proximidades

do bairro onde reside parecem limitar suas escolhas. Daniel, Josué, Mara, Aparecida, César e Claudia reforçam a predominância do centro da cidade como destino preferencial para aquisições, embora nem sempre recordem os nomes específicos das lojas. Essa tendência sugere uma relação de familiaridade e confiança com o comércio local, além da conveniência de encontrar uma gama diversificada de produtos em um único espaço. Mara menciona lojas populares como Pernambucanas e Montreal, que são lojas conhecidas por oferecerem preços acessíveis, alinhando-se ao perfil de consumo de Daniel.

Outros entrevistados como, Deivid diz que compra “pela internet”. Jhon comenta que compra “no centro da cidade ou pela internet”. Nara diz que compra “na internet, Shopee ou Shein”. Por outro lado, a internet emerge como uma alternativa significativa, especialmente para os mais jovens ou aqueles que buscam praticidade. Deivid, Jhon e Nara destacam o uso de plataformas online, como Shopee e Shein, que oferecem variedade, preços competitivos e a comodidade de comprar sem sair de casa. Esse comportamento reflete uma tendência global de migração para o comércio eletrônico, impulsionada pela expansão do acesso à tecnologia e pela oferta de produtos diversificados.

Apesar das diferenças nas preferências de compra, é possível identificar um padrão comum: a busca por equilíbrio entre custo e benefício. Enquanto alguns, como Daniel e Mara, priorizam lojas físicas no centro da cidade, outros, como Nara e Deivid, adotam o e-commerce como principal canal de consumo. A relação entre o tradicional e o moderno ilustra como as práticas de consumo estão em constante transformação, influenciadas tanto pelas condições locais quanto pelas tendências globais. Além disso, a menção de lojas temáticas, como Cowboy Forever e Arizona, por César e Pedro, sugere a existência de nichos de mercado que atendem a estilos específicos, como o universo country. Isso demonstra que há uma diversificação de ofertas, atendendo a diferentes gostos e identidades. A fala de Claudia, que menciona não estar comprando no momento devido ao excesso de roupas e calçados, levanta uma reflexão sobre o consumo consciente. Em um contexto em que a disponibilidade de produtos é ampla, a decisão de não comprar pode ser vista como uma forma de resistência ao consumismo exacerbado, indicando uma possível mudança de mentalidade em relação ao ato de adquirir bens materiais.

A fala dos entrevistados revelam uma complexa rede de fatores que influenciam as escolhas de consumo, desde a localização geográfica e a oferta de produtos até as

preferências pessoais e as transformações tecnológicas. Esses depoimentos permitiram compreender como o consumo é moldado por uma interação entre o local e o global, o tradicional e o moderno, e o individual e o coletivo.

Os relatos dos entrevistados sobre a frequência com que visitam o shopping center e as atividades que realizam nesses espaços revelam uma dimensão do consumo que transcende a simples aquisição de bens, destacando aspectos como lazer, sociabilidade e barreiras socioespaciais. As respostas variam entre desconexão e integração, refletindo tanto preferências individuais quanto desigualdades estruturais.

Daniel, por exemplo, afirma que “raramente [vai ao shopping], é muito longe, é uns 8 km, no mínimo”, e quando vai, destaca que “é pra comer, tem uma tábua de coisas lá que vem um monte de coisa, tem peixe, batata, é 130 reais e é uma delícia”. A distância geográfica surge como um obstáculo significativo, enquanto a alimentação é o principal atrativo, valorizada pela qualidade e experiência, apesar do custo elevado. Josué, de forma sucinta, diz “não” a ambas as questões, indicando uma completa desvinculação do shopping, seja por distância, custo ou desinteresse. Mara reforça essa tendência ao comentar “não, não vou ao shopping com muita frequência, fui umas três vezes” e “só fui três vezes para conhecer e comer, mas é muito caro, não dá para ir direto”. Aqui, o custo se soma à distância como fator limitante, restringindo suas visitas a experiências esporádicas de exploração e gastronomia.

Em contrapartida, Aparecida relata que “vou com meus filhos. Eles gostam de ir e acabam me levando” e “nós vamos comer lá geralmente”, sugerindo que o shopping é um espaço de convívio familiar, impulsionado pela iniciativa dos filhos. Claudia ecoa essa dependência familiar ao dizer que vai “só quando meus filhos me levam” para “comer, passear”, destacando o shopping como um local de lazer mediado por relações sociais. César, por outro lado, afirma “não, não gosto” e “não vai” expressando uma rejeição pessoal que pode refletir tanto uma preferência quanto uma barreira implícita de acesso ou identificação com o espaço.

Deivid, Nara e Pedro apresentam uma relação mais integrada com o shopping. Deivid diz “vou sim” para “assistir filme no cinema, comer, ver alguma promoção de algum móvel”, enquanto Nara confirma “sim”, geralmente para “comer ou ir ao cinema”, e Pedro vai “de vez em quando” para “comer, tomar uma cerveja, ir ao cinema”. Esses entrevistados valorizam o shopping como um ambiente multifuncional, onde alimentação, cinema e socialização se entrelaçam, sugerindo maior proximidade ou

facilidade de acesso. Jhon, no entanto, mantém-se distante, respondendo “não” a ambas as perguntas, alinhando-se ao grupo que não incorpora o shopping em sua rotina.

A análise dessas falas evidencia uma segmentação entre os entrevistados. Para Daniel, Josué, Mara, César e Jhon, a baixa frequência ou ausência total de visitas está associada a barreiras como distância (8 km mencionados por Daniel), custo elevado (Mara) ou desinteresse (César), configurando o *shopping* como um espaço inacessível ou pouco relevante. Já Aparecida, Deivid, Nara, Pedro e Claudia o frequentam em diferentes graus, motivados por lazer e sociabilidade — comer, ir ao cinema e passear —, muitas vezes mediados por laços familiares (Aparecida e Claudia) ou escolhas individuais (Deivid, Nara e Pedro). A alimentação é um ponto convergente, citada por quase todos que visitam o shopping, desde a tábua de petiscos de Daniel até as refeições casuais de Nara e Pedro, enquanto o cinema, mencionado por Deivid, Nara e Pedro, reforça o papel do *shopping* como polo de entretenimento.

Essa dualidade reflete desigualdades socioespaciais que moldam o acesso ao consumo e ao lazer. A distância física, somada ao custo das atividades — como os R\$ 130 da tábua de Daniel ou a percepção de “muito caro” de Mara —, cria barreiras que excluem parte dos moradores das periferias, enquanto a dependência de veículos próprios ou da iniciativa de terceiros (filhos, no caso de Aparecida e Claudia) evidencia a precariedade de opções de mobilidade coletiva. Por outro lado, a ênfase em atividades experienciais, como comer e ir ao cinema, em vez de compras tradicionais, aponta para uma transformação no papel dos shoppings, que se consolidam como espaços de vivência e convívio, alinhados a uma tendência contemporânea de consumo simbólico e relacional.

Assim, os depoimentos revelam que o *shopping* center não é um espaço democraticamente acessível a todos os entrevistados. Para alguns, ele permanece distante — física e simbolicamente —, enquanto para outros se integra à rotina como um local de prazer e interação. Essas diferenças sublinham como o consumo, mediado pela localização e pelas condições socioeconômicas, reflete e reproduz clivagens espaciais e sociais nas áreas periféricas estudadas. A exclusão do *shopping* center da rotina da maioria dos moradores entrevistados, justificada pela distância e pelo custo, ilustra a lógica fragmentária no âmbito do consumo. Essa percepção do *shopping* como um espaço inacessível corrobora a tese da fragmentação ao demonstrar a existência de circuitos de consumo segregados e a dificuldade de acesso das populações periféricas a equipamentos urbanos centrais, reforçando o isolamento social e simbólico.

Os depoimentos dos entrevistados sobre o hábito de comprar sem sair de casa revelam uma interseção entre conveniência, custo-benefício, habilidades tecnológicas e preferências pessoais, evidenciando distintos perfis de consumo em um contexto de transformações digitais. Daniel, por exemplo, relata:

[...]às vezes pela preguiça, pela comodidade, uma comida, um cachorro-quente, uma pizza, manda eles virem trazer por causa da mobilidade. É por isso, só por causa disso mesmo e nós não somos de comer muito nos lugares, é difícil. Antigamente íamos mais, é melhor comer em casa.

Sua escolha por serviços de entrega reflete uma valorização do conforto doméstico e uma resposta prática às dificuldades de locomoção, sugerindo que a tecnologia compensa barreiras físicas, ainda que seu uso seja ocasional e restrito a alimentos.

Josué, com um simples “não”, Mara, que diz “não, prefiro comprar pessoalmente. De vez em quando que compro algo pela internet”, e Aparecida, que afirma “não, eu não sei mexer com isso”, formam um grupo resistente ao comércio online. A preferência de Josué e Mara pelo presencial pode indicar um apego ao contato direto ou desconfiança nas plataformas digitais, enquanto a justificativa de Aparecida aponta para uma barreira tecnológica, possivelmente geracional, que limita sua participação no e-commerce. Mara, no entanto, abre uma exceção ocasional, sinalizando uma transição lenta rumo à aceitação.

Em contraste, César relata “agora sim, pela internet é mais barato, roupa, calçado”. Deivid comenta que “sim, bastante, geralmente roupas, acessórios para celular, artigos para cabelo. Eu compro porque os preços são mais acessíveis”. Jhon conta que vai “sim, compro roupa, calçado e comida. Eu compro porque às vezes é mais barato”. Nara por sua vez nos diz que “sim, porque o custo é mais barato, compro joias, roupas e calçados” e o Pedro fala que vai “sim, porque é mais barato e no centro da cidade é mais caro, às vezes compro roupa, calçado, comida” são adeptos convictos do comércio eletrônico. A ênfase recorrente no preço mais baixo, com Pedro destacando o custo elevado no centro e César notando uma mudança recente em seus hábitos, posiciona o *e-commerce* como uma estratégia de economia e acesso a uma gama variada de produtos, de roupas e joias a itens de uso diário como comida. Essa diversidade reflete a expansão do consumo online para além de bens duráveis, incorporando necessidades imediatas.

Claudia, por sua vez, oferece uma perspectiva intermediária: “não, já comprei na internet, mas hoje em dia é muito difícil eu comprar”. Sua experiência passada com o e-commerce e a atual relutância sugerem uma hesitação que pode decorrer de desilusões,

preferência renovada pelo presencial ou mudanças em suas prioridades, distinguindo-a tanto dos resistentes quanto dos adeptos.

A análise dessas falas delinea três perfis: os resistentes (Josué, Mara, Aparecida), que priorizam o comércio tradicional ou enfrentam barreiras tecnológicas; os adeptos (César, Deivid, Jhon, Nara, Pedro), que integram o e-commerce à rotina por sua acessibilidade econômica e prática; e os hesitantes (Claudia), que oscilam entre a experimentação passada e a rejeição atual. Essa segmentação reflete não apenas diferenças individuais, mas também o impacto de fatores como idade, acesso à tecnologia e contexto socioeconômico nas práticas de consumo.

O fator econômico emerge como um motor central para os adeptos, com o custo mais baixo do online contrastando com os preços elevados do comércio físico, como notado por Pedro. Em um cenário de desigualdades, essa busca por economia destaca o e-commerce como uma ferramenta de inclusão para alguns, enquanto a exclusão de outros, como Aparecida, sublinha os desafios de alfabetização digital. Já a preferência de Daniel por comer em casa, complementada pela compra de comida *online* por Jhon e Pedro, aponta para uma redefinição dos hábitos alimentares, onde a conveniência supera a experiência externa, alinhando-se a um movimento mais amplo de consumo mediado pela tecnologia.

Assim, os relatos mostram como o comércio sem sair de casa reconfigura as práticas cotidianas, oferecendo soluções para barreiras de mobilidade e custo, mas também expõem clivagens de acesso e adaptação. Enquanto para alguns a tecnologia amplia as possibilidades de consumo, para outros ela permanece um espaço inacessível, evidenciando a complexidade das transformações digitais nas periferias urbanas.

Os moradores da Ocupação São João, ao responderem sobre onde fazem suas compras semanais ou mensais, revelam uma prática de consumo fortemente ancorada na proximidade e na acessibilidade. Na Ocupação São João, o consumo é fortemente condicionado pela proximidade dos estabelecimentos, como demonstrado no Mapa 5. Os relatos dos entrevistados apontam o mercadinho Bom Vizinho como principal ponto de abastecimento, destacando sua relevância como solução prática em um contexto de mobilidade restrita. Essa dependência de comércios locais sublinha as barreiras de acesso a grandes centros comerciais e reforça a lógica fragmentária que caracteriza o espaço urbano periférico.



Mapa 9: Fluxo dos espaços de consumo dos moradores da Ocupação São João.
Fonte: FRANQUELINO, A.R., 2024. **Elaboração:** SILVA, G. S., 2025.

Maria afirma que compra “no mercadinho aqui do bairro, Bom Vizinho”, enquanto Lara reforça “no mercadinho aqui no Bom Vizinho”, e Davi complementa: “no mercado ali Bom Vizinho”. Helena, por sua vez, destaca que “geralmente é no Bom Vizinho, o supermercado mais próximo que tem aqui para nós”. A repetição do Bom Vizinho como escolha predominante evidencia seu papel central na dinâmica da comunidade, funcionando como um ponto de abastecimento essencial e um marco de conveniência geográfica. Já Luana diverge ao citar “o mercado Nova Estrela, perto do Dom Aquino”, sugerindo uma diversificação de opções locais que atende a diferentes preferências ou necessidades dentro do mesmo entorno.

Essa preferência por mercados próximos, como sublinhado por Helena ao apontar o Bom Vizinho como “o mais próximo”, reflete uma estratégia de otimização comum em áreas periféricas, onde a distância a grandes redes de supermercados pode ser um obstáculo. Para Maria, Lara, Davi e Helena, o Bom Vizinho não é apenas um local de compras, mas um espaço acessível que minimiza o esforço de deslocamento, priorizando praticidade e economia de tempo e recursos. A escolha de Luana pelo Nova Estrela indica que, embora o Bom Vizinho domine, a presença de alternativas próximas oferece certa

flexibilidade, ampliando o acesso a produtos e serviços sem romper os limites do bairro ou arredores imediatos.

A centralidade desses mercadinhos locais vai além da funcionalidade: eles se consolidam como pilares da economia e da sociabilidade. A recorrência ao Bom Vizininho, por exemplo, sugere que ele não só supre necessidades básicas, mas também fomenta interações sociais e um senso de pertencimento, características típicas de comércios enraizados em contextos periféricos. No entanto, essa dependência pode impor limitações. A oferta de produtos nesses estabelecimentos tende a ser menos variada e os preços possivelmente menos competitivos que os de grandes redes, o que pode restringir os moradores a itens essenciais, moldando um padrão de consumo adaptado às condições locais.

Assim, os relatos de Maria, Lara, Davi, Helena e Luana mostram como o consumo na Ocupação São João é condicionado pelo entorno imediato. A proximidade se sobrepõe a fatores como variedade ou custo, refletindo uma realidade onde a acessibilidade dita as escolhas e o comércio local se torna tanto uma solução quanto um reflexo das dinâmicas socioespaciais da comunidade. Essa prática não apenas otimiza recursos em um contexto de mobilidade restrita, mas também reforça a economia do bairro, ainda que às custas de opções mais amplas ou econômicas disponíveis em áreas mais distantes.

Os moradores da Ocupação São João, ao relatarem onde compram roupas e sapatos, expõem uma dimensão do consumo marcada por restrições econômicas, estratégias de sobrevivência e busca por acessibilidade. Maria afirma: “não compro, tudo é doação. Só para meus filhos e de vez em quando no fim de ano”, evidenciando uma dependência de redes de solidariedade para si mesma e compras esporádicas para os filhos, motivadas por ocasiões especiais. Essa prática reflete um contexto de extrema vulnerabilidade, onde itens como roupas são secundários frente a prioridades básicas. Lara, por sua vez, diz: “faz um bom tempo que não compro. A última vez foi de um vendedor ambulante da vizinhança”, apontando para o comércio informal como uma alternativa acessível, ainda que rara, que supre necessidades sem exigir deslocamentos ou gastos maiores.

Luana e Davi, no entanto, optam pelo centro da cidade: “quando compramos é no centro” (Luana) e “no centro” (Davi). Essa escolha sugere uma busca por maior variedade e preços competitivos, mesmo que implique esforço adicional de deslocamento, indicando que o centro urbano é percebido como um polo comercial viável para quem

consegue acessá-lo. Já Helena comenta “nas lojas mais baratas, ela fica localizada no bairro Santos Dumont, o nome da local é Loja dos Vinte”, destacando uma estratégia que combina economia e proximidade. A Loja dos Vinte, situada em um bairro próximo, emerge como uma opção que reduz a necessidade de viagens longas, atendendo à demanda por produtos de baixo custo dentro de um raio acessível.

Essas falas delineiam três padrões de consumo: o uso de doações (Maria), o recurso ao comércio informal (Lara) e a busca por lojas acessíveis no centro ou em bairros próximos (Luana, Davi, Helena). Tais estratégias revelam como as limitações financeiras moldam as escolhas, priorizando soluções locais ou de mínima despesa. O comércio ambulante citado por Lara e lojas como a Loja dos Vinte apontam para uma economia alternativa que supre comunidades periféricas, ainda que com oferta limitada e precária, enquanto a ida ao centro, mencionada por Luana e Davi, exige maior planejamento e recursos.

Sobre idas ao *shopping center*, as respostas dos moradores são unânimes em sua negação: Maria, Lara, Luana e Davi dizem “não”, e Helena reforça: “não, não tenho nem dinheiro para isso”. Essa rejeição reflete barreiras tanto econômicas quanto geográficas, com a fala de Helena explicitando o shopping como um luxo inviável diante da falta de recursos. Para esses moradores, o shopping não é apenas distante fisicamente — exigindo transporte e custos adicionais —, mas também simbolicamente, representando um estilo de consumo e lazer desconectado de sua realidade. A uniformidade do “não” sugere uma exclusão coletiva, onde o shopping, associado a padrões de médio e alto poder aquisitivo, permanece fora do alcance da comunidade.

Esses relatos mostram como o consumo na Ocupação São João é condicionado por desigualdades socioespaciais. Enquanto doações e comércio informal atendem às necessidades mínimas (Maria e Lara), e lojas acessíveis oferecem opções limitadas (Luana, Davi, Helena), o shopping simboliza um universo inalcançável. Essa dinâmica sublinha uma segmentação profunda: o consumo é restrito ao entorno imediato ou a estratégias de sobrevivência, contrastando com a exclusão de espaços formais de lazer e comércio, como o shopping, que reforçam a segregação entre diferentes camadas sociais.

Os moradores da Ocupação São João, ao responderem sobre o hábito de comprar sem sair de casa, revelam uma relação com o comércio eletrônico marcada por barreiras tecnológicas e uma adaptação incipiente. Maria diz: “não, agora que eu aprendi a usar o PIX porque eu nem usava”, indicando que a falta de familiaridade com ferramentas digitais a excluiu do e-commerce até recentemente. Sua menção ao aprendizado do PIX,

um sistema de pagamento instantâneo, sugere um passo inicial rumo à inclusão digital, que pode abrir portas para compras online no futuro, embora ainda não seja uma prática consolidada. Lara, por outro lado, relata: “comprei algumas vezes, um vestido”, mostrando uma abertura esporádica ao comércio eletrônico. A escolha de um vestido — item muitas vezes ligado a ocasiões especiais — implica que o *online* é uma alternativa para produtos específicos, possivelmente indisponíveis localmente, ainda que seu uso seja raro.

Luana afirma: “não, eu nem sei mexer”, apontando explicitamente a falta de habilidades digitais como obstáculo, enquanto Davi e Helena dizem apenas “não”, sem detalhar motivos, sugerindo uma desconexão geral com o *e-commerce*, seja por resistência, falta de acesso ou desinteresse. Essas respostas negativas predominantes refletem uma realidade onde o comércio *online* permanece distante para a maioria, contrastando com a experiência isolada de Lara e o progresso tímido de Maria. A barreira tecnológica, como sublinhada por Luana, somada a possíveis limitações de infraestrutura como internet de qualidade ou dispositivos adequados, evidencia uma exclusão digital que restringe o acesso às vantagens do *e-commerce*, como conveniência e variedade.

A fala de Maria sobre o PIX destaca o potencial transformador da capacitação digital. Aprender uma ferramenta básica de pagamento pode ser um ponto de partida para explorar o comércio eletrônico, especialmente em comunidades periféricas onde o comércio físico é limitado por distância ou oferta. Já o exemplo de Lara mostra que, mesmo com uso ocasional, o *online* supre necessidades específicas, sugerindo que a adoção plena depende de maior familiaridade e acesso. A resistência de Luana, Davi e Helena, no entanto, reforça que essa transição é lenta e desigual, influenciada por fatores geracionais, educacionais e socioeconômicos.

Esses depoimentos expõem uma separação entre os poucos que experimentam o comércio digital (Maria e Lara) e a maioria que permanece à margem (Luana, Davi, Helena). Enquanto o *e-commerce* se consolida como prática cotidiana em outros contextos, na Ocupação São João ele é uma exceção, limitada por barreiras tecnológicas e estruturais. Isso sublinha a necessidade de políticas de inclusão digital que ampliem o acesso a ferramentas e infraestrutura, reduzindo desigualdades e integrando essas populações a um universo de consumo mais amplo, com benefícios que vão além da aquisição de bens, como a economia de tempo e a expansão de escolhas.

A análise das práticas de consumo revela como o acesso a bens e serviços reflete a fragmentação socioespacial nas cidades. Em áreas periféricas, frequentemente

negligenciadas pelo mercado formal, os moradores dependem de pequenos comércios locais para suprir suas necessidades diárias. Essa dinâmica decorre da concentração de grandes centros comerciais em regiões centrais ou privilegiadas, enquanto as periferias sofrem com a escassez de investimentos e a precariedade da infraestrutura comercial. Assim, a lógica dos grandes centros de consumo, ao se restringir a locais específicos, intensifica a desigualdade de acesso e transforma o ato de consumir em um indicador de exclusão ou privilégio. Diante disso, alternativas como feiras populares e mercados informais surgem como estratégias de resistência dos moradores dessas áreas, evidenciando, ao mesmo tempo, a ausência de um planejamento urbano inclusivo.

As práticas socioespaciais cotidianas dos moradores da Ocupação São João e dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho, em Três Lagoas-MS, ilustram como a fragmentação socioespacial impacta suas vidas de maneira multifacetada. Dificuldades relacionadas a moradia, trabalho, mobilidade e consumo refletem a exclusão e a desigualdade estruturais desses locais. Os residentes enfrentam ciclos de pobreza e precariedade, agravados pela falta de acesso a recursos como transporte eficiente, saneamento adequado, saúde, educação e lazer, além de maior exposição à violência e à discriminação. Contudo, a resiliência dessas comunidades se manifesta em práticas de solidariedade e resistência, como associações de bairro, movimentos sociais e ações comunitárias espontâneas, que buscam transformar suas realidades.

A análise comparativa das práticas de consumo entre os moradores dos conjuntos habitacionais e da ocupação (Mapa 10) expõe claramente a operação da lógica fragmentária no acesso a bens e serviços. Enquanto os moradores dos conjuntos habitacionais conseguem, ainda que com esforço (longos deslocamentos para supermercados maiores, como o Nova Estrela ou Atacadão – ver Mapa 8), acessar circuitos comerciais mais amplos, sua exclusão de espaços como o shopping center (pela distância e custo) revela um limite imposto pela fragmentação. Já na ocupação, o consumo é ainda mais confinado ao entorno imediato (predominância do Bom Vizinho – ver Mapa 9), com acesso a itens como vestuário dependendo de doações, comércio informal ou deslocamentos pontuais ao centro. Essa diferença, visualizada na dispersão desigual dos locais frequentados (comparar Mapas 8 e 9), não reflete apenas poder aquisitivo, mas a própria estrutura espacial fragmentada da cidade, que cria circuitos de consumo segregados e dificulta o acesso universal. A internet surge como alternativa (Mapa 10), mas de forma desigual, limitada por barreiras tecnológicas na Ocupação. Assim, a

fragmentação do consumo se manifesta por meio da restrição de escolhas e da reprodução de desigualdades no acesso aos bens e serviços oferecidos pela cidade.



Mapa 10: Comparação do fluxo espacial das práticas de consumo entre os moradores dos conjuntos habitacionais e da Ocupação São João. **Fonte:** FRANQUELINO, A.R., 2024. **Elaboração:** SILVA, G. S., 2025.

Com base nas narrativas coletadas, percebe-se que a fragmentação socioespacial vai além da distribuição desigual de infraestrutura, manifestando-se também nas relações sociais e nas experiências cotidianas. Ela condiciona as interações dos indivíduos com o espaço urbano e reforça identidades marcadas por ritmos e camadas de exclusão. Este capítulo propôs ampliar a compreensão das desigualdades urbanas, destacando não apenas suas expressões materiais — como a precariedade dos serviços —, mas também os significados atribuídos pelas comunidades a essas divisões. Nesse contexto, as práticas cotidianas emergem como formas de resistência e ressignificação, apontando caminhos para transformações impulsionadas pela agência coletiva. No entanto, é crucial problematizar se essa agência, embora potente na esfera do vivido, consegue de fato subverter as estruturas sistêmicas da fragmentação socioespacial. Seria simplista conceber a resistência apenas como uma força disruptiva sem considerar sua complexa inserção em um contexto de dominação e reprodução do capital. A própria persistência da fragmentação nos levanta a questão: essas práticas seriam genuinamente

transformadoras ou, em alguma medida, também mecanismos de adaptação e sobrevivência que, paradoxalmente, permitem a continuidade da lógica hegemônica?

Conforme Rolnik (2009), a produção do espaço urbano no Brasil segue uma lógica que privilegia a acumulação de capital em detrimento da equidade social, relegando grande parte da população à precariedade. Esse processo, porém, também dá origem a formas alternativas de organização espacial. A ocupação de terrenos vazios, a criação de hortas comunitárias, a realização de eventos culturais e religiosos e as práticas de economia solidária são exemplos de como essas comunidades reconfiguram o ambiente urbano de maneira mais inclusiva e participativa.

Compreender essas dinâmicas é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes. Políticas habitacionais que priorizem a inclusão social, em vez de apenas deslocar populações para periferias, podem reduzir as desigualdades urbanas. Além disso, programas que ampliem o acesso à educação, saúde e profissionalização são fundamentais para romper os ciclos de pobreza que perpetuam a segregação. No campo do consumo, a instalação de mercados populares em áreas periféricas, a melhoria do transporte para zonas comerciais e o incentivo a circuitos curtos de abastecimento representam caminhos para democratizar o acesso e desconstruir a lógica excludente que transforma o ato de comprar em mais um marcador de desigualdade.

Essa análise demonstra que a fragmentação socioespacial, longe de ser apenas uma característica da produção contemporânea do espaço, reflete relações de poder, desigualdade e exclusão nas cidades. O desafio está em reconhecer como as práticas espaciais dos moradores podem contribuir para transformar esse cenário, promovendo maior integração urbana e reduzindo as disparidades que afetam suas vidas. Assim, as narrativas e estratégias dos moradores da Ocupação São João, Novo Oeste e Orestinho não apenas evidenciam os impactos da segregação, mas também revelam seu potencial transformador. Mesmo diante das adversidades, essas comunidades demonstram forças e resistências capazes de desafiar as desigualdades estruturais, pavimentando o caminho para um futuro mais equitativo e sustentável no espaço urbano.

CONCLUSÃO

A presente tese investigou as práticas espaciais e o cotidiano dos moradores da Ocupação São João e dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho em Três Lagoas-MS, buscando verificar a ocorrência e as manifestações de uma lógica fragmentária na produção e vivência do espaço urbano. Os resultados confirmam a hipótese central: a fragmentação socioespacial não é apenas uma tendência, mas um processo ativo e estruturante da realidade urbana de Três Lagoas, operando de maneiras distintas, mas convergentes, tanto na produção habitacional formal precarizada quanto na exclusão que fomenta a ocupação informal.

A análise detalhada das dimensões do habitat, trabalho, mobilidade e consumo (Capítulo 4) demonstrou como essa lógica se materializa concretamente: (a) no habitat, pela produção de moradias desconectadas da cidade, seja pela precariedade extrema e ausência de serviços básicos na Ocupação, seja pela má qualidade construtiva e abandono institucional nos conjuntos; (b) na mobilidade e trabalho, pela imposição de longos e penosos deslocamentos, reflexo da desarticulação entre moradia e emprego, e pela ineficiência do transporte público em conectar os espaços; e (c) no consumo, pela criação de circuitos segregados e pelo acesso desigual a bens, serviços e equipamentos de lazer. Essa fragmentação impõe barreiras cotidianas que limitam o exercício do direito à cidade (Lefebvre, 2010) e reproduzem as desigualdades socioespaciais.

No Capítulo 1, buscou estabelecer um arcabouço teórico para a análise da produção da cidade, centrando-se no cotidiano e nas práticas espaciais como lentes privilegiadas para compreender as dinâmicas de segregação e fragmentação socioespacial. A partir das contribuições de autores como Lefebvre (2000), Carlos (2020), Rodrigues (2000), Sposito e Sposito (2020), entre outros, foi possível delinear a cidade como um espaço socialmente produzido, onde as relações de poder, as lógicas econômicas e as práticas dos habitantes se entrelaçam para configurar um tecido urbano marcado por desigualdades e contradições.

A análise do cotidiano revelou-se essencial para captar a complexidade da vida urbana, evidenciando como as práticas espaciais — desde os deslocamentos rotineiros até as formas de resistência e apropriação do espaço — refletem e moldam as estruturas da cidade. Essas práticas, ao mesmo tempo em que são condicionadas pelas condições materiais e simbólicas do espaço urbano, também possuem o potencial de resignificá-lo, apontando para possibilidades de transformação. Nesse sentido, o direito à cidade,

enquanto utopia orientadora, emerge como um horizonte ético e político que desafia as lógicas excludentes e mercantis predominantes, propondo uma urbanidade mais justa e inclusiva.

A segregação socioespacial, compreendida como um processo histórico de separação e hierarquização dos grupos sociais no espaço, foi abordada como uma manifestação das desigualdades estruturais que caracterizam o desenvolvimento urbano sob o capitalismo. Contudo, a fragmentação socioespacial amplia essa perspectiva ao revelar uma dinâmica mais complexa e contemporânea, caracterizada pela desarticulação do tecido urbano e pela criação de espaços isolados e desconectados. Esse processo, intensificado por fatores como a autossegregação, a mercantilização do espaço e a ausência de políticas inclusivas, não apenas reflete as disparidades socioeconômicas, mas também as reproduz, impactando diretamente a vivência cotidiana dos habitantes, sobretudo os mais vulneráveis.

A articulação entre segregação e fragmentação socioespacial oferece, assim, uma base robusta para analisar as cidades contemporâneas, indo além de modelos tradicionais como o centro-periferia e reconhecendo a multiplicidade de escalas e relações que configuram o espaço urbano. Nesse contexto, as práticas espaciais dos moradores emergem como um ponto de partida fundamental para compreender tanto as limitações impostas por essas dinâmicas quanto as estratégias de resistência que desafiam a lógica fragmentária. A cidade, portanto, não é apenas um produto acabado, mas um processo em constante construção, onde o cotidiano se configura como um campo de tensões, possibilidades e reinvenções.

Diante disso, o capítulo 1 lançou as bases teóricas para a investigação que se desdobrou nos próximos capítulos, com foco no cotidiano e nas práticas espaciais dos moradores da Ocupação São João e dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho, em Três Lagoas-MS. A partir dessa perspectiva, busca-se não apenas identificar os impactos da fragmentação socioespacial em uma cidade média, mas também explorar como as ações e narrativas desses habitantes revelam formas de agência e resiliência frente às desigualdades urbanas. Assim, a análise proposta pretende contribuir para uma compreensão mais profunda das dinâmicas urbanas contemporâneas e para o debate sobre caminhos possíveis para a construção de cidades mais equitativas e integradas

O capítulo 2 analisou as transformações urbanas em Três Lagoas-MS sob a perspectiva da produção do espaço urbano, com foco nos impactos da industrialização e das políticas habitacionais, especialmente o Programa Minha Casa Minha Vida

(PMCMV) e o Programa Casa Verde e Amarela (PCVA), bem como os desafios persistentes do déficit habitacional. A industrialização, iniciada de forma significativa a partir dos anos 1990, reconfigurou a dinâmica socioespacial da cidade, promovendo um crescimento populacional expressivo e a diversificação dos padrões habitacionais, mas também intensificando desigualdades e complexificando as relações urbanas. Esse processo, impulsionado por grandes investimentos no setor de papel e celulose, transformou Três Lagoas em um polo econômico, mas revelou os limites de um desenvolvimento que não priorizou a integração equitativa do espaço urbano.

As políticas habitacionais, embora tenham contribuído para a redução quantitativa do déficit habitacional – como evidenciado pela entrega de unidades como os conjuntos Novo Oeste e Orestinho –, apresentaram contradições estruturais. O PMCMV, implementado em 2009, e o PCVA, lançado em 2021, priorizaram uma lógica mercadológica, com empreendimentos localizados em áreas periféricas, padronização excessiva e pouca atenção à infraestrutura e aos serviços essenciais. Essas características reforçaram a segregação socioespacial, limitando o acesso das populações de baixa renda a uma moradia digna integrada à cidade. Além disso, a transição do PMCMV para o PCVA evidenciou um retrocesso na ênfase ao direito à moradia, com maior alinhamento aos interesses do mercado imobiliário e menor foco nas faixas de renda mais vulneráveis.

O *déficit* habitacional, enquanto conceito central para as políticas públicas, mostrou-se insuficiente para captar a complexidade das necessidades habitacionais em Três Lagoas e no Brasil. Autores como Bolaffi (1982), Nascimento e Braga (2009), Santana (2020), Bonduki (2022) e Acioly Jr. (2022) destacaram a necessidade de superar a visão meramente quantitativa, incorporando dimensões como qualidade das moradias, acessibilidade financeira, localização e participação comunitária. Em Três Lagoas, os dados de 2010 e 2023 revelam que, apesar dos avanços na construção de unidades habitacionais, problemas como o ônus excessivo com aluguel, a coabitação e os domicílios precários persistem, indicando que as políticas implementadas não abordaram plenamente as causas estruturais da questão habitacional.

Assim, conclui-se que a produção do espaço urbano em Três Lagoas reflete tanto os benefícios quanto os limites de um modelo de desenvolvimento atrelado à industrialização e às políticas habitacionais de cunho mercadológico. Para enfrentar os desafios do déficit habitacional e promover o direito à moradia digna, é imprescindível adotar uma abordagem mais integrada e contextualizada, que priorize a equidade socioespacial, a qualidade de vida e a inclusão das populações mais vulneráveis. Somente

assim será possível transformar Três Lagoas em um espaço urbano mais justo e sustentável, superando as desigualdades históricas que ainda moldam sua configuração.

A análise conduzida no capítulo 3, centrada na Ocupação São João e nos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho em Três Lagoas-MS, revelou as complexas dinâmicas socioespaciais que caracterizam a produção do espaço urbano em contextos de industrialização e políticas habitacionais. Por meio de entrevistas semiestruturadas, observações de campo e análise documental, foi possível compreender como os moradores dessas áreas vivenciam o cotidiano, enfrentam desafios estruturais e desenvolvem estratégias de resistência e adaptação frente às desigualdades socioespaciais.

Na Ocupação São João, os dados evidenciaram que a falta de políticas habitacionais eficazes, agravada pela crise econômica e sanitária da pandemia de COVID-19, impulsionou a ocupação como uma resposta direta à exclusão do mercado formal de moradia. As narrativas dos moradores e apoiadores, como José e Luan, destacaram a precariedade da infraestrutura – ausência de água, energia elétrica e saneamento básico – e os embates com o poder público, como a Lei 3.717/2020, que restringe o acesso a programas habitacionais. Apesar disso, a organização comunitária e o apoio de movimentos sociais, como o Movimento Luta Popular, emergiram como elementos centrais na luta pelo direito à moradia e na busca por regularização fundiária, exemplificando uma resistência ativa à lógica excludente do espaço urbano.

Já nos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho, construídos no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), os relatos dos moradores apontaram para uma realidade marcada por problemas estruturais – infiltrações, rachaduras, falhas no abastecimento de água e energia – e pela segregação socioespacial decorrente da localização periférica e da baixa qualidade construtiva. As entrevistas revelaram que, embora esses empreendimentos tenham reduzido o déficit habitacional quantitativo, a priorização de interesses mercadológicos por parte das construtoras, como a Brookfield, comprometeu a habitabilidade e a integração urbana, perpetuando a exclusão social. A verticalização, imposta sem considerar as práticas espaciais pregressas dos moradores, gerou desconforto e até o abandono de unidades, conforme apontado por Almeida e Milani (2020), evidenciando uma desconexão entre o modelo habitacional e as necessidades reais da população.

Tanto na Ocupação São João quanto nos conjuntos habitacionais, observa-se uma lógica fragmentária que permeia a produção do espaço urbano em Três Lagoas. Essa

lógica é explicitada, por exemplo, na precariedade da infraestrutura e na segregação espacial que separa essas áreas do restante da cidade, como visto nas dificuldades de acesso a serviços básicos e na distância do centro urbano relatada por moradores como Julia e Chico. Tal fragmentação, conforme discutido nos capítulos anteriores, reflete a imposição de um modelo de desenvolvimento que privilegia a acumulação de capital em detrimento da equidade socioespacial, reproduzindo desigualdades históricas e limitando o direito à cidade.

Assim, o capítulo 3 reforça a hipótese central da pesquisa: a produção do espaço urbano em Três Lagoas, impulsionada pela industrialização e mediada por políticas habitacionais como o PMCMV, resulta em uma urbanização marcada por contradições, onde o crescimento econômico não se traduz em inclusão social. A lógica fragmentária, materializada na desconexão entre as áreas analisadas e o tecido urbano consolidado, bem como na precariedade das condições de vida, demonstra que as transformações recentes não superaram os desafios estruturais do *déficit* habitacional e da segregação. Para além da análise empírica, este estudo sublinha a urgência de políticas públicas que priorizem a qualidade de vida, a participação comunitária e a integração socioespacial, oferecendo caminhos para um desenvolvimento urbano mais justo e sustentável em Três Lagoas.

No capítulo 4 a análise das práticas espaciais cotidianas dos moradores da Ocupação São João e dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho, em Três Lagoas-MS, a partir das dimensões de habitat, trabalho, mobilidade e consumo, revelou como a lógica fragmentária do espaço urbano não é um fenômeno abstrato, mas uma realidade vivida que condiciona e restringe profundamente suas existências. Por meio das narrativas dos entrevistados, foi possível identificar que a fragmentação socioespacial não se limita à precariedade da infraestrutura ou à segregação, mas se estende às dinâmicas sociais, econômicas e simbólicas que moldam o cotidiano dessas comunidades, evidenciando uma urbanização marcada por desigualdades estruturais.

No que diz respeito ao habitat, os moradores dos conjuntos habitacionais enfrentam problemas como baixa qualidade construtiva e estigma territorial, enquanto na Ocupação São João a luta por moradia digna se traduz em autoconstrução precária e na ausência de serviços básicos como água e energia. Apesar disso, a conquista da casa própria nos conjuntos e a organização comunitária na ocupação emergem como expressões de resiliência e apropriação do espaço, ainda que em contextos adversos. A dimensão do trabalho destacou a distância entre moradia e oportunidades de emprego, agravada por longos deslocamentos e pela precariedade do transporte público, o que

consome tempo e energia, limitando a qualidade de vida e a mobilidade social. Na mobilidade, a dependência de soluções individuais — como bicicletas e caronas — e a ineficiência do transporte coletivo reforçam a desconexão entre as áreas periféricas e o restante da cidade, consolidando barreiras físicas e sociais. Já o consumo revelou estratégias adaptativas, como a preferência por mercados locais e o uso incipiente do comércio eletrônico, mas também expôs a exclusão de espaços como shoppings e a concentração de melhores opções comerciais em áreas centrais, perpetuando desigualdades de acesso a bens e serviços.

Essas práticas cotidianas, embora marcadas pela precariedade e exclusão, também evidenciam a capacidade de resistência e criatividade das comunidades. Na Ocupação São João, a solidariedade e a organização coletiva, apoiadas por movimentos sociais como o Luta Popular, transformam a luta por moradia em um ato de agência e pertencimento. Nos conjuntos habitacionais, a personalização dos apartamentos e a valorização da casa própria como conquista simbolizam a busca por estabilidade e dignidade, mesmo diante de limitações estruturais. Tais estratégias não apenas mitigam os impactos da fragmentação, mas apontam para formas alternativas de produção do espaço urbano, desafiando a lógica excludente que privilegia a acumulação de capital em detrimento da equidade.

A lógica fragmentária, portanto, manifesta-se como um reflexo das relações de poder e desigualdade que estruturam a urbanização em Três Lagoas, corroborando a hipótese de que o crescimento econômico impulsionado pela industrialização e mediado por políticas habitacionais como o PMCMV não se traduziu em inclusão social plena. Pelo contrário, a segregação socioespacial persiste na forma de periferias desconectadas, infraestrutura precária e acesso desigual a oportunidades, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão. Contudo, as narrativas dos moradores também sugerem que essas comunidades não são apenas vítimas passivas desse processo: suas práticas de resistência e resignificação do espaço abrem caminhos para repensar o urbano a partir de perspectivas mais inclusivas e participativas.

Dessa forma, este capítulo reforça a necessidade de políticas públicas que superem a visão quantitativa da produção habitacional e priorizem a integração socioespacial, considerando as múltiplas dimensões da vida urbana — moradia, trabalho, mobilidade e consumo. Investimentos em transporte público eficiente, infraestrutura básica, inclusão digital e acesso equitativo a serviços e bens de consumo são fundamentais para romper as barreiras da fragmentação e garantir o direito à cidade. As experiências

dos moradores da Ocupação São João, Novo Oeste e Orestinho não apenas ilustram os desafios de um modelo urbano excludente, mas também evidenciam o potencial transformador da ação coletiva, oferecendo lições valiosas para a construção de um futuro mais justo e sustentável em Três Lagoas.

Os achados da pesquisa corroboram de que a fragmentação socioespacial está em curso presente em Três Lagoas-MS, manifestando-se na segregação socioespacial, no isolamento dos espaços populares e na desarticulação das diferentes partes da cidade. Esse processo não é apenas um reflexo da desigualdade social, mas um mecanismo ativo que reforça e aprofunda as disparidades existentes, restringindo o direito à cidade para amplos setores da população.

A fragmentação socioespacial, portanto, não é um fenômeno natural, mas uma construção social e política, intimamente ligada ao modelo contemporâneo de urbanização. Esse processo amplia a desconexão entre diferentes grupos sociais e limita as interações nos espaços públicos, sendo assim, a lógica fragmentária restringe a diversidade e enfraquece a noção de cidade como um espaço de convivência democrático.

Entretanto, a pesquisa também revelou que, apesar das desigualdades impostas, os moradores desenvolvem estratégias ativas de resistência e apropriação do espaço urbano. A organização comunitária na Ocupação São João, a ajuda entre vizinhos para manutenção das moradias nos conjuntos habitacionais e as formas coletivas de superação dos desafios urbanos demonstram que a fragmentação socioespacial não é um processo absoluto, no qual diferentes grupos reivindicam o direito à cidade. Esses movimentos, ao desafiar as imposições da lógica fragmentária, indicam possibilidades de construção de espaços mais inclusivos e democráticos.

Diante dessas constatações, esta tese reforça a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e integradas, que priorizem não apenas o acesso à moradia, mas também a infraestrutura urbana adequada e a articulação socioespacial dos territórios. A superação da fragmentação socioespacial exige estratégias multiescalares e intersetoriais, capazes de integrar planejamento urbano, mobilidade, desenvolvimento econômico e oferta de serviços públicos essenciais. Além disso, é fundamental que a população participe efetivamente dos processos decisórios, garantindo que as políticas urbanas atendam às necessidades reais das comunidades.

Por fim, esta pesquisa contribui para os debates sobre urbanização e fragmentação socioespacial ao evidenciar que a cidade não é apenas um espaço físico, mas um produto social e histórico, moldado pelas relações de poder e pelas práticas cotidianas de seus

habitantes. Os indícios da lógica fragmentária, por meio da narrativa dos moradores desses habitats, conjunto habitacional e ocupação em Três Lagoas-MS, refletem as contradições do modelo de urbanização brasileiro, mas também revela potencialidades de resistência e transformação. Como propõe Lefebvre (2000), o direito à cidade não se resume ao acesso ao espaço urbano, mas implica a possibilidade real de apropriação e participação na sua construção. Assim, por meio de políticas públicas comprometidas com a democratização do espaço urbano será possível avançar na construção de cidades mais integradas e acessíveis a todos.

REFERÊNCIAS

ABATE, Alexandre Antonio. **As vozes da fragmentação socioespacial: Uma leitura pelas lentes da mobilidade e da acessibilidade urbanas de cidadãos que habitam a periferia de Ribeirão Preto – SP**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de PósGraduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – FCT/Unesp –campus de Presidente Prudente – SP, 2022.

ALCANTARA, Danilo Marcondes de. **“Minha Casa Minha Vida”: trajetórias e práticas espaciais na produção de um lugar na cidade de Londrina/PR**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de PósGraduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – FCT/Unesp –campus de Presidente Prudente – SP, 2018.

ALCIOLY JR, Claudio. Impacto ou resultado no acesso a habitação: medir o déficit ou medir a necessidade habitacional? *In*: SANTOS, Eleonora Cruz (Org.). **Ensaio e discussões sobre o déficit habitacional no Brasil**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2022. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1stJWtC0dMFtK_Zz0G0zFBjDgw2WxjL_i/view Acesso em: 10 de abril de 2023.

ALMEIDA, Rubenita Martins de; BEZERRA, Victor Gabriel Domingues. As contradições no fornecimento de moradias do programa de habitação social em Três Lagoas/MS. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 12, p. 32188-32203, 2019.

ALMEIDA, Rubenita Martins de. **A segregação socioespacial em Três Lagoas/MS: uma análise a partir dos conjuntos habitacionais verticais Novo Oeste e Orestinho**. Dissertação (Mestrado em Geografia) -Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas-MS, 2021.

ALMEIDA, Rubenita Martins de; MILANI, Patricia Helena. A resistência ao estilo de residências verticais nos conjuntos habitacionais em Três Lagoas-MS. **Formação (Online)**, v. 27, n. 52, 2020.

AMENDOLA, Giandomenico. **La ciudad postmoderna**. Madri: Celeste, 2000, p. 19-97.

AMORIM, Paulo Henrique Silva de. **Fragmentação socioespacial, práticas espaciais e cotidiano: bairro Residencial Integração – Uberlândia (MG)**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2022.290>.

ARAÚJO, Débora Cristina. **A qualidade de vida na habitação social verticalizada a partir da avaliação pós-ocupação: o caso do conjunto habitacional cidade verde**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

BALBIM, Renato Nunes. **Do Casa Verde e Amarela ao Banco Nacional da Habitação, passando pelo Minha Casa Minha Vida: Uma avaliação da velha nova política de desenvolvimento urbano**. Texto para Discussão, 2022.

BALBIM, R. Os tons de cinza do Casa Verde e Amarela. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 2020. Disponível em <<https://diplomatique.org.br/os-tons-de-cinza-do-casa-verde-e-amarela/>> Acesso em 11 de agosto de 2022.

BALBIM, Renato; KRAUSE, Cleandro; LIMA NETO, Vicente Correia. **Para além do Minha Casa Minha Vida: uma política de habitação de interesse social?** Brasília: Ipea, 2015. (Texto para Discussão, n. 2116).

BATISTA, Ricardo Lopes. **Produção do espaço e controle social: os espaços residenciais populares fechados como novo modelo de moradia**. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Presidente Prudente-SP, 2015.

BEZERRA, Victor Gabriel Domingues. **Algumas vozes da cidade: análises da vida cotidiana de três moradoras dos conjuntos habitacionais verticais em Três Lagoas – MS**. Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Geografia) -Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas-MS, 2021.

BOCATO, Lucas Alexandre de Moura. **Produção do espaço na cidade, políticas públicas de habitação social e a luta pelo direito à moradia em Três Lagoas (MS)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) -Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas-MS, 2023.

BOLAFFI, Gabriel. O problema e o falso problema. In: MARICATO, Erminia (org.). **A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil**. São Paulo: MFA-Ômega, 1982.

BONDUKI, Nabil Georges. **Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa, Minha Vida**. Teoria e Debate, v. 22, n. maio/ju 2009, p. 8-14, 2009. Acesso em: 21 ago. 2023.

BONDUKI, Nabil. Metodologias de avaliação do déficit habitacional: avaliação crítica e perspectivas. In: SANTOS, Eleonora Cruz (Org.). **Ensaio e discussões sobre o déficit habitacional no Brasil**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2022. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1stJWtC0dMFtK_Zz0G0zFBjDgw2WxjL_i/view. Acesso em 10 de abril de 2023.

BRENNER, Neil. Teses sobre a urbanização. **Revista eletrônica E-Metrópolis**. Ano 5, n. 19, 2014.

CABRAL, Gabriel Enrique Higo Mafra. **Autoconstrução e Precariedade Habitacional: algumas interfaces na experiência em Paraisópolis**. In: 1º Encontro Latino-Americano de Engenharia e Sociedade - São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www.doity.com.br/anais/engenhariaesociedade/trabalho/88627>>. Acesso em: 24 de julho de 2023.

CAMPOS, Paola Rogedo; MENDONÇA, Jupira Gomes. Estrutura socioespacial e produção habitacional na Região Metropolitana de Belo Horizonte: novas tendências. In: CARDOSO, A. L. (org.). **O PMCMV e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2013.

CARDOSO, Adauto Lucio.; ARAGÃO, Thêmis Amorim. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos de política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, Adauto Lucio. **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 17-66.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Segregação socioespacial e o “direito à cidade**. Geosp – Espaço e Tempo (On-line), v. 24, n. 3, p. 412-424, dez. 2020. ISSN 2179-0892.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos estudos CEBRAP**, v. 47, p. 155-76, 1997.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. Diferenciação socioespacial, escalas e práticas espaciais. **Cidades**, Presidente Prudente. v. 4, n.6, p.61-72, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. Ática, 1989.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Fragmentação socioespacial em cidades médias paulistas**. 2015. 400 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2015.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Territórios de autosegregação e de segregação imposta: fragmentação socioespacial em Marília e São Carlos**. 2011. 316 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade Ciências e Tecnologia, 2011.

FIX, Mariana de Azevedo Barreto. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

FRAGURB. **Fragmentação Socioespacial e Urbanização Brasileira: Escalas, Vetores, Ritmos, Formas e Conteúdos**. UNESP, 2023. Disponível

em: <https://www.fragurb.fct.unesp.br/projeto-de-pesquisa>. Acesso em: 19 de março de 2025.

FROTA, Henrique Botelho. **O direito à cidade: desafios para a construção da utopia por uma vida transformada**. In: SOUSA JÚNIOR et al. (organizadores). *O Direito achado na rua: Introdução crítica ao Direito Urbanístico*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019. DOI: <https://doi.org/10.26512/9788523009304.c14>

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Metodologia do déficit habitacional e da inadequação de domicílios no Brasil -2016-2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021. 158 p. Disponível em: <http://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/14.05_Relatorio-Inadequacao-de-Domicilios-no-Brasil-2016-2019-versao-2.0_compressed.pdf>. Acesso em: 16 abril 2023.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Déficit Habitacional no Brasil**. Belo Horizonte: FJP Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1995.

GUERREIRO, Isadora Andrade; ROLNIK, Raquel. **Regularização Fundiária Verde e Amarela: endividamento e precariedade**. [SI]: Labcidade, 2020. Acesso em 20 de junho de 2024. Disponível em <[GOMES, Camila; MORAES, Isabela. Inciso XXIII – **Função social da propriedade: “A propriedade atenderá a sua função social”**. Politize, 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/artigo-quinto/funcao-social-da-propriedade/>. Acesso em: 14 ago. 2024.](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/99678332/Regularizacao_fundiaria_Verde_e_Amarela_endividamento_e_precariedade_LabCidade-libre.pdf?1678472286=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DRegularizacao_fundiaria_Verde_e_Amarela.pdf&Expires=1745878755&Signature=Z0EdfTt~h02SY-SxbbiT71OgbfcVw0HWIpkpnCFd4nUP8h9GbrZNowrDlQxbY8x8eoyvPSy3LNEraoH~VoyWzh0kpastDjUs9UqGI~yVwAW55k7igw2wVrxVnVX42tQTPLcfMUWedP3CtzZ8csTKvhOFcx9ZYCwpHQkmJaPtTHLdJhqUAaneH2~mHY~ml9kqwPK5NyIMYDoZ~4fIq8l3kgrRrZHXYsZsTkP2qIrwAWYMWe~D9vPw3~mnsTv-KjctQVd6GNRIEeywiTA3Z4MxTVs7j268KFuaETQnzJRBBTsS7W5W9dDoCETL-92X99C6sLf~Us~9Ok-o3S7zXzWng__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA>></p></div><div data-bbox=)

GOES, Eda Maria; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; MILANI, Patricia Helena; CATALAO, Igor; MAGRINI, Maria Angélica Oliveira; SANTOS, Rafael Roxo; SOUZA, Marcos Vinícius Mariano de. Entrevistas com cidadãos: perspectivas para a análise das práticas espaciais sob a lógica fragmentária. In: Eda Maria Góes; Everaldo Santos Melazzo. (Org.). **Metodologias de pesquisa em estudos urbanos: procedimentos, instrumentos e operacionalização**. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2022, v. 452, p. 71-122.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes. 2014.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente**. Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2013, p.21 – 64 e p.197 – 219.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Cidades e Estados**. Três Lagoas-MS: IBGE, 2024. Disponível em : <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/tres-lagoas/historico> > Acesso em 27 janeiro de 2024.

JPNEWS. **Mais de 400 estrangeiros desembarcam em Três Lagoas em busca de nova vida**, 2022. Disponível em <<https://www.rcn67.com.br/jpnews/tres-lagoas/mais-de-400-estrangeiros-desembarcam-em-tres-lagoas-em-busca-de/159637/#:~:text=Somente%20em%202021%2C%20pelo%20menos,Tr%C3%AAs%20Lagoas%20recebeu%20830%20imigrantes>>. Acesso em 22 de julho de 2022.

JURADO, F. L. S. **O Processo de Industrialização na Cidade de Três Lagoas (MS): Discursos, desdobramentos e contradições**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Aquidauana - MS, 2008.

KRAUSE, Cleandro; BALBIM, Renato; NETO, Vicente Correia Lima. **Minha Casa Minha Vida, nosso crescimento: onde fica a política habitacional**. Brasília: Ipea, 2013. (Texto para Discussão, n. 1853)

LINDON, Alicia. El mito de la casa propia y las formas de habitar. **Scripta Nova**, vol IX, n. 194 (20), 2005.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4^{éd}.Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LEGROUX, Jean. A lógica urbana fragmentária: delimitar o conceito de fragmentação socioespacial. **Caminhos de Geografia**, v. 22, n. 81, 2021.

LINDÓN, Alicia. Geografias de la vida cotidiana. *In*: LINDÓN, Alicia; HIERNAUX, Daniel. **Tratado de Geografia Humana**. Barcelona: Antrophos, 2006.

LOUREIRO, Maria Rita; MACÁRIO, Vinicius; GUERRA, Pedro. **Democracia, arenas decisórias e políticas públicas: o Programa Minha Casa Minha Vida**. Texto para Discussão, 2013.

MARES, Rizia Mendes. **Fragmentação socioespacial e práticas espaciais do habitar: Experiências urbanas e representações em cidades médias da Bahia**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de PósGraduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – FCT/Unesp –campus de Presidente Prudente – SP, 2022.

MARICATO, Erminia. **A metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2014.

MILANI, Patrícia Helena; SILVA, Edima Aranha. Três Lagoas-MS: uma cidade em transição? In: CALIXTO, Maria José Martinelli Silva; MORENO, Bruno Bomfim; BERNARDELLI, Maria Lúcia Falconi da Hora (orgs.). **O urbano em Mato Grosso do Sul: abordagens e leituras**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2020.

MILANI, Patricia Helena; GOES, Eda Maria. Metodologia qualitativa na análise de práticas espaciais. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.). **A construção de uma pesquisa em ciências humanas**. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2022, v., p. 173-185.

MILANI, Patricia Helena; GOES, Eda Maria. Metodologia qualitativa na análise de práticas espaciais. In: Maria Encarnação Beltrão Sposito; Eliseu Savério Sposito. (Org.). **A construção de uma pesquisa em ciências humanas**. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2022, v. , p. 173-185.

MORCUENDE, Alejandro. Por trás das origens da fragmentação socioespacial. **Mercator**, v. 20, 2021.

MORCUENDE, Alejandro. Diferenciación y fragmentación socioespacial: la contradicción campo-ciudad como teoría y como método. **GEOUSP**, v. 25, 2021.

MOVIMENTO LUTA POPULAR; BOCATO, Lucas Alexandre de Moura; FERRINI, Yasmim Camila; DE OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto; GRADELLA, Frederico dos Santos. **Plano popular urbanístico Ocupação São João**. Três Lagoas-MS, 2021.

NASCIMENTO, Denise Morado; BRAGA, Raquel Carvalho de Queiroz. Q. **Déficit habitacional: um problema a ser resolvido ou uma lição a ser aprendida?** Risco - Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, 9 (1) 2009, p. 98-109. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/AMSA-94QGCL/1/mara_cristina_nogueira_teixeira_2012.pdf> Acesso em: 20 jun. 2023.

NEGRI, Silvio Moisés. Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análises. **Coletâneas do nosso tempo**, v. 8, n. 08, 2008.

OLIVEIRA, Maria Angélica de Magrini. **Vida em enclaves. Imaginário das cidades inseguras e fragmentação socioespacial em contextos não metropolitanos**, 2013. (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente (SP), 482f.

OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. **Ocupação São João entrega projeto de regularização fundiária ao presidente da câmara municipal**. Três Lagoas, 24 nov. 2021. Facebook: LUTA POPULAR - TRÊS LAGOAS. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/469948903166984>> Acesso em 22 jul. 2022.

PAULA, F. M. A. Cidade: espaço dividido - segregação, território e ideologia. **Temas geográficos**. UFMG, 2003.

PACHECO, Daiane da Silva; ARAÚJO, Debora Magalhães. PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA: uma análise crítica de suas tendências e resultados a partir de estudos e produções teóricas sobre o Programa. In: **VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Universidade Federal do Maranhão, 2017.

PEQUENO, Renato; ROSA, Sara Vieira. Inserção urbana e segregação espacial: análise do Programa Minha Casa Minha Vida em Fortaleza. In: CARVALHO, Caio Santo Amore de; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (orgs.). **Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. Disponível em: http://www.observatoriodasmegropoles.net/images/abook_file/mcmv_nacional2015.pdf. Acesso em: 22 ago. 2023.

PEREIRA, Claudio Smalley Soares. CONCEITOS FUNDAMENTAIS EM GEOGRAFIA: PRÁTICAS ESPACIAIS. **GEOgraphia**, v. 26, n. 56, 15 maio 2024.

PERES, Otávio Martins; SABOYA, Renato. Segregação socioespacial, morfologia da expansão e fragmentação socioeconômica em cidades brasileiras de porte médio. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 16, p. e20230192, 2024.

PRÉVÔT SCHAPIRA, Marie-France. Segregación, fragmentación, secesión. Hacia una nueva geograía social em la aglomeración de Buenos Aires. **Economía, Sociedad y Territorio**. Vol. II, n.7, 2000, p. 405-431.

RAMOS, José Ramiro Esteves. **Casa verde amarela: uma avaliação política do programa**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luis/MA, 2023.

REDÓN, Sergio Moreno; CALIXTO, Maria José Martinelli Silva. O Programa Minha Casa Minha Vida e seus desdobramentos socioespaciais. Os novos vetores da produção do espaço em cidades médias brasileiras: notas introdutórias. In: CALIXTO, M. J. M. S.; REDÓN, S. M. (orgs.). **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus desdobramentos socioespaciais: os novos vetores da produção do espaço em cidades médias brasileiras**. Porto Alegre: TotalBooks, 2021.

REIS, Mayara; SILVA, Luciano; ALMEIDA, Ana Luíza; RANGEL, George; SANTOS, Maria Luiza. Perspectivas para habitação de interesse social no brasil pós Covid-19. In: **III SIMPÓSIO NACIONAL DE GESTÃO E ENGENHARIA URBANA: SINGEURB**, 2021, Maceió. Anais... Porto Alegre: ANTAC, 2021. p. 480-486. Disponível em: https://eventos.antac.org.br/index.php/sing_eurb/issue/view/14

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. Boitempo Editorial, 2017.

ROLNIK, Raquel; PEREIRA, Alvaro Luis dos Santos; MOREIRA, Fernanda Accioly; ROYER, Luciana de Oliveira; IACOVINI, Rodrigo Faria Gonçalves; NISIDA, Vitor Coelho. O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Cadernos Metrôpole**, v. 17, p. 127-154, 2015.

RUFINO, Maria Beatriz. Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos analíticos. *In*: CARVALHO, Caio Santo Amore de; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (orgs.). **Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrolopes.net/images/abook_file/mcmv_nacional2015.pdf. Acesso em: 22 ago. 2023.

SANTANA, João Paulo Monte de. **O espaço urbano contemporâneo e o sujeito total insurgente**. 2013. (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio). Rio de Janeiro (RJ), 114f.

SANTANA, Rhaiana Bandeira. **Análise dos indicadores de déficit habitacional e inadequação de domicílios**. Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2020.

SANTOS, Fabio Pereira dos. **A dimensão física e a precariedade habitacional em urbanização de favelas: análise do tratamento da precariedade da moradia autoconstruída em intervenções do PACUAP no município de São Paulo**. Dissertação de mestrado em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo/SP, 2019.

SANTOS, Felipe Cesar Augusto Silgueiro dos. **Andar na cidade: A condição socioespacial da vida urbana em Ribeirão Preto/SP**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente/SP, 2024.

SANTOS, Gabriel Queiroz dos. **Estigmas territoriais em Três Lagoas/MS, Análise a partir dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho**. Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Geografia) -Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas-MS, 2023.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 2009.

SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

SHIMBO, Lúcia Zanin. **Habitação Social, Habitação de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

SILVA, Cristovão Henrique Ribeiro. **A lógica da territorialização da Indústria: o parque industrial em Três Lagoas-MS de 1990-2010**. Dissertação (Mestrado em Geografia) -Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas-MS, 2013.

SILVA, Cristovão Henrique Ribeiro. **Política Industrial Brasileira e a industrialização de Mato Grosso do Sul no Século XXI**. Tese (Doutorado em Geografia) -Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2016.

SILVA, Edima Aranha; SILVA, Cristovão Henrique Ribeiro da. Grupos exportadores e o uso do território no município de Três Lagoas/MS. **Perspectiva Geográfica**, v. 9, n. 10, 2014. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/10397>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

SILVA, Edima Aranha; PINTO, André Luiz; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida; JURADO, Sandra Regina. Industrialização, dinâmica territorial e implicações socioambientais em Mato Grosso do Sul/BR. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47E, 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2482>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

SILVA, João Luiz da. **Os efeitos territoriais da expansão do capital e a transformação do espaço urbano na cidade de Três Lagoas-MS entre os anos de 2000 a 2020**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas-MS, 2021.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.

SPOSITO, Eliseu Salvério. **A vida nas cidades**. São Paulo: Contexto, 1996.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. Práticas espaciais. **A construção de uma pesquisa em Ciências Humanas**. Sposito Maria Encarnação Beltrão e Sposito Eliseu Savério (Orgs.). Consequencia: Rio de Janeiro, 2022.

SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Fragmentação socioespacial. **Mercator (Fortaleza)**, v. 19, p. e19015, 2020.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltão; MIYAZAKI, Vitor Koiti; SANTOS, Rafael Roxo dos; MELAZZO, Everaldo Santos. **Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: Escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos**. In: ANPUR 40 anos: novos tempos, novos desafios em um Brasil diverso, 2023. Belém, on line. Anais eletrônicos [...] Belo Horizonte/MG: XX ENANPUR Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2023. Disponível em: <https://anpur.org.br/anais-xxenanpur/> Acesso em: 12 de jan. de 2024.

TEIXEIRA, Mara Cristina Nogueira. **Programa “Minha Casa, Minha Vida”: política habitacional ou pacote anticíclico**. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em

Economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG, 2013.

TRÊS LAGOAS-MS. Prefeitura Municipal. **Horário do transporte público urbano**. 2023. Disponível em: <https://www.treslagoas.ms.gov.br/servico/transportepublico/>. Acesso em: 22 ago. 2024.

TRÊS LAGOAS. **Plano Diretor**. Prefeitura Municipal de Três Lagoas-MS, 2006.

TRÊS LAGOAS. **Plano Local de Habitação de Interesse Social**. Prefeitura Municipal de Três Lagoas-MS, 2024.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/ FAPESP, 2001.

ANEXOS

**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MORADOR/A DO MCMV EM TRÊS
LAGOAS-MS 2021**

A – PERFIL

- 1- O início da entrevista é, idade e profissão? E se você trabalha? se sim, é com carteira assinada?
- 2- E sua escolaridade?
- 3- Sua situação civil é casada/o, solteira/o, amasiada/o?
- 4- A sua posição na família (é a única/o responsável pela casa, contas, cuidar dos filhos, etc) e qual sua renda?
- 5- Onde morava antes (bairro, cidade)?
- 6- Quantas pessoas moram com você nessa casa? E a idade deles/as?
- 7- Você é de Três Lagoas? Ou é de outra cidade? Para os recém-chegados na cidade ou que não nasceram nela: qual o motivo da vinda?
- 8- Trajetória espacial de vida: quais bairros da cidade de Três Lagoas morou, inclusive quando morava com seus pais?

B – SOBRE O BAIRRO

- 9- Há quanto tempo moram nesse bairro?
- 10- Você tem alguma informação sobre a construtora responsável? Sobre o número de casas, quando foi inaugurado?
- 11- Logo que você mudou, quais foram os aspectos positivos que notou?
- 14- E os negativos?
- 15- Poderia comparar aspectos positivos e negativos desse bairro em relação ao seu local anterior de moradia?
- 16- Como foi o processo de mudança para o bairro? (a mudança para a residência ocorreu após quanto tempo de entrega das chaves, quais foram os principais problemas enfrentados nos primeiros dias? Quais foram as soluções adotadas?)
- 17- Nota diferenças no bairro desde que mudou? Se sim, quais?
- 18- Como os problemas têm sido resolvidos? Há ajuda entre vizinhos, da construtora, da prefeitura, há uma assistente social trabalhando aqui?

- 19- A violência era (ou é) um dos problemas do bairro? (se sim) E quanto ao seu local de residência anterior, havia problemas relacionados à insegurança? Por que acha que isso acontece?
- 20- Como essa violência afeta o seu cotidiano e de sua família?
- 21- Houve alguma ocorrência violenta com você, com alguém da sua família ou alguém próximo, nesse bairro? E no seu local anterior de residência?
- 22- Você e sua família adotam medidas de segurança em sua casa, como trancar portas e janelas, fazer seguro da residência...?
- 23- Vocês têm algum equipamento de segurança, como cerca elétrica, alarme...?
- 24- Gostaria que tivesse, acha importante? – pretende instalar?
- 25- Considerando as condições do PMCMV, como foi a sua experiência na aquisição da casa própria, como ficou sabendo, teve dificuldades e vantagens... ?
- 26 – Já morou antes nesse tipo de moradia vertical (prédio), ou é a primeira vez? Quais os benefícios e problemas que você enxerga em morar nesse padrão de residência?
- 27-. Por quanto tempo é o seu financiamento e o qual o valor da prestação?
- 28- Tem sido fácil pagar as prestações ou isso compromete muito a renda familiar?
- 29- Você fez ou pretende fazer alguma alteração no imóvel? (pintura, pisos, forro). Por quê?
- 30- Pretende morar sempre aqui, ou deixar a casa para seus filhos, ou outros parentes...?
- 31- Te incomoda você morar nesse formato de residência vertical, muito próximas umas das outras? Se sim por quê?
- 32- (Caso a família tenha ao menos um filho, mencionado no perfil) E quanto ao(s) seu(s) filho(a/s), eles gostam de morar aqui)? Por quê?
- 33- Gostaria de realizar alguma mudança na sua casa? Se sim, quais?
- 34- Você é ou foi beneficiário/a de algum outro programa social? Se sim, qual (is)?

C. COTIDIANO, CIDADE E COVID-19

- 35- Descreva a rotina da sua família, começando pela hora em que acordam... (quando e como saem de casa...)
- 36- Após a mudança para esse bairro, houve mudanças na sua rotina ou aumento nas despesas? (ex.: precisou mudar/sair do emprego, acordar mais cedo para pegar ônibus/pegar mais de um; deixar de ir a algum lugar ou necessitar ir mais vezes a determinado lugar...)

- 37- Como são feitos seus deslocamentos pela cidade? Houve mudanças em relação a frequência ou a opção pelos lugares que anteriormente frequentava? Se sim, por quê?
- 38- Que locais frequenta para fazer compras? Houve mudanças em relação a frequência ou a opção pelos lugares que anteriormente frequentava? Se sim, por quê?
- 39- Qual tipo de comércio tem em seu bairro? (caso exista) Você o frequenta? (caso não tenha) Qual você considera importante ter aqui?
- 40- Você considera que esse bairro é perto ou longe do centro da cidade?
- 41- E quanto ao seu local de trabalho, é perto ou longe?
- 42- (Caso não tenha mencionado antes e tenha ao menos um filho estudando) E quanto à escola onde estuda(m) seu/sua filho/a, é perto ou longe? Quais os meios de transporte utilizado por eles/as para o trajeto até a escola? (caso tenha mencionado as vans) Como ficou sabendo desse serviço/ entrou em contato com outras mães/pais?
- 43- Quais os principais problemas enfrentados por você e sua família para se locomover pela cidade? O que você gostaria que mudasse?
- 44- Como a pandemia de COVID-19 interferiu na sua vida? Sua rotina mudou ou não com a pandemia?
- 45- Você ouvia nos telejornais, nas propagandas de televisão a palavra “fique em casa”, o você acha dessa expressão? (você poderia ficar em sua casa fazendo isolamento social)
- 45- Você contraiu o vírus do coronavírus? Tomou a vacina?
- 46- Você acredita que foi por irresponsabilidade política, sobretudo do atual governo que a pandemia de COVID-19 se alastrou no nosso país o que provocou um caos na saúde pública?
- 47- Atualmente com o número de casos de COVID-19 diminuindo, você acredita que poderemos voltar a vida ao normal depois desse surto no mundo?

D. VIZINHANÇA

- 50- Você conhece seus vizinhos? Como é sua relação com eles?
- 51- (Em caso de resposta anterior positiva) Costuma realizar atividades conjuntas com eles?
- 52- Seus filhos mantêm relações com as crianças da vizinhança?
- 53- Você costuma receber mais visitas de moradores desse bairro ou de outros bairros?

E. LAZER

54- Existe área de lazer neste bairro (descrição) ou no condomínio? (caso exista) Você ou outros membros de sua família utilizam? Com que frequência?

55- (Caso não tenha) Você gostaria que tivesse? Como seria?

56- O que você e sua família costumam fazer nas horas de folga? Onde vão?

57- Você tem assinatura de TV? Internet? (Caso não tenha, gostaria de ter?)

58- Você utiliza as redes sociais? (FB, Instagram, twitter...) O que você pensa sobre elas?

59- Já comprou alguma coisa ou foi a determinado lugar por influência das redes sociais (propaganda, bate papo com os amigos, grupos fechados...)?

60- Sabe se esse bairro está no facebook ou tem algum grupo no whatsapp ou no próprio facebook? Você participa? (Se não disse) O que acha disso?

F. AVALIAÇÃO

61- (Retomando o início da entrevista) Você está satisfeito/a pôr morar aqui nesse bairro? O que acha que é bom e o que é ruim, aqui em sua opinião?

62- E se você pudesse escolher morar em qualquer bairro aqui de Três Lagoas, onde você escolheria? Por que você escolheu esse?

63- Se você pudesse optar, o que preferiria: morar no atual bairro, em uma casa própria em outro bairro, ou no bairro em que você morava anteriormente, mas com um aluguel pago pelo governo?

64- Para finalizar: Você pode confirmar que autorizou a gravação da entrevista? (para ficar gravado)

Obrigado pela atenção.

ROTEIRO - ENTREVISTAS COM MORADORES DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS TRÊS LAGOAS/ 2024	
Entrevistada/o:	
Entrevistador/a/es:	
Local de realização da entrevista:	
Data:	Horário aproximado:
Gravada () sim () não	
Transcrita () sim () não Transcrita por:	
Se houver, outros contatos indicados pelo/a entrevistado/a:	
Relatório elaborado pelo entrevistador:	

A-PERFIL (QUESTÕES INTRODUTÓRIAS)

1. Você autoriza a gravação dessa entrevista?
2. Qual sua idade?
3. Qual seu nível de escolaridade?
4. Sua situação civil é casada/o, solteira/o, amasiada/o?
5. Qual sua faixa de renda familiar aproximada? **[em caso de entrevista com segmentos de baixo poder aquisitivo, perguntar: recebe algum auxílio do governo?]**

6. Qual sua ocupação?
7. Onde você trabalha/estuda?
8. Descreva sua rotina e da sua família num dia comum.
9. Descreva o que costuma fazer nos finais de semana e feriados?
10. Houve mudanças em função da pandemia de COVID-19? [mobilidade, trabalho...] O que mudou?
11. Você é de Três Lagoas? Ou é de outra cidade? Para os recém-chegados na cidade ou que não nasceram nela: qual o motivo da vinda?

B – HABITAÇÃO

12. Como foi o processo de mudança para o bairro? (a mudança para a residência ocorreu após quanto tempo de entrega das chaves, quais foram os principais problemas enfrentados nos primeiros dias? Quais foram as soluções adotadas?)
13. Com quem você mora? Quem são essas pessoas? O que elas fazem? Que idades têm?
14. Em que bairro você mora? Há quanto tempo mora neste bairro?
15. Como é o seu bairro? Descreva.
16. Onde morava antes (bairro, cidade)?
17. A casa/apartamento em que mora hoje é própria? Financiada? Alugada? Cedida?
18. Como é a sua casa/apartamento? Descreva.
19. Nota diferenças no bairro desde que mudou? Se sim, quais?
20. Você tem alguma informação sobre a construtora responsável? Sobre o número de casas, quando foi inaugurado?
21. Como os problemas têm sido resolvidos? Há ajuda entre vizinhos, da construtora, da prefeitura, há uma assistente social trabalhando aqui?
22. O que significa para você ter conseguido essa casa/apartamento? [Especialmente se for MCMV]
23. A casa/apartamento já foi reformada? O que foi reformado?
24. [Caso a resposta anterior tenha sido negativa] Gostaria de reformar?
25. A casa/apartamento anterior era própria ou alugada?
26. Por que você escolheu este bairro para morar?
27. Do que você gosta no bairro? Quais os pontos positivos?
28. Do que não gosta? Quais os pontos negativos?
29. Poderia comparar aspectos positivos e negativos desse bairro em relação ao seu local anterior de moradia?
30. Qual tipo de comércio tem em seu bairro? (caso exista) Você o frequenta? (caso não tenha) Qual você considera importante ter aqui?
31. Gostaria de se mudar se pudesse? Por quê? Para qual bairro? Por que escolheu esse?
32. Em qual bairro da cidade você não moraria? Por quê?
33. Existem imigrantes no bairro? Haitianos/venezuelanos/nordestinos?
34. [Caso a resposta anterior for positiva] A existência de imigrantes traz problemas/conflitos ao bairro?
35. O que você acha da infraestrutura do bairro (asfalto, comércios, etc.)?
36. O que as outras pessoas que não moram aqui pensam/dizem sobre seu bairro?

37. Você adota medidas de segurança na sua casa (trancar portas e janelas, fazer seguro da residência, etc.)? Quais?
38. Vocês têm algum equipamento de segurança, como cerca elétrica, alarme...?
39. Gostaria que tivesse, acha importante? – pretende instalar?
40. Nas pesquisas do Grupo que faço parte tem muitas cidades pesquisadas, em que tem muitos condomínios fechados que estão em expansão. E aqui? O que acha disso?
41. Qual sua opinião sobre o PMCMV?
42. Considerando as condições do PMCMV, como foi a sua experiência na aquisição da casa/apartamento, como ficou sabendo, teve dificuldades e vantagens? Conte sua experiência?
43. Já morou antes nesse tipo de moradia vertical (prédio), ou é a primeira vez? Quais os benefícios e problemas que você enxerga em morar nesse padrão de residência?
44. Por quanto tempo é o seu financiamento e o qual o valor da prestação?
45. Participa de associação de bairro, sindicato, associação de pais na escola, entidade profissional, reuniões de ONGs ou CRAS, audiências públicas... ou alguma outra entidade desse tipo? Por quê?
46. Como e onde vê seu futuro?
47. Pretende morar sempre aqui, ou deixar a casa para seus filhos, ou outros parentes...?
48. Te incomoda você morar nesse formato de residência vertical, muito próximas umas das outras? Se sim por quê?
49. Você é ou foi beneficiário/a de algum outro programa social? Se sim, qual (is)?

C – LAZER

50. Como é o seu lazer? Onde?
51. Qual a frequência das suas atividades de lazer?
52. Tem espaços públicos no bairro em que mora (praças, parques, feiras, pista de caminhada, biblioteca, calçadão etc.)?
53. [Em caso de resposta positiva] Você os utiliza? Quais deles? Para quais atividades?
54. [Caso não tenha] Você gostaria que tivesse? Como seria?
55. Você sabe se há espaços públicos [fora do seu bairro] na cidade [parques, praças, feiras, pistas de caminhada, bibliotecas etc.]? Quais?
56. Frequenta esses lugares? Por quê?
57. [Em caso de resposta negativa] Você gostaria de frequentá-los? Por que não frequenta?
58. Você costuma ficar em casa? Fica muito tempo em casa? Gosta de ficar em casa?
59. O que você e sua família costumam fazer nas horas de folga? Onde vão?
60. Utiliza plataformas da internet para assistir filmes e seriados? Costuma fazer isso sozinho ou acompanhado?
61. [Em caso positivo] A existência dessas plataformas para assistir na internet te motiva a sair menos de casa?
62. Você utiliza redes sociais? Quais (FB, Instagram, twitter...)? Considera isso atividade de lazer? O que você pensa sobre elas?
63. As redes sociais ajudaram a fazer amigos? Você marca encontros com os amigos/parentes pelas redes sociais?

64. Já comprou alguma coisa ou foi a determinado lugar por influência das redes sociais (propaganda, bate papo com os amigos, grupos fechados...)?
65. [Caso não tenha sido mencionado] Costuma ir à igreja/espço de culto religioso/espiritual? Considera isso uma atividade de lazer?
66. Você se relaciona com as pessoas da igreja/espço de culto fora do ambiente da igreja?
67. A igreja/espço de culto que você frequenta fica no bairro?
68. Qual o nome da igreja/espço de culto?

D – VIZINHOS

69. [Se não comentou] Como é sua vizinhança?
70. Você tem relações de amizade com os vizinhos?
71. Você costuma receber mais visitas de moradores desse bairro ou de outros bairros?
72. Existe na vizinhança grupo de WhatsApp ou Facebook para compartilhar informações?

E – SEGURANÇA

73. Você considera o seu bairro inseguro? Por quê?
74. A violência era (ou é) um dos problemas do bairro? (se sim) E quanto ao seu local de residência anterior, havia problemas relacionados à insegurança? Por que acha que isso acontece?
75. Como essa violência afeta o seu cotidiano e de sua família?
76. Houve alguma ocorrência violenta com você, com alguém da sua família ou alguém próximo, nesse bairro? E no seu local anterior de residência?

F – MOBILIDADE

77. Como você se locomove na cidade?
78. Houve mudanças em relação a frequência ou a opção pelos lugares que anteriormente frequentava? Se sim, por quê?
79. Você vai a algum lugar a pé ou de bicicleta? Por quê?
80. Utiliza transporte coletivo [lotação/ônibus]? Por quê?
81. [Em caso de resposta positiva] Você conversa com as pessoas no transporte ou no ponto ou percebe que elas conversam entre nesses ambientes?
82. Utiliza carro ou moto? Em quais situações?
83. Utiliza aplicativos como Uber, Udikar etc.?
84. Vai ao centro da cidade?
85. [Em caso de resposta positiva] Vai fazer o quê no centro? Com que frequência vai ao centro?
86. [Em caso de resposta negativa] Por que não vai?
87. Se fosse explicar para alguém que não conhece Três Lagoas, como localizaria o centro e seus limites? [ou, onde fica o centro dessa cidade?]
88. [Caso tenha havido mudança de endereço] Como a mudança para este bairro afetou os seus deslocamentos e os usos da cidade?
89. Você considera que esse bairro é perto ou longe do centro da cidade?

90. Quais os principais problemas enfrentados por você e sua família para se locomover pela cidade? O que você gostaria que mudasse?

G – CONSUMO

91. Onde faz as compras da semana ou do mês?
[Detalhar os nomes dos supermercados, sacolões, feiras etc. e suas localizações]
92. Onde você compra roupas e sapatos? [Detalhar os nomes das lojas e suas localizações]
93. [Se não comentou antes] Vai ao shopping center?
94. [Em caso de resposta positiva] Fazer o quê?
95. Costuma comprar sem sair de casa? Por internet, telefone, aplicativo? Por quê? O que compra?

H – TRABALHO

96. Como se locomove para o trabalho? Você considera perto ou longe?
97. Qual o horário de entrada e saída no trabalho?
98. Quanto tempo leva para ir e voltar do trabalho?
99. Você costuma voltar para casa na hora do almoço?
100. Seu emprego possibilita trabalhar em casa? Faz isso com frequência?
101. Seu trabalho atual é formal ou informal, setor público ou privado?
102. Você já trabalhou em outras atividades? Quais?

I – OUTROS TEMAS NÃO CONTEMPLADOS

103. Há quanto tempo mora em Três Lagoas?
104. De que lugares você gosta mais em Três Lagoas?
105. O que você acha que mudou em Três Lagoas nos últimos anos?
106. [Se não tiver sido mencionado] Você acha essa cidade insegura? Por quê?
107. Se você pudesse optar, o que preferiria: morar no atual bairro, em uma casa própria em outro bairro, ou no bairro em que você morava anteriormente, mas com um aluguel pago pelo governo?

Para finalizar: Você pode confirmar que autorizou a gravação da entrevista? (para ficar gravado)

ROTEIRO DE ENTREVISTAS TRES LAGOAS-MS COM MORADORES DA OCUPAÇÃO SÃO JOÃO 2021

OBS. Na entrevista iniciar explicando os objetivos principais da pesquisa, e logo após agradecer a disponibilidade do entrevistado e solicitando autorização para gravar a entrevista.

Agradecer em nome da instituição, reiterar o caráter científico do uso das informações e colocar-se à disposição do entrevistado na respectiva Universidade.

Ao final, perguntar se ele está de acordo com a concessão da entrevista que acabou de ser realizada (é importante que fique gravado que “Sim”).

A – PERFIL

1. Nome:
2. Idade:
3. Escolaridade:
4. Profissão:
5. Situação civil:
6. Posição na família:
7. Renda aproximada:

B – INSERÇÃO NA OCUPAÇÃO

8. Quais razões/motivos te levou a se estabelecer na ocupação?
9. Onde mora/morou antes de se inserir nesta ocupação?
10. Há quanto tempo você está nesta ocupação? Veio só?
11. Qual função você desempenha na ocupação?
12. Foi constituída uma associação de moradores para esta ocupação?
13. Se foi constituída uma associação de moradores como se deu, por um processo eleitoral ou pela aclamação dos moradores?
14. Como é a sua relação com as pessoas (moradores) da ocupação?
15. Sua frequência na ocupação se dá como? (Semanalmente/Mensalmente)

C – HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO

16. Quais embates (se houve) vocês enfrentam na permanência no lugar (ocupação) e de que forma ocorreu? Quais fatos mais importantes?
17. Como você enxerga a atuação da liderança/associação, ela é positiva para o lugar?
18. Como foi feita a escolha deste terreno?
19. Quantas famílias estão nesta ocupação?
20. Como soube desta ocupação e como foi sua inserção para ter um “lote” ou “pedaço de terra” neste lugar?
21. Quem fez essa separação de lote?
22. Como foram conquistadas as necessidades elementares para funcionamento da ocupação?
23. Há interesse de permanência neste lugar?
24. Sofreram represaria por parte do poder público local, como ameaça de despejo?
25. Como a pandemia de COVID-19 influenciou nesta ocupação?

D – ORGANIZAÇÃO E INTERLOCUÇÃO

26. Quais as principais necessidades e pontos de reivindicações levantados pelos moradores?
27. Como é realizada a organização da ocupação?
28. Como é sua relação com a liderança da ocupação?
29. Há alguma taxa associativa ou contribuição mensal? De quanto?
30. Sobre as assembleias e reuniões, elas acontecem quando (semanal, mensal)? Você participa? O que discutem nessas reuniões?
31. Vocês contrataram um advogado para auxiliar vocês nas questões legislativas?
32. Qual o papel das igrejas (Evangélica, católica...) atualmente na ocupação?
33. Como são buscadas soluções para os problemas que surgem no dia a dia (ligação de energia, transporte para doentes, atendimento médico etc.)?
34. Há lideranças comunitárias? Como são escolhidas?
35. Como você avalia sua participação nas tomadas decisões e proposições?
36. Houve necessidade de organização de interdição de vias, ocupação de órgãos públicos e abaixo-assinados? Em que circunstâncias? Como foi isso?

E – DIÁLOGO COM O PODER PÚBLICO

37. Como ocorre a interlocução (conversa/diálogo) com o poder público (prefeitura, órgãos públicos etc.)?
38. Há algum político ou partido político aliado que atua como intermediário das necessidades da ocupação? De que forma isto acontece?

39. Quais medidas, além do diálogo são adotadas para solucionar os problemas do lugar (ocupação)?

40. O PMCMV/PCVA interferiu de alguma forma no processo de organização de vocês na ocupação, tendo em vista o processo de cadastramento junto à prefeitura para a faixa 1 (perguntar se houve)?

41. E quanto ao PMCMV/PCVA, qual sua opinião sobre ele? Qual sua importância nessa cidade?

42. A ocupação precisou agir de forma mais contundente para conquistar determinadas necessidades? Quais?

43. Perspectivas de conquistas, soluções para os problemas do lugar? Quais e por quê?

44. Acredita que o governo local (prefeitura) está promovendo alguma ação para ajudar vocês nesta ocupação?

F – AUTORIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

45. Você está de acordo com a concessão e gravação da entrevista que acabou de ser realizada?

ROTEIRO DE ENTREVISTAS TRES LAGOAS-MS COM O APOIADOR DA OCUPAÇÃO 2021

OBS. Na entrevista iniciar explicando os objetivos principais da pesquisa, e logo após agradecer a disponibilidade do entrevistado e solicitando autorização para gravar a entrevista.

Agradecer em nome da instituição, reiterar o caráter científico do uso das informações e colocar-se à disposição do entrevistado na respectiva Universidade.

Ao final, perguntar se ele está de acordo com a concessão da entrevista que acabou de ser realizada (é importante que fique gravado que “Sim”).

A – PERFIL

1. Nome:
2. Idade:
3. Escolaridade:
4. Profissão:
5. Situação civil:
6. Posição na família e sua renda aproximadamente?

B – INSERÇÃO COMO APOIADOR DA OCUPAÇÃO

7. Como se deu a sua inserção na ocupação?
8. Nome da ocupação e tempo de sua atuação nela?
9. Como se inseriu e qual função desempenha nesta ocupação?
10. Foi constituída uma associação de moradores para esta ocupação?
11. Se foi constituída uma associação de moradores como se deu, através de um processo eleitoral ou mediante aclamação dos moradores?
12. Como é a sua relação com as pessoas (moradores) nesta ocupação?

C – HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO

13. Quais principais embates na permanência no lugar (se houve) e de que forma ocorreu? Quais fatos mais importantes?
14. Em que ano foi criada a associação/centro comunitário e em que contexto?
15. Como foi feita a escolha deste terreno?
16. Quantas famílias estão nesta ocupação?

17. Como é realizada a inserção de famílias que queiram ter um “lote” ou “pedaço de terra” nesta ocupação?
18. Quem fez a separação dos lotes?
19. Como foram conquistadas as necessidades elementares para funcionamento da ocupação?
20. Há interesse de permanência neste lugar?
21. Houve preocupação inicial com a disposição das ruas, casas, acesso, etc?
22. Sofreram represaria por parte do poder público local, como um aviso ou mandado de despejo?
23. A pandemia de COVID-19 potencializou e colaborou para que vocês se estabeleçam nesta ocupação?

D – ORGANIZAÇÃO E INTERLOCUÇÃO COM AS FAMÍLIAS

24. De onde vem essas famílias? Onde moravam antes?
25. Quais as principais necessidades e pontos de reivindicações levantados pelos moradores?
26. Como é realizada a organização da ocupação com os moradores?
27. Como é sua relação com a liderança da ocupação?
28. Há alguma taxa associativa ou contribuição mensal? De quanto?
29. As assembleias e reuniões com os moradores, são semanais, mensais?
30. Vocês contrataram um advogado para auxiliá-los nas questões legislativas?
31. Qual o papel das igrejas (Evangélica, Católica...) atualmente na ocupação?
32. Como são buscadas soluções para os problemas das famílias que surgem no dia a dia (ligação de energia, transporte para doentes, atendimento médico, etc)?
33. Há um processo de escolha das lideranças comunitárias? Como isso ocorre?
34. Como você avalia a participação dos moradores nas decisões e proposições?
35. Qual o grau de adesão e participação dos moradores nas assembleias, reuniões e eventos da ocupação promovidos pelas lideranças?
36. Houve necessidade de organização de interdição de vias, ocupação de órgãos públicos e abaixo-assinados? Em que circunstâncias? Como foi isso?

E – INTERLOCUÇÃO COM O PODER PÚBLICO

37. Como ocorre a interlocução com o poder público (prefeitura, órgãos públicos, etc.)?
38. Há algum político ou partido político aliado que atua como intermediário das necessidades da ocupação? De que forma isto acontece?
39. Além do diálogo quais medidas são adotadas para solucionar os problemas do lugar?

40. O PMCMV/PCVA interferiu de alguma forma no processo organizativo das famílias, tendo em vista o processo de cadastramento junto à prefeitura para a faixa 1 (perguntar se houve)?

41. E quanto ao PMCMV/PCVA, qual sua opinião sobre ele? Qual sua importância nessa cidade?

42. A ocupação precisou agir de forma mais contundente para conquistar determinadas necessidades? Quais?

43. Perspectivas de conquistas, soluções para os problemas do lugar? Quais e por quê?

44. Acredita que o governo local (prefeitura) está promovendo alguma ação para ajudar as famílias que estão nesta ocupação?

F – AUTORIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

45. Você está de acordo com a concessão e gravação da entrevista que acabou de ser realizada?

ROTEIRO - ENTREVISTAS COM MORADORES DA OCUPAÇÃO SÃO JOÃO 2024	
Entrevistada/o:	
Entrevistador/a/es:	
Local de realização da entrevista:	
Data:	Horário aproximado:
Gravada () sim () não	
Transcrita () sim () não Transcrita por:	
Se houver, outros contatos indicados pelo/a entrevistado/a:	
Relatório elaborado pelo entrevistador:	

A- IDENTIFICAÇÃO (QUESTÕES INTRODUTÓRIAS)

1. Qual sua idade?
2. Qual seu nível de escolaridade?
3. Sua situação civil é casada/o, solteira/o, amasiada/o? Sua composição familiar?
4. Qual sua faixa de renda familiar aproximada?
5. Recebe algum auxílio do governo?
6. Qual sua ocupação?
7. Onde você trabalha/estuda?
8. Descreva sua rotina num dia comum?
9. Descreva o que costuma fazer nos finais de semana e feriados?
10. Você é de Três Lagoas? Ou é de outra cidade? Para os recém-chegados na cidade ou que não nasceram nela: qual o motivo da vinda?
11. Você é ou foi beneficiário/a de algum outro programa social? Se sim, qual (is)?

B – INSERÇÃO NA OCUPAÇÃO

12. Nome da ocupação e quando iniciou?
13. Como foi o processo no início da ocupação?
14. Quais razões/motivos te levou a se estabelecer na ocupação?
15. Onde mora/morou antes de se inserir nesta ocupação (cidade/bairro)?
16. Qual função desempenha na ocupação?
17. Há quanto tempo você está nesta ocupação? Veio só?
18. Foi constituída uma associação de moradores para esta ocupação?
19. Como é a sua relação com as pessoas (moradores) nesta ocupação?
20. Foi constituída uma associação de moradores para esta ocupação?
21. Se foi constituída uma associação de moradores como se deu, por um processo eleitoral ou pela aclamação dos moradores?
22. Sua frequência na ocupação se dá como? (Semanalmente/Mensalmente)?

C- HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO

23. Como foi o seu processo de mudança para a ocupação?
24. Quais foram os principais problemas enfrentados nos primeiros dias? Quais fatos importantes? Quais foram as soluções adotadas?
25. Com quem você mora? Quem são essas pessoas? O que elas fazem? Que idades têm?
26. Como você enxerga a atuação da liderança/associação, ela é positiva para o lugar?
27. Como foi feita a escolha deste terreno?
28. Quantas famílias estão nesta ocupação?
29. Como soube desta ocupação e como foi sua inserção para ter um “lote” ou “pedaço de terra” neste lugar?
30. Como foram conquistadas as necessidades elementares (alimentação, água, luz, materiais para construir barracos) para funcionamento da ocupação?
31. Há interesse de permanência neste lugar?
32. Sofreram represaria por parte do poder público local, como ameaça de despejo?
33. Como a pandemia de COVID-19 influenciou nesta ocupação?

D– BAIRRO

34. Como é o bairro em que está a ocupação? Descreva.
35. Onde morava antes (bairro)?
36. Quem fez a escolha deste bairro para morar? Por quê?
37. Do que você gosta no bairro? Quais os pontos positivos?
38. Do que não gosta? Quais os pontos negativos?
39. Qual tipo de comércio tem neste bairro?
40. (Caso exista) Você o frequenta? (caso não tenha) Qual você considera importante ter aqui?
41. Em qual bairro da cidade você não moraria? Por quê?

42. Existem imigrantes no bairro e na ocupação? Haitianos/venezuelanos/nordestinos?
43. [Caso a resposta anterior for positiva] A existência de imigrantes traz problemas/conflitos para a ocupação?
44. O que você acha da infraestrutura deste bairro?
45. O que as outras pessoas pensam/dizem sobre esse bairro?
46. Você considera o seu bairro inseguro? Por quê?

E- ORGANIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO

47. Quais as principais necessidades e pontos de reivindicações levantados pelos moradores?
48. Como é realizada a organização da ocupação?
49. Quem fez essa separação de lote?
50. Como é sua relação com a liderança da ocupação?
51. Há alguma taxa associativa ou contribuição mensal? De quanto?
52. Sobre as assembleias e reuniões, elas acontecem quando (semanal, mensal)? Você participa? O que discutem nessas reuniões?
53. Vocês contrataram um advogado para auxiliar vocês nas questões legislativas?
54. Qual o papel das igrejas (Evangélica, católica...) atualmente na ocupação?
55. Como são buscadas soluções para os problemas que surgem no dia a dia (ligação de energia, transporte para doentes, atendimento médico etc.)?
56. Há lideranças comunitárias? Como são escolhidas?
57. Como você avalia sua participação nas tomadas decisões e proposições?
58. Houve necessidade de organização de interdição de vias, ocupação de órgãos públicos e abaixo-assinados? Em que circunstâncias? Como foi isso?

F- LAZER

59. Como é o seu lazer? Onde?
60. Qual a frequência das suas atividades de lazer?
61. Tem espaços públicos no bairro em que está a ocupação mora (praças, parques, feiras, pista de caminhada, biblioteca, calçadão etc.)?
62. [Em caso de resposta positiva] Você os utiliza? Quais deles? Para quais atividades?
63. [Caso não tenha] Você gostaria que tivesse? Como seria?
64. Você sabe se há espaços públicos [fora do seu bairro] na cidade [parques, praças, feiras, pistas de caminhada, bibliotecas etc.]? Quais?
65. Frequenta esses lugares? Por quê?
66. [Em caso de resposta negativa] Você gostaria de frequentá-los? Por que não frequenta?
67. O que você e sua família costumam fazer nas horas de folga? Onde vão?
68. Utiliza plataformas da internet para assistir filmes e seriados? Costuma fazer isso sozinho ou acompanhado?
69. [Em caso positivo] A existência dessas plataformas para assistir na internet te motiva a sair menos de casa?

70. Você utiliza redes sociais? Quais (FB, Instagram, twitter...)? Considera isso atividade de lazer? O que você pensa sobre elas?
71. As redes sociais ajudaram a fazer amigos? Você marca encontros com os amigos/parentes pelas redes sociais?
72. Já comprou alguma coisa ou foi a determinado lugar por influência das redes sociais (propaganda, bate papo com os amigos, grupos fechados...)?
73. [Caso não tenha sido mencionado] Costuma ir à igreja/espço de culto religioso/espiritual? Considera isso uma atividade de lazer?
74. Você se relaciona com as pessoas da igreja/espço de culto fora do ambiente da igreja?
75. A igreja/espço de culto que você frequenta fica no bairro em que está a ocupação?
76. Qual o nome da igreja/espço de culto?

G- VIZINHOS

77. [Se não comentou] Como é sua vizinhança da ocupação?
78. Você tem relações de amizade com os vizinhos?
79. Os vizinhos costumam visitar a ocupação, seja para ajudar ou mesmo para conversar?

H- SEGURANÇA

80. Você considera este bairro inseguro? Por quê?
81. A violência era (ou é) um dos problemas do bairro? Por que acha que isso acontece?
82. Como essa violência afeta o seu cotidiano e de sua família?
83. Houve alguma ocorrência violenta com você, com alguém da sua família ou alguém próximo, na ocupação ou no bairro?

I- MOBILIDADE

84. Como você se locomove na cidade?
85. Houve mudanças em relação a frequência ou a opção pelos lugares que anteriormente frequentava? Se sim, por quê?
86. Você vai a algum lugar a pé ou de bicicleta? Por quê?
87. Utiliza transporte coletivo [lotação/ônibus]? Por quê?
88. [Em caso de resposta positiva] Você conversa com as pessoas no transporte ou no ponto ou percebe que elas conversam entre nesses ambientes?
89. Utiliza carro ou moto? Em quais situações?
90. Utiliza aplicativos como Uber, 99 etc.?
91. Vai ao centro da cidade?
92. [Em caso de resposta positiva] Vai fazer o quê no centro? Com que frequência vai ao centro?
93. [Em caso de resposta negativa] Por que não vai?
94. Se fosse explicar para alguém que não conhece Três Lagoas, como localizaria o centro e seus limites? [ou, onde fica o centro dessa cidade?]

95. Como a mudança para este bairro/ocupação afetou os seus deslocamentos e os usos da cidade?
96. Você considera que esse bairro é perto ou longe do centro da cidade?
97. Quais os principais problemas enfrentados por você e sua família para se locomover pela cidade? O que você gostaria que mudasse?

J – CONSUMO

108. Onde faz as compras da semana ou do mês?
[Detalhar os nomes dos supermercados, sacolões, feiras etc. e suas localizações]
109. Onde você compra roupas e sapatos? [Detalhar os nomes das lojas e suas localizações]
110. [Se não comentou antes] Vai ao shopping center? Fazer o quê?
111. Costuma comprar sem sair de casa? Por internet, telefone, aplicativo? Por quê? O que compra?

K – DIÁLOGO COM O PODER PÚBLICO

112. Como ocorre a interlocução (conversa/diálogo) com o poder público (prefeitura, órgãos públicos etc.)?
113. Há algum político ou partido político aliado que atua como intermediário das necessidades da ocupação? De que forma isto acontece?
114. Quais medidas, além do diálogo são adotadas para solucionar os problemas do lugar (ocupação)?
115. O PMCMV/PCVA interferiu de alguma forma no processo de organização de vocês na ocupação, tendo em vista o processo de cadastramento junto à prefeitura para a faixa 1 (perguntar se houve)?
116. E quanto ao PMCMV/PCVA, qual sua opinião sobre ele? Qual sua importância nessa cidade?
117. A ocupação precisou agir de forma mais contundente para conquistar determinadas necessidades? Quais?
118. Perspectivas de conquistas, soluções para os problemas do lugar? Quais e por quê?
119. Acredita que o governo local (prefeitura) está promovendo alguma ação para ajudar vocês nesta ocupação?
120. Como você enxerga o futuro da ocupação?
121. Que tipo de suporte ou iniciativas acredita serem necessárias para um futuro mais promissor?

L - TRABALHO

122. [Você mencionou que trabalha com.../estuda] Como se locomove para o trabalho? Você considera perto ou longe?
123. Qual o horário de entrada e saída no trabalho?
124. Quanto tempo leva para ir e voltar do trabalho?
125. Você costuma voltar para casa na hora do almoço?
126. Seu trabalho atual é formal ou informal?

127. Você já trabalhou em outras atividades? Quais?

M- OUTROS TEMAS NÃO CONTEMPLADOS

128. Há quanto tempo mora em Três Lagoas?

129. De que lugares você gosta mais em Três Lagoas?

130. O que você acha que mudou em Três Lagoas nos últimos anos?

131. **[Se não tiver sido mencionado]** Você acha essa cidade insegura? Por quê?

132. Se você pudesse optar, o que preferiria: morar no atual bairro, em que está a ocupação, em uma casa própria ou aluguel pago pelo governo em outro bairro? Por quê?

Para finalizar: Você pode confirmar que autorizou a gravação da entrevista? (para ficar gravado)

ROTEIRO - ENTREVISTA COM O APOIADOR DA OCUPAÇÃO 2024	
Entrevistada/o:	
Entrevistador/a/es:	
Local de realização da entrevista:	
Data:	Horário aproximado:
Gravada () sim () não	
Transcrita () sim () não Transcrita por:	
Se houver, outros contatos indicados pelo/a entrevistado/a:	
Relatório elaborado pelo entrevistador:	

A- IDENTIFICAÇÃO (QUESTÕES INTRODUTÓRIAS)

1. Qual sua idade?
2. Qual seu nível de escolaridade?
3. Sua situação civil é casada/o, solteira/o, amasiada/o? Sua composição familiar?
4. Qual sua faixa de renda familiar aproximada?
5. Qual sua ocupação?
6. Onde você trabalha/estuda?
7. Descreva sua rotina na ocupação?

B- INSERÇÃO COMO APOIADOR

8. Nome da ocupação, ano que foi inaugurada e o seu tempo de sua atuação nela?
9. Como se deu sua inserção na ocupação?
10. Qual função desempenha na ocupação?
11. Foi constituída uma associação de moradores para a ocupação?

12. Como originou a ocupação, quais motivações?
13. As famílias vieram de onde (cidade/bairro)?
14. Como foi o processo no início da ocupação?
15. Como é a sua relação com as pessoas (moradores) da ocupação?

C- HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO

16. Como foi o processo de mudança para a ocupação?
17. Quais as principais necessidades e pontos de reivindicações levantados pelos moradores?
18. Quantas famílias estão nesta ocupação?
19. Como foi feita a escolha deste terreno?
20. Como é sua relação com a liderança da ocupação?
21. As assembleias e reuniões com os moradores, são semanais, mensais?
22. Vocês contrataram um advogado para auxiliá-los nas questões legislativas?
23. Qual o papel das igrejas (Evangélica, Católica...) atualmente na ocupação?
24. Como são buscadas soluções para os problemas das famílias que surgem no dia a dia (ligação de energia, transporte para doentes, atendimento médico, etc)?
25. A pandemia de COVID-19 potencializou e colaborou para que vocês se estabeleçam nesta ocupação?

D- BAIRRO

26. Por que foi feita a escolha deste bairro para morar?
27. Do que você gosta no bairro? Quais os pontos positivos?
28. Do que não gosta? Quais os pontos negativos?
29. Quais os tipos de comércio têm nesse bairro?
30. Existem imigrantes no bairro e na ocupação? Haitianos/venezuelanos/nordestinos?
31. [Caso a resposta anterior for positiva] A existência de imigrantes traz problemas/conflitos na ocupação?
32. O que você acha da infraestrutura do bairro?
33. O que as outras pessoas pensam/dizem sobre o bairro e a ocupação?

E- ORGANIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO

34. Há um processo de escolha das lideranças comunitárias? Como isso ocorre?
35. Há alguma taxa associativa ou contribuição mensal? De quanto?
36. Quem fez a separação dos lotes?
37. Como é realizada a organização da ocupação com os moradores?
38. Como você avalia a participação dos moradores nas decisões e proposições?
39. Qual o grau de adesão e participação dos moradores nas assembleias, reuniões e eventos da ocupação promovidos pelas lideranças?
40. Houve necessidade de organização de interdição de vias, ocupação de órgãos públicos e abaixo-assinados? Em que circunstâncias? Como foi isso?

F- LAZER

41. Como é o lazer das pessoas que moram na ocupação? Onde elas costumam realizar seu lazer?
42. Você sabe sobre a frequência delas nas atividades de lazer?
43. Tem espaços públicos no bairro (praças, parques, feiras, pista de caminhada, biblioteca, calçadão etc.)?
44. Você sabe se há espaços públicos [fora do bairro] na cidade [parques, praças, feiras, pistas de caminhada, bibliotecas etc.]? Quais?
45. Os moradores frequentam esses lugares? Por quê?
46. Costuma realizar eventos de lazer na ocupação? Qual a frequência?
47. Os moradores da ocupação participam?
48. [Se a resposta for sim] Quem participa, além dos moradores? Políticos, entidades religiosas, etc?

G– VIZINHOS

49. Como é a vizinhança?
50. Como é as relações de amizade dos moradores da ocupação com os vizinhos?
51. Os vizinhos costumam visitar a ocupação, seja para ajudar ou mesmo para conversar?

H– SEGURANÇA

52. Você considera o bairro inseguro? Por quê?
53. A violência era (ou é) um dos problemas do bairro? Por que acha que isso acontece?
54. Como essa violência afeta o cotidiano das famílias da ocupação?
55. Houve alguma ocorrência violenta com algum morador(a) da ocupação, nesse bairro?

I– MOBILIDADE

56. Como os moradores da ocupação se locomove na cidade?
57. Você sabe se houve mudanças em relação a frequência ou a opção pelos lugares que os moradores da ocupação anteriormente frequentavam? Se sim, por quê?
58. Quais meios de transporte os moradores da ocupação utilizam? (Bicicleta, Uber, Ônibus, Moto, a pé?
59. Eles costumam ir ao centro da cidade? Com que frequência vai ao centro?
60. [Em caso de resposta negativa] Por que eles não vão?
61. A mudança para este bairro afetou os deslocamentos e os usos da cidade pelos moradores da ocupação?
62. Você considera que esse bairro perto ou longe do centro da cidade?
63. Quais os principais problemas enfrentados pelos moradores da ocupação para se locomover pela cidade? O que você acha que deveria mudar?

J– CONSUMO

64. Onde os moradores da ocupação costumam realizar suas compras da semana ou do mês? [Detalhar os nomes dos supermercados, sacolões, feiras etc. e suas localizações]

65. Onde eles(as) costumam comprar roupas e sapatos? [Detalhar os nomes das lojas e suas localizações]
66. Você sabe se eles(as) costumam frequentar o shopping center?
67. Os moradores da ocupação costumam comprar sem sair de casa? Por internet, telefone, aplicativo? Por quê? O que compra?

K- INTERLOCUÇÃO COM O PODER PÚBLICO

68. Como ocorre a interlocução com o poder público (prefeitura, órgãos públicos, etc.)?
69. Há algum político ou partido político aliado que atua como intermediário das necessidades da ocupação? De que forma isto acontece?
70. Além do diálogo quais medidas são adotadas para solucionar os problemas do lugar?
71. O PMCMV/PCVA interferiu de alguma forma no processo organizativo das famílias, tendo em vista o processo de cadastramento junto à prefeitura para a faixa 1 (perguntar se houve)?
72. E quanto ao PMCMV/PCVA, qual sua opinião sobre ele? Qual sua importância nessa cidade?
73. A ocupação precisou agir de forma mais contundente para conquistar determinadas necessidades? Quais?
74. Perspectivas de conquistas, soluções para os problemas do lugar? Quais e por quê?
75. Acredita que o governo local (prefeitura) está promovendo alguma ação para ajudar as famílias que estão nesta ocupação?
76. Como e onde vê o futuro das pessoas que moram na ocupação?

L- TRABALHO

77. Os moradores da ocupação têm empregos?
78. Sabe quais os trabalhos que eles(as) exercem?
79. Os locais de trabalhos deles(as) fica longe ou perto de onde moram?
80. Os moradores recebem algum auxílio do governo? Quais?
81. O trabalho dos moradores é formal ou informal?

M- OUTROS TEMAS NÃO CONTEMPLADOS

82. O que você acha que mudou em Três Lagoas nos últimos anos?
83. [Se não tiver sido mencionado] Você acha essa cidade insegura? Por quê?

Para finalizar: Você pode confirmar que autorizou a gravação da entrevista? (para ficar gravado)